

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

HOMERO BONADIMAN GALVÊAS

**HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO DO
BAIXO RIO JUCU: O CASO DA BARRA DO JUCU
(VILA VELHA, ES, BRASIL)**

VILA VELHA-ES
JULHO/ 2024

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO DO
BAIXO RIO JUCU: O CASO DA BARRA DO JUCU
(VILA VELHA, ES, BRASIL)**

Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha como
pré-requisito do Programa de
Pós-graduação em Sociologia
Política, para a obtenção do
grau de Mestre em Sociologia
Política.

HOMERO BONADIMAN GALVÊAS

VILA VELHA-ES
JULHO/ 2024

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

G182h

Galvêas, Homero Bonadiman.

História socioambiental e cultural do Território do Baixo Rio Jucu: o caso da Barra do Jucu (Vila Velha, ES, Brasil) / Homero Bonadiman Galvêas Rodrigues. – 2024.
133f.: il.

Orientadora: Teresa Cristina da Silva Rosa.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -
Universidade Vila Velha, 2024.
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Cultural. 3. Ambiental. 4. Barra do Jucu (Vila Velha, ES). I. Rosa, Teresa Cristina da Silva.
II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

HOMERO BONADIMAN GALVÊAS

**HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO TERRITÓRIO DO
BAIXO RIO JUCU: O CASO DA BARRA DO JUCU
(VILA VELHA, ES, BRASIL)**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Aprovado em 29 de julho de 2024,

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **AUGUSTO CESAR SALOMAO MOZINE**
Data: 27/09/2024 13:32:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Augusto César Salomão Mazine (UVV-ES)

Assinado por: **CARLOS JORGE DE ALMEIDA
GONÇALVES**
Num. de Identificação: 10860623
Data: 2024.09.24 09:54:00+01'00"



Dr. Carlos Gonçalves (Universidade de Aveiro)

Assinatura eletrônica

Dr (a). Aline Trigueiro Vicente (UFES/ES)

Documento assinado digitalmente
 **TERESA CRISTINA DA SILVA ROSA**
Data: 30/09/2024 15:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr (a). Teresa Cristina da Silva Rosa (UVV-ES)
Orientador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ALINE TRIGUEIRO VICENTE - SIAPE 1331840
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 26/09/2024 às 21:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/999833?tipoArquivo=O>

Dedico esta pesquisa: aos meus pais, Kleber e Anita; aos meus filhos Kleber e Alexsanderson; a minha namorada Adriana; e a toda comunidade da Barra do Jucu

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos principais culpados por tudo isso, meu pai e minha mãe, Kleber e Anita.

Aos meus mecenas tio Maurício, tia Louretti e família.

Aos meus filhos Kleber e Alexsanderson.

Aos meus irmãos Augusto, Alexandre e suas famílias.

A minha avó Esther que muito influenciou a minha formação.

Aos meus padrinhos Rogério e Eliane, amigos carinhosos.

A minha namorada Adriana, que teve muita paciência e respeito comigo por esses anos de estudo intenso porque passei agora.

A Vinícios (Burrinho), pelos apoios na pesquisa e ideias construtivas sempre.

A Geovana no apoio logístico, nas transcrições das rodas de conversa e na digitação inicial dos manuscritos, apoio fundamental para o sucesso da empreitada.

A minha orientadora Teresa Rosa, que se tornou uma amiga e que me ajudou muito, com sábios conselhos.

Ao professor Dr. Augusto Mazine, coordenador do curso de Mestrado em Sociologia Política.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UVV, que é uma grande família.

Aos professores Pablo e Marcelo que ministraram a disciplina de Seminário de Pesquisa e que colaboraram com valiosas ideias para o trabalho.

Aos professores que participaram da minha banca de defesa da dissertação: Aline Trigueiro, Augusto Mazine e Carlos Gonçalves.

Aos Mestres Alcides e Honório pelas lições de congo.

A banda mirim de congo, onde toquei e as bandas de congo da Barra, onde sempre toco tambor.

As ondas do Barrão (Peitori) que me ensinaram a surfar.

A Jacaranema e as matas dos arredores da Barra, que muito me ajudaram a conhecer a natureza.

Todos os coautores que me cederam o seu precioso tempo nas rodas de conversa e entrevistas incluídas no trabalho.

Todas as pessoas que tiveram a paciência de me atender em todos os lugares em que fui pesquisar: Arquivo Público Estadual, Biblioteca Pública Estadual, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e as Seções Especiais da Biblioteca da UFES.

A toda a comunidade barrense, da qual faço parte por ter recebido tão bem meus pais, desde 1974, quando fixaram residência neste lugar, onde nasci (1976), constitui família e gosto muito de viver, apaixonado por sua gente, e nosso ambiente natural e cultural.

“Nós, só lutamos pelo que amamos
e só amamos o que conhecemos.”

Kleber Galvêas, em roda de
conversa de 2023.

RESUMO

GALVÊAS BONADIMAN, HOMERO. M.Sc, Universidade Vila Velha-ES, julho de 2024. **História Socioambiental e Cultural do Território do Baixo Rio Jucu: O caso da Barra do Jucu (Vila Velha, ES, Brasil).** Orientadora: Teresa Cristina da Silva Rosa.

A questão de fundo discutida por essa pesquisa é em que medida as memórias evocadas pelos recordadores, a documentação histórico jornalística e a científica sobre as transformações territoriais provocadas pelo desenvolvimentismo capitalista tardio periférico em Vila Velha podem estar contribuindo para a construção da história socioambiental e cultural do Baixo Rio Jucu nas últimas cinco décadas (1970-2020), levando em conta o conceito de resistência local. A partir do contexto histórico “oficial” do território do Baixo Rio Jucu, nós vamos analisar as inúmeras transformações históricas, sociais, ambientais e culturais que ocorreram no território pesquisado sob a influência do desenvolvimentismo, identificando e caracterizando essas transformações territoriais na perspectiva dos sujeitos através de rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais. Além de mapear as ações surgidas no território em foco, ressaltamos a luta pela preservação, manutenção, reprodução e pelo resgate de suas características mais tradicionais relativas ao ambiente, cultura e sociedade, e analisando-as pelo viés da resistência local. Foram realizadas quatro rodas de conversa em 2023-2024, com a participação de 16 recordadores portadores de notório saber sobre as questões ambientais e culturais do território em pesquisa, foram dez horas de gravações transcritas em 240 páginas, além das rodas de conversa ocorridas em 2001 e 2017 expostas no site do Museu Vivo. Das vozes dos sujeitos, esta pesquisa resultou: na formação de uma História Socioambiental e Cultural do território do Baixo Rio Jucu, talvez, ainda preliminar, mas alternativa a história “oficial”; na descrição e análise das transformações territoriais que ocorrem a partir da década de 1970; e no mapeamento dos movimentos e das ações de resistência no território, buscando a preservação, manutenção, reprodução e resgate de suas tradições ambientais, culturais e sociais. Buscamos através desta pesquisa trazer à tona o saber nativo tradicional desse território, que está ficando

esquecido; e, com isso, ajudar a elevar a autoestima dessa população que neste trabalho atua como coautora em todo o processo.

Palavras chaves: território; Baixo Rio Jucu; transformações; rodas de conversa; resistências.

ABSTRACT

GALVÊAS BONADIMAN, HOMERO. M.Sc, University of Vila Velha-ES, July 2024.
Socio-environmental and cultural history of the Lower Jucu River Territory: The Barra do Jucu Case (Vila Velha, ES, Brazil). Supervisor: Teresa Cristina da Silva Rosa.

The fundamental question discussed by this research is to what extent the memories evoked by the rememberers, historical journalistic and scientific documentation on the territorial transformations caused by peripheral late capitalist development in Vila Velha may be contributing to the construction of the socio-environmental and cultural history of the Lower Jucu River in the last five decades (1970-2020), taking into account the concept of local resistance. From the “official” historical context of the Lower Jucu River territory, we will analyse the countless historical, social, environmental and cultural transformations that have occurred in the territory researched under the influence of developmentalism, identifying and characterizing these territorial transformations from the perspective of subjects through round-table discussions, in-depth interviews and informal conversations. In addition to mapping the actions that emerged in the territory in focus, we highlight the struggle for preservation, maintenance, reproduction and rescue of its more traditional characteristics relating to the environment, culture and society, and analyse them from the perspective of local resistance. Four round-table discussions were held em 2023-2024, with the participation of 16 rememberers with notorious knowledge about the environmental and cultural issues of the territory under research, there were ten hours of recordings transcribed into 240 pages, in addition to the round-table discussions that took place in 2001 and 2017 exhibited on the Museu Vivo website. Frow the voices of the subjects. This research resulted in: the formation of a Socio-environmental and Cultural History of the territory of the Lower Jucu River, perhaps, still preliminary, but alternative to “official” history; in the description and analysis of the territorial transformations that occur from the 1970s; and mapping movements and resistance actions in the territory, seeking the preservation, maintenance, reproduction and rescue of its environmental, cultural and social traditions. Through this research, we seek to bring to light traditional native knowledge of this territory, which is being

forgotten; and thereby help to increase the self-esteem of this population that in this work acts as co-author throughout the whole process.

Keywords: territory; Lower Jucu River; transformations; round-table discussions; resistance.

Lista de Figuras

Figura 1- Foto aérea do Rio Jucu nas proximidades de sua foz.....	27
Figura 2- Mapas do Brasil, do Espírito Santo, de Vila Velha e das regiões administrativas de Vila Velha. Destaque em vermelho para a Região Administrativa 5, onde fica o bairro Barra do Jucu.....	29
Figura 3- Fragmentos de cerâmica e instrumentos indígenas encontrados no território do Baixo Rio Jucu.....	38
Figura 4- Palácio do governo e igreja de São Tiago, em 1908	43
Figura 5- Caminhada dos Passos de Anchieta	44
Figura 6- Ruínas jesuíticas da Fazenda de Araçatiba em Jaguaruçu (Vila Velha-ES): Entrepósito e trapiche nas proximidades do Canal de Camboapina	49
Figura 7- Margem do rio Araçatiba, afluente do Jucu, nas proximidades da sede da fazenda de Araçatiba, com canoa em trapiche, sem autor, década de 1910	51
Figura 8- Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e sede da Fazenda de Araçatiba, em Viana (ES). Nota-se a presença do casarão, ainda de pé na foto no início do séc. XX, ao lado da torre da Igreja	53
Figura 9- Desenho em bico de pena de Friedrich Paul Sellow, retratando o rio Doce no início do séc. XIX	61
Figura 10- Itinerário da viagem de Saint Hilaire ao Espírito Santo, em outubro de 1818	65
Figura 11- Ponte sobre o Rio Jucu em Santa Isabel, foto tirada pelo pioneiro da fotografia no Espírito Santo Victor Frond, 1860, ilustrando o livro ‘Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça’	67
Figura 12- Vista aérea parcial do bairro Barra do Jucu, com vista para os lugares de memória materiais paisagísticos do território	81
Figura 13- Foto aérea do Morro da Concha, mostrando a carreira de redes da Barra do Jucu	84
Figura 14- Trasmalhos, rede de pesca utilizada na carreira de redes na Barra do Jucu	85
Figura 15- Alguns dos peixes mais pescados na Barra: xaréu, sarda, guaibira, baiacu, tainha e robalo	85
Figura 16- Juquiá de pegar camarão, feito por Seu Honório de Oliveira Amorim, década de 1980	87

Figura 17- Camarão Pitu verdadeiro	88
Figura 18- Guoiamum	89
Figura 19- Braço do Rio Morto em destaque	90
Figura 20- Foz do Rio Jucu em dia de forte vazão	91
Figura 21- Ilha da Pescaria, Barra do Jucu (Vila Velha, ES)	92
Figura 22- Praia da Concha com destaque para as baiteiras dos pescadores	93
Figura 23- Pescadores partindo da Praia da Concha em sua baiteira	94
Figura 24- Batelão, canoa feita de um único tronco de árvore	95
Figura 25- Peixe Muçum	98
Figura 26- Camboatá	99
Figura 27- Rio do Congo ou Piauí poluído. A natureza teima em resistir, garça com a cabeça enfiada em uma sacola	100
Figura 28- Lixo e esgoto no rio do Congo	101
Figura 29- Jacupemba e Ererê	102
Figura 30- Jacaré do papo amarelo	102
Figura 31- Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, com destaque em vermelho para o Baixo Rio Jucu, território pesquisado neste trabalho	104
Figura 32- Foz do Rio Jucu, Estuário e Manguezal	110
Figura 33- Perfil de canoa com capacidade de até 90 volumes (sacas)	114
Figura 34- Porto de Canoas	116
Figura 35- Caderneta de matrícula para tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo, de Joaquim Pinto da Silva, pai de Alcides Gomes da Silva	117
Figura 36- Caderneta de matrícula para tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo de Alcides Gomes da Silva	118
Figura 37- Caderneta de matrícula para tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo de Virgílio Silva o Mestre Zé Silva, filho de Alcides Gomes da Silva	119
Figura 38- Antiga Ponte da Madalena, onde era a Ponte Velha do Rio Jucu	121
Figura 39- Fotos das rodas de conversa realizadas em 2023	132

Figura 40- Nuvem de palavras elaborada no site Voc.Ai e edição no Canva, com filtro de cinco letras por palavra	135
Figura 41- Nuvem de palavras elaborada no site Voc.Ai e edição no Canva com filtro de palavras com três letras	136
Figura 42- Foto da época da construção da Praça Pedro Valadares, em 1963	142
Figura 43- Foto da Ponte Velha do Rio Jucu (atual Ponte da Madalena) na época da enchente de 1960	143
Figura 44- Represa do Rio Jucu, construída pela CESAN, em 1968	147
Figura 45- Vista aérea do Dique de Guaranhuns (do Rio Jucu) destacando o Rio Jucu e o Dique	150
Figura 46- Casa de Estuque coberta por sapê	153
Figura 47- a-Derrame de esgoto industrial em direção ao Rio Jucu, b-Canal do Araçás (esgoto), cheio de lixo	154
Figura 48- Bagre Africano	157
Figura 49- Foz do Rio Jucu obstruída por areia, trator abrindo a foz	159
Figura 50- Morte de 10 toneladas de peixe na foz do Rio Jucu	160
Figura 51- Canal do Congo ou Rio Piauí nas proximidades do estuário do Jucu ..	161
Figura 52- Lagoa de Jabaeté	162
Figura 53- Areais da Região Administrativa 5 de Vila Velha. Destaque a extração de areia na área do Exército na Barra do Jucu	163
Figura 54- Prédios do litoral norte de Vila Velha	164
Figura 55- Paulo César Vinha discursa no ato do Prefeito Vasco Alves, de embargo dos areais em Barra do Jucu. Logo depois ele seria assassinado, registro em abril de 1993	175
Figura 56- Protesto no Parque de Setiba contra o assassinato do biólogo Paulo César Vinha, com a participação do médico Marcos Ortiz	176
Figura 57- Mangue do estuário do Rio Jucu e Manguezal poluído	177
Figura 58- Barracões dos Pescadores na Praia da Concha 1982	179
Figura 59- Rodovia do Sol em frente a Barra do Jucu, dividindo e fragmentando o território	182
Figura 60- Rodovia do Sol dividindo o Parque de Jacaranema, destaque para Rodovia do Sol	183

Figura 61- Conglomerado Urbano da Grande Terra Vermelha	185
Figura 62- Rio do Congo poluído com lixo e esgoto	190
Figura 63- Descida ecológica do Rio Jucu, em 2007	197
Figura 64- Protesto contra a poluição do Rio Jucu após a morte de 10 toneladas de peixes na foz do Rio	200
Figura 65- Antiga logomarca da AmaBarra feita por César Guedes	201
Figura 66- Logotipo do Barra Limpa	202
Figura 67- Logotipo do INJAPA	203
Figura 68- Logotipo do Museu Vivo feito por César Guedes	208
Figura 69- Logotipo do Projeto Barra de Rendas feito por César Guedes	210
Figura 70- Vala aberta no Parque de Jacaranema, em Vila Velha, durante a enchente de 2013	218
Figura 71- Bairro Pontal das Garças afetado pela inundação do Jucu em 2013 ..	222
Figura 72- Visão aérea panorâmica do impacto provocado pela ocupação das margens do Rio Jucu na inundação de 2013	223
Figura 73- Panfleto para divulgação do ato em defesa de Jacaranema organizado em 1981	227
Figura 74- Condomínio Riviera Park, vizinho do Parque de Jacaranema	233
Figura 75- Construção do Centro de Educação Ambiental do Parque Natural Municipal de Jacaranema	235
Figura 76- Parque Natural Municipal de Jacaranema	236
Figura 77- Imagem aérea parcial do Parque Natural Municipal de Jacaranema ..	243
Figura 78- Multidão na festa de São Benedito da banda de congo Mestre Alcides, Barra do Jucu (Vila Velha- ES)	252
Figura 79- Mestre Daniel Vieira fabricando seus tambores em sua oficina	254
Figura 80- Homero e Mestre Daniel Vieira tocando congo na oficina de tambores	254
Figura 81- As Madalenas do Jucu, primeiro grupo de congo formado só por mulheres na Barra do Jucu	256
Figura 82- Mestre Alcides Gomes da Silva, da banda de congo da Barra do Jucu	260

Figura 83- Mastro de São Benedito, Antônio Beju, Gisele, Alcides, Ignácia e Maria, foto de 1985	264
Figura 84- Estandarte da banda de congo Mestre Honório representando São Benedito na praia da Barra do Jucu, pintado por Kleber Galvêas	265
Figura 85- Desenho de François Biard, fincada de mastro de São Benedito, banda de congo de indígenas na década de 1860.....	268
Figura 86- Mestre Alcides Gomes da Silva a dir. sentado e Mestre Honório de Oliveira Amorim a esq. em pé, em momento descontraído no fundo do quintal de Kleber Galvêas, em 1978	270
Figura 87- Da esq. para dir. Antônio Beju, Carminha, Martinália, Martinho Da Vila e “Seu Alcides”, em momento de confraternização na Fazenda Camping (1988) ...	272
Figura 88- Mestre Alcides Gomes da Silva no camarim do Teatro Municipal do R.J, 1988	272
Figura 89- LP ‘O Canto das lavadeiras’ de Martinho da Vila lançado em 1989	273
Figura 90- Capa do CD Opereta cabocla, primeiro CD de uma banda de congo gravado no ES, 1999	274
Figura 91- Banda de congo Mestre Honório, 2013	275
Figura 92- Banda de congo Mestre Alcides, 2014	275
Figura 93- Banda de Congo Tambor de Jacaranema, 2013	276
Figura 94- Alguns membros da Banda de congo mirim da Barra do Jucu, fundada em 1988	277
Figura 95- Ilustração de uma casaca feita por Dom Pedro II, 1860	278
Figura 96- Banda Casaca no show de 25 anos de história, em 2024	279
Figura 97- Mestre Alcides Gomes da Silva e Homero 1989	281
Figura 98- Homero, Dona Rosinha e Claudia Fialho fazendo almofada de bilro ..	283
Figura 99- Rendeiras de bilro da Barra do Jucu, em 2021	284
Figura 100- Bernardina a rendeira mais antiga da Barra do Jucu, com registro fotográfico	286
Figura 101- Seu Francisco Firme antigo puxador do carnaval barrense	289
Figura 102- Bloco dos Mascarados	291
Figura 103- A vaquinha, bloco dos mascarados	292
Figura 104- Logotipo do Bloco Surpresa, o maior bloco de carnaval da Barra	293

Figura 105- Multidão no Carnaval do Bloco Surpresa na Barra do Jucu	293
Figura 106- Máscaras confeccionadas durante a oficina de Vinicius Oliveira	297
Figura 107- Exibição de Marujada, 1949. Grupo São Paulo do Morro dos Alagoanos se apresentando no Parque Moscoso	301
Figura 108- Mural do artista Toninho Natural representando as garças do Jucu, localizado na praça central do bairro	305
Figura 109- Morro e Praia da Concha	306
Figura 110- Desenho ganhador do concurso para ilustrar a capa do livro eletrônico editado no site do Museu Vivo da Barra do Jucu, sobre a história do tesouro do Morro da Concha	307
Figura 111- Imagem aérea do Morro da Concha, com destaque no centro do quadrado azul para a escavação realizada pelo francês Charles Baffet, em busca do suposto tesouro do Morro da Concha	315

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação Final dos Assuntos mais Abordados nas Rodas de Conversa e legenda das Cores Empregadas na Análise Temática	133

LISTA DE SIGLAS

A.P	Antes dos Portugueses
ABAPA	Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta
ABC	Associação Barrense de Canoagem
ABECA	Associação Beneficente da Criança e Adolescente
AmaBarra	Associação de Moradores e Amigos da Barra
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
ASBJ	Associação de Surf da Barra do Jucu
Avidepa	Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental
BJ	Barra do Jucu
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CESAN	Companhia Espírito-santense de Saneamento
COFAVI	Companhia de Ferro e Aço de Vitória
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Consema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
D.C	Depois de Cristo
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INJAPA	Instituto Jacaranema de Pesquisa Ambiental
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPES	Ministério Público do Espírito Santo
NASA	Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica-Agência Espacial dos EUA
ONG	Organização Não-Governamental

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDM	Plano Diretor Municipal
PMVV	Prefeitura Municipal de Vila Velha
PNMJ	Parque Natural Municipal de Jacaranema
RA5VV	Região Administrativa 5 de Vila Velha
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
SEAMA	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SECULT-ES	Secretaria da Cultura do Estado do ES
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJES	Tribunal de Justiça do Espírito Santo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UVV	Universidade Vila Velha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 OS TEMPOS PASSADOS: A HISTÓRIA DO BAIXO RIO JUCU	36
2.1 OS PRIMEIROS HABITANTES DESSAS TERRAS E OS JESUÍTAS DO LUGAR: A FORMAÇÃO POPULACIONAL DO TERRITÓRIO	36
2.2 A FAZENDA DE ARAÇATIBA: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	46
2.3 A HISTÓRIA AMBIENTAL	54
2.3.1 Viajantes estrangeiros: construindo a história ambiental do Baixo Rio Jucu	58
2.3.2 Maximiliano, Freyreiss e Sellow	60
2.3.3 Auguste de Saint-Hilaire	64
2.3.4 Johann Jakob Von Tschudi	66
2.3.5 Charles Frederick Hartt	67
2.4 RELATOS DE CAPITÃES E PRESIDENTES DA PROVÍNCIA	69
2.4.1 Francisco Alberto Rubim 1812 – 1818	70
2.4.2 Ignácio Accioli de Vasconcelos 1823 – 1828	70
3 O BAIXO RIO JUCU NO PERÍODO ANTERIOR ÀS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ A DÉCADA DE 1970	74
3.1 MEMÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIAS	74
3.2 SABERES TERRITORIAIS E INTELIGÊNCIA NATIVA SOBRE A PESCA E A PEQUENA AGRICULTURA: BASE DA ECONOMIA LOCAL TRADICIONAL	81
3.3 CAÇADORES E CAÇAS	99
3.4 O RIO JUCU E SEUS CANOEIROS	103
3.5 A POLÍTICA NO TERRITÓRIO	120
4 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO BAIXO RIO JUCU	125
4.1 AS RODAS DE CONVERSA	125
4.1.1 O papel de moderadores e relatores da roda	126

4.1.2 Organizando a roda de conversa: o convite aos recordadores	127
4.1.3 Organizando a roda de conversa: local e horário	128
4.1.4 Organizando a roda de conversa: planejamento e infraestrutura	128
4.1.5 A dinâmica da roda	128
4.1.6 As análises das narrativas	131
4.1.7 Comentando a tabela	134
4.1.8 Nuvem de palavras	135
4.2 A BARRA DO JUCU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	137
4.3 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO BAIXO RIO JUCU	146
4.3.1 O Rio Jucu hoje	146
4.3.2 Os areais	162
4.3.3 O manguezal e a pesca	176
4.3.4 As estradas e as indústrias locais	181
4.3.5 A formação da Grande Terra Vermelha	184
4.3.6 Alguns reflexos das transformações para a Barra do Jucu	191
5 A RESISTÊNCIA AMBIENTAL NO BAIXO RIO JUCU	195
5.1 OS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E RESISTÊNCIA COTIDIANA	210
5.2 A RESISTÊNCIA LOCAL SEGUNDO ESCOBAR: UM EXEMPLO MARCANTE NO PERÍODO DAS GRANDES INUNDAÇÕES DE 2013	216
5.3 JACARANEMA DESDE OS SEUS PRIMÓRDIOS: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DE LUTAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS	225
5.3.1 Linha do tempo da luta por Jacaranema	236
6 A RESISTÊNCIA CULTURAL NO TERRITÓRIO DO BAIXO RIO JUCU	246
6.1 CULTURA POPULAR EM CANCLINI	246
6.2 O CONGO DO BAIXO RIO JUCU	251
6.3 A RENDA DE BILRO	282
6.4 O CARNAVAL TRADICIONAL DA BARRA DO JUCU	288
6.5 OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO TERRITÓRIO	299

6.6 O MORRO DA CONCHA	305
6.7 O TESOURO DO MORRO DA CONCHA	306
6.7.1 A independência das colônias espanholas na América do Sul	307
6.7.2 O tesouro da Catedral de Lima	309
6.7.3 Quem foi Charles Baffet?	310
6.7.4 O Morro da Concha	311
6.7.5 Charles Baffet fica sabendo da existência do tesouro	312
6.7.6 Como Charles Baffet chega à conclusão de que o tesouro estava escondido na Barra do Jucu?	312
6.7.7 As pistas sobre a localização do tesouro	313
6.7.8 A caçada ao tesouro	314
6.7.9 O fim da aventura	316
6.8 EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA LOCAL	317
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	330
FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA	337

1 INTRODUÇÃO

Essa primeira seção da pesquisa é dedicada a uma introdução geral aos assuntos pesquisados, começando com uma abordagem pessoal do meu envolvimento com o campo de pesquisa, desde o nascimento até hoje. Em seguida é feito um rápido histórico e uma localização territorial do Baixo Rio Jucu, seguido de uma sucinta abordagem inicial sobre as transformações territoriais e as resistências a essas mudanças, além de uma rápida demonstração das metodologias empregadas na pesquisa.

Como morador da Barra do Jucu desde que nasci, em 1976, convivi com as transformações pelas quais passou a região. Desde criança estou presente nos movimentos sociais e nas manifestações culturais locais. Meu primeiro presente de aniversário foi um tambor de congo recebido do Mestre, da banda de congo da Barra do Jucu (BJ), Mestre Alcides Gomes da Silva, na época. Desde muito novo, portanto, estou envolvido nas bandas de congo da região, no crítico e alegre Carnaval local e na tradicional Folia de Reis da Barra. Também participo dos movimentos ambientais do bairro como os protestos em favor da preservação do atual Parque Natural Municipal de Jacaranema; das Descidas Ecológicas do Rio Jucu¹ e de manifestações contra a exploração indiscriminada de areia na região, para o uso na construção civil. Além disso, também colaborei na execução de dois Zoneamentos Ambientais do Parque de Jacaranema, um em 2003 e outro em 2013.

Vale também destacar que há dez anos atuo como professor de História na Escola Municipal UMEF Dr. Tuffy Nader, localizada na Barra do Jucu. Ao longo desse período, executei vários projetos de aulas de campo pela Barra, destacando os aspectos históricos, ambientais, sociais e culturais da localidade. Essas aulas, que também envolvem alunos de outras escolas municipais e, inclusive, alunos de instituições de ensino superior, têm como objetivo reforçar a identidade social, ambiental e cultural local e fortalecer os laços de pertencimento à comunidade.

A base teórica dessas aulas de campo surgiu de pesquisas autorais, realizadas entre os anos de 1996 e 2005. Os resultados destas foram publicados no

¹ Trata-se de protestos anuais em defesa desse manancial que abastece 65% da Grande Vitória. Sobre as Descidas, conferir o acervo do Museu Vivo da Barra do Jucu. Disponível em: <https://museuvivodabarradojucu.com.br/project/rio-jucu-descida-ecologica/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ano de 2006 no livro “A História da Barra do Jucu Gênese da Cultura Capixaba”. Desenvolvimento Sociocultural da Grande Vitória.² A maioria dos resultados destas pesquisas decorrem de entrevistas e rodas de conversas realizadas com moradores locais. Essa metodologia teve como objetivo levantar dados sobre os conhecimentos relevantes da Barra do Jucu, em seus aspectos culturais, ambientais, sociais e históricos.

No processo de pesquisa, pude perceber que um fato importante é a *resistência* e a luta pela preservação cultural e ambiental da Barra, que sempre andaram juntas e que ganharam um impulso especial com a fundação, em 2016, do Museu Vivo da Barra do Jucu – tive a oportunidade de participar desse processo³. Este museu surgiu de movimentos culturais, tais como a Culturada Viral⁴, ocorrida em 2015, e o resgate da produção de rendas de bilro no bairro, a partir de 2016, um saber-fazer que estava em declínio na região. Com relação ao aspecto ambiental, vale também citar a Associação de Surf da Barra do Jucu (ASBJ), criada em 1982, da qual faço parte. Isso porque, na Barra do Jucu, o surf, mais do que um esporte em si, sempre esteve vinculado à luta pela preservação ambiental e cultural da região.

Com relação à localização, a Barra do Jucu está inserida na planície do Rio Jucu, em sua parte onde o Rio é navegável (aproximadamente cerca de 35 km). Esta planície se estende da barra do Rio Jucu, ou seja, da sua foz, até a Pedra Mulata, no Município de Viana, local da primeira cachoeira do rio. Na faixa litorânea, a planície se estende até a Ponta da Fruta, no extremo sul de Vila Velha, na divisa com o Município de Guarapari. A oeste, perpassa os Municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana e Guarapari, alcançando boa parte da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu. Atualmente, o Rio Jucu fornece água para 65% da população da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), e a muitas propriedades rurais e indústrias.

O Rio Jucu nasce nas proximidades da Pedra Azul, atual Município de Domingos Martins, percorrendo cerca de 167 km até encontrar o mar, cortando os

² O livro contou com financiamento da Metalúrgica União, empresa localizada na Barra do Jucu. O livro resulta de pesquisas realizadas por mim durante a graduação e a pós-graduação Lato Sensu em História, cursadas na UFES, entre os anos de 1994 e 2003, sob a orientação dos professores, Dr. Sebastião Pimentel Franco e Dr. Ricardo da Costa.

³ Participando dos grupos de trabalho sobre meio ambiente, cultura e educação. Além de várias reuniões da diretoria na época da formação da entidade.

⁴ Este evento reuniu manifestações culturais das mais várias matizes, esportes aquáticos radicais, palestras etc. Uma das palestras foi proferida por mim tendo por base o meu livro sobre a História da Barra do Jucu.

Municípios de Marechal Floriano e, depois novamente, o de Domingos Martins, onde se juntam: o Braço Norte e o Braço Sul. Isso na divisa com o Município de Viana. Nesse último Município, se inicia o seu curso navegável, justamente na Pedra Mulata, daí ele segue navegável até desaguar junto ao Morro da Concha (fig. 1), situado no centro histórico da Barra do Jucu, o foco desta pesquisa. Os seus principais afluentes são os rios: Araçatiba, Jacarandá, Jucunema, Formate, Marinho, Canal Guaranhuns e Congo (CAUS, 2012, p.131). O historiador Basílio Daemon (1879) diz que o Rio Jucu tinha um trecho navegável por canoas e até pequenos vapores. Navegando pelo rio Jacarandá, segundo este autor, chegava-se à sede da Fazenda Araçatiba, uma das maiores do litoral brasileiro nos períodos colonial e imperial (Daemon, 1879).

Figura 1 – Foto aérea do Rio Jucu nas proximidades de sua foz na Barra do Jucu, com vista parcial do Parque Natural Municipal de Jacaranema, da Rodovia do Sol (à direita), da Barra do Jucu ao fundo e da Grande Terra Vermelha (também à direita).



Fonte: [Fotos antigas da Barra do Jucu](#) (acesso 09 de junho de 2024)

Com relação ao Rio Jucu, um dos elementos centrais que atravessa a história de resistência local, o historiador Heribaldo Lopes Balestrero (1979, p. 55), argumenta que o Rio⁵ era navegável da foz até a povoação de Pedra Mulata, um trecho de 35 km de extensão. No passado, com maior volume de água e vazão mais

⁵ Estamos usando Rio com letra maiúscula por considerar o Rio Jucu como uma “individualidade” marcante do território barrense e um dos seus principais lugares de memória.

lenta, por conta da maior quantidade de meandros (curvas do rio), as condições de navegação eram mais favoráveis (BALESTRERO, 1979, p. 56).

Desde finais da década de 1980, a Associação Barrense de Canoagem (ABC), organiza a Descida Ecológica do Rio Jucu, que percorre quase todo o curso navegável do rio, partindo da localidade de Jucu, em Viana, e chegando na Barra do Jucu, o que dá mais de 30 km. Esse evento é um protesto contra a poluição que afeta o Rio⁶.

Existem diferentes versões para o nome Jucu. O nome do Rio, um termo em língua Tupi, que se refere à sua extensão e navegabilidade, “significa rio espraiado ou rio que chega ao mar”⁷. Contudo, este não foi o primeiro nome dado a esse Rio. No começo da colonização, o Rio era denominado pelos moradores da região de Rio Peixe Verde, em homenagem ao cacique Pira-Obig (em português significa peixe-verde), indígena Tupiniquim, aldeado na região pelos jesuítas. Passadas algumas décadas da chegada dos portugueses, passou a ser chamado de Rio Jucu (talvez por corruptela da palavra “junco”, tabúa, vegetal abundante em suas margens). Outro significado encontrado para a palavra “jucu” que também tem origem na língua tupi-guarani, e mais especificamente no termo “yucu”, que significa “rio das palmeiras”⁸. Jucu também pode ser encontrado como variedade de canela⁹ (árvore de mata ciliar).

Ainda sobre a localização do território objeto da pesquisa atual, destaca-se que a Barra do Jucu é um território que faz parte do Município de Vila Velha, região centro litorânea do Estado do Espírito Santo (Brasil), e compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)¹⁰. A Barra do Jucu (BJ) é um bairro localizado no litoral sul do Município, compondo a Região Administrativa 5 (RA-5), (fig. 2), sendo delimitado a leste pelo Oceano Atlântico; a oeste pela Rodovia do Sol, e pelos bairros da Grande Terra Vermelha e Santa Paula I e II; ao norte pelo Rio Jucu

⁶ Poluição provocada principalmente pelo despejo de esgoto doméstico e industrial in natura em seu leito.

⁷ Verbetes retirados do dicionário Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil/ Eduardo Navarro, ed. Global, 2013.

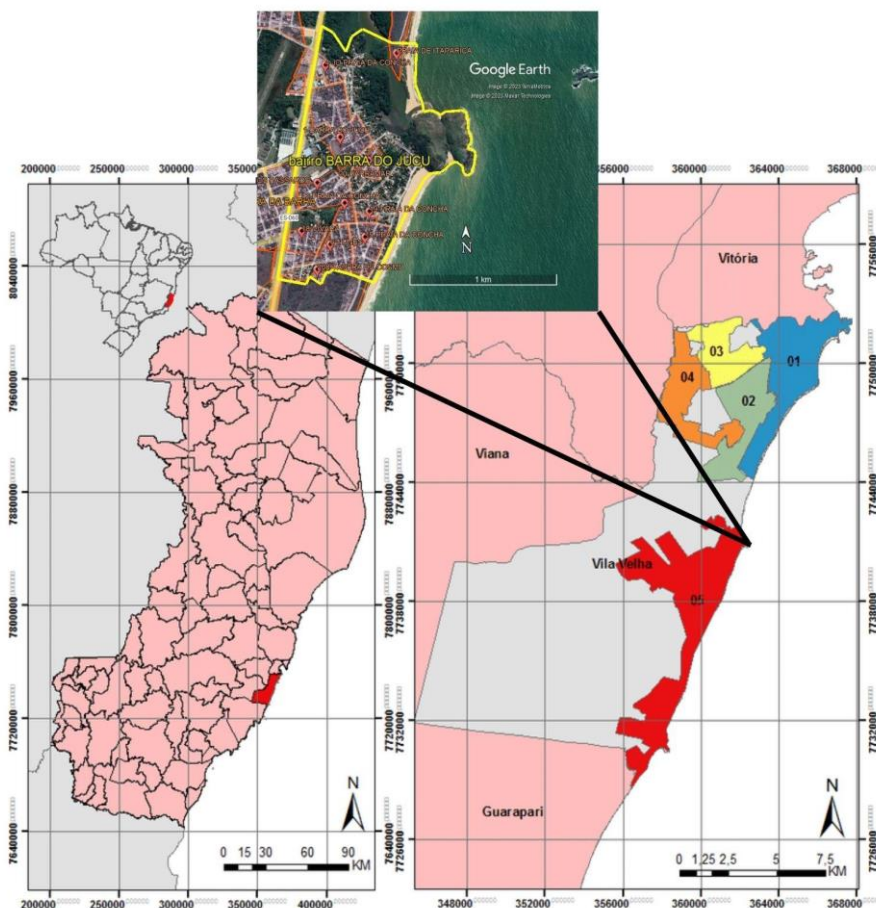
⁸ <https://enciclopedia.cursos-courses-online.edu.pl/blogs/jucu/jucu-284375#:~:text=A%20palavra%20%22jucu%22%20tem%20origem,significa%20%22rio%20das%20p%20almeiras%22>.

⁹ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/jucu>

¹⁰ A Região Metropolitana da Grande Vitória é composta pelos seguintes municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

e o Parque Natural Municipal de Jacaranema (jacaré que catinga); e, ao sul por uma área de mata de restinga, já degradada, e pelo bairro Praia dos Arrecifes.

Figura 2 – Mapas do Brasil, do Espírito Santo, de Vila Velha e das regiões administrativas de Vila Velha. Destaque em vermelho para a Região Administrativa 5, onde fica o bairro Barra do Jucu



Fonte: Almeida, Rhaiani & Jesus, Luciana Aparecida & Ramos, Larissa. 2017, [site resear](#) (acesso 09 de junho de 2024)

Com esta pesquisa, pretendo realizar uma discussão sobre a História Socioambiental e Cultural do território do Baixo Rio Jucu, destacando o período entre as décadas de 1970 e 2020, a partir de elementos levantados em entrevistas e rodas de conversa. O intervalo das cinco décadas se justifica por ocorrerem grandes mudanças na região, cujas incidências foram percebidas tanto na esfera social como nas esferas ambientais, ecológicas, culturais e econômicas. Com esse levantamento, portanto, almejo descrever e analisar as transformações territoriais e as ações de resistência da população, que visaram e visam à preservação da identidade local na

perspectiva dos participantes das rodas de conversa, considerados aqui como sendo recordadores e coautores. Para isso, a pesquisa mobilizou os conceitos de território e territorialidade explorados em Rogério Haesbaert e de resistência cultural e ambiental, ontologia política e pluriverso a partir de Arturo Escobar, dando também especial atenção aos conhecimentos dos atores locais de notório saber e mais antigos do lugar, obtidos por meio de entrevistas em profundidade e rodas de conversa.

A questão de fundo discutida por essa pesquisa é em que medida as memórias dos sujeitos e a documentação histórica e jornalística sobre as transformações territoriais provocadas pelo desenvolvimentismo capitalista tardio periférico na Grande Vitória e em Vila Velha, podem estar contribuindo para a construção da história socioambiental e cultural do Baixo Rio Jucu nas últimas cinco décadas (1970-2020), levando em conta o conceito de resistência local?

A partir do contexto histórico “oficial” do território do Baixo Rio Jucu, nós vamos analisar as inúmeras transformações históricas, sociais, ambientais e culturais que ocorreram no território pesquisado sob a influência do desenvolvimentismo capitalista tardio em Vila Velha. Identificar e caracterizar essas transformações territoriais na perspectiva dos moradores através de rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais concedidas por atores portadores de conhecimentos relevantes sobre o território pesquisado. Além de mapear as ações surgidas no território em foco no que diz respeito à luta pela preservação, manutenção, reprodução e resgate de suas características ambientais, culturais e sociais, e analisá-las levando em conta o conceito de resistência local.

Enfim, este estudo terá como um de seus objetivos de pesquisa investigar como as transformações territoriais na Barra do Jucu, ainda hoje, na década de 2020, se aprofundam e como algumas novas problemáticas surgiram principalmente nos últimos 20 anos, tais como: a obstrução da foz do Rio Jucu que tem ocorrido várias vezes, inclusive com a atuação da população local e da PMVV para abrir esta foz (G1-ES, 05/01/2016, 18/05/16, 28/08/16 e 26/10/16)¹¹, podendo estar relacionada à

¹¹ Só em 2016 a foz do rio Jucu ficou obstruída 8 vezes, sendo que na última vez no dia 26/10/16, por falta de oxigenação na água, morreram cerca de 10 toneladas de peixes. Gorriti, E.. Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Notícia do G1-ES. Foz do Rio Jucu, em Vila Velha, ES, é reaberta pela 4ª vez este ano. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 18, maio

diminuição da vazão do Rio Jucu (COELHO, DEINA, 2017); a mortandade de peixes, principalmente, entre os anos de 2015 e 2017¹²; a diminuição na quantidade de pescado na Barra do Jucu nos últimos anos, o que é relatado pelos pescadores do bairro; a poluição relacionada ao aumento no derrame de esgoto no Rio Jucu em função da ocupação urbana (Galvêas, 2006); a degradação acelerada das áreas de restinga; a exploração das zonas de areais restantes; o crescimento acelerado e desordenado da Região Administrativa 5 de Vila Velha.

Segundo alguns entrevistados, a Barra do Jucu se destaca no cenário estadual como um polo de identidade socioambiental e cultural (Entrevistas e rodas de conversa com Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, 2001 e 2023). Realizamos então um estudo aprofundado sobre a rica realidade de uma das comunidades de considerável representatividade no cenário cultural e ambiental espírito santense. Por exemplo, a primeira área ambiental tombada no Espírito Santo como sendo de notório valor paisagístico é a área do Parque Natural Municipal de Jacaranema (PNMJ)¹³. O processo de criação do atual PNMJ ocorreu graças ao pedido de tombamento junto ao Conselho Estadual de Cultura (CEC) feito pela banda de congo da Barra do Jucu na década de 1980 (1983), segundo depoimento em entrevista e rodas de conversa com moradores locais (Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton), realizadas em 2001 e 2023.

Para tanto, a pesquisa tem como instrumentos de coleta de dados o levantamento documental e bibliográfico, as entrevistas, as conversas informais e as rodas de conversas com recordadores que dispõem de notório saber sobre a região no aspecto ambiental e cultural. Vale destacar que parte das rodas de conversa já foi

de 2016. Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/05/foz-do-rio-jucu-em-vila-velha-es-e-reaberta-pela-4-vez-este-ano.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Foz do Rio Jucu é reaberta pela 7ª vez em Vila Velha, ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 28, ago. de 2016, Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/08/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-pela-7-vez-em-vila-velha-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Braga, T.; Arpini, N.. Moradores abrem a foz do Rio Jucu por medo de novas inundações. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 05, jan. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/moradores-abrem-foz-do-rio-jucu-por-medo-de-novas-inundacoes.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

¹² G1-ES, 26/10/2016-Notícia a morte de 10 toneladas de peixes na foz do Rio Jucu. Gorriti, E.. Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

¹³ Link do endereço oficial do Parque Natural Municipal de Jacarenema, Hospedado no site da Prefeitura Municipal de Vila Velha (<https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PNMJ.pdf>).

realizada entre os anos de 2001 e 2017 e uma terceira incursão ao campo foi iniciada no momento do ingresso no mestrado (2022-2024). Neste último período, foram realizadas quatro rodas de conversa em 2023 com a participação de 16 recordadores portadores de notório saber sobre o território da pesquisa, totalizando dez horas de gravações transcritas em 240 páginas; isso, além das rodas de conversa ocorridas em 2001 e 2017 expostas no site do Museu Vivo (<https://museuvivodabarradojucu.com.br/>). Com isso, foi possível comparar informações adquiridas em três momentos históricos diferentes, enriquecendo a pesquisa com novos dados. Vale também destacar que vários entrevistados das duas primeiras incursões a campo (2001-2017) faleceram e, agora, a pesquisa também está a mobilizar sujeitos de uma nova geração para participarem das rodas de conversa. Em virtude disso, dados mais atuais foram incorporados

A principal metodologia utilizada é a pesquisa participante, através do levantamento da história oral, por meio da análise da tradição da resistência territorial e da história ambiental, configurando-se numa memória transcrita a partir de rodas de conversa e de conversas informais. Como a pesquisa participante é um método de pesquisa qualitativa muito comum em ciências humanas, sugerindo a inserção do pesquisador num campo de investigação formado pela vida social, ambiental e cultural de um outro, sujeito da pesquisa próximo ou distante. É este o convocado a participar da investigação na qualidade de *co-laborador*, interlocutor ou informante. Este tipo de pesquisa, como destaca Schmidt (2006, p. 13-15), “pode abrigar a diversidade e a pluralidade de modos de viver e pensar a alteridade e a autorreflexão na produção do conhecimento sobre a diversidade humana.”

Na pesquisa participante, o pesquisado deixa de ser o elemento central da análise do objeto de estudo e da intervenção e passa a condição de sujeito de um conhecimento e agente de uma transformação social. A questão do agir coletivo se torna essencial, uma vez que “há uma espécie de respeito pelo outro que se concretiza no interesse por seus modos de viver, sentir e pensar, sem cobrar que ele seja o que não é” (SCHMIDT, 2006, p. 16-17). Nesse processo, o recurso a diferentes vozes é acompanhado da valorização da *memória*, da história oral e das biografias ou histórias de vida. O trabalho de campo é fundamental, e deve ter como condição incorporar o outro e ser incorporado por ele em alguma medida (SCHMIDT, 2006):

A pesquisa participante e o texto que dela deriva, produz efeitos de reconhecimento e desconhecimento de lugares de identidade e alteridade, produzindo, também, efeitos de conhecimento no par pesquisador/interlocutor, efeitos de conhecimento de si, do outro e do processo de constituição do encontro etnográfico, bem como de sua função ou utilidade para ambos (SCHMIDT, 2006, p. 29-30).

De acordo com Schmidt (2006), “como ensaios ou exercícios de comunidades interpretativas, a pesquisa participante, na questão da autoria, contém, virtualmente, a coautoria” (SCHMIDT, 2006, p. 38). Por isso o destaque que será dado nesta pesquisa aos resultados do trabalho de campo, através da recolha de dados por meio de rodas de conversa e entrevistas: a coautoria pode se afirmar como uma consequência da pesquisa como diálogo.

As rodas de conversa e entrevistas são importantes para o desenvolvimento da pesquisa, não constando de questionários fechados. Foram planejados os assuntos fundamentais em tópicos a serem abordados, sendo que os recordadores tiveram a liberdade para desenvolver seu raciocínio sobre esses assuntos de importância para a pesquisa ou outros assuntos que consideraram relevantes. Todos tiveram o direito de se expressar com o máximo de paridade possível e antes de ter a sua fala e imagem registradas e utilizadas na pesquisa, tiveram acesso a um termo de concessão de fala e de imagem.

No trabalho foram utilizadas as fontes jornalísticas com conteúdo sobre a região em estudo, tais como os jornais A Gazeta e A Tribuna, bem como revistas variadas e mapas. A utilização de mapas é fundamental para a localização geográfica do *território* pesquisado. Já as fontes jornalísticas trouxeram muitas informações recentes sobre desastres ambientais e processos de resistência social, ambiental e cultural ocorridos no *território*, e que foram observadas na pesquisa de forma a exemplificar os fatos levantados pelo estudo.

Neste trabalho utilizamos marcos da história ambiental e também da história cultural que deram base a nossa análise que mesclou a descrição, com a crítica social e ambiental, necessária a um trabalho de cunho sociológico e histórico. Pretendemos assim ter feito uma descrição e análise crítica da história socioambiental e cultural da região do Baixo Rio Jucu. Trabalho prazeroso, que estamos dispostos a realizar, com a ajuda da professora-orientadora. A investigação proposta pode ser entendida como uma introspecção, isto é, uma observação de alguém inserido no âmago da população, e no território alvo da pesquisa.

Enfim, um dos objetivos deste trabalho é reconhecer a nossa identidade local, a qual é ainda pouco conhecida no meio acadêmico, acreditando que, com essa missão, se dará força à autoestima dos habitantes deste *território*, ampliando as informações sobre a nossa formação ambiental e cultural, pouco conhecida por grande parte da população

A primeira seção da pesquisa é dedicada a uma introdução geral aos assuntos pesquisados, começando com uma abordagem pessoal do meu envolvimento com o campo de pesquisa, desde o nascimento até hoje. Em seguida é feito um rápido histórico e uma localização territorial do Baixo Rio Jucu, seguido de uma sucinta abordagem inicial sobre as transformações territoriais e as resistências a essas mudanças, além de uma rápida demonstração das metodologias empregadas na pesquisa.

A segunda seção desta pesquisa aborda o contexto histórico do território do Baixo Rio Jucu, nos períodos colonial e imperial, momento em que está sendo gestada a construção da unidade e da identidade territorial local. Principalmente por meio da grande fazenda jesuítica de Araçatiba, que abrangia praticamente toda a região, e a navegação pelo Rio Jucu e rio Marinho para alcançar Vitória, que colocava as comunidades ribeirinhas em contato permanente, entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza.

A terceira seção da pesquisa aponta o histórico do território do Baixo Rio Jucu, em período logo anterior às grandes transformações que vão ocorrer, a partir da década de 1970. Para melhor compreensão dessas mudanças e de seus impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

No quarto capítulo são identificadas e analisadas essas transformações que ocorrem no território entre as décadas de 1970 e 2020. Para isso foram utilizadas as narrativas de quatro rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território. Dando voz a esses atores da história como coautores da pesquisa.

A quinta seção da pesquisa é dedicada à resistência e a luta da comunidade pela preservação ambiental, mapeando os grupos envolvidos nessas lutas de preservação e as principais ações preservacionistas. Para esse fim também são utilizadas as narrativas das quatro rodas de conversa, entrevistas em

profundidade e conversas informais, realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território. Também dando voz a esses atores da história como coautores da pesquisa.

A sexta seção da pesquisa é dedicada à resistência e a luta da comunidade pela preservação, resgate, manutenção e reconhecimento de sua identidade cultural tradicional, buscando fortalecer a autoestima da população nativa, mapeando as principais ações preservacionistas. Para esse fim também são utilizadas as narrativas das quatro rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais, realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território. Também dando voz a esses atores da história como coautores da pesquisa.

A sétima e última seção da pesquisa é dedicada a uma conclusão, que se atenta a demonstrar os resultados desse estudo, como a formação de um esboço de uma História Socioambiental e Cultural do Território do Baixo Rio Jucu, os impactos das transformações territoriais ocorridas entre as décadas de 1970 e 2020 e as formas de resistências ambientais e culturais empregadas pela população local.

2 OS TEMPOS PASSADOS: A HISTÓRIA DO BAIXO RIO JUCU

A segunda seção desta pesquisa aborda o contexto histórico do território do Baixo Rio Jucu, nos períodos colonial e imperial, momento em que está sendo gestada a construção da unidade e da identidade territorial local, principalmente por meio da grande fazenda jesuítica de Araçatiba, que abrangia praticamente toda a região, e a navegação pelo Rio Jucu e rio Marinho, para alcançar Vitória, que colocava as comunidades ribeirinhas em contato permanente, entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza. Pesquisando desde os indígenas que viviam aqui antes da chegada dos portugueses, até a navegação pelo Rio Jucu, relatamos as principais características do território, e a sua formação populacional, em diferentes fases desse processo histórico.

2.1 OS PRIMEIROS HABITANTES DESSAS TERRAS E OS JESUÍTAS DO LUGAR: A FORMAÇÃO POPULACIONAL DO TERRITÓRIO

Os povos nativos que habitavam ou circulavam pelo território do Baixo Rio Jucu bem antes da chegada dos portugueses, eram segundo Rocha (1977) os seguintes:

Botocudos dominantes das florestas da Serra do mar, entre os rios de Contas e o Paraíba; Puris, habitantes do extremo oeste do Espírito Santo ao longo do rio Santa Maria até as montanhas de Minas Gerais; Tupinaés, que ocupavam toda a faixa litorânea de Vitória até o rio Paraíba e os Goitacás dominando o sul capixaba e o norte do Rio de Janeiro (ROCHA, 1977, p. 10).

Esses indígenas se dividiam em dois grandes grupos étnicos: o dos Tupi-Guaranis e o dos Tapuias, que se subdividiam em vários povos e aldeias. Eram grupos muito singulares, mas o principal diferencial característico era que, enquanto o primeiro grupo já mostrava certo sedentarismo, o segundo era nômade. Os conflitos entre esses povos eram constantes e vão ser explorados no futuro pelos colonizadores portugueses para facilitar o seu domínio territorial. Esses povos tinham muitas peculiaridades, assim como dialetos, costumes, formas ritualísticas etc. Era uma sociedade bem heterogênea.

Os Tupinaés faziam parte do grupo Tupi-Guarani enquanto os Goitacás, os Puris Coroados e os Botocudos eram Tapuias. Esses povos estavam em constantes guerras provocadas pelas diferenças culturais e por conta da importância que a terra tinha para eles. Segundo Figueiredo (1949), os Tupinaés haviam conquistado e expulsado os Tapuias dessa parte do litoral no século XIII (D.C.).

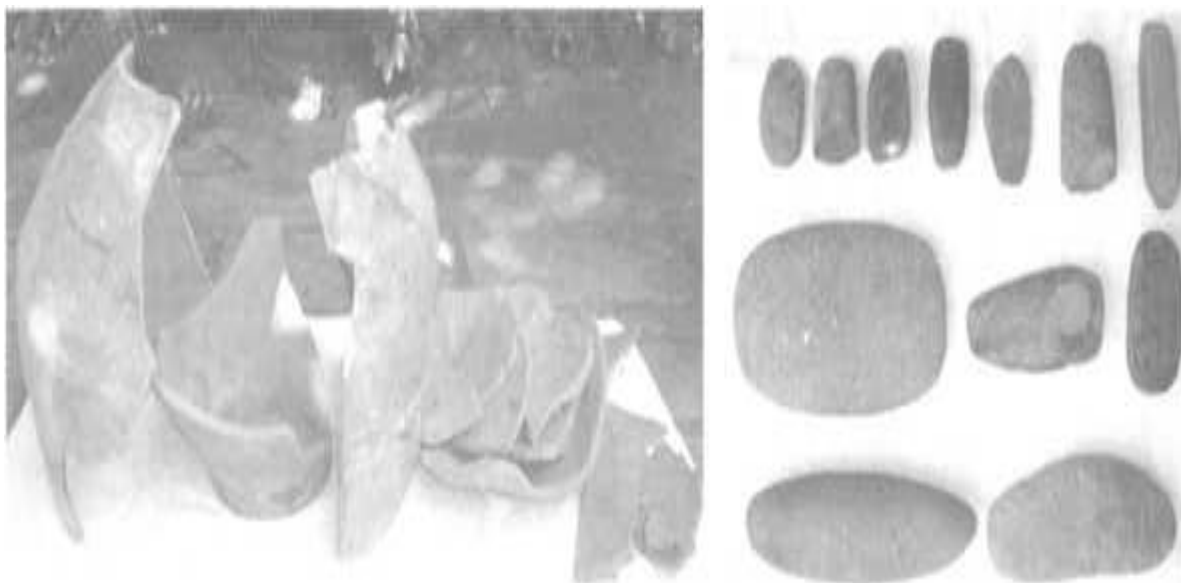
De acordo com Figueiredo (1949), o termo Tapuia é de origem Tupi e significa bárbaro em português. Os Tapuias pertenciam ao macro grupo etnográfico dos Jês. Os Botocudos atacavam com frequência os Tupis-Guaranis, provocando as “correrias” desses indígenas que dominavam o litoral do resto da colônia, exceto a região ao norte do Rio Doce que era dominada pelos Botocudos, um raro lugar da costa do Brasil, onde os Tapuias dominavam o litoral nessa época colonial.

Os colonizadores aproveitando-se desses conflitos históricos, buscaram fragmentar ainda mais essa relação apoiando os Tupi-Guaranis, considerados culturalmente mais próximos aos portugueses, por conta do sedentarismo, pois eles tinham alguns conhecimentos agrícolas.

Conforme Rocha (1977), a influência indígena na região era tão grande que, em 1758 uma Carta-Régia, autoritária e preconceituosa, baniu a utilização de nomes indígenas em novas povoações e, em 1795, as Câmaras Municipais de Vitória e Nova Almeida expediam ordem proibindo o costume de se falar a língua dos silvícolas em toda a capitania, evitando-se assim a corrupção da língua portuguesa, os infratores eram sujeitos às penas de prisão.

De acordo com alguns entrevistados, antigos moradores da região da Barra do Jucu, antigamente, um caminho dos indígenas alcançava o litoral neste ponto. Machados de pedras também conhecidos como “pedras de raio” ou “coriscos”, encontrados aqui na Barra do Jucu e em Itapuera, localidade próxima. Além de facas de pedra e urnas funerárias de cerâmica, atestam a presença deles nesse território. O entrevistado Geraldo Pignaton, em 2001, possui um pequeno acervo de facas e machados de pedra, encontrados no entorno da Barra do Jucu. O primeiro na Fazenda Camping, o segundo em Itapuera, um, na antiga fazenda dos Valadares, atual área de tiro do 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha, achados arqueológicos na figura 3.

Figura 3- Fragmentos de cerâmica mortuária e instrumentos indígenas de pedra encontrados no território do Baixo Rio Jucu.



Fonte: Galvêas, 2006, p.39, acervo particular Dr. Geraldo Pignaton

Segundo Novaes (1970), as tribos vinham do interior ao mar e aos manguezais para pescar (peixes, ostras, berbigões, sururus, camarões, siris e caranguejos etc.). Ao longo dos séculos deixaram montanhas de cascas e conchas. Preparavam esses alimentos, para levarem as suas aldeias no interior, empregando técnicas para conservação natural e tradicional. O material descartado, acumulado (sambaquis), reduzido à cal, serviu nas construções portuguesas. Os peixes e mariscos eram transformados em farinha ou moqueados para melhor conservação.

No interior do Parque Natural Municipal de Jacaranema, o Arqueólogo barrense, Henrique Valadares encontrou em suas pesquisas para o zoneamento do parque, em 2008, dois sítios arqueológicos com fragmentos líticos (de pedra) e cerâmicos (de barro), identificou dois sambaquis.

Aqui vamos trazer a descrição arqueológica dos dois sítios encontrados em uma análise superficial em Jacaranema, feita por Valadares (2008):

Sítio Jacaranema 01-Sítio a céu aberto localizado entre a estrada de acesso à Santa Paula e a Rodovia do Sol, com sedimento arenoso friável de coloração cinza-claro, pouca quantidade de lascas de quartzo. Sítio amplamente impactado pela implantação de estrada de acesso e retirada de vegetação, se encontra parcialmente destruído. Possui tamanho estimado em 30 m² com ocorrência irregular de material.

Sítio Jacaranema 02-Sítio a céu aberto parcialmente destruído por extração ilegal de areia. Situado em sedimento arenoso friável, areia quartzosa marinha, entre vegetação aberta de clúsias e mata seca de restinga, em terraço marinho. Grande quantidade de lascas de quartzo e um fragmento cerâmico. Seu tamanho estimado está em 500 m de comprimento por 50 m de largura.

Toda concentração de lascas de quartzo nas áreas impactadas se apresentaram nos topos dos montes de areia da extração ilegal, sem nenhuma ocorrência na base das aberturas (VALADARES, 2008, p.27).

De acordo com Valadares (2008),

As evidências arqueológicas encontradas na superfície apresentam características que se filiam à tradição Itaipu, fase Potiri, que seriam grupos de pescadores, coletores e caçadores do litoral que teriam vivido entre 2500 a 1500 AP¹⁴. Distribuídos pela maior parte do litoral brasileiro, apresentando uma estratigrafia homogênea com grande quantidade de sedimento em relação ao material cultural e restos alimentares (VALADARES, 2008, p. 27).

Os índios usavam sal (cloreto de sódio) retirando-o em pequenas quantidades de espécies vegetais, como o aguapé (balcedo), reduzido a cinzas, mas iam ao litoral buscar o sal que era ingerido separadamente em pitadas, costume que observo ainda hoje, entre integrantes das nossas bandas de congo.

Com a chegada dos colonos portugueses, a partir de 1535, aumentou cada vez mais, com o passar do tempo, a prática de submeter os nativos a escravidão nas fazendas de cana-de-açúcar da região e o costume de sequestrar as mulheres nas aldeias numa política escravista e de maus tratos. Esses fatos atiçaram os ânimos de várias tribos da capitania, deram-se então várias grandes revoltas indígenas, como a de 1558 na região de São Mateus e a da década de 1540 na Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha.

O território da Barra do Jucu era habitado antes da chegada dos portugueses, pelos indígenas Tupinaés sedentários, e frequentada por Botocudos, Puris Coroados e Goitacás, nômades. Compreendia terras entre a foz do Rio Jucu e seus sertões montanhosos (hoje Domingos Martins) a oeste, e até a Ponta da Fruta na região costeira, seguindo na direção sul. Os Tupinaés pertenciam à etnia Tupi-Guarani aliada dos portugueses contra os Jês (Tapuias). De acordo com Oliveira (1975), com a chegada dos padres jesuítas, este povo foi um dos pioneiros a ser aldeado em suas instituições na região, primeiro no aldeamento de Campo Novo,

¹⁴ A sigla AP para os arqueólogos brasileiros significa antes dos portugueses.

depois unidos aos Tupiniquins e Papanazes formaram a grande fazenda de Araçatiba, junto ao Rio Jucu. Os poucos vestígios deixados pelos nativos nesta região estão dispersos e o governo ainda não se interessou pelo resgate deste patrimônio histórico.

A agricultura estava avançando entre os nativos, com os guaranis que receberam influência dos Incas andinos para a produção do milho, e os tupis que produziam a farinha de mandioca com equipamentos rudimentares.

Os indígenas Tupinaés tinham uma técnica de pesca muito peculiar. Quando percebiam a entrada de grandes cardumes de peixes no estuário do Rio Jucu (tainha), corriam para tirar grandes quantidades de cipó timbó das matas das cercanias, depois maceravam o cipó e atiravam na água próximo aos cardumes. Esse cipó liberava uma substância asfixiante para os peixes, que não morriam, mas boiavam paralisados, o que facilitava muito a vida dos pescadores.

No período colonial, os padres tiveram um papel fundamental em nossa formação sociocultural. Os religiosos pertenciam à Companhia de Jesus, fundada em 1540 pelo padre Inácio de Loyola (1494-1557). Conhecidos como jesuítas, soldados de Jesus, ou popularmente como “os padres”, pela população brasileira.

Em 1550, começaram a chegar no Brasil os primeiros padres da Companhia de Jesus, com a missão de catequizar, apaziguar os indígenas e integrá-los ao sistema produtivo. Buscavam aproximá-los da cultura europeia, relegando a cultura nativa a segundo plano e utilizando-se dela conforme as conveniências. O apaziguamento dos indígenas era necessário para a continuação e ampliação do processo de colonização.

Foram criados colégios como o de São Tiago em Vitória no Espírito Santo, fundado por Afonso Brás (1524-1610), em 1551, primeiro Provincial da Ordem na Capitania; aldeias e reduções como as de Nova Almeida, Guarapari, Reritiba, Serra, Aldeia Velha e Aldeia do Campo Novo, depois anexada à fazenda de Araçatiba; e fazendas como as de Muribeca, Itaoca, Araçatiba e Carapina. Esses espaços serviam também para isolar os indígenas como que em guetos, além de apaziguá-los, catequizá-los. Assim liberando mais terras para a colonização portuguesa, além de manter os cristãos juntos, evitando a “corrupção da vida selvagem” (BALESTRERO, 1979, p. 15).

A principal luta dos jesuítas era contra a escravização dos indígenas e as matanças indiscriminadas que os escravistas promoviam na hora da captura. Os colonizadores logo perceberam que era mais viável e lucrativo o escravizado africano,

elemento fora do seu habitat. Com isso, evitavam-se revoltas dos nativos (que continuaram a acontecer por causa dos maus tratos contínuos) e atendia-se às normas ditadas pelo Concílio de Trento (1535) que concluiu ter o indígena uma alma, assim considerados como filhos de Deus, “apesar de eternas crianças”, tendo que ser sempre tutelados por padres (BALESTRERO, 1979, p. 17).

O Estado Português também era contra a escravidão do indígena, implementada pelos colonos, pois aparentemente esta escravidão quebrava o monopólio comercial da Metrópole com a colônia, formando um mercado interno forte, que prejudicava o processo de colonização, gerando revoltas catastróficas aos seus empreendimentos. Em 1570 Lisboa proíbe a escravidão indígena aceitando-a apenas nos casos de “guerras justas” e dos “irredutíveis” Aimorés e Botocudos de Minas e do Espírito Santo. Mas mesmo com as proibições daí decorrentes, a escravização do nativo continuou a existir até a abolição em 1888, principalmente no Espírito Santo, para onde, até o século XIX, o afluxo de negros não foi dos maiores, e os colonos (a maioria mestiça) mantinham o velho costume de aprisionar os nativos, pois por eles não precisavam pagar, era só ir a mata e capturá-los, ou comprá-los por valor bem mais em conta que o negro.

Ao chegar ao Brasil e no Espírito Santo os jesuítas traziam conhecimentos militares, rudimentos de medicina, gramática, filosofia, música, engenharia, poesia, teatro e enfermagem. Compreendiam a importância do pajé e do cacique na tribo. Demonstraram coragem e poder de cura, o que atraía os índios. Hoje o teatrólogo Paulo de Paula resgata a tradição dos autos iniciada por Anchieta, com o grupo de teatro da Barra do Jucu, que está ativo.

É claro que houve oposição a esse domínio cristão, principalmente por parte dos líderes de outrora, chefes guerreiros e principalmente por pajés, que se sentiam prejudicados tendo as suas funções tradicionais exercidas por alguém de fora do seu meio sociocultural. Os caciques foram recebendo cargos administrativos e postos na guarda local, assim sua pressão foi aos poucos diminuindo, mas os pajés continuaram com uma resistência forte no campo religioso, que com o tempo foi se diluindo, pois perceberam que ao lado dos jesuítas o seu povo tinha melhor condição (alimentação, ferramentas, habitação, vestuário, informação) e maior expectativa de vida, do que ficando a mercê das investidas escravistas dos colonos portugueses. Os jesuítas chamavam os pajés que não se convertiam ao cristianismo de feiticeiros, “enviados do diabo”. Esses sempre existiram e arregimentaram muitos seguidores,

dando muito trabalho aos padres, que chegaram a acusar alguns desses na época da inquisição, a prendê-los e açoitá-los. Eles tentavam preservar um pouco da sua cultura ancestral, através desses atos de resistência, Haubert (1990).

Com a chegada dos colonos portugueses escravistas e dos padres a serviço da Igreja e do Estado, ocorria uma adaptação a uma nova conjuntura histórica, desfavorável ao elemento nativo que tentava manter o máximo possível das suas características de grupo étnico cultural, havendo para isso muita resistência, e às vezes, enfrentamentos militares em revoltas e guerras.

Conforme nos informa Lacouture (1994), foi aprovada, em Portugal e pela Igreja, a “guerra justa” contra tribos rebeldes e as que tinham se aliado aos franceses protestantes. Nessas guerras os jesuítas se mostravam mestres, indicando tribos revoltosas a serem atacadas pelas forças coloniais, e até mesmo chefiando ataques. Depois, apareciam como salvadores dos prisioneiros, que eram levados para os espaços de catequeses.

A relação entre padres e indígenas foi uma relação humana e por isso dialética. Não foi feita só de rosas e nem só de espinhos, mas sim de ambas as coisas, não foi nem escravidão e nem tão amigável como muitos afirmam.

De acordo com Balestrero (1979), no Espírito Santo, o segundo Superior da Ordem Jesuítica foi o Pe. Brás Lourenço (1525-1605) que continuou a construção do Colégio e da Igreja de São Tiago em material resistente (antes era uma palhoça). Hoje, o atual Palácio Anchieta, Palácio do Governo do Estado, Palácio na figura 4. Também fundou em 1556 e 1557 as aldeias do Campo Novo que daria origem a Fazenda de Araçatiba, nas proximidades do Rio Jucu e a Aldeia Velha na proximidade do rio hoje chamado Piraqueaçu, antes Apiaputanga. Brás Lourenço assumiu em 1553, e ficou até 1564 como Provincial.

Figura 4- Palácio do governo e igreja de São Tiago, em 1908.



Antiga frente do Palácio do Governo e da Igreja de S. Thiago em 1908.

Fonte: Biblioteca central da UFES/ Coleção Mário Aristides Freire.

Balestrero (1979), nos informa que o colégio recebeu o nome de São Tiago por ter sido inaugurado no dia deste santo, 25 de julho de 1551. Teve a primeira chamada para matrícula em 4 de maio de 1552, recebendo a visita do Governador-Geral do Brasil Thomé de Souza e do padre Manoel da Nóbrega, Superior da Ordem Jesuítica no Brasil.

Segundo Balestrero (1979), o Convento da Penha também teve sua construção apoiada pelos jesuítas. O Frei Pedro Palácios (?-1570) aqui chegou em 1558, era o único membro da Ordem Franciscana na Capitania, ajudou os jesuítas na catequese e estes o ajudaram na construção do Convento da Penha, enviando indígenas catequizados para auxiliar nas obras.

Conforme nos informa Balestrero (1979):

Deve-se ao Pe. Manoel Paiva (?-1584) Provincial do Espírito Santo de 1564-1584, a maior parte da construção do colégio, levantando as bases em grossas muralhas. A primeira conclusão desse colégio (sucederam-se várias reformas e reconstruções) parece ter-se dado em 1587, quando era

Provincial da Capitania o padre José de Anchieta (1534-1597). Este dizia ter sido o Espírito Santo o lugar onde a Companhia de Jesus mais prosperou no Brasil. Ele criou espaços de catequese e deu impulso a já existentes em: Nova Almeida, Guarapari, Reritiba (atual cidade de Anchieta), São Mateus, etc. Nesse tempo já haviam quatro padres que ensinavam latim, primeiras letras e religião. (BALESTRERO, 1979, p.22).

O padre Anchieta era Reitor do Colégio de São Tiago. Duas vezes por mês ia de Reritiba (atual Município de Anchieta, em sua homenagem), sua residência fixa, para o Colégio de São Tiago, em Vitória, a pé, usando o caminho geral, que era a praia. Havia feito poços de água potável pelo caminho em Ponta da Fruta, Guarapari e Praia dos Castelhanos. Sempre passava pelo território de Barra do Jucu, que ficava no caminho.

Atualmente, a Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (ABAPA) realiza uma caminhada ambiental, cultural, turística, religiosa e histórica, resgatando de forma anual a antiga caminhada feita pelo padre Anchieta. Que percorre 105 km em quatro dias, entre o Palácio Anchieta e a atual cidade de Anchieta, antiga Reritiba, caminhada dos Passos de Anchieta na figura 5.

Figura 5- Caminhada dos Passos de Anchieta.



Fonte: [Os Passos de Anchieta](#) (2023, acesso em 09 de junho 2024)

Conforme informação de Balestrero (1979), o Colégio de São Tiago era o epicentro e núcleo irradiador de nossa colonização, gerando vários subnúcleos, como as aldeias já citadas. Para manter essas bases foram necessárias a implementação de várias fazendas, como Muribeca, para a criação de gado; Araçatiba, que além do gado, dedicava-se ao cultivo de cereais e principalmente da cana para a fabricação de açúcar; Itapoca produzindo hortaliças em grande escala e; Carapina na policultura.

Supriam as necessidades dos padres e dos indígenas. O excedente era comercializado.

Apesar do esforço dos jesuítas, a colonização só avançou cerca de cinco léguas para o interior, até o início do século XIX. No Espírito Santo os jesuítas tiveram um papel importantíssimo na formação da sociedade, como agentes integradores das culturas europeia, aborígine e africana. Em suas instituições, as três conviviam. Apesar dos negros serem escravizados, influenciaram muito em nossa formação, trazendo conhecimentos muito interessantes no contato entre estes três núcleos culturais, visíveis em nossas diversas manifestações, como a crença em São Benedito, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, São João, Santo Antônio e São Pedro, o congo, o carnaval, as lendas, comidas, remédios naturais, Bandeira do Divino, Marujada, Renda de Bilro, Folia de Reis, entre outras manifestações. Notáveis ainda são as intervenções na língua portuguesa, que ficou cada vez mais suave e rica no Brasil.

Segundo Haubert (1990),

Em 1759, o Marquês de Pombal (1699-1782) baixou um decreto expulsando os jesuítas do Brasil e levando suas propriedades a leilão público. Isto só ocorreu depois que os indígenas já não representavam mais um perigo iminente à colonização. Suas terras foram divididas entre os cortesãos e palacianos subalternos. Os indígenas foram para as matas ou voltaram a ser escravizados, ou utilizados em serviços públicos, sem remuneração (Haubert, 1990, p.151).

Após mais de 200 anos de presença e prática católica no Brasil, os jesuítas foram expulsos em 1760. Não por oposição política, como dizem, mas sim por possuírem bens, vastas glebas de terras muito cobiçadas pelos colonos portugueses e por terem a seu serviço, grandes reservas de mão de obra, que estes também desejavam. Cada novo indígena cooptado representava mais terra agregada ao domínio jesuítico. As reduções estavam cheias e os portugueses da linha bandeirante queriam escravos e pressionaram contra a existência delas.

2.2 A FAZENDA DE ARAÇATIBA: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Dois conceitos são importantes para compreender a formação ambiental e cultural do território do Baixo Rio Jucu, são eles os de *território* e de *territorialidade*, ambos pensados a partir de Rogério Haesbaert¹⁵. Com relação ao primeiro, o autor destaca que se trata do “resultado da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social” (HAESBAERT, 1999, p. 15). Nesses termos, o *território*, em um sentido mais simbólico, pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.

A relevância desse conceito se justifica porque, para muitos povos subalternizados, o *território* adquire tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade, o que nos informa que “o território, não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (HAESBAERT, 2007, p. 23). Ainda segundo o autor:

Grande parte das sociedades tradicionais agrupava a construção material, funcional do território como a base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura (HAESBAERT, 2007, p. 27).

Esse conceito será fundamental para analisar a realidade sociocultural e ambiental da Barra do Jucu, pois nos permite compreender o *território* como “território de vida”, uma condição da própria existência do grupo tradicional que o habita, o que perpassa o conhecimento local que os sujeitos elaboram. O processo de valorização dessas bases territoriais e a mobilização social por seu intermédio, envolvem lutas de *resistência* denominadas socio territoriais (HAESBAERT, 2020).

O conceito de *territorialidade*, também fundamentado em Haesbaert, é importante para esse trabalho. Para o autor, diferentemente do *território*, que encontra correlação com a materialidade, a *territorialidade* se refere ao domínio da imaterialidade “enquanto ‘abstração’ analítica e enquanto dimensão imaterial ou identidade *territorial* simbólica” (HAESBAERT, 2007, p. 26). Ainda segundo o autor,

¹⁵ Geógrafo e professor DR. titular da UFF.

territorialidade também informa o “domínio do vivido” ou do “não institucionalizado”; *territorialidade* “como uma dimensão do território, a dimensão simbólica (ou a ‘identidade territorial’) conforme utilizado algumas vezes no âmbito da Antropologia” (HAESBAERT, 2007, p. 26).

Alguns elementos do *território* da Barra do Jucu são fundamentais para a composição da sua identidade socioambiental e cultural como: O Morro da Concha e a Praia da Concha, principal zona pesqueira do território, marcado pela presença da pesca artesanal, e onde ficam os principais materiais de pesca dos pescadores locais; a Praça Central do bairro (Praça Pedro Valadares) onde se realizam os principais eventos culturais e políticos do bairro: a Festa de São Benedito das bandas de congo, várias apresentações das bandas de congo, as apresentações de blocos e bandas durante o Carnaval, as festas Juninas e Julinas, as festas da Igreja Católica, localizada próxima à praça, várias demonstrações das rendeiras de bilro; o Rio Jucu e seu manguezal, de onde vem parte do sustento da comunidade e onde se realizava a importante atividade de barqueiro; a Ponte Velha, atual Ponte da Madalena, antiga ligação entre Vila Velha e Barra do Jucu, com linda paisagem natural; a Fazenda de Araçatiba, que abrangia todo o território pesquisado; as matas e restingas locais, hoje a última área de vulto é o Parque Natural Municipal de Jacaranema. O Morro da Concha, a Praia da Concha e a foz do Rio Jucu também fazem parte desse parque. Todas essas áreas do *território* são fundamentais para a formação da identidade cultural, social e ambiental local pelo seu simbolismo (significado) e sua representatividade coletiva para a comunidade.

Mas a história do território do Baixo Rio Jucu, e sua identidade territorial, tem como os dois principais elementos de sua formação ambiental, cultural e social, a fazenda jesuítica de Araçatiba (que abrangia quase todo o curso navegável do Rio Jucu, e inclusive a Barra do Jucu. E permaneceu unificada até 1856, quando foi fragmentada por muitos herdeiros), e a navegação por canoas, entre o Jucu e a Baía do Espírito Santo, que unia as várias comunidades ribeirinhas, desde a época dos jesuítas, com a construção do Canal de Camboapina, até a interrupção da navegação no final da década de 1960.

Outros marcos territoriais importantes são o Parque Natural Municipal de Jacaranema, que protege a Barra do Jucu do avanço urbano de Vila Velha, a norte, sendo um divisor de águas para a proteção e manutenção da identidade local. E a Rodovia do Sol, que virou um símbolo da fragmentação territorial, uma barreira que

separa o que os barrenses chamam hoje de “outro lado do asfalto”. Antes, na época da Fazenda de Araçatiba e dos canoeiros do Jucu, era tudo um único território entrelaçado, a Rodovia do Sol veio, junto com o fim da grande fazenda e da navegação pelo Rio a determinar esta fragmentação territorial.

A história do Baixo Rio Jucu está intimamente ligada à herança deixada pelos jesuítas. A fundação da Fazenda de Araçatiba às margens do Rio Jucu, na altura do atual Município de Viana, cuja sede ficava a três léguas da foz do Rio Jucu, e da qual a Barra do Jucu fazia parte, foi um exemplo bem-sucedido da colonização jesuítica na Capitania do Espírito Santo. Demonstra como funcionava a engrenagem social da época. Também será destacada aqui a construção pelos jesuítas do Canal de Camboapina, ou dos Padres (hoje conhecido como rio Marinho), que possibilitava a navegação da bacia do Rio Jucu até Vitória¹⁶.

De acordo com o que nos informa Novaes (1970), em 1556, descidas dos sertões, vieram grandes tribos chefiadas por Pira-Obig, grande chefe Tupiniquim que acampou ao sul de Vitória à margem de um rio ao qual deu o seu nome, em português: Peixe Verde. Depois passou a ser chamado Jucu, talvez por corruptela da palavra junco, vegetal abundante em suas margens. Estes indígenas, juntos com o padre Brás Lourenço e com outros indígenas da região (Tupinaés), fundaram a Aldeia de Campo Novo. Mais tarde com a chegada dos Papanazes e mais Tupiniquins, recebeu o nome de Campo de Araçatiba ou simplesmente Araçatiba, em 1716, dado pelo padre Provincial Rafael Machado.

Segundo Balestrero (1979), esta fazenda produziu açúcar, cereais e carne bovina. Ela era composta por quatro fazendas de gado ou currais e sete datas de terra, no início do século XVIII. Compreendia as localidades de Ponta da Fruta, Palmeiras, Setiba, Santa Mônica, Barra do Jucu, Campo Grande, Araçatiba (onde ficava a sede, a igreja e a senzala) além de Mamoeira, Santo Agostinho, Bitiriba, Jucuna, Camboapina, Tanque, Mateus Pinto, Jaguaruçu, Caçaroca, Jabaeté, Itapuera, entre outras localidades ribeirinhas. Somando quase 2.000 alqueires de terra. Abrangia o que é hoje toda a Região Administrativa 5 de Vila Velha e sua Zona Rural, o atual Município de Viana, partes importantes dos atuais Municípios de Guarapari e Cariacica, ruínas jesuíticas de Jaguaruçu na figura 6

¹⁶ Hoje deságua na Baía do Espírito Santo sob a 2ª ponte.

Figura 6- Ruínas jesuíticas da Fazenda de Araçatiba em Jaguaruçu (Vila Velha-ES): Entreposto e trapiche nas proximidades do Canal de Camboapina.



Fonte: [Outros 300](#) (2013).

Balestrero (1979) nos conta que Araçatiba, era segundo muitos, a maior fazenda da costa entre Rio de Janeiro e Salvador, com cerca de 850 serviçais no trabalho, no início do século XIX. Sendo 400 negros escravizados e o restante indígenas também escravizados. Tinha no início do século XVIII, três usinas de açúcar, trapiches (pequenos portos fluviais)¹⁷ e abundante criação de gado.

Os jesuítas abriram um canal ligando o Rio Jucu ao Marinho e trabalharam muito nos 12 km que ligam o Jucu a Baía do Espírito Santo, desobstruindo e aprofundando o leito do Marinho para facilitar a navegação entre a bacia do Jucu e a capital da Capitania, Vitória. Construído por volta de 1740, foi uma das maiores obras de engenharia do século XVIII, a segunda da América do Sul na época, segundo Rocha (1977). Só superada por obra semelhante, também de jesuítas, na Venezuela.

Os jesuítas conheciam bem sobre topografia e engenharia e descobriram que existia um desnível entre o Rio Jucu e o Marinho. Para unir os dois rios, segundo Silva (2019), eles empreenderam uma obra não muito complexa, mas que modificou significativamente o regime das águas desta região:

¹⁷ Através desses trapiches que se dava o transporte por canoas de pessoas e mercadorias entre a Fazenda de Araçatiba e o Colégio de São Tiago em Vitória.

Foi realizada a abertura de um canal entre o Rio Marinho e o Rio Jucu, além de um corte em uma pequena elevação localizada às margens do Rio Jucu, com 180 metros de comprimento e 10 metros de altura. Segundo Caus (2012), este canal foi construído exclusivamente com mão de obra indígena, de tal forma que, mesmo nas piores condições de estiagem, a velocidade de escoamento das águas era suficiente para evitar o assoreamento, garantindo permanentemente sua navegabilidade (SILVA, 2019, p. 25-26).

Segundo Balestrero (1979), esse canal ficou conhecido como dos Padres, de Camboapina¹⁸ ou do rio Marinho, rio que já existia anteriormente e foi alargado, desobstruído e aprofundado, para facilitar a navegação, além de drenar pântanos. Servia principalmente como rota comercial, pois encurtava as distâncias entre Araçatiba e o Colégio de São Tiago, mantido por essa e outras fazendas da região do Baixo Rio Jucu. Para a felicidade geral, encurtava a distância, facilitava as viagens dos habitantes das comunidades ribeirinhas e escoava seus produtos para a capital da Capitania, da Província e depois do Estado. Os excedentes eram comercializados. Esse canal também tornou a viagem menos perigosa, pois anteriormente à construção, tinha que se passar pelo mar, descendo o rio até sua foz, encarando as ondas e correntes marítimas, ou então ir por terra até a Baía do Espírito Santo.

Silva (2019) nos informa sobre a importância do canal do rio Marinho,

A interligação das águas do Rio Marinho ao Rio Jucu, feita pelos jesuítas na primeira metade do século XVIII, alterou definitivamente o regime das águas de toda região; o Rio Marinho deixou de pertencer a uma bacia hidrográfica de pequenas dimensões para fazer parte de uma bacia muito maior. Essa mudança conferiu ao Rio Marinho uma importância na logística do escoamento da produção agrícola e de pessoas, por meio do transporte fluvial (SILVA, 2019, p. 137).

Balestrero (1979) nos diz que em Araçatiba havia um trapiche bem montado, que embarcava e desembarcava mercadorias. Muitos indígenas e mestiços tornavam-se barqueiros. Seus descendentes exerceram essa atividade até a construção da segunda represa da CESAN (1968), para captação de água que vai abastecer a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Ao compasso das remadas de barqueiros e pescadores, se deve o ritmo da batida do congo das bandas da Barra do Jucu (fig. 7).

¹⁸ Pois ficava próximo a essa localidade Ribeirinha.

Figura 7- Margem do rio Araçatiba, afluente do Jucu, nas proximidades da sede da fazenda de Araçatiba, com canoa em trapiche, sem autor, década de 1910



Fonte: Vertelo (2013, p.14)

Esse canal teve grande importância para todas as comunidades ribeirinhas durante mais de 200 anos. Nesse período, era a via de transporte mais usada para comunicações com a capital. Em uma localidade como Barra do Jucu, que se baseava na pesca e na pequena agricultura, e nas outras comunidades ribeirinhas com a mesma forma de sustento, havia grande dependência desse canal. Manobrar canoas era a coisa mais comum na vida dessas pessoas, na sua maioria descendentes de indígenas e negros.

Segundo Silva (2019), a obra do canal de Camboapina ou rio Marinho, empreendida pelos jesuítas na primeira metade do século XVIII continuou a ser utilizada para a navegação, mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus em 1759-60. O rio Marinho do final do século XIX apresentava-se como uma importante hidrovia, junto ao Jucu, de comunicação entre Vitória e as áreas rurais e ribeirinhas do Jucu, que desenvolveram suas atividades em localidades como Araçatiba, Viana, Camboapina, Jaguaruçu, Itapuera, Barra do Jucu, entre outras. A paisagem, nesse período, era marcada pela sinuosidade do Rio, pela vegetação exuberante às suas margens e, também, por características rurais, com sítios e fazendas. Periodicamente, era necessária a realização de limpeza, desobstrução e aprofundamento do canal, para facilitar a navegação. Os fazendeiros da região realizavam essas obras de limpeza dos rios.

De acordo com Silva (2019), além da utilização para a navegação, nas últimas décadas do século XIX os rios Marinho e Jucu também passaram a ser utilizados para complementar o abastecimento de água potável de Vitória, por meio de grandes toneis transportados em canoas, principalmente nos meses de pouca chuva.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1760, seus bens foram sequestrados e postos, uns em leilão e outros sobre os cuidados da Capitania, como o caso do atual Palácio Anchieta, antigo Colégio de São Tiago, que virou a sede do governo da Capitania e continua até hoje como sede do Governo do Estado. Várias propriedades da Companhia de Jesus, como Araçatiba, foram a leilão a preços módicos. Os indígenas não ganharam nada com isso, voltando ao servilismo ou fugindo para as florestas.

Segundo Daemon (1879),

Em 1780 existiam na fazenda, os currais de Araçatiba, Porto, Sacramento e Camboapina. Ela era formada por sete datas de terra: a primeira, Araçatiba; a segunda, desde a primeira Cachoeira do Jucu (Pedra Mulata), rio abaixo até confinar com as terras de Antônio Gomes de Miranda; a terceira do lado oposto do rio, do Morro de Betiriba, do mesmo Antônio Gomes, subindo até a primeira cachoeira; a quarta era a de Jucuna; a quinta de Camboapina até Palmeiras (Morro dos Monos); a sexta ia de Palmeiras do rio Una, até os fundos de Araçatiba; a sétima era a de Ponta da Fruta até Barra do Jucu. (Daemon, 1879, p.88).

Como nos informa Balestrero (1979), um dos primeiros proprietários foi o Condestável Torquato Martins de Araújo e, logo após o Coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado que angariou um dos maiores latifúndios de que temos notícias na história do Espírito Santo, ele era o comandante da milícia da Capitania. O leilão de Araçatiba ocorreu no Rio de Janeiro, em 1782. Quando morreu o Coronel Falcão, em 1819, deixou a herança para seu filho, o também Coronel, comandante de milícia, que atuou com destaque na junta Governativa de 1822, comandante das armas e 1831, e Deputado à primeira Assembleia Provincial em 1835, Sebastião Vieira Machado, que teve mais de 30 filhos com a mulher e com escravizadas negras e indígenas, nunca foi casado. Após a sua morte, em 1856, a fazenda foi fragmentada entre esses muitos herdeiros.

O Coronel Falcão era o dono de Araçatiba em 1815. Neste ano, o príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1782-1867), grande naturalista germânico, veio à região da Barra do Jucu, onde passou dois meses na casa de verão do Coronel Bernardino

Falcão, esperando acabar a época das chuvas e pesquisando nos seus arredores. Visitou Araçatiba e a descreveu como uma das fazendas mais prósperas que havia observado na viagem, com 400 escravos negros e muitos indígenas trabalhando também de graça, sede da Fazenda de Araçatiba na figura 8.

Figura 8- Igreja de Nossa Senhora da Ajuda e sede da Fazenda de Araçatiba, em Viana (ES). Nota-se a presença do casarão, ainda de pé na foto no início do séc. XX, ao lado da torre da Igreja.



Fonte: Vertelo (2013, p.26).

Nas cinco léguas para o interior, que eram colonizadas partindo do mar, os jesuítas tinham a Capitania como uma grande fazenda em seus domínios. A forma de demonstrar riqueza e poder, nessa época, era possuir terras e escravos. Aqui, quem tinha isso eram os jesuítas. Eram donos da maioria das terras e de uma grande reserva de mão-de-obra. Estava armada a conjuntura política e econômica para a expulsão dos padres. Como pretexto, usou-se a desobediência e oposição política destes para com o rei.

De acordo com Balestrero (1979), a fazenda hoje, tem vasta área pertencente à Cúria Metropolitana, embora bastante fragmentada, para a criação de gado. Houve, a partir de 1930, um início de êxodo rural, quando dali se retiraram mais de 100 famílias de agricultores, que plantavam principalmente feijão. Araçatiba, hoje é uma pequena vila, sede de um distrito do Município de Viana.

2.3 A HISTÓRIA AMBIENTAL

Um dos principais referenciais teóricos aqui mobilizados é a História Ambiental. Trata-se de campo historiográfico atual, importante aos propósitos da presente pesquisa. No que diz respeito a esta historiografia ambiental, a presente pesquisa mobiliza como referencial teórico os seguintes autores e abordagens: “Para Fazer História Ambiental”, Donald Worster (1991); “A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa”, José Augusto Drummond (1991); “As Bases Teóricas da História Ambiental”, José Augusto Pádua (2010); “A Ferro e Fogo”, Warren Dean (1996); “O Espaço e a História no Mediterrâneo”, Fernand Braudel (1990).

Da História Ambiental, aproveitamos princípios tais como o da descrição do meio natural de Donald Worster (1991); a História de longa duração de Fernand Braudel (1990); o regionalismo geográfico; a múltipla influência e a circularidade entre o meio natural e o sociocultural; e também a contribuição de várias outras disciplinas das ciências naturais e das ciências sociais e humanas, de José Augusto Drummond (1991).

Na História Ambiental, a circularidade se dá entre a troca de influências do meio natural e do meio sociocultural. Essa circularidade acontece em um primeiro momento com o domínio do natural (ambiental) sobre o cultural (o humano), depois o cultural interfere sobre o natural, em seguida, o natural volta a interferir no cultural através dos diversificados impactos ambientais. Esse mecanismo se retroalimenta permanentemente em circularidades constantes e é muito importante para desvendar a história local Worster (1991). Por isso, o campo privilegiado de pesquisa é o da longa duração, abrangendo um espaço geográfico bem delimitado: a planície navegável do Rio Jucu, a comunidade de Barra do Jucu, a restinga e toda a rica história local. Com a finalidade de observar as múltiplas influências desses campos na formação de nossa identidade cultural.

Pádua (2010) nos indica que a história ambiental, “[...] procura repensar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo” (PÁDUA, 2010, p. 91). Para a história ambiental, o ser humano está tão imerso na cultura e na linguagem quanto na esfera terrestre. A percepção da unidade viva entre sistemas naturais e humanos se torna cada vez mais evidente.

Sendo assim, de acordo com Pádua (2010, p. 95), “o historiador deve estar atento, nesse aspecto, às transformações do mundo biofísico ao longo do tempo, buscando reconstituir os ambientes do passado (que se relacionem com os lugares e períodos históricos que estão sendo estudados).” Esse é um dos objetivos desta pesquisa: descrever e analisar o *território* da Barra do Jucu antes das transformações ocorridas a partir da década de 1970 e também as próprias transformações que ocorreram a partir desse momento.

Segundo Pádua (2010), as pesquisas contemporâneas em história ambiental estão demonstrando situações de ruptura, de catástrofe e de mudanças intensas no âmbito dessa relação, tanto na curta quanto na longa duração temporal.

Pádua (2010, p. 97) também nos informa que, “a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais. O desafio é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos.” Tanto as relações construtivas como as “destrutivas” com relação, principalmente, à natureza devem aparecer no próprio processo da pesquisa, sem leituras preconceituosas, preconcebidas ou estereotipadas. Neste sentido, “O importante é permanecer atento e aberto em cada situação de pesquisa. Em todas as situações, no entanto, o biofísico, o social e o cultural estão presentes. Constroem, destroem e reconstróem inúmeras formas materiais e culturais” (PÁDUA, 2010, p. 97). Nesse movimento de complexidade, as transformações a serem analisadas por esta pesquisa se inserem no recorte do *território* da Barra do Jucu. Nessa perspectiva complexa, ocorre um ciclo de construções-destruições-reconstruções que não se fecha (Morin, 2012, 2015).

De acordo com Drumond (1991, p.180-181), “Não é mais possível pensar na sociedade humana sem ancoragem no mundo natural.” A história ambiental trata “de colocar a sociedade na natureza” (id. 1991). “As disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisas.” (id. 1991). Pois, o homem tem que ser integrado como um elemento importante constituinte da natureza e não visto como fator externo a ela.

Para Drumond (1991, p. 181), “[...] o cientista social dá às ‘forças da natureza’ um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura. E a cultura humana age sobre o meio físico material propiciando significados e usos complexos dos seus elementos.” Isso demonstra o processo de múltipla influência e circularidade entre as

relações das forças da natureza e da cultura humana que estarão presentes nesta pesquisa.

Segundo esse autor, “os historiadores ambientais fogem do determinismo natural, tecnológico ou geográfico, mas se recusam a ignorar a influência dos quadros naturais na história e na cultura das sociedades humanas” (DRUMOND, 1991, p. 183).

Por sua definição, a história ambiental tem uma prática fortemente interdisciplinar onde a antropologia estaria na dianteira. Contudo, não pode perder de vista que “A sua originalidade está na sua disposição explícita de ‘colocar a sociedade na natureza’ e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza” (DRUMOND, 1991, p. 185).

A história ambiental rejeita, por conseguinte, o pressuposto convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, que os humanos são uma espécie superior e ‘supernatural’, e que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas, Worster (1991). De acordo com Worster (1991, p. 199), “os historiadores ambientais, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes e portar-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta.” O objetivo principal da história ambiental se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo ambiente natural que os cerca e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados, Worster (1991).

Portanto, para Worster (1991, p. 201) a contribuição da história ambiental estaria em tratar “...do papel e do lugar da natureza na vida humana, onde o ambiente construído expressa a cultura.”

Segundo o historiador ambiental Worster (1991, p. 202-203), é fundamental que “o historiador ambiental [aprenda] a língua das ciências naturais”. Essas ciências são importantes elementos para pesquisa em história ambiental, principalmente, no recorte do território, pois auxilia na caracterização da sua base biogeofísica. Se o foco da presente pesquisa são as transformações, Worster (1991, p. 205) sugere “que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem.” Uma das disciplinas que mais ajuda a história ambiental é a Ecologia, que pesquisa as interações entre os organismos e entre estes e os seus ambientes físicos.

Para o autor acima e considerando a época da sua obra aqui referenciada, poucos cientistas encaravam os homens ou as sociedades como partes integrantes dos seus ecossistemas. Os homens são o principal objeto de estudo dos historiadores. Assim, a tarefa dos historiadores ambientais é juntar o que os cientistas separaram, visto que “Os seres humanos têm sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta” (WORSTER, 1991, p. 206). Qualquer reconstrução dos ambientes do passado tem que incluir também o animal humano, o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir, alimentar e sobreviver em certo ambiente pesquisado, bem como a maneira como ele interage com o seu entorno, Worster (1991).

Desta forma, Worster (1991, p. 209) considera que “o historiador ambiental deseja saber que papel a natureza teve na moldagem dos métodos produtivos e, inversamente, que impacto esses métodos tiveram na natureza. Nenhum modo de produção econômico se adaptou perfeitamente ao seu ambiente.” Em outras palavras, estes impactos são as transformações ocorridas no território. Consequentemente, o objetivo principal do historiador ambiental deve ser o de descobrir como uma cultura percebeu e considerou a natureza visando a sobrevivência da espécie humana. E, para isso, como cultura e natureza interagem visto que “toda cultura contém um leque de percepções e valores variados, e que jamais houve uma cultura que realmente quisesse viver em harmonia total com o seu ambiente.” (WORSTER, 1991, p. 210-211). Inclui-se aí, principalmente, a cultura capitalista com o seu fim desenvolvimentista, essencialmente econômico e instrumental extrativista da natureza. É neste contexto que as transformações a serem estudadas aqui se situam.

Enfim, Worster (1991, p. 211) atenta que, “O historiador deve entender que a cultura mental não brota por si mesma. As ideias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades.” Portanto, as ideias variam de pessoa a pessoa dentro de uma sociedade de acordo com o gênero, a classe, a raça, o poder social, a religião e a região; elas variam, ainda, de um grupo social a outro.

2.3.1 Viajantes estrangeiros: construindo a história ambiental do Baixo Rio Jucu

Um capítulo muito interessante na nossa história é o registro da passagem, pelo nosso território, de cronistas e viajantes de grande renome e destaque mundial desde o período colonial até os fins do século XIX. Levy Rocha (1971), os chama de “Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo”. Essas pessoas se dedicavam principalmente a descrever o que viam em nossas terras durante as viagens, fazendo estudos da fauna, flora, mineralogia e sociedade. Eles eram contratados e atraídos para destacarem a grande riqueza natural da nossa Província, praticamente intocada até o final do século XIX. Fazendo interessantes e ricas descrições da paisagem local da época, os relatos (futuras pesquisas) desses viajantes dão, conseqüentemente, uma boa base para o quê, mais tarde, será considerado elemento da história ambiental deste território.

Devemos considerar que esses viajantes conhecidos como naturalistas eram muito influenciados pelas visões científicas e pseudocientíficas do século XIX como: o evolucionismo, o darwinismo social, o positivismo, a eugenia e o racismo. Ao mesmo tempo, em níveis variados, eles fizeram importantes descrições da paisagem natural local, muito úteis para a construção de uma história ambiental do território do Baixo Rio Jucu.

Mesmo que, naquele passado, a visão de natureza fosse de algo acabado, imutável, Pádua (2010, p. 88) chama a atenção que, na atualidade, “a natureza se apresenta cada vez mais como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano.” Assim sendo, é inerente à natureza a perspectiva processual de construção-desconstrução-reconstrução na medida em que todo e qualquer elemento constituinte da natureza está interagindo com o seu entorno e/ou é impactado pelas múltiplas interações características do sistema natural (MORIN, 2015). Essa abordagem da complexidade é presente na afirmação de Pádua (2010, p. 90) que se segue quando ele se refere a capacidade de auto-organização típica dos sistemas: “[...] os sistemas naturais se auto organizam por meio da constante interação entre todos os seus elementos, bióticos e abióticos. O caminho é feito ao andar.” Esta capacidade está, intrinsecamente, relacionada ao processo sistêmico de construção, destruição e reconstrução.

No século XIX, os viajantes passaram a vir às nossas terras. Esses estrangeiros de diversas nacionalidades descrevem a fauna, flora, mineralogia, características humanas, étnicas, culturais, costumes entre outros aspectos locais com preocupações de cunho científico. Denominados, de uma forma geral, como naturalistas, eles realizaram grandes coleções com levantamento de muitas espécies animais (taxidermizados) e vegetais (dissecados) para estudo. Coleções estas que, hoje, fazem parte dos acervos de grandes museus mundiais. Graças à estas expedições, grandes registros sobre o Baixo Rio Jucu existem, compondo assim, estas coleções que contam a história ambiental deste território.

Estes cientistas vieram ao Espírito Santo para estudar sua natureza exuberante, principalmente os indígenas Botocudos, muito propagandeados no meio científico e o vale do Rio Doce, onde estes habitavam. Deixaram relatos sobre todos os lugares por onde passaram, incluindo vários sobre o território do Baixo Rio Jucu e mais especificamente sobre a Barra do Jucu, de suma importância para este estudo. Alguns serão aqui analisados para a descrição e reconstrução do cenário natural do território através da história ambiental.

Esses viajantes, segundo Rocha (1971) chegavam ao Rio de Janeiro, e logo recebiam a informação da exuberância do Espírito Santo. Partiam com guias experientes; tropas de burros para carregar os materiais de pesquisas e mantimentos; muita disposição para fazer viagens a pé pelas praias (o caminho geral), que duravam dias a fio, atravessando rios em canoas ou por pontes precárias. Viajavam léguas, às vezes do primeiro sol à noite. As entradas para o interior eram feitas pelos rios, que na época eram as vias de transporte principais.

Os principais viajantes que passaram pelo nosso território, foco de pesquisa no século XIX, segundo Rocha (1971), foram: Frederico Sellow, George Guilherme Freyreiss, Maximiliano Alexandre Philipp, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Jakob Von Tschudi e Charles Frederick Hartt. Dispostos aqui em ordem cronológica de chegada ao nosso território, sendo que os três primeiros vieram juntos. Eles paravam para descansar em suas jornadas nas principais vilas do nosso litoral. Alguns portavam cartas de recomendação do governo central do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, que garantiam, na maioria das vezes, boa recepção nesses lugares.

Seguem as anotações feitas pelos viajantes que teceram comentários sobre o território do Baixo Rio Jucu, que é o centro de interesse deste estudo, e que merecem destaque pela grande importância dos seus relatos para a descrição da paisagem natural local no século XIX.

2.3.2 Maximiliano, Freyreiss e Sellow

De acordo com Rocha (1971), os três naturalistas empreenderam uma viagem em conjunto, pelas Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Primeiro chegou Frederico Sellow, ao Brasil, em 1814 e passou um ano ambientando-se a nossa realidade. Logo após, chegou George Guilherme Freyreiss. Os dois se associaram e começaram a organizar a excursão, conseguindo facilidades de trânsito, como cartas de recomendação do governo central e o título de naturalistas subvencionados, que lhes dava direito a vencimentos mensais. O último a se unir a eles, em junho de 1815, foi Maximiliano Alexandre Philipp, Príncipe Von Wied - Neuwied, que recebeu o convite para se incorporar à viagem por demonstrar grande interesse pela natureza. Era ajudado pelo Botocudo "civilizado" Queck.

Segundo Rocha (1971), Freyreiss era zoólogo e ornitólogo experimentado, Sellow era botânico e desenhista de mão-cheia, em bico de pena, desenho de Sellow na figura 9. A monografia do Príncipe Maximiliano nunca foi superada.

No dia 4 de agosto de 1815 começaram a viagem, partindo a pé de São Cristóvão (Rio de Janeiro), em direção ao Rio Doce, para estudar a sua exuberância e seus habitantes, principalmente os nativos Botocudos. Contrataram 10 homens (trapeiros e Caçadores) e levaram uma tropa de 16 burros. Seguiram até Vitória, parando nas principais vilas do litoral; o caminho feito pelos estafetas do correio. (ROCHA, 1971).

Figura 9- Desenho em bico de pena de Friedrich Paul Sellow, retratando o rio Doce no início do séc. XIX.



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 3, nº 28, janeiro de 2008. ([Site da revista](#)) (acesso 09 de junho de 2024).

Nos deteremos agora no que fala o príncipe Maximiliano, em seu livro *Viagem ao Brasil*, especificamente sobre o território do Baixo Rio Jucu, região privilegiada em seus relatos, pois permaneceu aqui, pesquisando, por mais de dois meses, com seus companheiros, enquanto esperava passar a estação chuvosa para seguir viagem para o norte.

O governante (Francisco Alberto Rubim 1812-1818), os recebeu com cortesia no Palácio do Governo em Vitória, antigo Colégio de São Tiago dos jesuítas. Pediram-lhe um lugar para se instalarem na região, durante o período de chuvas, e foram atendidos com a disponibilidade de uma boa casa na Barra do Jucu, na foz do Rio de mesmo nome, a cerca de quatro léguas de Vitória. Essa casa era do Coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado, comandante da milícia do distrito e um dos maiores lavradores do lugar, sendo proprietário da maior fazenda por ele encontrada na viagem; a de Araçatiba.

Arrumaram a casa para passar os meses da estação chuvosa. Os caçadores percorreram as florestas da região, aumentando as coleções de animais e vegetais. Foi um dos lugares mais ricos e diversificados que eles encontraram e relataram na viagem; comprovando isso, a variedade de espécies encontradas e classificadas para a ciência.

Maximiliano (1940) nos informa,

A Barra do Jucu era uma pequena aldeia de pescadores, na desembocadura do rio Jucu, que passava por florestas densas e grandes fazendas como Coroaba e Araçatiba. O peixe era encontrado em grande quantidade e as casas de pescadores ficavam mais ou menos separadas uma das outras. No meio das casas, perto da ponte que atravessava o rio, e que, já na época precisava de reformas, ficava a casa do coronel Falcão. A Barra ficava a três léguas da sede da Fazenda de Araçatiba, de sua propriedade, e fazia parte dela (MAXIMILIANO, 1940, p. 143)

O Coronel gostava de passar o verão na sua casa, na Barra do Jucu. Nesse ano aconteceu um fato curioso: a casa estava sendo ocupada pelos viajantes e ele não gostou nada disso, mas veio mesmo assim, e ficou numa casa preparada para ele, nas vizinhanças, até que pudesse mudar para aquela que era sua. Parece que ele ficou sabendo só muito tempo depois que o governador cedera logo a casa dele, sem aviso para os viajantes. O príncipe anota que, só soube que ele não gostou, depois que partiu.

As incursões mais interessantes na região foram as realizadas logo após a ponte do Rio Jucu. Ao seu lado esquerdo havia uma mata virgem, que ia em direção à Vila Velha. Ali eles encontraram várias espécies de animais que enriqueceram suas coleções, como um tipo de sagui desconhecido, que em pequenos bandos comiam certos cocos silvestres; um porco-espinho de rabo preênsil (que tem a faculdade de agarrar ou apanhar); muitos pássaros, como uma linda espécie de saíra; uma admirável espécie de saí com uma plumagem que mudava de cor conforme a incidência de luz; rendeiras; dançadores; gaturamos; tangarás; além de veados.

Essa mata, na década de 1950, foi derrubada para servir de combustível e produzir carvão para uma Siderúrgica, a COFAVI (Companhia de Ferro e Aço de Vitória), criada em 1942 na cidade de Cariacica, de propriedade da família Oliveira Santos. A imobiliária Itaparica, propriedade da mesma família, que é a proprietária da área. Ociosa por 70 anos, após o plantio de coqueiros que não prosperaram, a área demonstrou, em parte, elevado grau de recuperação; hoje, é o Parque Natural Municipal de Jacaranema. Apesar da luta por sua conservação empreendida pela população local, e de existirem várias leis que a protegem; enquanto não pagarem aos proprietários a indenização, e de fato o poder público não a desapropriar, o parque corre riscos, devido a grande onda de especulação imobiliária que atinge a região. Vila Velha, a partir do final da década de 1980, até os dias de hoje (2024), está se expandindo rapidamente. Essa é uma das últimas áreas verdes do Município e precisa

ser reconhecida como de utilidade pública e entregue ao povo. Além disso, é o que dá uma característica peculiar a comunidade da Barra do Jucu, em relação aos outros bairros do Município, oferecendo elementos biológicos fundamentais as suas bases culturais e econômicas (alimentos, remédios e matérias-primas para artesanato ali obtidos), além de proteger e fixar a foz do Rio. Vila Velha também é protegida das inundações, pois o parque atua como verdadeiro bolsão de contenção das águas das chuvas, em épocas de verdadeiros dilúvios e cheias do Rio Jucu, no trecho que passa pela mata mantendo a umidade da região.

Para obter animais de grande porte para as suas coleções, os viajantes precisavam ir às extensas florestas seculares, do pé da Serra do Mar, distantes duas a três léguas da foz, às margens do Rio Jucu, nos arredores de Araçatiba. No caminho havia grandes várzeas arenosas, repletas de plantas, as mais diversas. Certa vez, depois de subirem morros, cavalgando por trilhas na mata, os viajantes encontraram uma grande cobra que assustou os cavalos. Tiveram que matá-la. Não era peçonhenta, era uma muçurana, que gosta de comer as cobras venenosas. A selva era imponente e solene. Por toda parte, papagaios voavam e os macacos zoavam. Trepadeiras e cipós, das mais variadas espécies, bromélias, embaúbas e troncos gigantes, formavam uma mata quase impenetrável. Destacavam-se as orquídeas e as bromélias de inúmeras espécies.

Da Mata passava-se para um trecho descampado, onde se avistava, de súbito, o edifício enorme e branco da sede de Araçatiba, com suas duas torres pequenas, situadas ao pé de uma montanha rochosa, coberta de mata. Ali havia, na época, 400 escravizados e extensas plantações, principalmente de cana-de-açúcar. A casa tinha grande fachada e dois pavimentos. Em torno, uma igreja, choças de negros, engenho de açúcar e casa de trabalho.

A uma légua dali, também à margem do Rio Jucu, cercada de grandes matas, ficava a fazenda Coroba. O governador Francisco Alberto Rubim mandou construir uma igreja, em Santo Agostinho, e começou uma estrada ligando Vitória a Minas Gerais, razão pela qual ali passou a residir. Foram estabelecidas, em Santo Agostinho, atual Viana, 40 famílias de açorianos, que faziam parte da primeira onda de imigração sistemática (que ganharia corpo durante o século XIX e seria muito importante na colonização do nosso território, até então restrito a mais ou menos cinco léguas para o interior). Essa gente queixava-se amargamente da miséria, e de que o governo fazia promessas que não cumpria. Os viajantes voltaram depois para a Barra

do Jucu, de onde fizeram inúmeras incursões ao campo para pesquisa. Em 19 de dezembro de 1815, o senhor Freyreiss e Maximiliano partiram rumo a Caravelas. Maximiliano, por deixar relato detalhado, fez um grande trabalho para o nosso povo, expondo suas impressões e registrando a nossa natureza (MAXIMILIANO, 1940, p. 141-147).

2.3.3 Auguste de Saint-Hilaire

August de Saint-Hilaire e o príncipe Maximiliano foram os viajantes de maior destaque que passaram pelo nosso território, no século XIX; a qualidade dos seus relatos e as áreas abrangidas em suas narrativas, são de grande importância para essa pesquisa.

Saint-Hilaire chegou ao nosso país em 1816, ficando aqui até 1822, portanto seis anos. Era um grande cientista e escritor de qualidade. Viajou fazendo suas pesquisas pelas Capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passando pelos locais mais ermos e intocados pelo homem. A botânica era o seu forte. Relacionou 7000 espécies de fauna e flora, sendo dois terços desconhecidos do mundo científico, até então. Em 1833 publicou o original de seus relatos, em Paris, e do capítulo VII ao XV tratou sobre a Capitania do Espírito Santo e sobre o rio Doce, grande atrativo dessa viagem a nossas terras (fig. 10).

Segundo Saint-Hilaire (1974), o canal dos jesuítas, que liga o Rio Jucu à Baía do Espírito Santo, era o único que existia na costa sul do Brasil, era muito utilizado. Os principais produtos da terra eram lenha (em achas), açúcar, mandioca, algodão, arroz, café, milho, entre outros. Transportados em canoas através deste canal.

Conforme esse relato, no Espírito Santo não se via influência portuguesa além de oito Léguas da Costa, sendo a região da colônia de Viana, fundada em 1812, pelo Governante Francisco Alberto Rubim, a região mais afastada da costa, ocupada principalmente por imigrantes vindos das Ilhas Açores. Na média, a ocupação alcançava quatro léguas a partir do litoral até a grande floresta habitada por tribos de indígenas Botocudos, com quem os portugueses, caboclos e Tupis estavam sempre em atrito.

Figura 10- Itinerário da viagem de Saint Hilaire ao Espírito Santo, em outubro de 1818



Fonte: Itinerário de Auguste de Saint-Hilaire. Adaptado de: [Site APE](#), coleção Canaã, p.109, 2018.

Ele esteve na Capitania do Espírito Santo durante todo o mês de outubro de 1818. No dia 7 de outubro, dormiu em Ponta da Fruta, aldeia de cabanas separadas uma das outras, habitada essencialmente por pescadores e construída no morro do mesmo nome. Ele notou que nessa região as grandes formigas saúvas davam muito trabalho aos agricultores, pois elas adoravam essas terras ácidas. De Ponta da Fruta à Baía do Espírito Santo, a paisagem apresentava grande variedade, passava-se sempre por terreno plano com charcos, pastagens, capões, matas e restingas.

Saint-Hilaire (1974), anotou que o Rio Jucu ficava na metade do caminho da Ponta da Fruta para a capital. Viu ali algumas cabanas perto da sua foz (Barra do Jucu). Para atravessar o rio passava-se por uma ponte de madeira, bem antiga, que era fechada por uma porteira, onde se exigia tributo para poder utilizá-la. Logo abaixo,

o Rio se jogava ao mar, mas era raso e não dava calado para navegação de grandes embarcações. Por isso os jesuítas, possuidores de três grandes fazendas em suas cercanias, sendo Araçatiba a maior delas, resolveram abrir um canal até a Baía do Espírito Santo, para levar a produção dessas fazendas para o Colégio de São Tiago, na capital, sem ter que passar de canoas pelo mar. Às margens do Jucu existiam grandes pastos propícios à criação de gado, pertencentes à Fazenda de Araçatiba.

Ele nota que nessa região era muito raro se viajar a capital por terra; o único caminho para o local encontrava-se cheio de ervas e praticamente indistinguível. Já próximo à Vila Velha, ele pensou ter se perdido. As pessoas de Vila Velha iam para a capital pela baía e as das regiões mais afastadas usavam o Rio Jucu e o canal de Camboapina, hoje chamado rio Marinho, canal aberto "no braço", pelos escravos negros e pelos indígenas.

Auguste Saint-Hilaire (1974) nos informa em seus relatos, que os jesuítas do Paraguai se inspiraram na bem-sucedida experiência do Espírito Santo para abrir suas missões nesse país, em 1610. Exemplo: só se trabalhava na terra comunal alguns dias e quando era necessário; cada um tinha uma gleba pessoal, e como a época de plantio e colheita era sempre a mesma nas duas áreas, avolumava-se o trabalho nesse período e o descanso só era possível na entressafra.

O autor também nos informa que foi na Barra do Jucu que ele encontrou a maior diversidade de bromélias e orquídeas de toda a viagem ao Brasil. Hoje é muito difícil encontrar um exemplar de qualquer uma dessas espécies endêmicas.

2.3.4 Johann Jakob Von Tschudi

Em 1860 na “Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça”, Johann Jakob Von Tschudi relata sua breve passagem pelo território da Barra do Jucu numa interessante descrição (fig. 11):

Figura 11- Ponte sobre o Rio Jucu em Santa Isabel, foto tirada pelo pioneiro da fotografia no Espírito Santo Victor Frond, 1860, ilustrando o livro 'Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça'



Fonte: Tschudi, Johann Jakob Von. Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça, p. 140, 2004. Disponível no [site do Arquivo Público do Espírito Santo](#), coleção Canaã.

Finalmente, às onze horas, partimos depois de nos despedirmos cordialmente de nosso amável e excelente anfitrião, e aproximadamente a uma hora chegamos à barra do Rio Jucu. Lá os animais foram descarregados e levados para atravessar o rio; entramos com selas e a bagagem numa canoa e dirigimo-nos para margem oposta, mas tivemos de esperar quase uma hora por uma mula que havia fugido com sua carga. O diminuto vilarejo chamado Jucu, não muito longe da barra, consiste de um pequeno número de casebres espalhados, em sua maioria miseráveis; apenas a venda tem uma construção um pouco mais confortável e melhor. Antes, uma ponte comprida atravessava o rio. O príncipe Maximiliano de Neuwied passou por ela em 1815 e achou-se prestes a ruir. Provavelmente, mais tarde consertaram-se algumas vezes e por fim deixaram-na desabar inteiramente, embora haja nas proximidades, grande abundância de madeira excelente para a construção de pontes (TSCHUDI, 2004, p. 89).

2.3.5 Charles Frederick Hartt

Hartt foi o pai da geologia brasileira. Era um entusiasta das artes, grande observador e tinha muita sensibilidade. Fez no Brasil, ótimos desenhos a bico de pena, que ilustraram seu livro com paisagens e costumes nacionais.

De acordo com Rocha (1971), Hartt nasceu em 1840 no Canadá, cidade de Fredericton, e em abril de 1865 foi convidado pelo emérito pesquisador Louis Agassiz a participar da expedição Thayer ao Brasil, como geólogo, com Orestes St.

John. Nos anos de 1865 e 1866, fez explorações geológicas e paleontológicas por grande parte do Brasil. Voltou para os Estados Unidos em julho de 1866, retornando ao Brasil em 1867, agora com recursos próprios, continuou sua pesquisa. Em 1870, a pedido de Louis Agassiz, publicou o relatório dessas pesquisas, no livro *Geologia e Geografia Física do Brasil*. Após essas duas vindas, ele se identificou definitivamente com o nosso país, vindo aqui várias outras vezes. Na expedição Morgan de 1870 a 1871, e retornando em 1874 quando se ligou ao Museu Nacional. Proferiu palestras e aulas, como diretor da "Comissão de Geologia do Império", fundada em 1875, que veio a ser extinta em 1877, vindo Hartt a falecer em 18 de março de 1878. Fez grande coleção de peixes, invertebrados marinhos e outras espécimes naturais, tanto de água doce, quanto de água salgada.

Uma das regiões que mereceu grande destaque em sua obra, pela sua riqueza natural, foi a Província do Espírito Santo, tendo por isso recebido capítulo exclusivo no seu livro. Além de outro capítulo, destacando a região dos indígenas Botocudos e a bacia do Rio Doce, que corta o Espírito Santo e deságua em seu litoral norte.

No Espírito Santo passou por todo o litoral, do sul ao norte, e explorou todos os principais rios: Itapemirim, Benevente, Jucu, Santa Maria, Reis Magos, Doce, São Mateus e Itaúnas, deixando sobre eles importantes relatos.

O geólogo diz que, ao sul da Ponta da Fruta havia uma grande praia (Praia do Sol) que se estendia por oito milhas até a Ponta de Setiba, e que, em alguns lugares dessa praia, havia dunas de areia de até 25 pés de altura (Dunas da praia D'ulé).

Da Ponta da Fruta à de Jucu, ambas com formações rochosas de gnais, eram oito milhas de praias de areia quase retas, que para o interior eram seguidas de planícies arenosas ou pantanosas, onde se encontravam inúmeras espécies de anfíbios e peixes, camarões, caranguejos, de água doce.

A Ponta do Jucu, que segundo Hartt (1870), em outros tempos, era uma ilha, pois o rio desaguava nos dois lados da Pedra da Concha (hoje Morro da Concha), já era ligada ao continente por uma praia (Segundo seu Daniel Vieira, Peitori, hoje conhecida como Praia do Barrão). Era cercada por outros morros menores nas vizinhanças. De acordo com um esboço que conservava no seu caderno de notas, o rio desaguava ao sul da ponta (diferente de hoje, que é ao norte). Na carta geográfica de Mouchez (que esteve aqui antes de Hartt) ele mostra o rio desaguando do lado

norte (como hoje). O que provavelmente ocorreu na sua época, foi a foz do lado sul ter sido fechada devido a alguma grande enchente ou mudança nas correntes marítimas. Em 1975, conta Kleber Galvêas em entrevista de (2001), que novamente a foz do rio foi bloqueada e, durante alguns meses, ele desaguou cerca de 300 metros mais ao norte do que o local da foz norte atual.

O Jucu nasce nas serras do oeste e tem curso não muito extenso. Era navegável por canoas, por curta distância, da foz até Viana. Ponto importante como via de tráfego no rio era o canal, feito há muito tempo pelos jesuítas, há cinco milhas acima da sua foz, que corria para o norte e se comunicava com a Baía do Espírito Santo e seus portos. Foi aberto para o escoamento dos produtos da região e para evitar a passagem perigosa por mar, e os caminhos por terra mais demorados e cansativos (brejos, mangues e areais). Este canal drenou brejos e assim também melhorou as condições sanitárias do território.

Segundo Hartt (1870), nas margens desse rio, foi estabelecida a colônia de Santa Isabel, há 30 milhas da foz, fundada em 1847, sendo a primeira colônia alemã da Província. Essa colônia foi prejudicada por má administração. Em seu livro “Canaã”, Graça Aranha conta essa história.

Conforme nos diz Hartt (1870), essa região da Barra do Jucu era muito rica em pescado, tinha vários baixios de areia muito raros e arrecifes, com variedade de peixes como garoupas, pargos, badejos, vermelhos, dentões, realitos, peroás, caramurus, guaibiras, xaréus, sardas, linguados, robalos, olho de boi, meros, sargos, baiacus etc. Era e é muito frequentada por pescadores de toda a costa, especialmente de Guarapari e agora as traineiras de Santa Catarina e de outros países como Japão, que enviam navios de pesca Industrial à nossa costa.

2.4 RELATOS DE CAPITÃES E PRESIDENTES DA PROVÍNCIA

Essa seção do texto trata das memórias históricas e estatísticas deixadas por dois governantes, um ainda da época das Capitâneas, Francisco Alberto Rubim, que governou de 1812 a 1818. E o outro da Província Imperial do Espírito Santo, Ignácio Accioli Vasconcellos, que governou de 1823 a 1828. Daremos aqui especial atenção às partes dos seus relatos que destacam o território do Baixo Rio Jucu. Apesar de deixarem grandes lacunas, e de conterem erros, esses relatos são interessantes, são raridades.

2.4.1 Francisco Alberto Rubim 1812-1818

Segundo Rubim (1818), nos informa, existiam pedras preciosas nas cachoeiras do Rio Jucu. Havia em Barra do Jucu, nessa época, duas igrejas. Na região do Rio Jucu existiam seis engenhos de açúcar: Coleiras, Ilha do Óleo, Jucuna, Araçatiba (sendo dois com este nome) e Jacoroaba. Tinha também quatro engenhocas, Ponta da Fruta, Jaguaruçu, Camboapina e Ribeirão Doce.

De acordo com Rubim (1818), "da povoação de Viana se chegava a Vitória, pelo rio Santo Agostinho, afluente do Jucu e deste se alcançava, pelo Canal de Camboapina a Baía do Espírito Santo. Era o único meio de acesso fluvial, percorrendo sete léguas de distância" (RUBIM, 1818, p. 61).

Rubim (1818) nos indica que,

A duas léguas ao sul da Vila do Espírito Santo, passava o Rio Jucu onde só entravam canoas, fazia barra diretamente no oceano. Havia duas boas pontes de mais de 70 braças, ficando além dela, na margem ao sul do rio, a povoação de Barra do Jucu, cujos moradores viviam principalmente da pesca, agricultura e extração de lenha (RUBIM, 1818, p. 61).

2.4.2 Ignácio Accioli de Vasconcelos 1823-1828

Por vontade do poder central nacional, capitaneado à época por Dom Pedro I, a Câmara Federal aprovou uma resolução, pedindo que todas as Províncias elaborassem um levantamento estatístico do seu território em 1827, com o objetivo de saber como andava cada região e a Pátria como um todo, identificando os problemas nacionais a serem resolvidos. Com esse objetivo, Ignácio Accioli de Vasconcellos, Presidente da Província do Espírito Santo na época, executou a tarefa entregando-a como concluída, em abril de 1828, ao Imperador.

Esse levantamento, apesar de deixar lacunas, é uma fonte histórica muito rica e interessante, por mencionar várias vezes assuntos relacionados ao território do Baixo Rio Jucu.

No tópico rios, segundo Vasconcelos (1828), o Jucu é descrito como tendo em sua barra, dependendo da variação da maré, de três a dez palmos de profundidade, quatro braças de largura, fundo e margens de pedras. A cinquenta

braças acima da barra tinha muito mais largura e profundidade. Sempre teve ponte de madeira para ser atravessado, mas então, estava em estado bastante avariado¹⁹.

Nesse levantamento constava que na Baía do Espírito Santo, desaguava um braço do Rio Jucu formado pelos rios Taquari, Santo Agostinho, Pimentas, Manducongo e Araçatiba. Esse braço é o Canal dos Jesuítas, que recebe as águas do rio Formate.

Conforme Vasconcellos (1828),

A 500 m da barra do Rio Jucu havia uma ilha, ótimo pesqueiro. Em Viana existiam cinquenta sesmarias de doze braças de largura, por 500 de fundo, confirmadas e cuidadas por colonos vindos das Ilhas Açores. O Governador considerava as cabeceiras do Jucu, como lugares onde se podia encontrar bastante ouro (VASCONCELLOS, 1828, p. 32).

Também de acordo com o Vasconcelos (1828),

À Vila do Espírito Santo, tinha duas povoações (distritos) de destaque: a de Barra do Jucu, a margem direita da barra deste rio, contendo 360 almas, duas lojas de fazendas molhadas (mercearias) e tabernas, além de 156 fogos; e a povoação de Ponta da Fruta, com 240 almas, uma loja de fazenda molhada e 104 fogos²⁰ (VASCONCELLOS, 1828, p. 34).

Foram enumeradas três capelas curadas na Província: uma em Carapina e duas na Barra do Jucu, sendo uma a que existe, ainda hoje, na praça central do bairro, que tem como Padroeira Nossa Senhora da Glória. Esta passou por reforma e ampliação, em 1913, e realmente seu aspecto exterior (profundamente alterado em 1974), nos leva a considerar sua antiguidade, que, segundo os entrevistados para essa pesquisa, vem desde os tempos dos padres jesuítas²¹. Com a reforma de 1913 que a fachada foi virada para o centro da comunidade. Muitas histórias e lendas envolvem esses padres com a localidade, como a descoberta de riquezas e tesouros por eles enterrados na época de sua expulsão. Não consegui chegar a uma conclusão sobre a localização da outra capela, mas hoje em dia voltaram a existir duas, sendo a antiga dedicada à Nossa Senhora da Glória e a mais recente, situada na extremidade sul da comunidade, dedicada a Nossa Senhora dos Navegantes.

¹⁹ Braças e palmos eram unidades de medida da época.

²⁰ Fogos eram como se contavam as habitações e almas às pessoas.

²¹ Antigamente a fachada da igreja ficava voltada para o rio.

Nas fazendas que os jesuítas deixaram para trás, até hoje, após uma boa enxurrada, as pessoas encontram no solo peças valiosas. Em entrevista realizada em (2001) Kleber Galvêas, afirmou já ter visto na casa de amigos (família Araújo Ramos da localidade ribeirinha de Mateus Pinto, junto a Jaguaruçu) que ali moravam: talheres de prata, cordões e dentes de jacaré encastoados com ouro por eles encontrados. Já fomos às ruínas de Araçatiba com detector de metais, mas não tivemos sucesso. O certo é que em lugares como estes, onde habitam populações muito sofridas e sem muita perspectiva de vida, proliferam com vigor essas lendas de tesouros enterrados. O Senhor Alcides Gomes da Silva (1896-1990), Mestre da banda de congo da Barra do Jucu, contava que foram encontradas correntes de ouro (enterradas e dentro de colunas ocas) que no passado eram usadas como moedas, fazendo-se os pagamentos com determinada quantidade de elos correspondente ao valor devido.

Vasconcelos (1828), nos diz que,

O produto da pesca era dividido entre os pescadores: o mestre e o dono do barco ficavam com a quinta parte. Quando a pesca era com rede, metade era do dono desta. O Governador Silva Pontes proibiu a pesca com redes, porque pegava tudo, peixes grandes e pequenos. Quando a pesca foi liberada outra vez, em 1806, em um só lance de rede, na Vila do Espírito Santo, foram pescadas dez mil sardas (VASCONCELLOS, 1828, p. 40).

Entre as estradas e canais, o Governador dava destaque especial em seu relatório a estrada para Minas Gerais, aberta entre 1814 e 1818, pelo Governador Francisco Alberto Rubim, e que ia de Viana até Mariana. Também mereceu destaque o canal do rio Marinho. Assim, esse relato oficial mostrou-se bastante informativo, contribuindo com importantes subsídios a esse trabalho.

O médico César Augusto Marques, contratado em 1876 pelo Presidente da Província, Dr. Manoel José de Menezes Prado, realizou um levantamento estatístico do nosso território. Em 1878, deu o trabalho como concluído, com o título de “Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo”. Esse relatório também traz algumas informações sobre o território foco dessa pesquisa, como: a Lei Provincial nº 4 de 1864 que instituiu a cobrança de pedágio na ponte sobre o Rio Jucu e demais rios do Espírito Santo; indica que a temperatura média anual em 1878 na região foi de 23,4 graus Celsius; além de que, em 23 de novembro de 1876, em virtude da Lei nº15, foi o Presidente da Província autorizado a despender um conto de réis com a construção de um cemitério nesta povoação.

O Baixo Rio Jucu abrigou refugiados políticos pelo menos em duas ocasiões: quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, os que se encontravam no Espírito Santo se concentraram em Araçatiba; na Revolução de 1930, a Barra do Jucu foi refúgio tranquilo dos opositores.

Essa segunda seção da pesquisa teve como pontos de destaque o estudo dos primeiros habitantes dessas terras, e dos jesuítas do lugar, assim chegamos a formação populacional do território; a Fazenda Araçatiba, desde o período dos jesuítas, até os proprietários particulares, sendo que o último grande dono da fazenda unificada foi o Coronel Sebastião Vieira Machado, que faleceu em 1856. Essa propriedade rural funcionou como grande polo de unificação do território do Baixo Rio Jucu, pois abrangia quase toda a região às suas margens e funcionava como irradiadora da cultura, economia, sociedade e política local na época; a navegação pelo Rio Jucu e Canal de Camboapina, para atingir Vitória, elementos fundamentais para a formação da identidade e unidade territorial local; a teoria da História Ambiental, fundamental para compreensão das relações homem e natureza no local; outro ponto importante da seção, é a descrição da paisagem do território no século XIX, feita pelos viajantes estrangeiros, focados na descrição da natureza e da sociedade, além da descrição feita pelos governantes dessa época, que demonstram a exuberante riqueza natural local. Textos esses, muito importantes para compreender a organização histórica, ambiental, social e cultural do território.

3 O BAIXO RIO JUCU NO PERÍODO ANTERIOR ÀS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ A DÉCADA DE 1970

A terceira seção da pesquisa menciona o histórico do território do Baixo Rio Jucu em período anterior às grandes transformações que vão ocorrer a partir da década de 1970. Isso se faz necessário para melhor compreender essas mudanças e seus impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos neste território do Jucu. A partir desse momento, a pesquisa terá como fonte básica de informações a história oral levantada através de entrevistas, rodas de conversa e conversas informais com recordadores de notório saber no campo ambiental e cultural da Barra. A memória passa a ser um conceito fundamental assim como os lugares de memória. Antes de entrar nos dados empíricos, vamos discorrer algumas palavras sobre esses dois conceitos muito importantes para o desenvolvimento do presente trabalho.

Esse capítulo consta das seguintes subseções importantes para o desenvolvimento do estudo: Saberes Territoriais e Inteligência Nativa sobre a Pesca e a Pequena Agricultura: A Base da Economia Local Tradicional; Caçadores e Caças; O Rio Jucu e Seus Canoeiros e A Política no Território.

3.1 MEMÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIAS

Na Barra do Jucu, a *resistência* cultural dos grupos subalternizados se manifesta de diferentes formas: manutenção das bandas de congo, até conhecimentos como a fabricação de rendas de bilro; tambores e casacas²²entre outras manifestações culturais tradicionais do *território*. Muitas destas manifestações são resgatadas ou mantidas, de longa data, pela população nativa e por simpatizantes. As *resistências cotidianas*, como discutem Miguel (2001) e Rollemberg (2015), são as formas de oposição mais comuns, pois se expressam espontaneamente na vida cotidiana e assumem uma grande diversidade de manifestações, incluindo simbólicas e alegóricas, acontecendo por meios aparentemente inócuos e inofensivos. *Resistência*, nesse sentido, envolve a

²² Os tambores e as casacas são instrumentos fundamentais das bandas de congo do Espírito Santo.

“*memória*”, a “*tradição*” e os “*lugares memória*”.

É nesse sentido que Dellamore e Soares (2022, p. 73) afirmam que “o fato de haver uma *memória* hegemônica não quer dizer que outras *memórias* subordinadas, não tenham existido e não lutem para se afirmar”. O que as autoras buscam destacar, com isso, é que existe uma luta permanente entre “*memórias* concorrentes” para ter a narrativa dominante nas sociedades em qualquer momento. As autoras nos dão importantes contribuições sobre *memórias* e história oral e a pluralidade de narrativas levantadas, por exemplo, pela escuta:

Através da história oral e das *memórias*, trajetórias múltiplas e diversas se revelam confirmando que as experiências vivenciadas pelos indivíduos diante dos contextos são plurais. A escuta sensível e atenta nos permitiu acessar às subjetividades que atravessam as narrativas dos entrevistados (DELLAMORRE; SOARES, 2022, p. 62.).

As autoras nos ajudam a perceber, portanto, a relação entre *resistência* e *memória*. Isso porque, segundo Pierre Nora (1993), estamos a compreender a *memória* não como algo museologizado ou estático. Pelo contrário, a *memória* é um fenômeno dinâmico, com vida, como está citado abaixo:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória é um absoluto (NORA, 1993, p. 9).

Além de vidas, as *memórias* podem, assim, disputar os sentidos coletivos. É nesse contexto que compreendemos o argumento de Nora (1993, p.10) quando informa que “todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva”. Alargar o campo da *memória* pode significar modificar a *memória*, inscrevendo novos significados ou ressignificando os. A atenção a esse processo e a sua busca por sedimentação, isto é, a cristalização dos sentidos da *memória* como sendo invariável, nos permite perceber a *invenção das tradições (das memórias)* segundo Hobsbawm (1997):

O objetivo e a característica das “tradições” (memórias), inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história. O “costume” não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. A decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” (a memória) à qual ele está geralmente associado (HOBSEBAM, 1997, p. 10).

O que Hobsbawm (1997, p.10) nos mostra é que toda *tradição* é uma invenção: “inventam-se novas tradições (memórias) quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”. Há adaptação da *tradição (memória)* quando é necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Em todos esses casos, destaca o autor, “a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade” (HOBSEBAM, 1997, p. 13).

Nesse processo, torna-se especialmente interessante a utilização de elementos antigos na elaboração de novas *tradições (memórias) inventadas* para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos que enriquecerão essas *memórias* (HOBSEBAM, 1997). O próprio aparecimento de movimentos que defendem a restauração e resgate das tradições, sejam eles “tradicionalistas” ou não, já indica a ruptura da sociedade com a sua *memória tradicional*. Tais movimentos, comuns entre os intelectuais desde a época romântica, nunca poderão desenvolver, nem preservar um passado vivo, estão destinados a se transformarem em “tradições inventadas” (HOBSEBAM, 1997). Por outro lado, ainda segundo Hobsbawm (1997, p. 16), “a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não deve ser confundida com a ‘invenção de tradições’. Não é necessário recuperar nem inventar tradições (memórias) quando os velhos usos ainda se conservam”.

Pode-se observar uma nítida diferença entre as práticas tradicionais e as inventadas. As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas e impositivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo social (HOBSEBAM, 1997).

A *necessidade de memória*²³, como destaca Marques (2020), surge “porque ela (a *memória*) não existe mais” e se há *locais de memória* é “porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7). Se a possibilidade de uma significação final da realidade escapa aos sujeitos torna-se necessário a eles acessar algum tipo de *memória* com atributo de sentido, mais ou menos coerente ao meio a que pertence para compreender e se localizar na sua identidade cultural e *territorial* (MARQUES, 2020).

Apoiando-se em Halbwachs, Marques (2020, p. 217) argumenta que essa busca pela *memória*, por mais individual que possa parecer em um primeiro momento, “será sempre um ato de (re)construção coletiva, uma fixação histórica coletiva que remete à interação com o ‘Outro’”, isto é, contextualmente inscrita “mas que não indica uma ação de integração, mas sim de diferentes *memórias* em disputa pelo domínio da narrativa dentro de uma sociedade.”

É nesse sentido que compreendemos o argumento de Guarinelo (1994, p. 189), para o qual “memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo, hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes”. Ou seja, a *memória* é, antes de tudo, um processo em construção (HOBBSAWM, 1997; NORA, 1993; MARQUES, 2020).

Nesse processo de construção, evidenciam-se as evocações de *lugares de memória*, que, como destaca Marques a partir de Nora (2020, p. 13, acréscimo nosso), podem ser entendidos como “lugares espaciais, lugares abstratos, lugares simbólicos, monumentos, festividades, datas, entre outros que passam a ser mobilizados na construção da memória [tradição] coletiva.”

Sobre esse conceito, Nora (1993) desenvolve o seguinte raciocínio:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. E se, em compensação, a história não se

²³ A ideia de necessidade de memória mobilizada por Marques (2020, p. 216) para argumentar que “os sujeitos necessitam ansiosamente atribuir certo fundamento à própria existência enquanto grupo, ‘sedimentando-o como verdade’”. Já a ideia de sedimentação, derivada de Laclau, “indica a busca pelo ocultamento da contingencialidade e da precariedade de todo e qualquer discurso, apresentando-o como verdade, fundamento” (Ibid., 2020, p. 216).

apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memórias (NORA, 1993, p. 13).

Nora (1993), continua a desenvolver sua explanação sobre *lugares de memória* como “lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações” (NORA, 1993, p. 14).

A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, ou seja do conhecimento científico, ela passa a dar um sentido à memória, cristalizando-a, tornando-a perene, estabelecida. Desta forma, a *memória* é tragada pela história e se torna estática, fecha-se definitivamente a era das identidades pessoais, não existe mais um homem *memória*, mas um lugar ou vários *lugares de memória* (NORA, 1993). Nora (1993) nos diz mais sobre as funções dos *lugares de memórias*:

Se é verdade de que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os tornam apaixonantes (NORA, 1993, p. 22).

O termo *lugar de memória*, com efeito, tem três sentidos ou significados: material, simbólico (imaterial) e funcional, simultaneamente. Só é *lugar de memória* se a imaginação o investe de uma aura simbólica identitária (NORA, 1993) que tem uma relação com a identidade dos territórios, sua parte cultural e simbólica.

Ainda de acordo com Nora (1993), os *lugares de memórias* podem ser um lugar duplo, fechado ou aberto a significações:

Diferente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre a sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p. 27).

Tendo esse duplo sentido, os *lugares de memória* são, consequentemente, simultâneos. Ao mesmo tempo, em que estão fechados e não abrem mão das suas identidades simbólicas locais, estão sempre abertos e em construção, no que diz respeito às suas significações. Ou seja, eles estão em permanente processo de construção-reconstrução-construção. Nesse sentido, são, em simultâneo, focos

permanentes das lutas de *resistência* pelas manutenções das identidades e, também, da (re)construção das *memórias*, que estão sempre em movimento e em confronto, como vimos anteriormente no texto.

Nada impede, em contrapartida, no interior do campo de pesquisa, que se imaginem todas as distribuições possíveis e todas as classificações necessárias para os trabalhos a serem realizados. Desde lugares mais naturais, oferecidos pela experiência concreta, até os lugares mais intelectualmente elaborados e imateriais, dos quais ninguém se privará (NORA, 1993).

Trazendo esta discussão para o caso da Barra do Jucu, os lugares que têm essa característica simbólica identitária e que têm forte caráter material paisagístico e imaterial simbólico, referidos pelos moradores nas rodas de conversa são, por exemplo:

- (1) O Morro da Concha e a Praia da Concha, lugares de referência da pesca artesanal, que é um conhecimento imaterial basilar na formação sociocultural dessa comunidade;
- (2) A Praça Pedro Valadares²⁴, onde acontecem todas as principais festas e manifestações culturais e políticas do bairro;
- (3) A Praia do Barrão ou Peitori (segundo Seu Daniel Vieira em roda de conversa de 2023), onde ocorrem os campeonatos de esportes náuticos radicais como: surf, body board, caiaque wave, skimboard e body surf, além de demonstrações de parapente, paraquedismo e acrobacias aéreas²⁵, o Barrão é um dos principais locais de socialização da comunidade hoje em dia;
- (4) O Rio Jucu e sua foz, muito importante para a pesca e para as comunicações no passado quando era usado na navegação, comunicando o *território* com a capital Vitória, através do rio Marinho²⁶;
- (5) O Parque Natural Municipal de Jacaranema, que abarca todas as áreas verdes já descritas acima, e mais, algumas de mata de restinga do lugar, *território* alvo de muitas lutas de *resistência* pela preservação ambiental;

²⁴ A praça Pedro Valadares é a praça central do bairro, onde fica a igreja católica de Nossa Senhora da Glória.

²⁵ O Aeroclube do Espírito Santo foi instalado na Barra do Jucu, em 1984.

²⁶ Como já foi dito, é desse Rio que sai 65% da água que abastece a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV);

- (6) A Ponte Velha do Rio Jucu, atual Ponte da Madalena, belíssima paisagem, primeiro ponto de travessia do Rio Jucu desde a época dos jesuítas e ligação com Vila Velha;
- (7) O congo com suas bandas e festas, e o saber sobre a confecção dos seus instrumentos: os tambores e as casacas;
- (8) A renda de bilro, e o conhecimento da confecção das rendas de bilro;
- (9) O carnaval tradicional da comunidade;
- (10) A prática e o saber relativo à pesca artesanal.

Todos esses são lugares de memória fundamentais para a constituição da identidade local e também foco de resistência popular ambiental, cultural e social pela sua preservação, reprodução, divulgação e resgate (fig. 12).

No caso dos lugares habitados por populações subalternizadas (dominadas segundo Nora), eles são lugares de refúgio, de preservação da identidade cultural, o santuário das fidelidades espontâneas, das peregrinações do silêncio e das *resistências cotidianas*. São, por conseguinte, o coração vivo da *memória* coletiva dos povos (NORA, 1993). O *território* do Baixo Rio Jucu se enquadra nesse perfil de *lugar de memória* por tudo o que foi dito nos parágrafos anteriores.

Como destaca Marques (2020, p. 218), os *lugares de memória* físicos naturais “sempre estiveram ali”, mas nem sempre foram “pontos de identificação na construção da memória coletiva dos sujeitos”. Isso nos ajuda a analisar nosso objeto de estudo, considerando que a Barra do Jucu, por tudo que foi dito anteriormente, é um *lugar de memória* no cenário cultural, ambiental e social do Espírito Santo. Vários dos seus *lugares de memória* numerados acima foram ressignificados após pressões externas poderosas que os colocavam e colocam em risco, o que foi observado nas rodas de conversa. Os lugares só se tornam *lugares de memória* quando os sujeitos os significam simbolicamente como pontos de referência da sua identidade e da sua narrativa (MARQUES, 2020).

Figura 12- Vista aérea parcial do bairro Barra do Jucu, com vista para os seguintes lugares de memória materiais paisagísticos do território: (1) O Morro da Concha, (2) A Praia do Barrão (antigamente, conhecida como Peituri, segundo seu Daniel Vieira em roda de conversa realizada em 05/2023), (3) O Parque Natural Municipal de Jacaranema, (4) A foz do Rio Jucu, (5) A comunidade da Barra do Jucu, (6) A planície de inundação do Rio Jucu e (7) A Praia da Concha.



Fonte: Museu Vivo da Barra do Jucu, ES, 2018), [site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#)

Na Barra do Jucu, vários elementos surgem como *lugares de memória* no processo de formação da identidade cultural local e da narrativa identitária da tradição do *território*, como lugares físicos naturais, lugares simbólicos e funcionais, como foi demonstrado acima. Vários desses *lugares de memória* foram criados e significados com o fim de identificar o *território*. O exemplo fundamental foi a criação do Parque Natural Municipal de Jacaranema a partir da década de 1980. Outros exemplos estão presentes a longa data no bairro como a pesca artesanal e as bandas de congo.

3.2 SABERES TERRITORIAIS E INTELIGÊNCIA NATIVA SOBRE A PESCA E A PEQUENA AGRICULTURA: BASE DA ECONOMIA LOCAL TRADICIONAL

O jesuíta e cronista do Brasil colonial Fernão Cardim, em 1623, já relatava sobre a economia na região do Baixo Rio Jucu, a qual tinha como centro motor os engenhos de açúcar, movidos à água rasteira ou copeira, ou ainda, movidos a bois

ou escravos. Os colonos tinham terras de sesmarias e almejavam ter escravos para cultivar a terra e aumentar suas posses. Afinal, possuir escravos e terras eram os itens que demonstravam o poder pessoal e o status social. A riqueza pesqueira do Espírito Santo também era colocada em destaque pelo jesuíta e cronista da nossa primeira história.

Além disso, existia, segundo o relato deste religioso, muito algodão, pau-brasil e mandioca. Isso se confirma com a narrativa de César Guedes em roda de conversa em 2023, quando afirma que a Barra do Jucu já teve cinco casas de farinha ou quitungos, o que, hoje, “não tem mais, acabou tudo”. Uma delas se localizava na praça central da Barra e a outra perto da ponte do Rio Jucu, hoje conhecida como ponte da Madalena. Contudo, sobre as outras casas, ele não soube informar onde ficavam. Este mesmo recordador narra ainda sobre a ligação entre cultura e meio ambiente na Barra do Jucu:

Se você pegar os casebres que eles faziam, muitas das madeiras que eles tiravam era dali, então a ligação da cultura e meio ambiente era riquíssima, muito forte, muito ligada porque eles persistiram na extração da floresta aqui. Então tem uma ligação com a floresta muito forte (César Guedes em roda de conversa de 2023).

Antes das grandes transformações que ocorreram a partir da década de 1970, a Barra do Jucu se encontrava numa posição privilegiada. Ela está localizada na foz de um Rio ainda muito piscoso, com belo manguezal, cercada de grandes matas ricas em caças e com mar, também, riquíssimo em peixes. Os peixes e as caças eram muitos, de todos os tamanhos e das mais variadas espécies, pescados e caçadas de muitas maneiras, inclusive de forma tradicional. Essa riqueza ainda é perceptível, afinal, ainda hoje há o que preservar apesar da exploração desordenada e da destruição do habitat natural. Exemplos disso são as essências nativas como a samuma e a almesca, se pesquisadas, certamente poderiam se tornar fontes de renda, com a produção de óleo vegetal e resina.

De acordo com entrevista realizada com recordadores em 2001 (Kleber Galvêas, Geraldo Pignaton e Daniel Vieira) na foz do Rio Jucu proliferavam as tainhas de até dois palmos, conhecidas pelos indígenas como curimãs - hoje são chamadas de quirás. Estas eram pescadas na foz do Jucu e desovam no estuário dos rios. Para sua captura, os indígenas utilizavam uma estratégia sui generis, usando um tipo de cipó: o timbó ou barbas. Depois de esmagados e batidos na água, esses cipós

liberavam uma substância tóxica asfixiante e paralisante para os peixes, fazendo-os boiar. Para catar os peixes, podiam usar flechas, físgas ou as próprias mãos. Eles enchiam as canoas com o pescado, maioria tainhas, que eram então salgadas, servindo de alimentação para o ano todo. Junto com a abóbora e a farinha de mandioca, era o prato mais oferecido aos escravos e trabalhadores pelo seu baixo custo. Essa pesca se repete até os dias de hoje, mas com tarrafas na foz do rio²⁷.

Conforme roda de conversa realizada com os pescadores artesanais da Barra do Jucu, Paulo Lira, Esmerino Laranja, Alcestes Laranja e Marcelo Farich em 2017, há relatos confirmando a riqueza acima apontada. Além de moluscos e crustáceos (como sururu, berbigão, lagosta, camarão, búzio, pitu, siri, caranguejo, guoiamum etc), várias espécies de peixes de água salgada eram pescados, sendo os mais encontrados: tainha, baiacu, pé de banco, boca de velho, paru, salamonete, oá, linguado, sargo, robalo, xaréu, chicharro, pescadinha, peroá, manjuba, sardinha, dentão, olho de boi, badejo, mero, cação, espada, sarda, anchova, caramuru, guaibira, obarana, caranha, arraia, camarupi, pargo, realito, roncador, entre outros²⁸. Quando o mar estava mais agitado, em geral no inverno, o território de pesca se deslocava para o Rio, riachos e brejos. Os peixes de água doce mais comuns eram morobá, traíra, jundiá, bagre, camboatá, cará, lambari, muçum etc. Atualmente, a tainha, a pescadinha e o sururu fazem parte das refeições dos nativos barreenses. Principalmente no verão, a época mais favorável à pesca, lagostas eram apanhadas com luz de tochas nos arrecifes, que, iluminadas, brilhavam como um tição. Mais recentemente, elas foram sumindo devido a pesca intensiva.

As redes usadas pelos pescadores são um capítulo à parte. Chamadas no linguajar dos pescadores locais de "três panos ou malhas" ou, simplesmente, tresmalho ou "trasmalhos"²⁹, elas eram armadas, tradicionalmente, em frente à Praia da Concha, entre as duas pedras que têm o formato de uma concha de berbigão aberta³⁰, situadas no Morro da Concha parte da península da foz do Rio Jucu. Os "trasmalhos" ficam presos entre estas duas pedras e, conectados à corda mestra, correm, pelo mar e paralelamente a faixa de areia, até o meio da Praia do Barrão.

²⁷ Redes cônicas que os pescadores arremessam sobre os peixes.

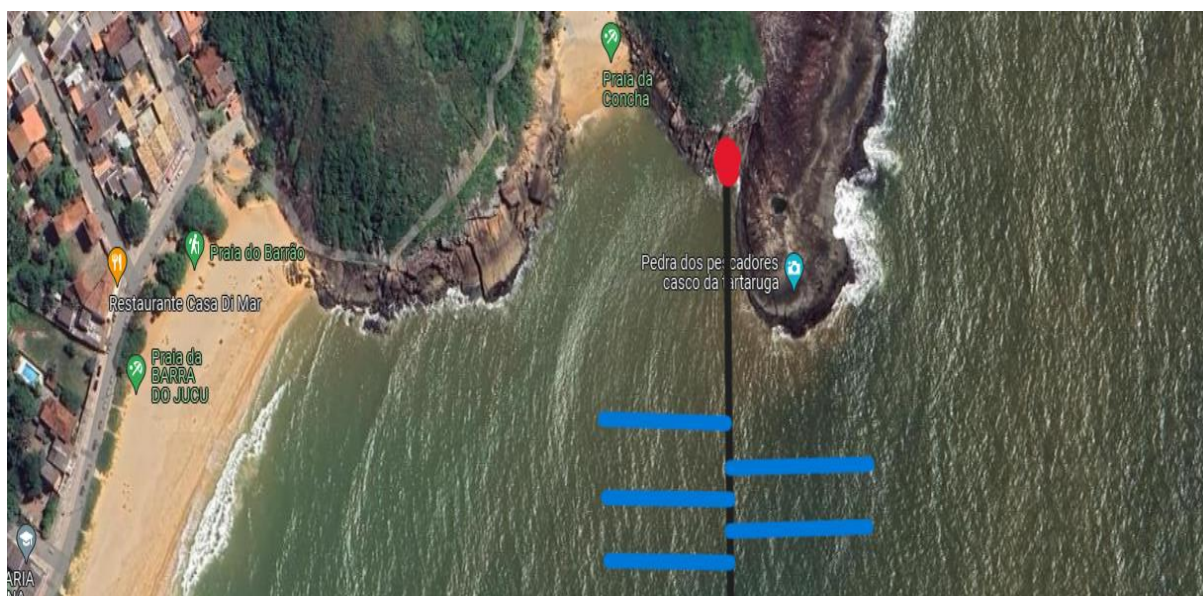
²⁸ Os nomes aqui empregados são designações nativas, podendo a mesma espécie ter outra denominação em outros territórios.

²⁹ Grandes redes de pesca de espera.

³⁰ Talvez, por isso, o Morro da Concha tenha esta denominação tradicional visto que o berbigão é um bivalvo.

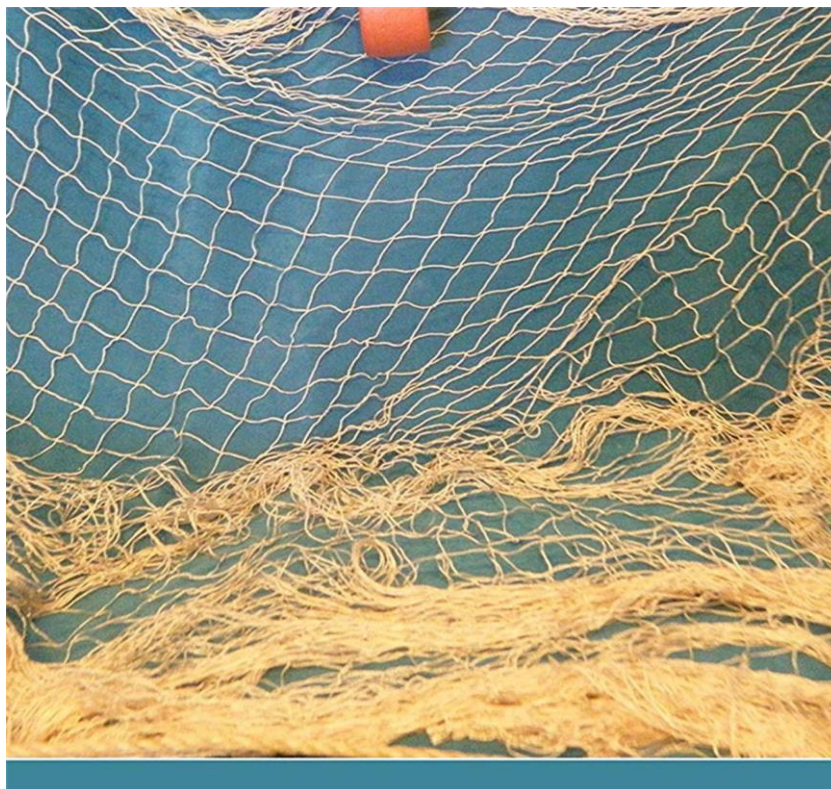
Nesta altura do mar, fica uma âncora onde é fixada a outra extremidade da corda mestra, a qual é removida quando o mar está de ressaca. Nativamente denominado como carreira de redes, este processo é ainda hoje empregado pelos pescadores artesanais. Estas redes ficam à espera do pescado fonte de alimento para, principalmente, a população barrense. (fig. 13 e 14).

Figura 13- Foto aérea do Morro da Concha. No ponto em destaque vermelho fica a estaca de onde saí a corda mestra (assinalada em preto), onde os trasmalhos (redes dos pescadores marcados em azul) ficam presos, esta é a carreira de redes da Barra do Jucu



Fonte: [Site do Google Maps](https://www.google.com/maps) (acesso 23/06/2024)

Figura 14- Trasmalhos, rede de pesca utilizada na carreira de redes na Barra do Jucu



Fonte: [Site de Vendas Kason](#) (acesso 23/06/2024)

Por ser a ponta que mais avança mar adentro na região, o Rio Jucu a contorna depositando ali muitas conchas inclusive, fósseis (outra razão para o nome) atraindo peixes para o local (fig. 15).

Figura 15- Alguns dos peixes mais pescados na Barra: xaréu (*Caranx hippos*), sarda (*Scomber scombrus*), guaibira (*Oligoplites Saurus*), baiacu (*Tetraodontidae*), tainha (*Mugil cephalus*) e robalo (*Centropomus Undecimalis*), sucessivamente apresentados



Fonte: [Blog Pesca Gerais](#), [Blog do Pescador](#), [Site Klima Naturali](#), [Site Pinterest](#), [Site Deep Water Fishery](#) e [Site No Mar Profundo](#) (acesso 23/06/2024).

De acordo com as memórias evocadas pelo recordador Kleber Galvêas em entrevista de 2001, entre as peças de ferro que, em escambo, os indígenas trocavam com os portugueses, estavam os anzóis. Desconhecidos deles até então, eles passaram a ser muito cobiçados por propiciarem um novo tipo de pesca. Além disso, machados e facas também eram apreciados, pois reduziam o tempo gasto para executar os trabalhos cotidianos.

Em entrevista com Alarico Malta, realizada em 2001, no Rio, nos riachos e nos brejos do território do Baixo Rio Jucu, a forma mais tradicional de se pescar era com o juquiá, uma armadilha que pegava principalmente pitu, iguaria muito apreciada, mas também peixes como traíra, morobá, muçum, camboatá, lambari, cará etc. O juquiá era feito com arcos de pau-ferro e cipós da mata, como o cipó São João, bem resistentes e que não apodrecem na água. Tais cipós são entrelaçados com as tiras de bambu, de forma bem amarrada.

O mecanismo consistia em deixar o peixe ou camarão pitu entrar através de uma boca bem larga, estreitando-se para dentro e quase se fechando no final, de modo a dificultar a saída do pescado tal como mostra a figura 16. A isca era geralmente carne estragada, tripas, cupins ou mandioca. Segundo ainda o relato do Alarico Malta, quando a lontra (nativamente, cachorro da água) aparecia na área, ela estragava os juquiás. Os pescadores, então, fabricavam a armadilha usando a borracha da câmara de automóvel no lugar de cipó, para que o animal entrasse na armadilha para comer os camarões, e assim fica-se preso, capturado.

Um antigo mestre de banda de congo da Barra do Jucu, Honório de Oliveira Amorim já falecido, era um grande pescador empregando esta técnica que, também, confeccionava muito bem o juquiá. Eu fui presenteado por ele com dois juquiás quando adolescente para usá-los no brejo e no Rio Jucu para pegar pitu e guoiamum.

Segundo o relato do Senhor Alarico Malta, entrevistado em 2001, o modo de fazer o juquiá tradicional se baseava nos recursos locais, usando-se o cipó São João, que trançava as varas de bambu, a distância de um dedo uma da outra, tendo cada vara um dedo de largura e quatro palmos de comprimento. Todo este material era apanhado na comunidade de Jabaeté, na Ladeira de Nossa Senhora, localizada na Boca do Mato, uma floresta local. O arco mantendo, por dentro, a estrutura do juquiá era feito com pau ferro. Quatro dúzias de lascas de bambu davam para fazer um juquiá. Passava-se o arco e o cipó no fogo tornando-os flexíveis, facilitando o seu arqueamento depois de, tirar a casca toda de ambos. Faziam-se quatro cintas de pau

ferro para fixar o bambu: uma na cabeça, duas no meio (estas interligadas por uma alça, para transportá-lo) e outra quase no final onde fechava. Após trançar o bambu, prendiam-se as cintas com cipó (fig. 16).

Figura 16- Juquiá de pegar camarão, feito por Seu Honório de Oliveira Amorim, década de 1980



Fonte: Acervo particular de Dr. Geraldo Pignaton. Foto do autor.

Em uma semana fazia-se de vinte a trinta juquiás. O juquiá para peixe é maior e mais largo e o, para camarão, é menor, sendo a distância entre as varas de bambu deste último, também menor. O Sr. Alarico Malta aprendeu a fazer o juquiá com José Varandão que, de Jaguaruçu, veio morar na Barra. Tinha gente, em Jabaeté, que vivia de fazer juquiá para vender. Segundo ele, na época de enchente do Jucu, de setembro a janeiro, os peixes vinham para os brejos fazer a "cema", ou seja, se reproduzir. No momento da cema, o juquiá era, então, empregado: "É só você deixar o juquiá contra a correnteza da secante das valas e obstruir as outras passagens; nem precisava de isca; os peixes são pegos ao retornarem da desova".

Para se pegar pitu (camarão de água doce) no Rio Jucu, colocava-se isca de mandioca raspada ou isca de peixe. No caso da isca de peixe, podia-se pescar siri, o que espantava os peixes e camarões, atrapalhando o objetivo primeiro da pesca. Nos rios, os juquiás eram colocados no meio do sapê das margens, onde os pitus moravam em locas até a época da desova (fig. 17). Em março, eles iam procriar no estuário da foz do rio e, depois, retornavam para as locas. Em alguns lugares abundantes da pesca de pitus, usavam-se até mesmo latas e até pneus velhos. Anzóis de espera chamados de engasgos (que eram grandes, de até 4 cm), eram para pegar trairões e jacarés. Peneiras e redes presas a duas varas, chamadas calões, eram para pegar camarões e peixes. Pegavam-se traíras e muçuns e, nas esperas, às vezes se fispava um jacaré. Esta diversidade existia nos muitos brejos

situados na região da Barra do Jucu, alguns completamente aterrados onde, hoje, passa a Rodovia do Sol.

Figura 17- Camarão Pitu verdadeiro – *Macrobrachium carcinus*



Fonte: Foto de Júlio Alfredo Moreira Sousa Junior, site [Klima natural](https://www.klimanaturali.org/) (acesso, 09 de junho de 2024)

Conforme as informações de Daniel Vieira, em entrevista de 2001, os guoiamuns são habitantes das restingas e das florestas úmidas do litoral e eram, tradicionalmente, capturados de três formas diferentes. Durante a quaresma, em noites de lua cheia e de maré alta de março, eles andavam pelas ruas da comunidade, chamando a atenção dos moradores, e principalmente das crianças que faziam lanternas com vela de cera, dentro de latas com alça na horizontal, para caçá-los³¹. Eles eram caçados também com armadilhas denominadas ratoeiras, feitas de caixotes de madeira, sendo mais trabalhoso. Por trás, se colocava um prego e, ao seu lado, era furado um buraco para a entrada de um gancho com a isca. Podia ser limão ou abacaxi, espremidos antes, na loca, buraco do guoiamum, para atraí-lo. Se o buraco estivesse com fezes recentes na entrada, era sinal de que estava habitado. A tampa da ratoeira era amarrada por uma corda, que tinha na extremidade um pauzinho apoiado no gancho e no prego. Quando o gancho da isca era puxado pelo guoiamum, a armadilha desarmava, aprisionando-o (fig.18).

³¹ Costume verificado até hoje, apesar da atual escassez dos animais e dos praticantes desse tipo de captura.

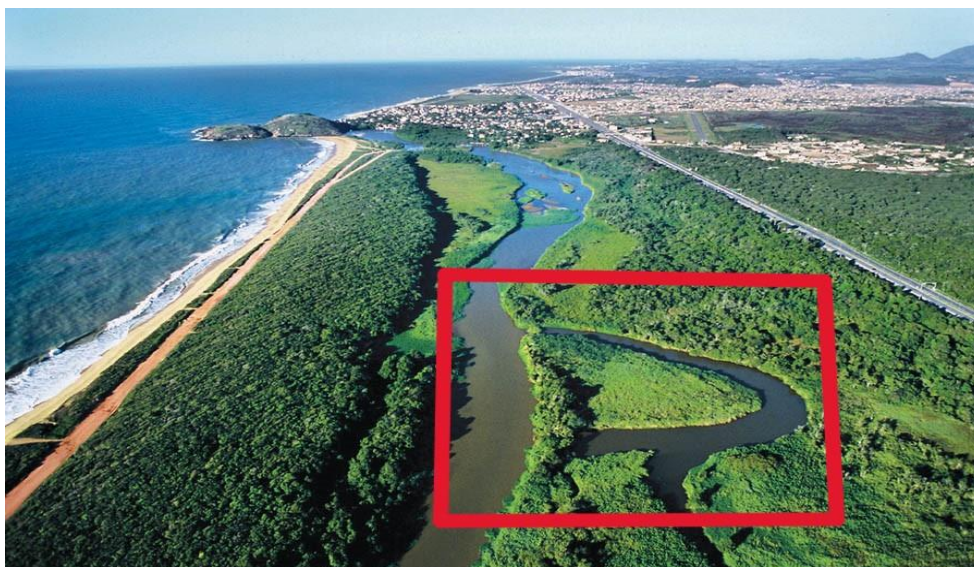
Figura 18- Guoiamum- *Cardisoma guanhumi*

Fonte: Guaiamum, fumbamba, caranguejo-mulato-da-terra, guoiamum e goiamum, YouTube · DoQuintal 30 de janeiro de 2020. (acesso 09 de junho de 2024)

Um pouco antes das transformações territoriais, o guoiamum era um dos pratos prediletos dos nativos, muito consumido também durante todo o ano, após a ceva (para limpar e engordar antes de comer), onde não faltava o limão. Atualmente, este prato continua sendo bastante apreciado na comunidade.

Por último, o emprego do juquiá também, muito utilizado para pegar guoiamuns. Era só subir o Rio, uma meia hora, e armá-lo na margem, com isca de abacaxi, limão ou resto de comida. Ao voltar, no outro dia para mirar a armadilha, se tinha até vinte guoiamuns em um só juquiá. O melhor lugar era no braço do rio Morto, um meandro do leito original do Rio Jucu, esquecido após a retificação feita na década de 1960. Lugar de desova de peixes como tainhas e robalos também morada de pitus, este remanso está localizado dentro da mata, à margem esquerda de quem sobe o Rio, a uns cinquenta minutos de remada da sua foz. Fica dentro do atual Parque Natural Municipal de Jacaranema (fig. 19). Devemos lembrar que hoje, apesar de ainda muito consumido, o guoiamum é um animal na lista de espécies vulneráveis de extinção, principalmente pela destruição e pelo aterro dos seus habitats. Consta da lista de animais em risco divulgada pelo IEMA, em 25/11/22, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e na do MMA-ICMBIO, divulgada em 09/06/22, a nível nacional.

Figura 19- Braço do Rio Morto em destaque



Fonte: [Fotos antigas da Barra do Jucu](#) (acesso 23 de junho de 2024)

Segundo informações coincidentes prestadas por diferentes recordadores em diferentes ocasiões³², havia a seguinte tradição na Barra do Jucu para avisar sobre a aproximação de cardumes. Todos os dias um pescador, denominado olheiro³³, subia o Morro da Concha de madrugada para observar os cardumes de peixes. Se algum cardume se aproximava da costa, o olheiro gritava, ecoando por toda esta comunidade essencialmente de pescadores no passado. Com mais emoção e vigor o grito, se o cardume fosse de xaréu, considerado de ótima qualidade e apreciado. Os pescadores mais antigos, vivos na década de 1970 eram: Selinho, Hildebrando, Agenor Laranja, Alcestes Laranja, Amadeu, Írio, Paulo Lira, Lilico Valadares, entre outros.

Pelo que podemos apreender nas entrevistas e nas rodas de conversa, até aproximadamente a década de 1970, a população local conseguiu sobreviver principalmente da pesca e da caça, além da pequena agricultura e da coleta de lenha nas matas, sem precisar se afastar muito da comunidade, facilitando a convivência entre os moradores. Essencialmente de cana, abóbora e mandioca, para o próprio consumo, as plantações eram poucas, pois o que não era brejo, era areia branca, os

³² Os recordadores foram Darcy Vieira, Daniel Vieira, Lilico Valadares, Maria Luísa Valadares, Esmerino Laranja, Alcestes Laranja e Paulo Lira em entrevistas e rodas de conversa corridas em 2001, 2017 e 2023.

³³ O último olheiro era parente de Daniel Vieira, recordador nesta pesquisa, sendo o anterior, avô dele, parente do antigo dono da fazenda de Araçatiba, o Sr. Sebastião Vieira Machado, até 1856. Os últimos olheiros foram o finado Inácio e, depois, o finado Giovani, pai e irmão de Dona Darcy Vieira.

areais da Barra. A marmita do lavrador usualmente tinha peixe ou camarão, feijão, farinha e abóbora. Até hoje em dia, uma parte considerável da população da Barra, consegue reforçar a sua dieta desta forma mais extrativista, dependente da dinâmica da natureza local. O pescado era tão farto, nesses tempos antigos, que quem pegava, dividia com outros da comunidade. O excedente ia para o comércio em Vila Velha e Vitória, sendo levado pela praia, atravessando-se a velha ponte do Rio, com balaies nas costas ou transportados sobre animais, carrinhos de mão ou nas canoas pelo Rio Jucu, através do canal de Camboapina, hoje, conhecido como o canal do rio Marinho. Segundo o Sr. Daniel Vieira, em entrevista em 2001, o marido de Dona Darcy Vieira, uma das nossas recordadoras, o já falecido Seu Domingos, cambista, negociante de peixe, levava o peixe em carrinho de mão para vender em Vila Velha.

Essa fartura pesqueira se deve, entre outras condições, à foz do rio, lugar de procriação de várias espécies e seu aporte de matéria orgânica carregada para ali, que alimenta vários desses animais (fig. 20), fazendo com que a Ilha da Pescaria, em frente ao Morro da Concha, seja a área de pesca mais próxima da Barra do Jucu, que se projeta mar adentro (fig. 21).

Figura 20- Foz do Rio Jucu em dia de forte vazão



Fonte: [Site APE ES](#) (acesso 25 de junho de 2024)

Figura 21- Ilha da Pescaria, Barra do Jucu (Vila Velha, ES)



Fonte: Google Maps, [imagem aérea](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

De acordo com Novaes (1958), havia a crença de que tanto peixe provinha da devoção à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado. Em troca das promessas e pedidos atendidos e, em sinal de gratidão, parte do Morro da Concha foi doado para o Convento da Penha no começo do século XVIII. Até o final deste século, os sacristães e escravos vinham até aqui, uma vez por semana, buscar pescado para levar ao convento.

De acordo com entrevistas realizadas com Lilico Valadares, Maria Luiza Valadares, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em 2001, até os anos de 1960, existiam muitos cabritos no Morro da Concha. Os filhotes eram apanhados por grandes gaviões (harpías) e lançados do alto sobre a Ilha da Pescaria para morrerem e serem devorados. Os adultos eram apanhados em redes estrategicamente colocadas pelos moradores.

Segundo entrevistas com Irio Leão, Alcestes Laranja, Paulo Lira, Esmerino Laranja, Daniel Vieira e Kleber Galvêas, realizadas em 2001, o abrigo dos pescadores para guardar o material de pesca sempre foi a Praia da Concha (fig. 22). As embarcações utilizadas eram canoas e baiteiras, estas feitas de tábuas bem envergadas, coladas e calafetadas com cordões, piche e cola de madeira. Para navegar, utilizavam remos, presos em forquilhas para a remada dupla simultânea de uma só pessoa ou duas; usavam também "panos", como são chamadas as velas ainda atualmente por alguns. Estes panos eram fabricados localmente, sendo banhados na fervura da casca do "mangue macho" (*Rhizophora Mangle*) que protege

contra fungos, evitando, conseqüentemente, o rápido apodrecimento do tecido molhado. A pescaria em baiteiras era sempre em dupla, sendo assim até hoje (fig. 23).

A pescaria no Rio era uma forma de sobrevivência. Quando o mar estava bravo, o pescador saía do mar para pescar no Rio e conseguir o que comer ali e não no mar. A fartura naquela época era maior.

O pescador era regulamentado pela Capitania dos Portos e pela Colônia de Pesca Z 2, de Itapoã, Vila Velha. Os pescadores da Barra nunca tiveram uma colônia local, sendo que muitos dos antigos se aposentaram pela colônia de pesca da Praia de Itapoã (Z2). Mais recentemente, há um movimento forte para se criar uma Associação de Pescadores na Barra e para se filiar a esta colônia citada acima.

Figura 22- Praia da Concha com destaque para as baiteiras dos pescadores



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) do site Terra Capixaba (acesso 23 de junho de 2024)

Figura 23- Pescadores partindo da Praia da Concha em sua baiteira.



Fonte: Fotografia Bianca Salvadori, tirada em 5 de dezembro de 2009, site [Flickr](#) (acesso, 09 de junho de 2024).

Em roda de conversa realizada em 2017 com Paulo Lira, Alcestes Laranja, Esmerino Laranja e Marcelo Farich, depoimentos afirmaram que o povo nativo comia peixe em moqueca, caldeirada, xaréu moqueado à moda indígena, escalado e salgado (principalmente a guaibira³⁴). Comia-se tartaruga e os seus ovos também, no passado. Esses eram os principais alimentos da população local, ou seja, a sua base era o pescado, mostrando a relação intrínseca entre os nativos e o meio natural que as transformações do final do século XX colocam em risco.

Em entrevistas e rodas de conversas de 2001 e 2017, os recordadores Irio Leão, Paulo Lira, Alcestes Laranja e Esmerino Laranja nos informam que outra embarcação muito utilizada era o batelão, uma canoa grande, escavada em um único grande tronco de árvore, antiga tradição indígena local. Hoje ainda se encontram umas duas dessas aqui na Barra, mas que vieram de fora. Anteriormente eram feitas aqui mesmo e com árvores da mata ciliar do Rio Jucu. Essas últimas foram protegidas com uma capa de resina e fibra de vidro, materiais utilizados para encapar as pranchas de surf. Certa feita Seu Beraldino fez um grande batelão que ficou na memória de Esmerino Laranja e Alcestes Laranja em roda de conversa de 2017, era

³⁴ Considerado o bacalhau barrense.

o batelão Jaíra, que comportava até sete pescadores na mesma viagem. Essa canoa foi feita aqui na Barra com um único tronco de madeira nativa (fig.24).

No mar a pesca era com rede boieira, rede de caída, rede fundo e pesca de linha. Para chegar aos pesqueiros eles usavam as técnicas de paralaxe, triangulando com dois acidentes geográficos do continente e observando isso sempre chegavam aos pontos de pesca tradicionais do território.

Conforme nos informa Seu Daniel Vieira, em entrevista de 2001, nesse contexto natural tão exuberante, as pessoas não precisavam trabalhar para ninguém e sobreviviam bem. Dizia-se: "Trabalhar pra quê? Tô na Barra do Jucu". Deslocar-se para Vila Velha era considerado, por muitos, uma coisa difícil e protelada ao máximo, e ainda o é por muitos. Geralmente só iam até lá uma vez por ano, na Festa da Penha.

Figura 24- Batelão, canoa feita de um único tronco de árvore.



Fonte: [Site de leilões](#) (acesso, 09 de junho de 2024).

Os "trasmalhos", antes do advento do nylon, também eram feitos de linha e fibras de tucum, que eram protegidos contra os fungos usando-se a fervura da casca do "mangue macho". Esse caldo era rico na substância tanino (fenóis), que tinha função de esterilizar a matéria orgânica e por isso foi, e ainda é utilizado na confecção da panela de barro capixaba, que fica com aquela cor característica, escura ou de

tijolo queimado. No século XVI, após saber da existência desse produto no litoral do Brasil, Dom João III fez logo uma lei proibindo o corte do "Mangue macho"³⁵.

Os siris, muito apreciados para fazer as mumas e outros pratos típicos, eram pegos em jererés (armadilhas próprias para pegar siri), usando como isca tripa de galinha ou de peixe. Os caranguejos eram pegos com as mãos, pelos hábeis "corredores" de mangue.

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira, nos informa sobre a pescaria na Maré, o estuário do Rio Jucu, “na maré ali, na boca da barra. Pegava muito camarão e peixe, pegava muito de uma vez, então eu fazia e levava pronto, levava a marmita cheia também. Vendia e alguém comprava.”

Seu Daniel Vieira, nos informa na mesma roda de conversa de 2023, sobre como era o rio do Congo e como ficou depois do crescimento urbano desordenado:

A gente tomava banho no Rio Piauí (o mesmo rio chamado hoje de rio do Congo), pegava muito camarão, robalo. Hoje a gente não consegue nem entrar na água. Nesse tempo, o rio Piauí a gente botava a linha pegava, robalo, passava a redinha assim, pegava camarão, robalo, cará, morobá, pegava tudo e as mulher lavava roupa e tomava banho. Hoje em dia não pode nem pisar na água. Uma bagunça só (roda de conversa com Seu Daniel Vieira 2023).

Em roda de conversa César Guedes 2023, nos informa sobre a muma de pitu feita com pitu do rio do Congo:

Quando eu vim para cá ainda Dona Nerci fazia a muma, sempre pedia para ela fazer muma. E eu pegava, pescava pitu no rio. [...] do Congo. Ele era cristalino, eu saía da praia, água salgada e dava um mergulho lá, nadava lá e botava armadilha para pegar pitu. E Dona Nerci que preparava essas mumas pra mim (roda de conversa com César Guedes 2023).

Em roda de conversa realizada em 2017, os recordadores Esmerino Laranja, Alcestes Laranja, Paulo Lira e Marcelo Farich, nos informam que a temporada de muito peixe coincidia com o verão, ia de novembro a abril, época de mar manso, porque depois, o mar batia muito. Em julho acalmava. Esse período era favorável à pesca do baiacu, da sarda e da anchova.

Em entrevista de 2001, Seu Lilico Valadares nos conta: “Um dia seu Florenício, pescando com uma rede de arrasto, pegou 482 xaréus de uma só vez (cada um em média com 12 kg). Ele precisou ir à Vila Velha, de bicicleta, comprar um

³⁵ A fonte desse parágrafo foi o artigo: “Escolhendo Panelas Capixabas”, de Kleber Galvêas, publicado em A Tribuna, em julho de 2000.

saco de sal para salgar parte do pescado". Em entrevista de 2001, de acordo com Maria Luísa Valadares: "Sarda também dava muita, não precisava nem encomendar. De tarde desciam aqueles caras lá da Concha, com varas cheias de sardas nas costas". Em entrevista de 2001, de acordo com Seu Zé Silva, "naquele tempo eles levavam os peixes para o mercado e, para isso, ganhavam dois ou três xaréus, guaibiras, obaranas ou baiacus. Aqui ninguém comprava esses peixes não. Era tudo dado".

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira nos informa:

Nos Brejos, aqui em volta, dava muito peixe e camarão também. Todo dia, às 5: 00 da manhã, tava de pé e ia lá na Lagoa das Traíras. Às 6:00 horas, minha mulher Juraci já tinha feito a moqueca de traíra para eu levar na marmita, pro trabalho. Quando se passava a rede no brejo então, dava muito peixe mesmo. Onde passa o asfalto novo (Rodovia do Sol) era tudo lagoa, poça funda, era tudo água e dava muito peixe e camarão. O que eles pegavam também dividiam com os vizinhos (roda de conversa com Daniel Vieira em 2023).

Naquela época, o manguezal era cristalino e muito maior. Tinha gente que vivia só de vender guoiamum cevado e caranguejo. Várias crianças daqui tinham um animal de estimação bem diferente, um guoiamum fêmea de casco branco, amarrado num barbante que era levado para passear na praça como se fosse um cachorro.

Na água doce, há dois peixes bastante curiosos que merecem maior atenção. Um deles é o Muçum (enguia), que mais parece uma cobra ou um minhocão (sem escamas). Respira por guelras, têm uma cauda em forma de nadadeira e é bastante escorregadio. Seu corpo é coberto com uma camada de pele viscosa, que é uma defesa, pois impede que seja apanhado, deslizando com facilidade. Ele habita os brejos. Em época de seca, cava buracos em direção ao lençol freático, à procura de água. Para pescá-lo, os pescadores usavam o juquiá, com carne como isca, ou enfiavam a mão nos buracos, deixando-os morder em seus dedos, pois não tem dentes, e sim, uma espécie de lixa áspera e inofensiva. O muçum é muito saboroso e só tem cartilagens que formam a coluna vertebral. Preparado com um banho de água fervente, para arrancar a pele escorregadia, tornando-se cor-de-rosa. Fatiado como uma linguça, colocado na panela de barro, só ou junto a traíra, morobá e cará, dá muito boa moqueca. Lembra carne de rã (fig. 25).

Figura 25- Peixe Muçum- *Synbranchus marmoratus*



Fonte: [Site de venda de peixes Kuar](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

O outro peixe curioso é o camboatá, que tem o formato parecido com o de um bagre. *Hoplosternum littorale* é o nome científico desse peixe. Os nomes populares são tamoatá, cambuto, caborja ou camborja, existe outro peixe com essas características que é o *Callichthys callichthys* - com os nomes populares de Camboatá, Tamute, tamuatás. O *Hoplosternum littorale* é nativo das bacias amazônicas do Amazonas e do Orinoco. O **tamboatá** (ou **tamuatá**, nome de origem tupi) (*Callichthys callichthys*) é uma espécie de peixe teleósteo siluriforme da família dos calictídeos. Tais animais habitam diversos rios da América do Sul e chegam a medir até 20 cm de comprimento. Possuem o corpo revestido por duas séries de pequenas placas ósseas verticais e são capazes de construir ninhos flutuantes, uma vez que podem respirar fora d'água durante curtos períodos de tempo.

O curioso é que ele tem respiração dupla, tanto através de guelras como de pulmões. Habitantes de brejos, quando estes secam, eles migram para outros lugares onde há água, facilitados por essa característica biológica. Não é difícil encontrá-los, durante a seca, rastejando-se nas ruas em qualquer poça de água. Sua respiração fora da água é muito eficiente. Durante a construção da Rodovia do Sol, em frente à Barra do Jucu, foram aterrados vários brejos; vários desses peixes já foram apanhados atravessando o asfalto. O camboatá já apareceu em notícia do

Jornal Nacional, como curiosidade da Ásia. Seu apelido local é "sobe morro". A isca para apanhá-lo no juquiá é o cupim. Quase não tem carne (fig.26).

Figura 26- Camboatá- *Hoplosternum littorale*



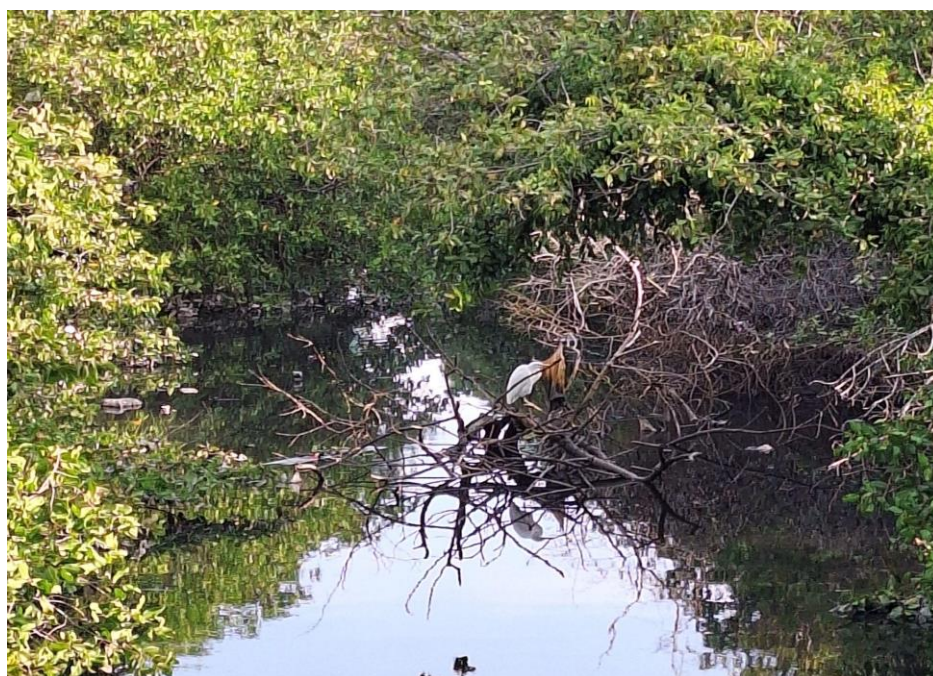
Fonte: [Site Mania de Aquário](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

3.3 CAÇADORES E CAÇAS

A caça apesar de não ter o mesmo vulto da pesca era uma atividade muito comum e importante. Embora a superfície de brejos fosse muito grande, o que diminuía a possibilidade de caça terrestre, haviam patos, marrecos, irerês, capivaras e os jacarés de três espécies (o ururau, o de papo amarelo e o tinga), que eram capturados com fiskas, grandes anzóis ou armas de fogo. Havia também lontras e muito antigamente o peixe-boi do Rio e o do mar. Os areais, cobertos de vegetação de restinga, com árvores que dificilmente ultrapassam os 10 metros de altura, também ocupavam grandes áreas, onde habitavam várias espécies de aves de pequeno e médio porte, como jacupembas, gaviões, sabiás, bacuraus, pica-paus, corujas, tangarás, saíras, rolinhas, pombas troncais, dentre outros. Contavam também com pequenos mamíferos como o chupati, a cuíca, sagui, quati, ouriço-cacheiro, gambá, tatu, macacos, tamanduá etc. Ainda havia os répteis como lagartos, de várias espécies, o mais apreciado era o teiú, e cobras, como as jiboias, jararacas e caninanas. Os manguezais eram ricos em aves como o baguari, o socó, o socó-boi, as garças, os martins-pescadores, os mergulhões etc. Também, eram encontradas as florestas ciliares, lotadas de pés de ingá, abanos, tagibibuias, samumas entre outras

espécies vegetais. Esse território tinha vários nichos ecológicos: manguezais, restingas, brejos, areais, campos, matas etc. Incluindo-se aí a floresta tropical, chamada Mata Atlântica, encontrada às margens da lagoa de Jabaeté, a famosa Boca do Mato. Logo após a travessia da ponte sobre o Rio Jucu, à esquerda, onde fica o atual Parque Natural Municipal de Jacaranema. E na parte sul da localidade, onde passa o rio do Congo ou Piauí. Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira nos informa que esse rio vem do Morro da Lagoa, próximo à Ponta da Fruta, para desaguar na foz do Jucu, do lado sul. Ao longo do rio do Congo existiam matas, desde sua nascente até as Ilhas do Juçará, formadas pelo encontro deste rio com o rio Xuri, que vem do oeste, hoje ambos estão poluídos com esgoto doméstico e industrial em decorrência do crescimento urbano e populacional desordenado (fig. 27 e 28).

Figura 27- Rio do Congo ou Piauí poluído. A natureza teima em resistir, garça com a cabeça enfiada em uma sacola



Fonte: Foto de Kleber Assis Galvêas, tirada em 09 de junho de 2024.

Figura 28- Lixo e esgoto no rio do Congo



Fonte: Foto de Kleber Assis Galvêas, tirada em 09 de junho de 2024.

Havia também a grande mata do Jucu, situada a duas léguas Rio acima, onde habitavam caças de grande porte, como antas, capivaras, pacas, tatus, onças, veados, raposas, macacos, sendo algumas destas espécies também encontradas nas florestas citadas acima, mais próximas do litoral.

Em conversa com o Seu Paulo Nunes, em 2001, ele nos disse que o último veado que caçara, com alguns companheiros no território, foi em 1974, nos arredores da Barra do Jucu, onde fica hoje o Campestre Clube Expressinho, ao sul da comunidade. Ele caçou jacarés, durante muitos anos, nos arredores da grande lagoa de Jabaeté. Hoje, esses habitats estão, na sua maioria, destruídos ou em processo de destruição, sem nenhum ordenamento e respeito. “É isto que acaba com os bichos, não as caçadas”. Uma cultura ancestral vai se perdendo: como fazer armadilhas para capturar animais; como criá-los em cativeiro; como prepará-los para comer e estocar as sobras.

Segundo (ROCHA, 1977, p. 133), “antigamente, no Espírito Santo, havia uma temporada de caça que ia de maio a agosto, todos os anos. A caça foi definitivamente proibida no Estado desde 1966.”

Em entrevista de 2001, o Sr. Daniel Vieira, disse que muita gente caçava e que ele foi ver algumas vezes. Tinha o Milton, o Willis e o “Zé Ererê”, o caçador desse tipo de pato-selvagem, o irerê. De Vila Velha vinham muitos caçadores também, que gostavam de passarinhos. Os mais apreciados eram a jacupemba e o irerê (fig. 29).

Figura 29- Jacupemba (*Penelope Superciliaris*) e Irerê (*Dendrocygna Viduata*)



Fonte: [Site Passaro](#) (acesso 23 de junho de 2024).

Na mesma entrevista em 2001, Seu Daniel Vieira nos conta que, "uma vez, na Lagoa de Jabaeté, dois caçadores mataram dezesseis jacarés em uma só noite. Eles vendiam e comiam a carne". Havia também muito tatu. Daniel e Paulinho já mataram muitos tatupebas. Seu Quincanízio gostava de caçar capivara, de canoa, pelos brejos. Em 1974, Jacques, filho de Dona Clarita, possuía um tanque no quintal com 28 jacarés apanhados na região (fig. 30).

Figura 30- Jacaré do papo amarelo (*Caiman latirostris*)



Fonte: [Site da Folha Vitória](#) (acesso 23 de junho de 2024)

Segundo Rocha (1977), há uma grande diferença no resultado dos caçadores de hoje em relação aos de 100 anos atrás. Olha o exemplo de uma caçada realizada em Muqui, sul do Estado, com 433 vítimas, sendo elas: “146 macucos, 121 capoeiras, 44 jaós, 24 jacutingas e 17 inhambus, como as principais presas. Isso ocorreu em 1881” (Rocha, 1977, p. 135).

Os tempos mudaram, principalmente pela criminosa devastação dos habitats, mas também pela caça indiscriminada de machos e fêmeas em qualquer período do ano, levando várias espécies a quase total extinção.

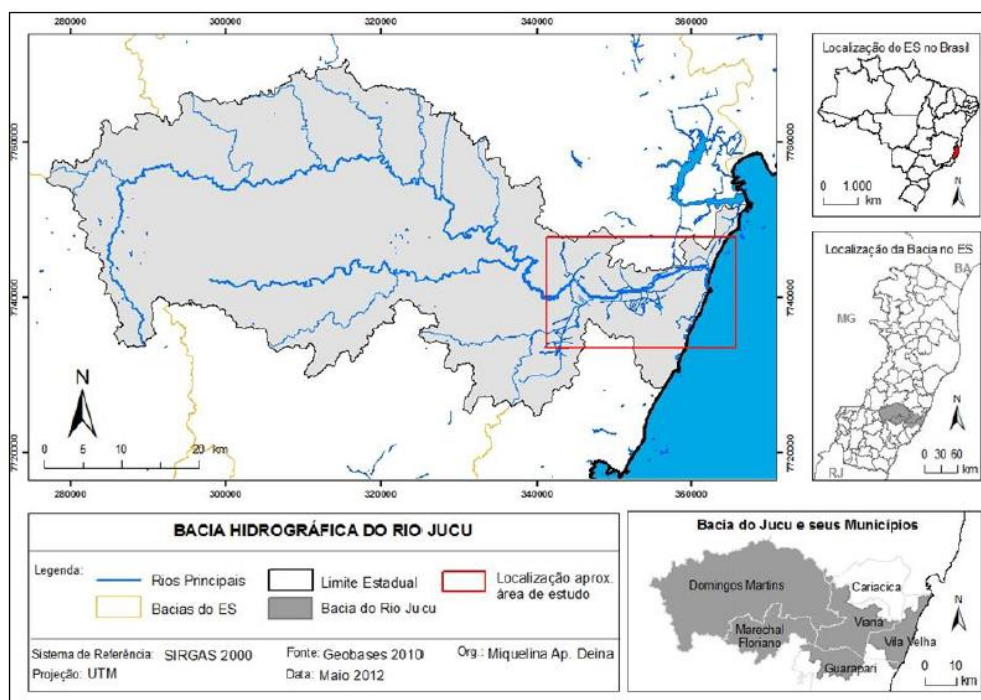
3.4 O RIO JUCU E SEUS CANOEIROS

O Rio Jucu nasce nas proximidades da Pedra Azul, distrito de Aracê, atual Município de Domingos Martins; passa por Marechal Floriano e depois, novamente por Domingos Martins, onde se junta ao Braço Sul, o seu principal afluente, ao Braço Norte. Logo em seguida ele chega a Viana. Passa ainda por Cariacica e Vila Velha, vindo desaguar na localidade de Barra do Jucu (território foco principal dessa pesquisa), junto ao Morro da Concha, após percorrer 167 km de extensão. “A Bacia Hidrográfica do Rio Jucu abrange uma superfície de 2.014 Km², cuja extensão de cursos d’água é de aproximadamente 5.130 Km no total” (DEINA, 2013, p. 69). “De sua extensão total, por volta de 123 Km compreendem o trecho conhecido como Braço Norte, enquanto os 45 Km restantes correspondem ao trecho do Rio Jucu desde a confluência do Braço Sul, até a foz” (DEINA, 2013, p. 71) (fig. 31).

Conforme Deina (2013),

Ao longo da história da humanidade, as margens dos rios constituíram-se no local preferido para a habitação humana, pois estes além de fonte de água e alimento para abastecer a população, fertilizam o solo, geram energia, servem para a recreação, entre outros. Tais atividades humanas são as principais responsáveis por mudanças na fisionomia dos rios e canais, alterando consideravelmente a dinâmica fluvial e ocasionando consequências muitas vezes imprevisíveis que podem ser sentidas a longas distâncias (DEINA, 2013, p. 41).

Figura 31- Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, com destaque em vermelho para o Baixo Rio Jucu, território pesquisado neste trabalho



Fonte: Deina, Miquelina Aparecida.

Alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do rio Jucu (ES), p.19, 2013.

Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas dá uma explicação interessante para origem do nome Rio Jucu e da comunidade Barra do Jucu,

É porque tá na barra de um rio, né? Mas Jucu porquê? Por que isso aqui, por exemplo, a Rodovia do Sol, para ser feita, eles cavaram acho que uns cinco metros de fundura não foi Daniel? Pegaram os morros lá de Itapuera e encheram, isso era um brejo incrível, e era tudo um taboal e o outro nome da taboa, é o que? Junco. Então era Barra do Juncu, virou Barra do Jucu. Mas era tudo, tudo, a ilha da foz era cheia de juncu, a foz era toda de juncu, havia aqui muitos artesãos que fabricavam esteiras para servirem de cama (roda de conversa com Kleber Galvêas, 2023).

Em roda de conversa de 2023, conforme informação de César Guedes, o Rio Jucu era altamente piscoso, as pessoas pescavam ali muito do alimento que ia para a mesa. Ali perto da rotatória que vai para a Rodovia Darly Santos, ainda tem um remanescente de tabual.

Conforme roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira, faz um comentário sobre o Rio Jucu de sua juventude,

O Rio Jucu era muito bom mesmo. Também não tinha esgoto, não tinha nada. Tudo bom, porque era tudo limpo. Tinha muito peixe. A turma tirava areia de canoa com latas do Rio Jucu pra vender pra construção. Proibiram de fazer aquilo. A draga trabalhava, um dia, dois dias, não trabalhava, era o ano todinho. A draga ia lá em Caçaroca e voltava aqui. Tinha gente que entrou pra trabalhar ali e aposentou fazendo isso, acabaram aquilo ali e o Rio aterrou e agora tem um pouquinho de água. A Boca da Barra já fechou, mas nunca fechou quando a draga estava abrindo buraco. Só vai aterrando. A Boca da Barra que nunca fechou, esses dias apareceu fechada, fecha porque não tem força d'água. Só quando chove, a máquina cava ali de novo a areia vem e fecha também de novo (roda de conversa com Daniel Vieira, 2023).

Em roda de conversa de 2023, Nelson Abelha nos informa sobre o Rio Jucu da sua juventude,

Eu ia para o rio com meu pai, meus tios para pescar, e era traíra, morobá, cará, uma infinidade de espécies de peixes.” O camarão pitu, você encostava na barreira do Rio, no mangue, e em dez minutos você escolhia o camarão. Fazia nojo, enchia o saco. “Você chegava no mangue e era aquele cheiro de aratu, aqueles aratus espumando, o cheiro entrava no seu nariz. Então muitas espécies dessas de peixe, de caranguejo assim, foram sumindo porque não resistiram a poluição do rio (roda de conversa com Nelson Abelha, 2023).

Em roda de conversa de 2023, Maria Luiza Valadares nos narra sobre o Rio Jucu que, “eu tomava banho ali onde é o Brega. Eu ia na praia, eu era menina, voltava, tomava banho ali naquele rio. A água era muito limpa, cristalina. Ali a gente tomava banho, água doce, interessante, o mar ali, depois é água doce” (roda de conversa com Maria Luiza Valadares, 2023).

Segundo Deina (2013), os principais afluentes do Jucu são o Braço Sul, os Córregos Barcelos, Ponte, Melgaço, D'Antas, Jacarandá, Ribeirão Tijucu Preto, Córrego Biriricas, Santo Agostinho, Formate, Rio Marinho, Canal Guaranhuns e Rio do Congo. O rio Formate teve seu curso desviado em 1950 pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), passando o mesmo a desaguar no rio Marinho em Cariacica, outro afluente do Jucu.

Deina (2013), nos informa que, com o passar dos anos o Jucu vem sofrendo uma série de degradações por esgotos domésticos e industriais, desmatamento das matas ciliares, assoreamento, agrotóxicos, lixo, expansão da

malha urbana da (RMGV) e pela intensa captação de suas águas para abastecer a Grande Vitória.

O Jucu é hoje de suma importância para parte significativa da população do Espírito Santo, pois serve, com suas águas, há 65% da população da Grande Vitória, o maior conglomerado urbano do Estado, além dos Municípios de Domingos Martins e de Marechal Floriano e muitas propriedades rurais e industriais. Ainda hoje é um rico manancial, com uma grande variedade de fauna e flora no seu leito e em suas margens, com diversificadas paisagens e habitats naturais, apesar do elevado grau de degradação que vem sofrendo com o passar dos anos, construção de represas, canais, desvios de afluentes, aterro das planícies de inundação, retificações, dragagens, aprofundamento e captação de água em quantidade cada vez mais elevada, acompanhando o crescimento da população da Grande Vitória.

A construção do Canal de Camboapina (hoje chamado rio Marinho) por volta de 1740³⁶, que ligava o Rio Jucu à Baía do Espírito Santo, facilitando o tráfico de pessoas e mercadoria, marcou como um divisor de águas a história desse Rio, das comunidades ribeirinhas e desse território como um todo. Esse canal foi feito pelos jesuítas expulsos do Brasil e de Portugal, pouco depois, em 1759-60. Ligava o território da fazenda jesuítica de Araçatiba ao porto de Vitória, onde ficava o Colégio de São Tiago, centro de poder da Ordem Jesuítica no Espírito Santo. Após a expulsão, o canal não perdeu a importância, pois a população em seu entorno, durante o restante do século XVIII e no XIX, só foi aumentando e ele era a principal via de comunicação com a capital. Tantas eram as comunidades na região que ali foi fundado, já no século XX, o Município de Jabaeté, que hoje não existe mais.

O canal de Camboapina, como a fazenda de Araçatiba exerceram papel fundamental na construção de uma identidade territorial em todo o Baixo Rio Jucu, pois o contato entre as populações das comunidades ribeirinhas era enorme, esta hidrovia era a principal via de transporte com a capital, Vitória. Assim o intercâmbio ambiental e cultural entre essas comunidades era grande. E só começou a ser quebrado com o fim da navegação no Rio, no final da década de 1960.

³⁶ Não temos certeza sobre a data da construção do Canal de Camboapina, três datas são citadas pela bibliografia pesquisada, 1712, 1716 e 1740, mas temos certeza que é uma obra do tempo dos jesuítas, da primeira metade do século XVIII.

De acordo com Rubim (1861), entre fins do século XVIII e princípios do XIX, esse canal ficou muito tempo abandonado pelos governantes, mas continuou sendo utilizado, apesar de, em algumas partes, a navegação estar muito prejudicada, exatamente por esse descuido das autoridades em fazer as obras de reparos, manutenção, limpeza e desobstrução. “O primeiro governante que se preocupou com isso foi Francisco Alberto Rubim (1812 a 1818), efetuando essa tarefa como uma das primeiras do seu mandato, desentulhando o canal, que estava obstruído” (RUBIM, 1861, p.276).

O Rio Jucu, segundo Daemon (1879) “era navegável, por canoas e pequenos vapores, da foz, até um pouco além de Caçaroca, aproximadamente 20 Km da foz, tendo como afluentes, além de inúmeros ribeirões os rios: Araçatiba, Jacarandá e Jucunema” (DAEMON, 1879, p. 460).

É interessante notar que o canal de Camboapina é chamado por Daemon (1879), de Ribeirão do Peixe Verde, nome dado, no início da colonização, ao Rio Jucu pelo cacique Pira-Obig, que veio fundar, em 1556, o aldeamento jesuítico de Aldeia do Campo Novo (posteriormente anexado ao de Araçatiba, formando a grande fazenda homônima, em 1716). Pira-Obig, em português, significa Peixe Verde. Daemon diz que esse rio (que, na verdade é o canal dos Jesuítas) “[...] ligava o Jucu a Vitória, e que nele desaguam o Braço Sul e o Rio Formate” (Daemon, 1879, p. 474). Daemon³⁷ (1879), também confirma a existência de uma ilha em frente à foz do Rio Jucu, o que pode ser observado ainda hoje, muito rica em fauna e flora marinha.

Segundo Balestrero (1976), o Rio Jucu era navegável apenas até a povoação da Pedra Mulata (hoje dita Pedra da Mulata), o que parece ser mais aceitável do que afirma Daemon, pois todo ano até recentemente (2016), realizavam-se as Descidas Ecológicas do Rio Jucu (já participamos desse evento mais de quinze vezes), sempre com mais de uma centena de pequenas embarcações, que partem da comunidade de Jucu, em Viana, um pouco antes da Pedra Mulata. É claro que daí para frente não suporta embarcações maiores do que canoas, mas parece ser navegável, nessas embarcações, até pouco acima desse ponto, que dista da foz uns 35 km. No passado, com maior volume de água e vazão mais lenta, as condições eram mais favoráveis.

³⁷ Daemon foi Deputado Provincial e um dos maiores jornalistas do seu tempo.

Balestrero (1976), nos diz que, os jesuítas penetraram por este Rio até a foz do rio Jacarandá (afluente do Jucu) e subindo-o, alcançaram a Pedra de Araçatiba. Um grande morro do início da cadeia de montanhas do Espírito Santo. Fundaram ali uma residência e uma grande fazenda. Fizeram uma obra monumental para o seu tempo, o canal de Camboapina, que interligava Araçatiba ao Colégio Provincial de São Tiago, em Vitória, encurtando o caminho e tornando-o mais seguro. Media duas léguas, cerca de 12 km de extensão. Foi feito por volta de 1740 e, até mais da metade do século XX, serviu as comunidades ribeirinhas, para o transporte de mercadorias, além de pessoas, em canoas de pequena e média tonelagem. (BALESTRERO, 1976, p.56).

De acordo com Daemon (1879),

A Comarca de Vitória era, em meados do século XVIII, expressamente condicionada à circulação flúvio-marinha. Dos povoamentos às margens de seu entorno os gêneros eram escoados, e por consequência desta circulação alguns destes povoados prosperaram. O Transporte fluvial era o principal meio de circulação. A larga utilização de embarcações faz com que ganhem expressão gradativamente neste contexto os canoeiros, atravessadores incumbidos da circulação humana e de espécies, que interligam as demandas da comarca de Vitória com as ofertas das pequenas propriedades que compunham seu entorno (DAEMON, 1879, p. 311).

Segundo Novaes (1970), “no século XVIII, o capitão Velasco e Molina e o padre Bartolomeu Martins receberam sesmarias de uma légua de largo e três de comprimento, do interior às margens do Rio Jucu, sendo dos primeiros a penetrar esses sertões” (NOVAES, 1970, p.85).

A Barra do Jucu, já em princípios do século XIX, era a principal povoação (distrito) da vila do Espírito Santo (atual Vila Velha). Ficava na foz do Rio Jucu e contava com um forte grupo de pescadores, era rica em pescado e muito produtiva (BELESTRERO, 1976).

Durante todo o século XIX, passaram pela Barra do Jucu renomados viajantes estrangeiros, já citados nesse trabalho. Todos os que passaram pelo Rio Jucu nos falaram sobre suas riquezas naturais, grandes florestas e variedades de espécies animais e vegetais.

Maria Stella de Novaes (1970), nos informa sobre a perfuração de poços artesianos em 1886, para tentar resolver o problema da falta d'água em Vitória. “No período de seca, a água vinha do Rio Jucu, em canoas, pelo rio Marinho transportada em toneis” (NOVAES, 1970, p.298).

A mesma autora (1970), fala que, “a 6 de março de 1905, Aristides Navarro abre o fornecimento de água para o povo de Vitória (um barril por família) água que vinha, em canoas do Rio Jucu” (NOVAES, 1970, p.358).

Isto já demonstrava a utilidade deste grande Rio e a importância de sua preservação. Em 1910, o Governador Jerônimo Monteiro fez a primeira rede de água encanada de Vitória, ligando direto às casas, a água da Fonte Grande.

De acordo com Novaes (1970), durante a Revolução de 1930, vários governistas vieram de Vitória, pelo Rio, para Barra do Jucu se esconder, à espera das coisas se acalmarem, enquanto Getúlio Vargas assumia o poder e os perseguia (NOVAES, 1970, p. 425).

Segundo as memórias dos recordadores Daniel Vieira, Kleber Galvêas, Petrus Lopes, Nelson Abelha, César Guedes, Regina Ruschi, participantes das rodas de conversa em 2023, o Rio Jucu tinha em sua foz um belo estuário³⁸, com manguezal considerável, lugar de reprodução de inúmeras espécies de animais, tanto de água salgada, como doce. Mais acima se encontravam florestas e restingas, cuja riqueza animal e vegetal era imensa. Algumas dessas matas, como o Juçará, sofriam inundações periódicas, semelhantes às que ocorrem na floresta amazônica. O Juçará é hoje conhecido como Ilha da Jussara, (um bairro da Grande Terra Vermelha), embora fosse composto por um conjunto de ilhas (fig. 32).

Conforme nos informa Deina (2013),

É importante ressaltar que os estuários também são áreas de elevada produtividade biológica e fertilidade, local onde ocorre, por exemplo, o ciclo reprodutivo de muitas espécies aquáticas. Desta forma, são importantes áreas de preservação ambiental, altamente influenciados por fatores fluviais e marinhos, constituindo-se em significativos sítios de sedimentação (DEINA, 2013, p. 122).

³⁸ Estuários são: corpos d'água, semiconfinados, onde ocorre a mistura da água doce vinda do continente, com a água salgada do oceano (DEINA, 2013, p. 122).

Figura 32- Foz do Rio Jucu, Estuário e Manguezal



Fonte: [Site Stock Adobe](#) (acesso 23 de junho de 2024)

Como já foi dito, a atividade de canoas pelo Rio Jucu e o canal de Camboapina não cessou com a expulsão dos jesuítas e até aumentou durante os séculos XIX e XX. Sua interrupção se deveu à construção de duas barragens para captação de água, construídas pela CESAN, a partir da década de 1950, sendo a segunda determinante para o fim da atividade, feita em 1968. Sobre esse assunto, cederam valiosas informações para a pesquisa, os senhores Zé Silva, Lilico Valadares e Daniel Vieira. A construção de estradas e o desenvolvimento do transporte rodoviário também foram determinantes para o abandono do canal.

Em entrevista de 2001, o Sr. Zé Silva, foi um dos que mais contribuíram com este assunto do trabalho. Ele guardou as cadernetas de navegação da Capitania dos Portos, que pertenceram ao seu pai e seu avô, com os carimbos anuais, que lhes permitiram barquear no Jucu por quase um século. Mestre da banda de congo "Mestre Alcides" da Barra do Jucu, era de uma família da localidade ribeirinha de Jaguaruçu onde a atividade de canoeiro foi passada de pai para filho, documentada desde seu avô.

Conforme entrevista de 2001, Zé Silva nos informa que todas essas comunidades do interior da Barra do Jucu utilizavam o transporte pelo Rio e pelo canal de Camboapina. Todas as famílias da região tinham canoas, que eram o meio de transporte mais eficiente e de fácil aquisição.

De acordo com Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023,

A Barra do Jucu era uma comunidade pesqueira e canoeira. Não existiam estradas, as pessoas iam à Vila Velha poucas vezes, alguns só na Festa da Penha. Não tinha estrada ligando Vila Velha a Barra do Jucu, não havia uma ligação eficiente. Até 1947, a ligação da Barra era mais daqui com o interior, através de canoas. A estrada da Barra do Jucu era o Rio Jucu e o canal dos Jesuítas, que ligava o Rio Jucu ao rio Marinho e a Baía do Espírito Santo. A lenha que eles tiravam aqui, eles iam vender em Vitória e não em Vila Velha. O peixe, a verdura, o carvão. Tudo era feito em canoas, os casamentos eram entre o pessoal daqui e o pessoal lá de Viana, de Cariacica, de Caçaroca. E as festas também aconteciam nessas comunidades ribeirinhas (roda de conversa com Kleber Galvêas, 2023).

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira, afirma que,

De Cariacica o pessoal vinha todo de canoa, de Caçaroca vinha muita gente mesmo. Parava mais era ali, do Bregas para cá. No rio era de canoa e vinha mais é direto de Caçaroca e passava o verão e o Carnaval, todos eles vinham de canoa. Caçaroca é Cariacica (roda de conversa com Daniel Vieira, 2023).

De acordo com Maria Luiza Valadares, em roda de conversa de 2023, seu avô, Pedro Valadares, mandava buscar as mercadorias para sua venda na Barra do Jucu, de canoa em Vitória. Tinha dois canoeiros que traziam e deixavam aqui na Barra. Os dois eram de Itapuera. Um ela recordou o nome, “sei que era Dionízio”. Moravam aqui nos arredores da Barra.

Subindo o Rio, as comunidades eram em ordem: Barra do Jucu, Itapuera, Caçaroca, Jaguaruçu, Zenza, Mateus Pinto, Tanque, Camboapina, Jucu e Pedra Mulata. O afluente Jacarandá era navegável até a fazenda de Araçatiba, hoje um distrito de Viana. Nessas localidades as pessoas moravam em pequenos sítios, um pouco distantes uns dos outros, sendo que as famílias tinham largo grau de parentesco, encontravam-se juntas no mesmo território. Essas terras pertenceram em sua totalidade à fazenda jesuítica de Araçatiba, que depois da expulsão, passaram para a propriedade do Coronel Bernardino Falcão, que ia todo o verão a sua casa na Barra do Jucu passar a temporada. Dele passou para seu filho, o também Coronel Sebastião Vieira Machado, homem de grande influência, que com sua morte em 1856 deixou suas posses para mais de trinta filhos que teve, também com escravas índias

e negras. Daí resultou o fracionamento da fazenda, antes a maior da Província, com 856 escravizados à época da sua morte. Sendo 400 escravizados negros e 456 indígenas, já bem próximo ao final oficial da escravidão no Brasil, que foi em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel.

Em meados do século XX, segundo Zé Silva, em 2001, plantava-se nesses sítios, arroz, feijão, milho, banana, cana, jaca, entre outros produtos, que eram levados duas ou três vezes por semana, de canoa, para Vitória, "passando por Caçaroca, pelo rio Marinho, por Cobi, chegava à baía onde hoje está a Segunda Ponte, e ia embora, por baixo das Cinco Pontes." "A Florentino Ávidos, inaugurada por esse Governador em 1928" (NOVAES, 1970). As mercadorias iam na época do pai dele, para o Mercado da Capixaba, e no seu tempo para o da Vila Rubim. "Depois das Cinco Pontes, entrava no cais do porto e vinha cá perto de onde fica hoje a Ponte Seca. Ali tinha um braço de mar que ia para Santo Antônio. Ali era o mercado". O pai do entrevistado, Alcides Gomes da Silva, uma certa vez, bateu com a canoa nos pilares das Cinco Pontes, quando ela estava em construção. "Ele se emborcou e afundou (naufragou), umas cinco vezes e não sabia nadar e sempre se virava e sobrevivia." Dessa vez, graças ao socorro imediato de uma lancha da Capitania dos Portos, "Mar não tem cabelo" (dito popular), mas ele foi puxado e salvo pelo cabelo.

Novamente de acordo com Zé Silva, em entrevista de 2001, para navegar é só querer, ser interessado e se matricular na Capitania dos Portos. Ela tinha capatazes e fiscais que sabiam quem era matriculado e quem não era. Todo ano o Capitão local tinha que renovar o visto de permissão dado aos barqueiros. Curiosamente, muitos deles não sabiam nadar, nem levavam salva-vidas em suas canoas. Não dispensavam, entretanto, medalhas e orações.

Quando não havia mercadoria própria, de acordo com Seu Zé Silva, em 2001, ela era comprada. O transporte de lenha, carvão e passageiros era muito frequente. Eles iam até Camboapina e compravam banana, cana, milho-verde etc. Viviam disso, mesmo quando compravam dos outros para vender, "[...] ganhava-se algum dinheiro, era pouco, mas parecia muito". Não havia o apelo publicitário para o consumo; a vida era simples e havia pouca variedade de produtos no mercado; gastava-se pouco.

Conforme nos diz Seu Zé Silva, em 2001, "as canoas eram feitas de um tronco de árvore bem grosso, como as dos índios." Algumas pessoas as compravam; outras as faziam. O próprio Zé Silva já ajudou a cavar uns troncos para fazer canoas,

"[...] era um pau roliço com três linhas, você tinha que cavar no meio. Mas para fazer a proa e a popa direito, tinha que ter muita cabeça". Ele conta que nunca fez essa parte. Nos anos 1980 observamos algumas canoas desse tipo, dos pescadores da Barra, com muitos remendos esculpido em madeira, revelando, além de um pescador caprichoso, um escultor nato. A madeira era cortada nas florestas do próprio Rio Jucu ou vinha de São Mateus, norte do Espírito Santo. Algumas passaram a vir de fora, a partir dos anos 1960, quando as matas locais começaram a rarear.

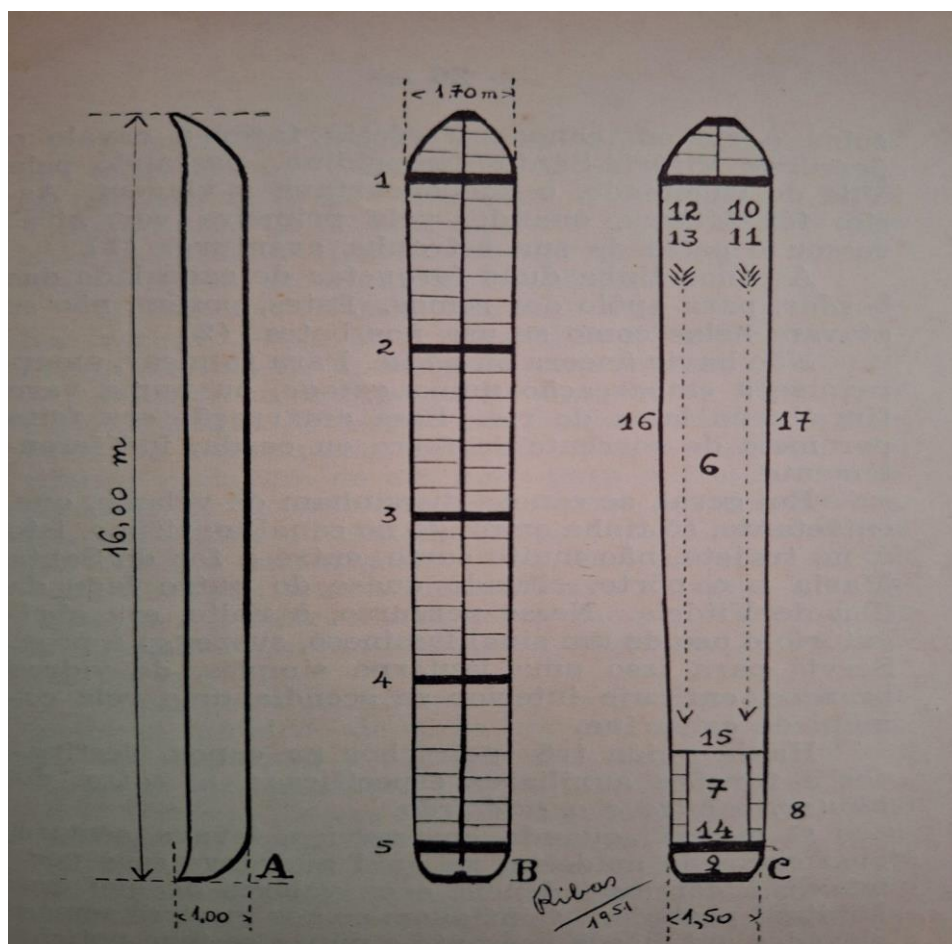
Seu Zé Silva, em entrevista de 2001, nos informa que "as canoas eram movidas a remos e a grandes varas, e podiam carregar até 100 volumes, com apenas um ou dois ajudantes". A viagem de ida demorava cerca de três horas. Saíam de casa (Jaguaruçu) às duas da manhã; chegavam em Vitória às cinco horas. Para voltar, demoravam mais; pois era contra a correnteza e também porque traziam compras para casa e, às vezes, para comerciantes da região, além de passageiros. O que determinava algumas paradas a mais para descanso, birita, música e prosa.

Segundo Costa (1951), "a palavra canoa era usada pelos indígenas do grupo Aruak para designar embarcações de madeira, muito semelhantes às que estamos descrevendo" (COSTA, 1951, p. 23). Eram feitas ali mesmo, por artífices locais, que usavam principalmente, peroba e amarelo. Respectivamente *Paratecoma peroba* e *Andira anthelmintica* (fig. 33).

Nesse parágrafo Costa (1951) descreve em detalhes como eram as canoas utilizadas no transporte do Rio Jucu e do Santa Maria:

As canoas tinham capacidade para cem volumes, ou sacas, mediam 16 metros de comprimento por 1,70 m de boca e 1 m de altura. A espessura do casco regulava 3 cm. Umas eram feitas de um só lenho; outras, construídas de várias peças justapostas e calafetadas. Havia canoas de capacidade um pouco maior e um pouco menor. Todas, porém, guardavam aproximadamente a mesma proporção entre o comprimento e a largura, sendo, em regra, 20 centímetros mais estreitas na popa. Como não tinham quilha, lembravam, na aparência do conjunto, as canoas dos monçoeiros paulistas do século XVIII. Cada canoa tinha dois estrados. Um ligeiramente acima do fundo, para proteger a carga contra infiltrações capazes de avariar a mercadoria. O outro era sobreposto à carga e servia de piso aos canoeiros quando subiam o rio à força de varas. Esse segundo estrado podia ser dispensado quando a canoa, lotada, era impulsionada a remo, rio abaixo. Na popa, entre a banquetta do Mestre e a extremidade do estrado superior, ficava a estância, pequeno espaço livre onde podiam viajar, com relativo conforto, até dez passageiros de "primeira classe", com direito a toldo. Os passageiros de "segunda classe" iam por cima da carga (COSTA, 1951, p. 24).

Figura 33- Perfil de canoa com capacidade de até 90 volumes (sacas). A- Vista de perfil. B- Vista de cima, sem estrados (primeiro a quinto bancos). C- Vista de cima, com os dois estrados: 6, estrado superior; 7, estrado inferior; 8, estância (espaço interior); 9, apoio do leme (remo); 10, 11, 12 e 13, posição respectiva do proeiro, sota-proa, contra proa e “fogão”, ao iniciarem cada impulso de vara; 14, posição do Mestre; 15, ponto até onde “trotavam” os canoeiros, quando varejavam; 16, lado do remo sul; 17, lado do remo norte.



Fonte: COSTA, João Ribas, Livro Canoeiros do Rio Santa Maria, Rio de Janeiro, 1951, p.25 (Da subcomissão Espírito-Santense de Folclore).

De acordo com Costa (1951), os remos eram feitos de crubixá (*Sideroxylon Gardnerianum*), louro (*Ocotea relbra*) ou jenipapo (*Genipa Americana*). Não havia âncora nem poita. Para parar as canoas eles amarravam nas galhas da mata ciliar ou numa vara fincada na lama do rio. Com corda ou corrente. As canoas tinham velas, mas só eram usadas no mar. A noite era obrigatório o uso de um sinal luminoso suspenso à proa. Usavam uma lanterna de vidro com uma vela para isso.

Conforme Costa (1951), o Mestre sempre levava uma caixa de madeira, onde guardava os seus pertences, a correspondência e os valores de que era habitualmente portador. As varas eram geralmente de Pindaíba (*Xylopia Sericea*) ou

de Pindaíba Purina (*Xylopia Frutescens*). A correspondência era entre firmas comerciais particulares. O buzo era uma buzina feita de chifre de boi. Ao soar de um buzo distante, logo se identificava a canoa que estava chegando. Toda canoa tinha seu caldeirão para fazer a alimentação, que era fornecida pelo dono da canoa, e era feita em terra.

De acordo com Costa (1951),

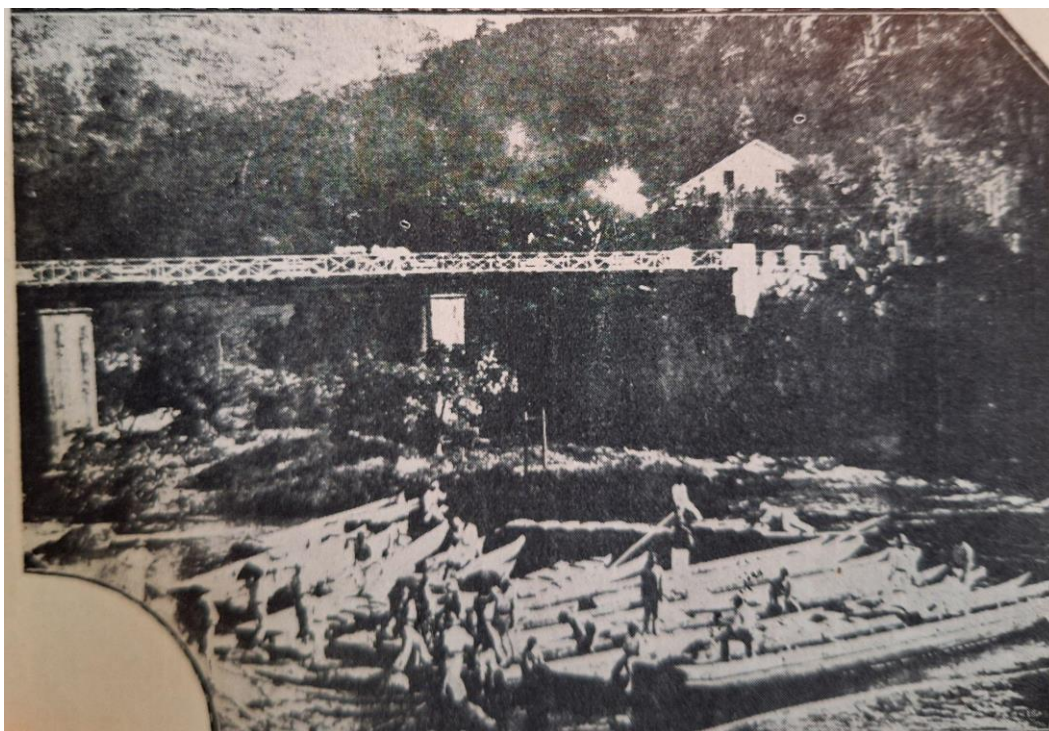
Todas as canoas tinham denominação individual pintada na proa. Muitas dessas embarcações, ainda são lembradas até hoje pelo nome, geralmente escolhido por inspiração sentimental. Citemos algumas: Julieta, Olga, Augusta, Lola, Rio Bonito, Figueira, Só Se Vendo, Guarani etc. Como dissemos, o tráfego de canoas era e tinha de ser intenso, uma vez que servia de canal exclusivo para todo o comércio exportador e importador de vastíssima região (COSTA, 1951, p. 27).

Por isso, nada se vendia e nada se adquiria sem o concurso dos canoeiros. Eles eram bem pagos, tinham alimentação gratuita e divertiam-se a valer. Segundo Costa (1951),

Em 1920, enquanto um trabalhador de enxada, em três dias de sol ganhava 9\$000, a seco, um canoeiro, em igual tempo, percebia 13\$000 de salário, mais as cotas correspondentes ao transporte de passageiros. Tinha, além disso, o direito de almoçar e jantar no caldeirão, cuja despesa corria à conta do proprietário da canoa. O Mestre podia carregar de dez a quinze volumes a menos, cujo frete era de \$800 por unidade, e admitir igual número de passageiros, a 15\$000 por pessoa. Essa apreciável renda era considerada extraordinária e se rateava entre os canoeiros, muitos dos quais tratavam logo de melhorar o cardápio, por sua própria conta (COSTA, 1951, p. 53-55).

Novamente Costa (1951), nos informa que, os canoeiros escapavam à monotonia, graças às novidades nas viagens constantes ao litoral, onde podiam travar relações novas, divertir-se, enfim. Para todos eles, a vida de fartura e bem-estar cessou com a paralisação do tráfego fluvial. Nada economizaram do bom dinheiro que faziam nas canoas, nem receberam indenização, quando estas foram impedidas de circular. Nenhum deles conseguiu adaptar-se, com êxito, a uma nova profissão. Alguns vivem hoje de empregos modestos. Outros apenas de biscates (fig. 34).

Figura 34- Porto de Canoas



Fonte: COSTA, João Ribas, Livro Canoeiros do Rio Santa Maria, Rio de Janeiro 1951, p.42 (Da subcomissão Espírito-Santense de Folclore)

Tivemos acesso, através do Seu Zé Silva, em 2001, a três documentos históricos que comprovam a participação dele, de seu pai e do seu avô, como canoeiros do Rio Jucu. São três carteiras de barqueiros, emitidas e carimbadas anualmente pela Capitania dos Portos de Vitória, dando permissão à navegação. Estavam devidamente matriculados (figuras abaixo).

Seu avô, Joaquim Pinto da Silva, nascido em 1865, residente em Jaguaraçu, matriculado na Capitania dos Portos de Vitória, como moço remador, em 5 de julho de 1916, aos 51 anos, renovou o visto, anualmente, até 1937. Portanto, trabalhou nessa função até os 72 anos, figura 35.

Figura 35- Caderneta de Matrícula para Tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo, de Joaquim Pinto da Silva, pai de Mestre Alcides Gomes da Silva

Matrícula do pessoal feita em 5 de <i>Julho</i> de 1916 na forma do Art. 439 do Decreto n. 11.575 de 4 de <i>Março</i> de 1915 N.º 2346	
Nome <i>Joaquim Pinto da Silva</i>	<i>12 de 148</i>
FILIAÇÃO	SIGNAES
Filho de <i>Maria da Silva</i>	Cabellos <i>curtos</i>
Nacionalidade <i>Brasileira</i>	Olhos <i>verdes</i>
Naturalidade <i>E do Espírito Santo</i>	Barba <i>branca</i>
Idade <i>51 anos</i>	Estatura <i>alta</i>
Côr <i>pele</i>	Estado <i>casado</i>
Rosto <i>ovado</i>	Residência <i>Jaguaraçu</i>
Nariz <i>pequeno</i>	Profissão <i>remador</i>
Assinatura do matriculado <i>Joaquim Pinto da Silva</i>	Signaes particulares <i>sem</i>
Secretaria da Capitania do Porto, de <i>E. Santo</i>	<i>Victoria, 5 de julho de 1916</i>
O Capitão do Porto <i>Almeida</i>	Secretario <i>Almeida</i>

Fonte: Arquivo particular de familiares do Mestre Alcides Gomes da Silva

Em seguida vem seu pai, um realizador e pioneiro do congo na Barra do Jucu. Seu Alcides Gomes da Silva, nascido em 25 de dezembro de 1896, matriculou-se na Capitania dos Portos em 1932, aos 36 anos de idade, como moço remador. Como seu pai, é claro, já trabalhava bem antes de se matricular, nessa função de barqueiro. Morador de Jaguaraçu, renovou, anualmente, o visto até 1969. Trabalhou aproximadamente 37 anos, parando aos 73 anos. Faleceu em 1990, como Presidente da banda de congo da Barra do Jucu, aos 94 anos. Com o trabalho de canoeiro do Jucu, aos 12 anos, o Sr. Alcides Gomes da Silva construiu uma casa no Zenza, comunidade próxima a Jaguaraçu, e como dizia: "Coloquei mulher no meu poder", figura 36.

Por último, vem o próprio Seu Zé Silva, nascido em 27 de agosto de 1926. Foi Mestre de uma das bandas de congo da Barra, a "Mestre Alcides". Matriculou-se na Capitania dos Portos em 27 de janeiro de 1953, quando tinha 27 anos, como moço remador. Morava em Jaguaraçu. Renovou seu visto até 1968. Navegou aproximadamente 15 anos, até os 42 anos de idade, pois a navegação no Rio Jucu

foi interrompida, fato a ser comentado nas próximas sessões da pesquisa. Registramos seu falecimento em maio de 2003, figura 37.

Figura 36- Caderneta de Matrícula para Tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo, de Alcides Gomes da Silva

— 10 —

Matricula do pessoal feita em 11 de Outubro
do Decreto n. 17.096 de 23 de Outubro

Nome Alcides Gomes da Silva

VISTO C. PP. 9/10/32 Alcides Gomes da Silva

FILIAÇÃO Filho de Joaquim Pinto da Silva

Nacionalidade Brasileiro

Naturalidade do Espírito Santo

Idade 26 anos mais 34 (25-9-898)

Côr Negra

Rosto Oval

Nariz Alado

Assignatura do matriculado

Secretaria da Capitania do Porto do Espírito Santo

O Capitão do Porto

— 11 —

de 1932 na forma do Art. 524
de 1925 N. 5719

SIGNAES

Cabellos Castanhos

Olhos Castanhos

Barba Raspada (Bigode)

Estatuta 1 m. 63

Estado Casado

Residencia Ponta da Fruta

Profissão Remador

Signaes particulares nenhum

Vitória 11 de Outubro de 1932

O Secretário

Fonte: Arquivo particular de familiares do Mestre Alcides Gomes da Silva

Na Barra do Jucu, segundo Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, falecido em dezembro de 2005:

A lida era o pescado, que era elevado desde a Ponta da Fruta até Vila Velha, por terra, pela Ponte Velha da Barra do Jucu. A agricultura era mínima e de subsistência. De novembro a abril era época de pesca. O resto do ano, era a cata de lenha nas matas que nos mantinha, principalmente do Juçará (Seu Lilico Valadares entrevista em 2001).

Conforme Lilico Valadares, em entrevista de 2001, seu pai Pedro Valadares (nome da Praça Central da Barra), era dono da principal venda do lugar. Comprava a lenha das pessoas e a levava para vender em Vitória. A lenha era transportada por terra, em carro de boi, até Itapuera; de lá seguia em canoas pelo Rio. Além da lenha, levava também a produção de sua fazenda na Tapera, atrás do atual Aero clube do Espírito Santo. Essa posteriormente vendida para ser campo de treinamento dos

soldados do 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha. Por sentido inverso, chegavam as mercadorias para abastecer a sua venda na Barra.

Figura 37- Caderneta de Matrícula para Tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo, de Zé Silva, filho de Alcides Gomes da Silva

MINISTERIO DA MARINHA

Caderneta de Matrícula para Tráfego

Nome: Zé Silva

Idade: 19

Data de Nascimento: 10/10/1900

Residência: Vila Velha

Assinatura do Titular: [assinatura]

Inscrição feita no posto de: [assinatura]

Em: 10/10/1900

Local: Vila Velha

Fonte: Arquivo particular de familiares do Mestre Alcides Gomes da Silva

O porto de Itapuera (ou tapuera) era a convergência econômica dessa região, e ficava a 2 Km da foz do Rio. Perto do porto havia um aglomerado de casas, com uma população considerável. Alguns de seus antigos moradores eram: João Ferreira, João Méie, o pessoal do Seu Honório (que foi Mestre de congo da banda da Barra do Jucu), Avigêncio, João Brandão, João Bina, Zé Neves, Pedro Paixão, entre outros. O que restou do vilarejo foi retratado muitas vezes pelo pintor Kleber Galvêas, nos anos de 1970 e 80 do século XX. Como as casas eram feitas de estuque e cobertas com sapé, não deixaram vestígios. Assim como as antigas moradias da Barra do Jucu.

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira, atual Mestre da banda de congo "Mestre Honório", nos fala que daqui da Barra pouca gente subia o Rio, mas o pessoal das comunidades ribeirinhas, no verão, e principalmente, no carnaval, vinha dessas paragens para passear na Barra. O porto era no estuário do rio, atrás do quintal da casa do seu pai, perto do mangue. Daniel Vieira e outros familiares residem

no mesmo local até hoje. Ali fica também sua fábrica de tambores de congo, e mantém um Minimuseu chamado Espaço do Congo, com fotos, bandeiras, estandartes, documentos e instrumentos do congo.

3.5 A POLÍTICA NO TERRITÓRIO

Desde os tempos coloniais, a Barra do Jucu fez parte do termo (território) da Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha. Era um distrito, o povoado mais importante fora a sede da vila (localizada na Prainha), com o maior número de habitantes, até o aparecimento de Argolas (impulsionado pelo Porto, pela Estação Ferroviária e a proximidade da capital). Durante boa parte do século XX, a família Valadares dominou a política local. Pedro Valadares era dono de terras no entorno do lugar e do principal estabelecimento comercial. Nosso grande capitalista era de origem nordestina (Sergipe).

De acordo com Venturim (1973), os Valadares foram pessoas de influência na região e ajudaram a eleger inúmeros Prefeitos do Município do Espírito Santo, dentre eles Domício Ferreira Mendes (1948-1950); Antônio Bezerra de Faria (1951-1954), que instalou a iluminação na Barra do Jucu; e Tuffy Nader (1959-1962), casado com Tazinha (Anatália Valadares, filha de Pedro Valadares), que trouxe água encanada para a Barra (da nascente da fazenda de seu sogro na Tapera) e incrementou a energia elétrica de gerador à óleo. A responsabilidade de manutenção da água era de Seu Lilico Valadares. Eles apoiavam os políticos do PSD, na política nacional.

Segundo Venturim (1973), “durante a gestão do Prefeito Otávio Alves de Araújo (1923-1925), foi reativada a cobrança de pedágio, na ponte do Rio Jucu, na Barra do Jucu.”

Venturim (1973), nos informa que, Godofredo Schneider, Prefeito entre (1929-1930), fez uma obra que muito beneficiou os moradores e os negócios dos Valadares, abriu uma estrada ligando a Barra do Jucu ao porto de Itapuera, por onde passavam os carros de boi.

Em entrevista de 2001, Seu Zé Silva nos informa que, no ano de 1947 foi concluída, “[...] a golpes de picareta, a estrada Vitória-Rio de Janeiro, principalmente o trecho ligando Barra do Jucu à Vila do Espírito Santo (Vila Velha).” Neste trecho, que anteriormente era uma simples trilha por onde os pescadores levavam peixes,

cobertos com folhas de braúna, e seguiam em carrinhos de mão ou balaaios na cabeça. Esta estrada passava pela “Ponte Velha”, atravessando o centro da Barra do Jucu; seguia por Jabaeté, Xuri, Amarelos; e daí, mais ou menos pelo trajeto da atual BR 101. Construída por Gil Bernardes, pai de Adão Bernardes, que depois trocou de nome para Américo Bernardes e foi três vezes Prefeito de Vila Velha. Rival político dos Valadares, foi derrotado por Tuffy Nader, nas eleições de 1958 (fig. 38).

Figura 38- Antiga Ponte da Madalena, onde era a Ponte Velha do Rio Jucu



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 23 de junho 2024).

De acordo com Venturim (1973), fato curioso na política local deu-se na época do governo de Getúlio Vargas no Brasil e, logo após, entre os anos de 1943-47: o Município do Espírito Santo é extinto e os distritos do Espírito Santo e Argolas são transferidos para a administração de Vitória, exercida na época por Ceciliano Abel de Almeida. O distrito da Barra do Jucu passa a pertencer ao Município de Jabaeté, durando esta situação até julho de 1947, quando, por pressões de políticos e populares liderados pelo padre José Ludwig (alemão), o Município volta a existir, com a mesma área total anterior à unificação com Vitória. Antes, em 1931 o Município do Espírito Santo também tinha sido extinto, ao ser agregado a Vitória, voltando a existir como Município, em 1934. Também durante a Era Vargas no Brasil.

Segundo Valle (1959), “Em 1950 Vila Velha tinha 23.127 habitantes, dos quais 20.834 habitavam a sede do Município (VALLE, 1959, p.45-46). Venturim (1973) informa que, “no governo Municipal de Antônio Gil Vellozo (1955-58), o Município

deixou de se chamar Espírito Santo (1958), passando a chamar-se oficialmente Vila Velha, nome, aliás, já utilizado pela maioria da população há muitos anos” (VENTURIM, 1973, p. 9).

O Município de Viana foi criado em 1862. Em 1943 passou a ser chamado de Jabaeté e mais tarde, em 29/12/1953, retornou ao nome original³⁹. Abrangia quase toda a região da primitiva Fazenda de Araçatiba, quase todo o curso navegável do Rio Jucu e afluentes (Jacarandá e Santo Agostinho), além de seus sertões. A sede ficava na antiga e já mencionada fazenda de Araçatiba, para onde foram levadas, pelo Governador da Capitania Francisco Alberto Rubim (1812), quarenta famílias de imigrantes açorianos. Apenas Ponta da Fruta e Barra do Jucu, que anteriormente faziam parte da fazenda, desvincularam-se do Município de Viana, integrando o do Espírito Santo (Vila Velha). Mas mesmo assim, a Barra do Jucu foi anexada a Viana, de 1943 a 1947 (quando a Vila do Espírito Santo foi agregada a Vitória), formando o Município de Jabaeté, de curtíssima existência, entre 1943-1953, portanto 10 anos.

Em 1950 o município de Jabaeté (ex-Viana), possuía uma população de 5.896 habitantes, dos quais 600 moravam na sede. Neste Município de Jabaeté, hoje parte de Vila Velha, fica a curiosa Lagoa de Jabaeté, com suas Ilhas flutuantes, que se moviam vagarosamente ao sabor da variação dos ventos. Essas Ilhas eram sustentadas pela turfa, material em decomposição e raízes das árvores que estavam nelas. As copas das árvores serviam de velas, deslocando-as de um lado para o outro da lagoa.

Conforme nos informa Valle (1959), no Rio Jucu, próximo à Pedra Mulata (Viana), foi construída uma usina de eletricidade, com capacidade de 2.240 KW, que serviu a capital e as cidades vizinhas.

Com o passar dos anos, Viana foi sendo fracionada. Primeiro seus sertões, que iam até a fronteira com Minas Gerais, deram origem a vários novos Municípios como Afonso Cláudio, Muniz Freire, Iúna e Domingos Martins. Depois perdeu a região de Amarelos e Palmeiras para Guarapari; Campo Grande e Caçaroca para Cariacica; Xuri, Camboapina, Jabaeté e Jaguaruçu para Vila Velha. No final restou-lhe apenas um território limitado, em torno de sua sede. Balestrero (1976), considerava isso uma injustiça. Com o final da navegação pelo Rio Jucu e a abertura de estradas, o Município foi sofrendo um processo de esvaziamento, tanto populacional como de

³⁹ Fonte: Relações dos Municípios do Estado do Espírito Santo - Arquivo Público Estadual.

importância política. Voltou a crescer durante a década de 1970, por causa do êxodo rural e do processo de industrialização da economia estadual.

Voltando a Barra do Jucu, outro político que soube articular bem nessa comunidade, e que recebeu apoio das pessoas influentes no local, foi Américo Bernardes Vários de seus correligionários dizem que, antes dele, não tinha nada na Barra do Jucu. Ele fez a praça central do bairro. Em troca do apoio recebido, deu à praça o nome de Pedro Valadares (sogro de seu principal opositor político, Tuffy Nader). Calçou as ruas principais da Barra, onde antes, como dizia Dona Darcy Vieira, em 2001, "havia apenas trilhas cercadas de areias e uma densa mata". Dando grande importância a Américo Bernardes, ela lembra que, "ele fez o muro do cemitério, antes uma cerca de arame farpado". No território da Barra do Jucu esse homem foi um fenômeno de popularidade e continua sendo lembrado pelo povo, mesmo após sua morte. Seu Alcides Gomes da Silva era seu cabo eleitoral número um.

A ética passava longe da política de um dos Estados mais conservadores do Brasil. O domínio conservador no nosso Município foi incontestável e as práticas eleitorais comuns à época, que detectamos nas entrevistas, eram de um caráter coronelista; currais eleitorais bem segmentados, oferecimento de empregos públicos, festas de adesão para o povão, jogo de influência econômica. Tudo isso demonstrado com muita naturalidade, pois as pessoas estavam, e estão, imersas nessa realidade cultural, anteriormente mais clara. Hoje é maquiada com um discurso populista, que na maioria das vezes não passa de fachada. Por estar mais próximo, Américo Bernardes, Prefeito de 1963 a 1966, foi lembrado pelos entrevistados e nos passa a impressão de que foi quem mais se utilizou desses artifícios tradicionais. Mas isto, com certeza, não era uma característica individual e sim espalhada entre a grande maioria da população e dos políticos, onde o coronelismo imperava. Como se pode ver nas entrevistas e rodas de conversa, eles apoiavam este tipo de política demagógica, que era e é usual em nossa sociedade. Dificilmente um político nessa época poderia dizer com exatidão o número de seus afilhados de batismo, casamento ou dos seus compadres.

Esse capítulo se concentrou em abordar o Baixo Rio Jucu no período anterior às grandes transformações da década de 1970, época em que passa a vigorar no Espírito Santo o desenvolvimentismo capitalista periférico. Tem como seu principal objetivo facilitar a compreensão dessas mudanças e seus impactos

socioambientais e culturais, mostrando qual era a realidade anterior a essas transformações. Para isso foram pesquisados: os conceitos de *memória* e *lugares de memória*, úteis para as análises das entrevistas e rodas de conversa; os saberes territoriais e a inteligência nativa sobre a pesca e a pequena agricultura: a base da economia local tradicional, para o melhor entendimento dos conhecimentos tradicionais locais, das relações entre natureza e homem e da subsistência econômica nativa; caçadores e caças, para demonstrar mais a riqueza ambiental do território e dos conhecimentos tradicionais dos moradores da comunidade; o Rio Jucu e seus canoeiros, elemento fundamental para a unidade identitária e simbólica do território do Baixo Rio Jucu; e a política no território, anterior as grandes transformações e no momento em que elas começam a acontecer.

4 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DO BAIXO RIO JUCU

No quarto capítulo são identificadas e analisadas essas transformações que ocorrem no território entre as décadas de 1970 e 2020. Para isso foram utilizadas as narrativas de quatro rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território. Dando voz a esses atores da história como coautores da pesquisa. No começo desta seção foi discutida a principal metodologia utilizada nesta pesquisa, a das rodas de conversa, mostrando como as rodas foram realizadas e como devem ser feitas, gravadas, transcritas e analisadas. Depois descrevemos, através de entrevistas e rodas de conversa, a Barra do Jucu da segunda metade do século XX. Mais adiante analisamos as principais transformações territoriais do Baixo Rio Jucu, ocorridas a partir da década de 1970, principalmente por meio de rodas de conversa, nas seguintes subseções: O Rio Jucu hoje; os areais; o Manguezal e a pesca; as estradas e indústrias locais; a formação da Grande Terra Vermelha; e alguns reflexos dessas transformações para a Barra do Jucu.

4.1 AS RODAS DE CONVERSA

A principal metodologia utilizada nesta pesquisa foi a roda de conversa, envolvendo recordadores de notório saber sobre as questões ambientais e culturais do território do Baixo Rio Jucu. Alguns mais idosos vivenciaram essas transformações de perto.

Primeiro identificamos os recordadores e/ou moradores no território pesquisado. O principal critério de relevância na identificação dos atores sociais foi a vivência de longa data no local pesquisado de modo a serem capazes de evocar as suas memórias sobre a história ambiental e cultural da comunidade, suas transformações e resistências, além de sua própria experiência de vida. Sempre que possível, foram incluídos os critérios de gênero, raça e geracional nesta identificação, buscando a maior diversidade possível. Os recordadores-atores são indivíduos, alguns moradores, outros representantes de estruturas institucionais, no nosso caso representantes de escolas, ONGs e movimentos sociais. Neste último caso, a estrutura devia ter alguma atuação na arena socioambiental local no campo

pesquisado e seu representante escolhido, fazer parte da lista como possível participante.

Os objetivos das rodas de conversa foram promover encontros com os recordadores e compartilhar as suas experiências como cidadãos vivenciando a história socioambiental e cultural do território do Baixo Rio Jucu, assim como os elementos inerentes às transformações territoriais e as resistências a essas modificações ao longo do tempo. Assume-se que tais transformações foram resultados do desenvolvimentismo capitalista e da sua lógica produtora de injustiças e insustentabilidades intrínsecas às atividades econômicas que foram se estabelecendo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Esses encontros visaram:

1- Abrir um espaço de acolhimento, de diálogo paritário e de escuta capaz de fomentar a fala, a evocação das memórias de cada participante, da forma mais justa e igual possível;

2- Motivar a expressão das narrativas de cada participante de modo que eles pudessem recorrer às suas memórias sobre:

2.1- As transformações territoriais vivenciadas no tempo;

2.2- Os métodos de resistências utilizados para enfrentar essas mudanças territoriais, também ao longo do tempo.

3- Estimular uma discussão sobre essas temáticas tendo como pano de fundo os impactos nas questões ambientais e culturais do território alvo da pesquisa.

4.1.1 O papel de moderadores e relatores da roda

Como responsáveis pela atividade no dia do encontro, os moderadores/mediadores da roda de conversa e a equipe de pesquisadores locais, devem:

1- Privilegiar a fala dos convidados e a sua escuta atenta;

2- Registrar tanto com gravador quanto com anotações;

3- Buscar ficar atentos para que todos possam ter seus momentos de fala de forma paritária;

4- Agir em equipe, substituindo, quando necessário, um colega.

Toda a equipe deve ter como postura que o mais importante na roda é abrir espaço de escuta para que os convidados tragam as suas "pautas", evocações de memórias diante dos objetivos da pesquisa.

Ao final, os moderadores deverão encaminhar a discussão para um fechamento que se remeta a uma proposta capaz de contribuir para a formulação de um esboço preliminar de agenda de ação com base em demandas presentes e expectativas futuras.

O relator tem a incumbência de fazer as anotações necessárias para a posterior elaboração de um registro escrito das informações, impressões e possíveis implicações para o estudo. O registro escrito deverá ser feito ressaltando cada uma das etapas do roteiro de discussão apresentado no item da dinâmica da roda.

4.1.2 Organizando a roda de conversa: o convite aos recordadores

O pesquisador deverá entrar em contato com os potenciais participantes identificados. Tal contato deve ser feito com antecedência de duas semanas por telefone, e-mail ou pessoal. Esse contato tem o fim de explicar os objetivos da pesquisa e a importância da sua participação na atividade para a qual estão sendo chamados, tanto para eles quanto para a comunidade. Por exemplo, a visibilidade a ser dada às situações e demandas da comunidade, o registro das memórias da comunidade, a troca com os outros participantes entre outros enriquecimentos possíveis.

A listagem dos participantes a serem convidados para cada roda deve conter um número 10 a 20% superior ao previsto de modo a permitir a substituição de convidados impossibilitados de comparecer e assegurar o quórum. Por isso, o acompanhamento das respostas é fundamental, bem como o lembrete na semana da roda acontecer. As pessoas se esquecem, é normal. Cada roda deve ter entre 5 e 8 atores participantes, mais do que este número não funciona muito bem a participação de cada um. Ou seja, a participação de cada um é fundamental!

4.1.3 Organizando a roda de conversa: local e horário

O encontro deve ser realizado em dia e horário pré-determinado pela equipe de pesquisadores de acordo com o calendário da pesquisa, tendo sido comunicado com antecedência de duas semanas aos recordadores. O local deve estar situado na comunidade de preferência ou nas proximidades, desde que de fácil acesso e adequado para esse tipo de discussão.

Para essa pesquisa, o espaço utilizado foi a Escola Municipal de Vila Velha, na Barra do Jucu UMEF "Dr. Tuffy Nader", na qual eu sou professor. Estima-se como suficiente uma reunião com duração de 2:00 a 2:30 horas (podendo-se prever intervalos de 15 minutos, o que estende um pouco mais a duração). Além desse tempo de roda, os participantes podem não se motivar mais, se cansar e passar a não falar, levando ao comprometimento da dinâmica da roda.

4.1.4 Organizando a roda de conversa: planejamento e infraestrutura

1- Mesa para reunião, cadeiras para o número de pessoas previstas, mesa auxiliar para café e lanche e mesa auxiliar para projetor se for o caso;

2- Termo de consentimento esclarecido de uso de imagem e informação impresso em duas vias em número superior a quantidade de participantes; canetas para fazer anotações durante a reunião; dois celulares carregados ou gravadores (se for a pilha, prevê reposição); câmera para registro de fotos; caneta e papel para anotações eventuais dos participantes, - O ideal é que as pessoas que irão fazer a transcrição estejam participando da pesquisa. Essas pessoas devem ter bom senso para eliminar os comentários que não agregam nenhuma informação;

4.1.5 A dinâmica da roda

O encontro será conduzido por um(a) moderador(a), apoiado por um ou mais relatores e, eventualmente, por outros auxiliares, que ficam responsáveis por verificar as gravações e tirar fotos. Os que conduzem a roda podem também alternarem-se nas tarefas e contribuir para a participação dos convidados. Sendo assim, a equipe de pesquisadores deve estar minimamente treinada para a roda de modo a contribuir para a dinâmica do encontro e na condução desse tipo de atividade.

No início da reunião, o moderador e a sua equipe se apresentam de modo informal, com espontaneidade, tudo para não inibir os convidados e, ao contrário, facilitar o acolhimento e o diálogo entre todos. Em seguida, o moderador:

- 1- Apresenta o propósito da reunião;
- 2- Explica como ela será conduzida tal como as regras para que cada recordador possa estar evocando suas memórias e;
- 3- A duração prevista da mesma.

Cabe à equipe procurar deixar os participantes à vontade para emitir suas opiniões e evocar suas narrativas.

Para isso, um roteiro de discussão para a roda de conversa deve ser preparado com antecedência pela equipe de pesquisadores, estando baseado nos objetivos específicos da pesquisa. No caso dos encontros desta pesquisa, vale lembrar que as rodas de conversa junto à comunidade do território pesquisado, o Baixo Rio Jucu, visaram motivar a expressão de narrativas com base nas memórias dos recordadores de modo a registrar as falas de cada um sobre as transformações territoriais vivenciadas no tempo e as suas estratégias de resistência a essas mudanças ao longo do tempo. Assim o desenrolar dos encontros não pôde se distanciar de duas perguntas fundamentais para alcançarmos os objetivos desta pesquisa:

1- Desde quando moram aqui, vocês identificaram transformações no território nos âmbitos ambiental e cultural? Quais? Antes de passar para outra pergunta, se eles não citarem problemas na comunidade interessando a pesquisa, buscar encaminhar a discussão nesta direção; e

2- Quais são as estratégias de resistência para combater as transformações consideradas negativas do território? Quais foram as estratégias que vocês usaram para conviver com essas mudanças?

A dinâmica da roda se divide em três momentos:

I-Momento introdutório: questões a serem respondidas por cada um dos participantes individualmente, pedindo para falarem seus nomes e seus acordos em participarem da reunião (a reunião deve ser gravada):

- 1-Desde quando você mora na comunidade? Por que veio para cá?
- 2-Como era esse território quando você chegou aqui?

II-Momento central: questões chaves a serem discutidas por todo o grupo compondo o roteiro da roda:

3- Desde que você chegou aqui, você considera que a comunidade mudou nos âmbitos ambiental e cultural? Que mudanças seriam essas? Quais as razões dessas mudanças, por que elas ocorreram?

4-Você apontaria algum problema ou demanda mais urgente na comunidade nos dias de hoje?

5-Como são as condições ambientais e culturais da comunidade? Por quê?

6- Existiria no território uma relação entre meio ambiente e cultura? Se sim, qual?

7-Como surgiu a ideia para a formação do Parque Natural Municipal de Jacaranema? Existiria uma relação entre o parque e os movimentos de resgate cultural aqui na Barra do Jucu?

8-Na opinião de vocês, como classificariam a situação do Rio Jucu hoje?

9-Haveria uma influência entre esta atual situação do Rio Jucu e a captação de água da CESAN e suas duas barragens? Se sim, qual?

10- Como se dá a relação entre o poder público e a cultura local? E entre o poder público e a questão ambiental na Barra do Jucu?

11-Como transmitir o saber tradicional/conhecimento cultural local de modo a garantir a continuação da sua preservação? Que estratégias poderiam ser pensadas visando a relação com o meio ambiente na Barra do Jucu?

12-Existem, atualmente, movimentos de resgate e/ou estratégias de preservação da pesca tradicional da Barra do Jucu? Se sim, quais?

13-Quais são as estratégias de resistência para combater as transformações consideradas negativas do território? Quais foram as estratégias que vocês usaram para conviver com essas mudanças?

III-Momento final: fechamento da discussão e de agradecimento pela disponibilidade em participarem. Algumas questões finais poderão ser postas para serem debatidas pelo grupo:

14-Quais as expectativas de futuro da comunidade quanto aos problemas apontados por vocês hoje? Dos problemas e desafios colocados por vocês, quais vocês gostariam que fossem realizados? Como vocês se mobilizariam para realizá-los enquanto comunidade?

15-Do que foi conversado hoje, o que vocês consideram como sendo superimportante de ser concretizado logo? E por quê? Como você se vê frente a essa concretização?

Resumo: O moderador apresenta um resumo geral da discussão e, consultando o grupo, verifica se está adequado ao debate ocorrido.

Final: O moderador consulta os participantes se há alguma questão ou proposição faltante que gostariam de acrescentar.

Os membros da equipe poderão esclarecer vocábulos com dúvidas ou dar sinônimos para tornar o debate mais fluido e motivar a participação de todos. Eles devem colocar, aos recordadores, as questões do roteiro em forma de tópicos ou assuntos, sem que sejam "verdadeiras perguntas". Antes de tudo, pensar que é uma roda de conversa!!! Daí o diálogo, o acolhimento e a escuta!

O registro escrito deve ser complementado pelos comentários feitos entre os membros da equipe em momento logo após o final do encontro. Esse registro também será importante para a etapa da transcrição das gravações, complementando-as. A transcrição deve ser feita o mais breve possível após a roda para o caso de algumas dúvidas poderem ser sanadas pelos membros da equipe.

4.1.6 As análises das narrativas

A análise do conteúdo da discussão dessa pesquisa foi feita recorrendo à técnica da análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). Também foi utilizada a técnica da nuvem de palavras para observar os assuntos mais citados pelos participantes das rodas (PRAIS; ROSA, 2017). Com base na leitura atenta das transcrições feitas a partir dos relatos das reuniões, observou-se o conteúdo das respostas dadas a cada questão/assunto de modo a identificar categorias recorrentes em todas as respostas dadas, que devem ser computadas.

Além disso, foi feita uma análise relativa ao uso (ou não) de categorias previamente determinadas nas questões postas: transformações territoriais e resistências às mudanças. Neste caso, observou-se ou identificou-se a presença (ou ausência) nas narrativas dos participantes dessas categorias. Outro ponto observado é o contexto no qual essas categorias são empregadas por cada recordador a fim de se inferir a compreensão das mesmas na visão de cada um.

Para a presente pesquisa, foram realizadas quatro rodas de conversa com a participação de 16 recordadores portadores de notório saber sobre as questões ambientais e culturais do território do Baixo Rio Jucu. Foram dez horas de gravações transcritas em 240 páginas, além das rodas de conversa e entrevistas realizadas em

2001 e 2017, estas últimas, expostas no site do Museu Vivo da Barra do Jucu. Três dessas rodas de conversa foram realizadas entre os meses de março e junho de 2023, na Escola Municipal UMEF "Dr. Tuffy Nader", sempre aos sábados das 8:30 às 12:00 horas (fig. 39). A quarta roda foi realizada em novembro de 2023, no Projeto Barra de Rendas, em uma quinta-feira à tarde, das 15:00 às 17:00 horas. (fig. 39).

A análise temática das rodas de conversa levou em consideração o número de páginas dos assuntos mais comentados (Tabela 1). O total de páginas da transcrição das quatro rodas de conversas foi de 240 e cada assunto abordado recebeu uma cor tal como na tabela abaixo. Esta mesma foi colocada nos textos das transcrições. Na Tabela 1, os assuntos/temas foram colocados em ordem decrescente de acordo com o número total de citações por assuntos/temas. No total foram comentados 17 assuntos diferentes nas rodas, sendo que os assuntos mais comentados são os que mais interessam à pesquisa.

Figura 39- Fotos das rodas de conversa realizadas em 2023



Fonte: Projeto de pesquisa: Atores, discursos e redução de riscos de desastres em Vila Velha (ES).

Tabela 1- Classificação Final dos Temas mais Abordados nas Rodas de Conversa e
Legenda das Cores Empregadas na Análise Temática:

COR	ASSUNTO	NÚMERO DE CITAÇÕES
Amarelo	História da Barra do Jucu, Vila Velha e Espírito Santo	55
Verde Escuro	Jacaranema e Juçará	45
Verde Claro	Impressões Ambientais	28
Vermelho	Renda de Bilro	24
Vermelho Cereja Escuro	Congo	19
Azul Claro	Rio Jucu	19
Magenta	Pescadores e Pescarias	15 ½
Magenta Escuro	História de Vida	13
Vermelho Escuro	Museu Vivo e Culturada Viral	9
Azul Escuro	Rio Jucu, Canoeiros e Identidade Cultural	8
Magenta Claro	Casa da Cultura	7 ½
Laranja	Esporte, Cultura Nativa e Contraponto Nativo de comportamento Ambiental	7
Cinza Escuro	Educação	6
Vermelho Cereja Claro	Mascarados e Carnaval	5
Laranja Escuro	Surf e Jacaranema	4 ½
Roxo	Corrupção, Falta de Competência Técnica da Gestão Pública e População Desinformada, que não sabe os seus direitos	2
Amarelo Escuro	Areais	½
Total:	17 Assuntos	240

Fonte: Rodas de conversa, autoria própria durante a pesquisa.

4.1.7 Comentando a tabela

O tema mais abordado nas rodas de conversa foi a história da Barra do Jucu, de Vila Velha e do Espírito Santo. Por que foi o primeiro em duas rodas e o segundo mais citado nas outras duas, somando no total 55 páginas de menções. Em seguida vem a menção ao Parque Natural Municipal de Jacaranema, que ficou bem na frente dos outros em uma roda de conversa e foi bastante citado nas outras três, com 45 páginas. Se juntarmos o azul claro e o escuro são ambos assuntos sobre o Rio Jucu, ele pula assim, para a quarta colocação. Além disso, a maioria das folhas em verde claro são sobre o canal do Congo ou rio Piauí (segundo Mestre Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023), afluente do Rio Jucu. Com isso, os assuntos relacionados ao Rio ficariam pelo menos em terceiro lugar em número de páginas com citações. Em seguida vem dois representantes importantes da cultura popular tradicional local, em quarto vem a renda de bilro, com 24 páginas e em quinto vem o congo, com 19 páginas. Para fechar o quadro dos temas mais citados, em sexto lugar vem, os pescadores e as pescarias, mencionados em 15 páginas, e de grande importância para a relação entre cultura e natureza local. Esses assuntos são os destaques desta pesquisa, os temas mais abordados na hora da composição do trabalho.

Os temas menos abordados foram a exploração dos areais, por esses estarem bem esquecidos na comunidade atualmente, por se encontrarem nos últimos estágios de exploração e ter causado muita destruição ambiental, não são mais muito mencionados pela população, com apenas meia página. Já os temas relacionados a administração pública, como a corrupção, a falta de competência técnica da gestão pública e a população desinformada, que não sabe dos seus direitos, foram reunidos em um único tema e ficou em penúltimo lugar, com citações em apenas duas páginas, revelando a importância dada por essa comunidade a administração municipal de Vila Velha.

4.1.8 Nuvem de palavras

A figura 40 abaixo foi elaborada com a transferência integral dos textos das rodas de conversa para o site ‘Duplicate Word Finder’⁴⁰ que executou a contagem das palavras que mais apareceram no texto. Sendo assim, temos uma outra classificação de questões abordadas nos quatro encontros. Logo após a nuvem de palavras foi confeccionada no site ‘Voc AI’ e a edição foi realizada no ‘Canva’. Assim temos o seguinte resultado (fig. 40).

Figura 40- Nuvem de palavras elaborada no site Voc.AI e edição no Canva, com filtro de cinco letras por palavra.



Fonte: Site Voc.AI e edição no Canva (acesso 01 de junho de 2024).

Os assuntos mais citados nas rodas de conversa discutidos com mais destaque no texto desta pesquisa bem como na análise temática a seguir. Estes mais citados são os que mais apareceram também nas nuvens de palavras com maior destaque. Ao observarmos o resultado da nuvem (fig.40), notamos que as palavras

⁴⁰ Link para o site que executou a contagem das palavras que mais aparecem no texto das rodas de conversa [Duplicate Word Finder](#).

4.2 A BARRA DO JUCU NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Nesse item do quarto capítulo da pesquisa, serão identificadas e analisadas algumas das transformações que ocorreram no território entre as décadas de 1970 e o início dos anos 2000. Para isso serão utilizadas as narrativas das rodas de conversa tanto de 2001 quanto de 2023, entrevistas em profundidade e conversas informais realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território, dando voz a esses atores da história, quase todos já eram adultos em 1970, como coautores da pesquisa.

Em seguida, esse estudo passará a se basear, principalmente, nas rodas de conversas realizadas na Barra do Jucu no ano de 2023, com recordadores detentores de notório saber sobre o meio ambiente e a cultura local. Também serão utilizadas notícias de jornais de grande circulação, A Gazeta e A Tribuna, para exemplificar alguns argumentos e documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Vila Velha, deixando um pouco de lado as fontes secundárias, até aqui utilizadas de forma prioritária, juntamente com a documentação histórica.

No presente item, pretendemos, consequentemente, demonstrar e identificar o caráter específico da Barra do Jucu, amplamente ligada e mesmo dependente das suas riquezas naturais, essenciais para sua sobrevivência com estilo próprio. A cultura local está totalmente imersa nessa interação da subsistência econômica com a ecologia, de cujo equilíbrio depende para se manter. A relação sobrevivência e natureza era e continua sendo marcante! Segundo Kleber Galvêas, em entrevista de 2001,

O congo tradicional que funcionava como um jornalismo cantado, trocando informações e insinuações, mais ouvido do que dançado, havia morrido, esmagado pelo crescimento econômico capitalista da região. Perdera a base cultural natural: o peixe aprisionado no alto mar pela pesca industrial, já não chegava a costa para os pescadores e o tráfego de canoas no Rio Jucu fora interrompido com a construção de duas barragens para captação de água pela CESAN (entrevista de Kleber Galvêas, em 2001).

Segundo Daniel Vieira, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em entrevistas de 2001, sobre a perda da identidade cultural local:

Os pescadores e os barqueiros que passavam o dia na comunidade trabalhando, remendando canoas e redes, tecendo redes e intrigas, compondo jongos (músicas de congo), no compasso das remadas e no balanço do mar, haviam desaparecido ou estavam em processo de desaparecimento. Agora acordavam cedinho e tomavam a caçamba da Prefeitura para varrerem ruas de bairros distantes. Afastados do cotidiano comunitário, a essência do congo tradicional cristalizou-se (entrevistas com Daniel Vieira, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em 2001).

Na Barra essa mutação ocorreu a partir dos anos 1970. Coincidindo com o crescimento urbano desordenado que ocorreu com a implantação dos grandes projetos desenvolvimentistas de industrialização tardia do Espírito Santo e com o grande êxodo rural provocado pela erradicação do café, a partir do final da década de 1960. Projetos como os da Ponta de Tubarão, CST (hoje ArcelorMittal) e CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), além do Porto de UBU, da Samarco Mineradora em Anchieta, e da Aracruz Celulose em Aracruz, acompanhados da ampliação dos portos de Praia Mole, Capuaba e Vitória, mudaram a cara do nosso Estado, inserindo-o no marco do modernismo capitalista. Atraindo uma massa de pessoas à procura de melhores condições de vida, vindas da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e interior do Espírito Santo, principalmente, e que vão pressionar muito a infraestrutura pública da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV): saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, habitação, meio ambiente, entre outros.

Segundo Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001, “De equipamento cultural o congo passou a espetáculo: a dança ganhou mais espaço e o show passou a receber cachê”.

Doravante, passaremos a invocar a história das transformações e das continuidades nesse território a partir de 1970, e depois, colocar em evidência as influências dessas mudanças na natureza e na cultura local.

Em primeiro lugar, destacamos as transformações que ocorreram em torno da relação homem/natureza, que dará a base a todo o restante do desenvolvimento dessa pesquisa. Todos os entrevistados nos falam como a natureza era vigorosa, neste lugar e como foi sendo destruída, sistematicamente, em várias frentes de ataque.

Kleber Galvêas, em entrevista de 2001, informa que a comunidade da Barra do Jucu, pega de surpresa e sem preparo, foi uma das últimas da região na Grande Vitória a ser seduzida, em suas palavras, “estuprada pela tirania do mercado de nossa sociedade contemporânea capitalista”. A Barra, propriamente dita, só passou a sofrer essas interferências, a partir de meados da década de 1970. Mas as localidades interioranas e ribeirinhas, já as sentiram a partir da década de 1950.

O trânsito de canoas no Rio Jucu e canal do Marinho era tradição muito antiga, passada de pai para filho. O movimento era intenso. Do Rio, tiravam o sustento e por ele levavam passageiros e iam vender a produção dos seus sítios ou da região, em Vitória. Toda família tinha sua canoa.

Em entrevista de 2001, Dona Darcy Vieira, uma senhora de 82 anos de idade e integrante há anos de bandas de congo na Barra, nos afirma que,

De novembro a abril, a lida na Barra do Jucu era pescar, enquanto durante o inverno, quando o mar engrossava, era panhar e vender lenha das matas (Juçará, Tapera Grande e Pequena, Poça Funda, Brejo das Traíras, Lagoa das tabuas, entre outras) para padarias, metalúrgicas, etc” (entrevista com Dona Darcy Vieira, em 2001).

Na Barra, não havia água encanada nem luz. Cozinhava-se em fogão a lenha. Para conservar os alimentos, só no sal ou panela bem protegida. Banheiro, poucas casas tinham.

De acordo com Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, “a vida se alternava entre momentos de abundância e de falta. Nas épocas em que não havia peixe, às vezes se jantava polenta com café, que Deus havia oferecido e devia ser comida com prazer durante vários dias seguidos.” As plantações eram poucas, dominando a mandioca, com quitungos para a preparação de farinha. A população era bastante pobre. O último quitungo (fábrica ou casa de farinha) encerrou suas atividades por volta de 1980. Ficava próximo à Ponte Velha (hoje Ponte da Madalena). Pertencia à família do Senhor Xixico, também dono do caldo de cana Boa Vista, que ficava no mesmo local.

Como nos fala em roda de conversa de 2023, Maria Luiza Valadares,

A água era de nascente e poços; as pessoas tinham reservatórios em casa que eram abastecidos de três em três dias. A água de beber ficava na Tapera, na fazenda de Pedro Valadares e na fazenda do Português a uns 3 Km da Barra. Banho, era no Rio ou usando a água dos poços domésticos (roda de conversa com Maria Luiza Valadares, em 2023)

Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, menciona que seus pais, quando era criança, nem a deixavam sair de casa, por medo de onças. As histórias de assombração, contadas ao pé do fogo, apavoravam adultos e crianças, que se policiavam. O local era muito tranquilo, teve a última cadeia por breve período no final da década de 1970.

O mangue era grande, cheio de caranguejos e a restinga cheia de guoiamuns. Um dos pratos prediletos dos barrenses até hoje. Na foz do Rio, de grande beleza natural, o remanso do estuário era propício à desova de várias espécies como: robalo, tainha, siri, pitu, lagostinha, entre outras. Encontrávamos com muita frequência as cascas negras e de formato curioso dos ovos das arraias que o mar levava para areia.

O território era cercado por matas exuberantes: Juçará, Boca do Mato de Jabaeté, Tapera Grande e Pequena, a atualmente chamada Jacaranema e as matas ciliares do Rio. Contava ainda com extensa restinga, campos, grandes brejos ricos em peixes, como diz seu Alarico Malta, em entrevista de 2001. Em suma, uma grande variedade de habitats e espécies animais e vegetais.

A locomoção era feita a pé, por canoas ou tração animal; transporte coletivo (ônibus) para a região não existia até 1960 e o barrense resolvia o máximo de coisas possíveis por aqui mesmo, raramente se deslocando para Vila Velha ou Vitória. Na praça central existia uma venda, a do Seu Pedro Valadares (sucedido por seu genro Aristóteles) que vários entrevistados elogiaram e alguns disseram ser melhor que as de hoje.

Na comunidade de Barra do Jucu as casas eram em bom número, mas bastante separadas umas das outras e com grandes terrenos, sendo essas terras devolutas. Quem chegava, morava. As famílias eram numerosas e residiam todas no mesmo terreno, característica que se mantém até hoje. Mas o espaço diminuiu, as famílias cresceram ainda mais, e nem todos os terrenos suportaram as famílias inteiras, provocando um êxodo, não encontrado antigamente.

As casas pareciam verdadeiras malocas indígenas em volta da praça local. Maria Luiza Valadares, em roda de conversa de 2001, relatou sobre as habitações construídas tal como a narrativa abaixo explica.

Elas eram feitas de estuque, barro batido em paus de mangue trançados, amarrados com cipó São João, que era retirado da Boca do Mato de Jabaeté, e com telhados de sapê do Morro da Concha. Para fazê-las, as pessoas marcavam o dia do ajuntamento, uma espécie de mutirão coletivo, para embarrear as armações de paus das casas. No final, o dono da casa dava uma festa. A casa, se o dono resolvesse mudar por qualquer motivo, poderia se tornar residência de qualquer morador antigo ou recente que necessitasse (rodas de conversa com Maria Luiza Valadares, em 2001 e 2023).

Seu Alarico Malta, em entrevista de 2001, relata que, quem chegasse, ficava com um terreno. Os fiscais da Prefeitura não eram bem-vindos à região e, por isso, as trilhas (ruas) não tinham um alinhamento padrão da Prefeitura. Vários fiscais foram postos para correr, pois quem pegava uma área, sempre incorporava as que estavam à sua volta. Assim era o costume local. Só depois é que alguns, mais espertos, começaram a requerer as terras em juízo (cartórios).

Esse foi também o sistema de aquisição de terras utilizado no interior. Na Barra, foi mais para assegurar a posse já existente na prática, enquanto no interior, acordos de pessoas influentes com cartórios, legitimaram grilagens, através de requerimentos duvidosos e antiéticos, com pequenas retribuições aos antigos ocupantes, pequenos sitianteiros em sua maioria.

As grandes mudanças estéticas, na praça, aconteceram na década de 1960, quando os Valadares venderam a Tapera para o Exército e cada um fez uma casa de laje; a praça foi nivelada para calçamento, e foi construído o jardim, por Dr. Américo Bernardes, em 1963 (fig. 42).

Nesse tempo antigo, segundo Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, "todo mundo era irmão ou primo, aqui na Barra; todo mundo se conhecia; não havia gente brava, nem roubo. Havia uma cadeia e um destacamento de polícia, além de uma cancela fiscal na "Ponte Velha" da estrada Vitória X Rio de Janeiro". Segundo Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, "quando acontecia alguma confusão, o pessoal se juntava e depois botava para correr quem estava brigando, era uma comunidade muito unida".

Nas proximidades da Barra existiam dois currais de gado: um do Zé Mineiro, em frente a atual Igreja Presbiteriana, e outro, dos Valadares, próximo à atual Rodovia do Sol, na entrada central da Barra. Os animais ficavam soltos e à tarde eram concentrados nos currais. Viviam pastando livres pela região. Toda semana matava-se um boi no lugar. O último açougueiro, nesse sistema (anos 1970), foi Seu Alvino, pai de Zilda, Zé Luiz, Toninho e Rose. Todos conguistas de primeira linha na Barra.

Figura 42- Foto da época da construção da Praça Pedro Valadares, em 1963



Fonte: [Blog Olho Vivo](#), encontrado em Casa da Memória de Vila Velha e Site Morro do Moreno (acesso 23 de junho de 2024)

O Morro da Concha tinha vigorosa vegetação de camarás e agaves. Havia uma nascente de água que formava um pequeno regato ao pé do morro, entre as pedras. Lá também existiam algumas roças de banana e milho. Havia apenas uma casa, onde morava Dona Corina Leite Ribeiro. Ela foi o braço direito do francês Charles Baffet durante 22 anos, em sua busca pelo tesouro da Catedral de Lima (Peru), supostamente enterrado ali.

De acordo com Seu Daniel Vieira, em entrevista de 2001, “por não haver energia elétrica, nas festas só se bebia jenipapina (licor de jenipapo) e cachaça pura. Não tinha esse negócio de cerveja não. Não existia geladeira nessa época e cerveja, só gelada”.

Tinha gente, como Seu Zé Ererê, que vivia de vender guoiamum cevado, embora fosse construtor e pedreiro profissional, considerado o mais competente por muitos anos e que deixou a tradição desse trabalho para os filhos.

Segundo Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, "matar mosquito, só botando fogo em bosta de boi. A iluminação era à lamparina, lampião, lanterna e vela".

Fazia-se renda de bilros, que era levada para vender em Vila Velha e Vitória. Com o dinheiro, eram comprados sapatos e tecidos para fazer roupas. Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, fala que tinha os piques, os bilros e as almofadas, instrumentos necessários para fazer as rendas. As daqui da Barra eram muito conhecidas e procuradas. Os bilros eram feitos com um pequeno estilete de taquara e sementes que ainda hoje aparecem na praia da Barrinha.

A "Ponte Velha" mereceu destaque no relato de muitos cronistas, pois servia para transpor o Rio Jucu há mais de 200 anos. Segundo Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, "os meus mais velhos contavam que os escravos a haviam feito, carregando areia da praia na cabeça para fazer seus pilares" (fig. 43).

Figura 43- Foto da Ponte Velha do Rio Jucu (atual Ponte da Madalena) na época da enchente de 1960. A ponte foi totalmente carregada pela força da água



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 23 de junho de 2024).

Perto da Praia do Barrão ou Peitori havia uma roça de mandioca de Júlio Valadares. Também havia muita pitanga, gajuru, coquinho guriri e saborosas (frutas de cactos (*Hylocerus* sp.) ou (*Selenicereus setaceus* Rizz.), vegetação de restinga. A baunilha (*Vanilla planifolia*), orquídea que cresce como um cipó, era endêmica, suas bagas são usadas como flavorizantes para chocolate. Suas favas, segundo alguns, eram apreciadas por cobras. Ao que tudo indica, essa espécie se presta a extração

da essência para aromatizar doces. A salsa-da-praia, muito apreciada para fazer garrafadas com cachaças, outrora abundante, foi erradicada nos últimos 30 anos.

Em entrevista de 2001, Lilico Valadares nos informa que a lenha que eles juntavam era vendida também para o Ormandino Gomes. Este tinha duas carroças de transporte. Vendia a lenha para a Chocolates Garoto. Ele, Miguelzinho, Trevas, Augusto Italiano, que possuía um caminhão, eram os revendedores dessa lenha.

Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, relembra que mexia com gado na fazenda de seu pai e depois passou a ser o carreiro, a tomar conta do carro de boi. Transportava de tudo um pouco, da lenha ao barro. As pessoas comiam geralmente peixe e farinha, muçum, sururu, pitu, camarão, guoiamum, caranguejo, siri, saborosas moquecas e peixe seco ao sol (guaibira e baiacu principalmente). Verduras, não existiam, só abóboras e aipim; havia a horta do Seu Germano Nieiro. Os quintais eram cercados com varinhas de tagibibuia, pau ferro, samuma, camará e pau de mangue, retiradas das matas (que às vezes brotavam e viravam árvores frondosas), recobertas de trepadeiras floridas em cachos, chamadas amor-agarradinho, insulina, olho de boi e cipó São João.

Até 1970 a Barra ainda era uma comunidade bastante isolada, embora já contasse com linha de ônibus regular para Vitória (dois por dia), telefone público e estrada. Quase todo mundo era parente ou compadre. Predominavam nessa época as numerosas famílias: Valadares, Malta, Calazans, Cardoso, Santos, Laranja, Vieira, Machado, Regis, Nunes e Leão.

O restaurante Barramar foi o primeiro em frutos-do-mar, oferecendo a tradicional moqueca e a torta capixaba, feitas pelas matriarcas das famílias mais tradicionais de pescadores da Barra, sob a orientação da família Costa. A residência mais importante pertencia a uma francesa que cuidava da exportação de turfa, (oleocas), para a Europa. Ficava sobre um morrete de pedra, no princípio da estrada velha para a Ponta da Fruta: "A Casa da Pedra". Entre os nativos só havia uma casa de rendas (beiral de tábuas trabalhadas como rendas) pertencia aos Calazans, onde hoje fica o Posto de Saúde.

Segundo o físico, pintor, empresário e pesquisador francês, Charles Baffet, aqui está oculto parte do Tesouro da Catedral de Lima (Peru), que foi pirateado. Ele foi dono do Morro da Concha (hoje parte integrante do Parque Natural Municipal de Jacaranema), por mais de 20 anos, adquirido do Meneghetti (empresário local), para procurar o tesouro.

O primeiro morador a destacar a Barra na mídia foi o jornalista Darly Santos, casado com Maria Luiza Coutinho. Ex-craque de futebol, mantinha, em A Gazeta, uma coluna sobre esportes, com o pseudônimo de Mickey e usava esse espaço para apoiar a arte, a ecologia e a cultura local. A confecção de redes para pesca e rendas de bilro eram artesanatos largamente difundidos em passado recente.

Os surfistas foram o primeiro grupo de pessoas não nativas a desbravar a Barra do Jucu a partir da década de 1970. Entre os pioneiros do surf na Barra do Jucu podemos citar: Arthur Filho (Taru), Helinho Vianna, Sérgio Rossi, Sérgio Velloso, Andersen Fidalgo (que dá nome hoje à antiga Avenida Beira-Mar, na Praia do Barrão, nome dado pelos surfistas), Nelson Abelha, Renatinho e Carlinhos Shalders, Renato e Sérgio Larica, Orlando Ferrari, Gil e Memeco Bernardes, Ricardo Chamon, Valtinho Balunga, Zé Inácio, Gui Aguiar, Arthur Quiapani, Bolão, Dida, Leko, Lelê, Riquinho Valadares, Hudson, Arthur Cupertino, Zé Nogueira, Luciano Struzenecker, Marcos Bobo, Paulo Sérgio, Preju, Biam e Saulo Fidalgo, Dudu Melão, Alexandre Coelho, Claudio Tripa, Obede, Guto Bazoni, Jiló, Fortunato, Cicabala, Marcelo Márcio, Marcelo Frigini, entre outros.

A atuação dos surfistas sobre as ondas serviu para diluir o medo dos nativos e turistas com relação ao mar considerado bravio, que pouco frequentavam a Praia do Barrão, principalmente no inverno, quando tem o vento sul mais predominante. O terreno aqui na Barra era muito mais barato que na Ponta da Fruta, pois não consideravam a praia na Barra tranquila, mas sim, muito perigosa para as famílias.

Outro evento, mais de caráter cultural, a destacar durante as transformações é a criação do Centro de Artes da Barra do Jucu. Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas lembra deste fato:

A Barra do Jucu inaugurou, em 1974, a primeira galeria de arte do Estado, a mostrar regularmente obras de artistas capixabas: o Centro de Artes da Barra de Jucu. Criado pelo artesão Silvio Baiano, em imóvel do carioca Jorge Paranhos, com apoio dos jornalistas Darly Santos e Carlos Chenier. Participaram das primeiras exposições: De Paiva, Kleber Galvêas, Dan Mendonça, Heidi Liebermann, Vicentini... (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

Ainda dentro do aspecto cultural na Barra, vale mencionar a tradicionalidade da Banda de Congo da Barra do Jucu, organizada a partir de 1972, que foi a primeira a se projetar na mídia, liderando o resgate dessa manifestação tradicional do Espírito Santo. Em função disso, foi aqui na Barra, que nasceu, assim, a primeira banda de congo mirim do Estado, em 1988, com o intuito de preservar a nossa cultura popular, da qual eu participei. Graças a este movimento cultural, foi aqui que surgiu a Banda Casaca, com alguns ex-integrantes dessa banda mirim de congo, que é (ainda hoje) uma das primeiras bandas pop capixabas a se constituir como um fenômeno musical de grande repercussão, misturando os ritmos do congo, rock e reggae.

4.3 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO BAIXO RIO JUCU

Muitas mudanças ocorreram, principalmente, a partir dos anos 1970 em diante, ou seja, com o desenvolvimentismo capitalista chegando à Grande Vitória através dos grandes projetos extrativistas-industriais. São estas transformações que serão abordadas nos próximos itens com maior destaque.

4.3.1 O Rio Jucu hoje

Segundo Kleber Galvêas, Regina Ruschi e César Guedes, em roda de conversa de 2023, o primeiro grande choque sofrido pelo ecossistema barrense foi a construção da primeira barragem para captação de água no canal do Rio Marinho, na década de 1950. Apesar desta barragem, o transporte pelo rio ainda continuou, embora prejudicado pela represa que obrigava os canoeiros a dar uma grande volta por terra carregando mercadorias e canoas até retornar ao Rio. Em finais da década de 1960, a CESAN resolveu fazer uma segunda barragem, figura 44. Esta, sim, foi o que tornou impraticável essa atividade ancestral, ofício tradicional que era um dos polos da identidade territorial do Baixo Rio Jucu junto com a pesca e a grande Fazenda de Araçatiba. Esta transformação coincide com o surgimento das primeiras estradas com boa infraestrutura no território, como as BR-101 (paralela ao litoral, correndo de norte a sul) e a BR-262 (que faz a ligação com Minas Gerais, direção leste-oeste do Estado).

Figura 44- Represa do Rio Jucu, construída pela CESAN, em 1968.



Fonte: Fotógrafo Carlos Alberto Silva, 24 de outubro de 2018, [A Gazeta](#) (acesso 09 de junho de 2024).

Lesados em seu ganha-pão e em seu ofício ancestral, esses canoeiros nunca foram indenizados pelo governo estadual. Segundo os recordadores das rodas de conversa Kleber Galvêas, Regina Ruschi e César Guedes, em 2023. A CESAN fez um acordo entre os canoeiros e o então Prefeito de Vila Velha na época, Sr. Américo Bernardes, para que eles fossem trabalhar na Prefeitura como garis, jardineiros ou vigilantes. Por exemplo, o Seu Alcides Gomes da Silva se tornou jardineiro das praças de Vila Velha. Como canoeiros eles tinham, até então, uma profissão regulamentada e documentada pela Capitania dos Portos, como Seu Zé Silva comprovou com a sua carteira de navegação carimbada anualmente (como visto na fig. 37).

Que final triste teve esse ofício tradicional e fundamental para a identidade do território da Barra do Jucu: as pessoas viviam todas próximas umas das outras e em contato direto com a natureza! É isso que deixa transparecer o testemunho muito comum na comunidade: “Hoje você vai varrer tal rua, amanhã é aquela outra”. O que mudou foi que cada um ia para um lugar diferente conforme as escalas de trabalho. Indo para Vila Velha às 6:00 da manhã e voltando de caçamba às 6:00 da noite, estes antigos canoeiros foram perdendo o contato (a conectividade) com a comunidade e

com as suas referências culturais. A comunidade também perdeu. Os laços comunitários, a sociabilidade, as tradições orais vão se esgarçando e se enfraquecendo, fragilizando a resiliência comunitária local. Isso foi (e é) um elemento do processo de construção social de vulnerabilidades, expondo a comunidade a risco com a perda das suas referências culturais e ambientais.

Em roda de conversa de 2023, Regina Ruschi evoca as memórias abaixo sobre os impactos do fim da navegação pelo Rio Jucu e da crise da pesca no território, para a questão da perda da identidade local:

[...] uma coisa muito perversa que é a questão da perda da identidade deles por conta, quando acabaram os canoeiros do Rio Jucu, homens que sabiam fazer canoas, entendiam de maré, entendiam de se guiar por astros, porque eles tinham que ir à noite para chegar de manhã em algum lugar ou para voltar de manhã. Eles entendiam de tudo dentro do ofício deles. De repente, né? Construíram a barragem lá em cima, acabou a história de canoeiro. Simplesmente acabou, porque não passa mais canoa daqui para o centro de Vitória, as canoas subiam o Rio aqui, a seguir pelo rio Marinho para o centro de Vitória. Acabou. Então os caras ficaram assim. Aí a mesma coisa, os pescadores, o esgoto no Rio, acabou com a pesca aqui, não só o esgoto no Rio, esgoto na Baía de Vitória inteira que a gente sofre com isso. Acabou com a pesca deles. Os pescadores se guiavam por pontos cardeais ou enxergavam pontos geográficos, enxergavam morro tal o morro tal, então ele sabia que ele estava não sei onde. Eles sabiam onde era o pesqueiro, porque ali tinha produção de não sei quê, que era alimentação da espécie de peixe tal de não sei que, eles entendiam tudo de peixe. Eles faziam suas embarcações, eles faziam as redes, eles faziam[...] Eles tinham uma identidade muito forte, porque eles dominavam ofícios e eram respeitadíssimos na comunidade por serem Mestres naquela área. Quando veio esse processo que destruiu essa questão, né? De trabalho deles, eles são muito arraigados a isso, porque eles eram valorizados. Então muitos[...] A Prefeitura na época contratou um monte, né? Um monte para emprego, de coveiro, jardineiro, lixeiro, vigilante. A Prefeitura, para tentar minimizar, principalmente a história da barragem, contratou um monte dos barqueiros e outros pescadores. Com isso, né? Contratou assim, uma mão-de-obra não qualificada, muito menos que aproveitasse o orgulho, os conhecimentos deles. E outros insistem em ficar na pesca até hoje, só que a pesca é mal, mal, mal, na sobrevivência, então eles passam por perrengue o tempo inteiro, né? [...] Então eles são muito ressentidos com esse processo. Poucos se adequam a trabalhar na construção civil, que seria o que sobraria para eles já que eles não têm uma mão de obra qualificada. Poucos se adequam, eles não aceitam porque isso mexe com o orgulho, com a identidade deles. [...] Como é que foi a história da barragem? A barragem fizeram e trouxeram um prejuízo enorme para as questões culturais, e local, né? Para o modo de viver da localidade. Olha o papel do político, pega dá emprego para aquelezinhos ali, mas tem toda uma família e tem todas as gerações futuras que vão sofrer com aquilo e nisso. Tantas vezes na vida que eles são muito ressabiados, eles são muito resistentes ao que vem de fora (Regina Ruschi em roda de conversa em 2023).

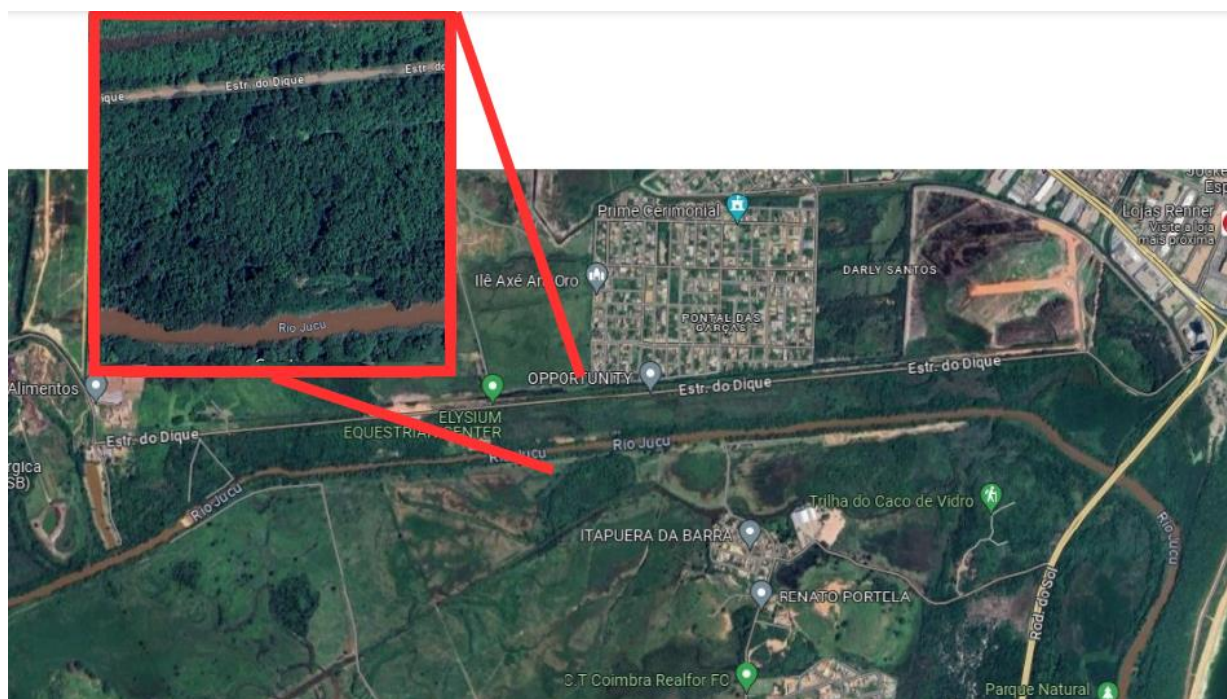
Essas comunidades ribeirinhas tinham um saber local de seu território pela prática, pela observação e pela relação com o seu entorno. Elas sentiam, no tempo, que o processo de degradação do Rio estava se acelerando: o nível das águas baixando, tanto por causa da captação de água, cada vez maior, feita pela CESAN, para abastecer a Grande Vitória, como também por causa do assoreamento, causado pelo desmatamento das matas ciliares e das nascentes. A chuva, quando vinha, jogava a areia das margens desprotegidas para dentro do leito do Rio. Sem as matas das nascentes para reter umidade e os charcos que foram drenados por canais artificiais, a água descia de uma vez, com maior velocidade, para o Rio, na época das chuvas. Depois, ocorria uma seca além do normal, prejudicando o abastecimento da população. Como reflexo do desmatamento acelerado e do assoreamento, já citados, ocorreram algumas grandes enchentes em Vila Velha, em 1960, 1979, 2003 e 2013, que alagaram boa parte de todo o Município.

Segundo João Gervásio, Kleber Galvêas, César Guedes e Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023, foi feita então uma dragagem de aprofundamento e uma retificação do leito do rio, por uns 5 km, desde as proximidades da foz até a altura de Jaguaruçu, eliminando os meandros e sinuosidades do Rio nesse trecho. Assim, o Rio deixava de dar voltas e passava a correr mais rápido e em linha reta, diminuindo seu volume de água nessa área, o que causou grande impacto ambiental. Também nesse momento o Rio Formate, importante afluente do Jucu, foi desviado para desaguar no rio Marinho e não mais no Jucu. Vários canais de drenagem foram feitos para escoar em direção ao Jucu a água das chuvas na cidade, brejos e alagados na zona rural. Além disso, no começo da década de 1960 foi concluído o dique Guaranhuns ou Estrada de Caçaroca, para proteger a cidade de Vila Velha das inundações provocadas pelo extravasamento do Rio Jucu.

Conforme nos informa Deina (2013) foi concluído, em 1960, o dique Guaranhuns ou do Jucu, ou seja, logo após a grande enchente deste ano, que deixou grande parte de Vila Velha debaixo d'água. Na verdade, como o dique já estava em obras antes das chuvas deste ano, ele foi parcialmente destruído durante a chuva extrema. Assim, o dique teve sua cota elevada. Esse dique possui extensão aproximada de 3900m paralelo à margem esquerda do Jucu, vai da Rodovia do Sol (ES-060) até a Estação de Tratamento de Água da CESAN em Caçaroca. O dique foi construído para barrar a água que transbordasse do Rio Jucu e impedir que ela escoasse em direção à porção mais urbanizada de Vila Velha. O dique até hoje

resolve, em parte, o problema das inundações em Vila Velha, mas requer monitoramento constante e manutenção regular. Ele não eliminou totalmente a preocupação dos moradores, que agora temem o possível transbordamento ou o rompimento do dique, o que seria algo muito ruim para a cidade, figura 45.

Figura 45- Vista aérea do Dique de Guaranhuns (do Rio Jucu) destacando o Rio Jucu e o Dique.



Fonte: [Google Maps](#) (acesso 09 de junho de 2024).

Deina (2013) nos fala sobre a precariedade desse dique de proteção de Vila Velha:

Esta preocupação fundamenta-se na situação delicada do dique na atualidade. O desgaste causado pelo peso dos carros, ônibus e caminhões que transitam sobre a estrada do dique, contribui para diminuição da altura e a deterioração da barreira, causando riscos de transbordamentos durante os períodos chuvosos, como ocorreu em 02 de novembro de 2009, onde a vazão máxima do dia anterior atingiu o valor de 187,87 m³/S, alcançando o nível máximo de segurança do dique, de 3,1 metros (DEINA, 2013, p. 151).

Conforme Deina (2013), medidas estruturais como a retificação do canal principal do Rio e a construção de vários canais de drenagem para o escoamento das águas pluviais urbanas mais rapidamente, acabam por aumentar a quantidade de água que chega ao mesmo tempo, no sistema de drenagem, no Rio Jucu, produzindo inundações mais frequentes do que antes, quando a superfície era permeável e o

escoamento se dava de forma natural. “Com a retificação do Jucu em um dos trechos mais urbanizados da bacia e a construção de vários canais de drenagem, os eventos de inundação natural do Jucu são ampliados” (DEINA, 2013, p. 151). Conforme ocorrem chuvas extremas, a capacidade de retenção de água pelo canal principal do Jucu é excedida com maior rapidez.

Conforme roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas e Maria Luiza Valadares recordam que foi nesse tempo que o Seu Alcides Gomes da Silva, um pioneiro do congo na Barra do Jucu, mudou-se para esse lugar, em 1968. Como diz Maria Luiza Valadares, em 2023, “os mais espertos começavam a requerer as terras em juízo”. Com o esvaziamento político da região ribeirinha, segundo Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001, ocorreu também o êxodo rural na região, das mais variadas formas. Várias famílias se encaminharam para a Barra do Jucu. No caso do Seu Alcides Gomes da Silva, já com mais de 70 anos, o Prefeito Américo Bernardes, deu-lhe um emprego como jardineiro em Vila Velha. Ele ia todo dia, a pé de Jaguaruçu, para Barra do Jucu, andando 7 km, e pegava ali a caçamba da Prefeitura para Vila Velha, pois não havia nenhum jardim para ele cuidar na Barra.

Depois disso, o Prefeito acima, entrando em acordo com os moradores e registrando em cartório, as terras dos sítios familiares de terceiros em seu nome, começou a adquirir as terras de Jaguaruçu - inclusive o sítio de Seu Alcides Gomes da Silva. O ex-político arrumou a documentação, pagou o Seu Alcides Gomes da Silva e doou um lote, dentro de um brejo, na Barra Jucu, que era, então, da Prefeitura para ele fazer a sua casa. Isso permitiu que, em 1968 o filho do Seu Alcides, Zé Silva, permanecesse lá em Jaguaruçu por mais uns três anos. Todos ficaram satisfeitos com o acordo, Seu Alcides Gomes da Silva idolatrou Américo Bernardes, de quem foi grande cabo eleitoral até a morte. Essa forma de grilagem de terras ocorreu com muito mais gente de Jaguaruçu e de outras comunidades ribeirinhas. Na mesma ocasião de 2001, Zé Silva relata que de nove famílias habitando em Jaguaruçu todas abandonaram esta localidade dentro deste processo de grilagem e de êxodo rural. Vários destes moradores se instalaram na Barra. Hoje existem, na região de Jaguaruçu, duas grandes fazendas, uma das quais pertence aos descendentes de Américo Bernardes.

Em entrevista de 2001, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton nos informam que a pressão do desenvolvimentismo industrial nos anos 1970 após a erradicação do café e a troca da fonte de energia, lenha/carvão por gás e energia elétrica, também

foram grandes esvaziadoras dessas áreas vizinhas à Barra do Jucu, expulsando essas pessoas que passam a não ter mais perspectiva de vida neste território, para as favelas do cinturão de pobreza urbano de Vitória, Vila Velha e Cariacica principalmente. Esse processo de vulnerabilização territorial pode ser identificado em todas as comunidades ribeirinhas que faziam o comércio em canoas, meio de transporte e de escoamento, através do Rio Jucu e canal do rio Marinho com Vitória.

Porto movimentado e com população em contínuo crescimento até a década de 1960, Itapuera sofreu um esvaziamento populacional sem precedentes logo após o final das atividades dos canoeiros. Hoje, só existem umas poucas casas da população original no lugar. Nem as ruínas das casas antigas se veem mais, pois eram de estuque e precisavam de reforma periódica, figura 46. Contudo, hoje, o loteamento moderno, chamado "Itapuera da Barra", está crescendo neste local. Com certeza, a maioria destes novos moradores não conhece a rica história deste local. Também cresce ali perto um condomínio de luxo da construtora Galwan, o "Riviera Park". Este último assim como outros são vizinhos do Parque Natural Municipal de Jacaranema - o que parece ter ocorrido foi a flexibilização da sua área de amortecimento.

Canoeiro durante 15 anos, até o final dessa atividade no Rio, Seu Zé Silva (Em entrevista de 2001) relata que a navegação no Rio terminou em 1968 quando o DNOS dragou o Jucu e que as barragens foram construídas para as estações de tratamento de água pela CESAN, primeiro em Cobi-de-baixo e, depois, em Caçaroca. Evocando as suas memórias nos diz: "Aqueles barragens represaram o Rio e não dava para a gente passar. Acabou que todos ficaram sem emprego. Papai veio para Barra em 1968, eu em 1971, todo mundo foi saindo. Saiu todo mundo"(Zé Silva, em entrevista de 2001).

Figura 46- Casa de Estuque coberta por sapê



Fonte: Fotografia Idalina Masson, tirada em 11 de fevereiro de 2007, [Flickr](#) (acesso em 09 de junho de 2024).

Como se já não fosse muito, no início dos anos 1980, as autoridades públicas tomaram duas decisões que prejudicaram ainda mais o ecossistema local e fragilizaram a vivência comunitária no território, ratificando o processo de construção socioambiental de vulnerabilidades, expondo a comunidade a riscos cada vez maiores:

- (1) O Prefeito Vasco Alves, que foi tão importante para a valorização do congo, em seu primeiro mandato, pegou uma área distante 1,5 Km da Barra do Jucu, a oeste dessa comunidade, e implantou ali o lixão Municipal. Este, muito mal gerido, espalhava poluição, gases tóxicos e contaminação para todos os lados, proliferando moscas, ratos e mosquitos no território. As queimadas noturnas do lixo começaram a liberar gases tóxicos que incomodavam muito aos moradores, com o agravante de se localizar próximo ao Rio Jucu e a lagoa de Jabaeté, um marco paisagístico do Município de Vila Velha.
- (2) Já o governador Gerson Camata, mandou abrir uma vala, que estava entulhada, do Rio Jucu ao bairro Araçás, para drenar os brejos da região. O DNOS executou a obra que se comunicava com o Canal da Costa e cortava vários bairros de Vila Velha e vinha desaguar no Jucu

embaixo da ponte da Rodovia do Sol (o nome oficial desta ponte é Waldir Zanotti). É o canal Garanhuns ou de Araçás. Com o tempo, essa vala passou a receber clandestinamente, mas com a conivência dos órgãos públicos, os esgotos de toda essa região de Vila Velha. Então, mais uma vez o velho Jucu sofreu com esse alto grau de poluição, despejado em seu leito, esgoto doméstico e Industrial, que certamente vem causando um grande impacto no ecossistema local, na vida dos animais do território, atingindo o manguezal e o mar, canal do Araçás na figura 47.

Figura 47- a-Derrame de esgoto industrial em direção ao Rio Jucu, b-Canal do Araçás (esgoto), cheio de lixo



Fonte: Foto de Miquelina Deina, p.146.

Em roda de conversa de 2023, César Guedes nos relata sobre os efeitos da poluição do Rio Jucu sobre o território de pesca local:

[...] Ué! Poluição. Poluição. É quando eu mudei para cá, era muito comum eu ir ali na ponte e vinham aqueles cardumes de tainha pulando assim, aquele espetáculo. [...] Quando houve a invasão. Onde é formado Terra Vermelha e outros bairros aqui laterais e eles começaram a poluir o Rio e esses peixes, na verdade, vem se alimentar desses rios onde que tem alguns dejetos naturais para eles comer é nos rios limpos que chegava essas comidas para eles, que mantinha vida lá no Rio, lá no Rio Jucu. E não tendo mais, existe uma escassez de peixe na região. [...] Era uma comunidade pesqueira e hoje não é mais (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Maria Luiza Valadares diz que, antigamente, o pessoal tinha fossa em casa de cimento. De vez em quando, se limpava a mesma. Também no quintal de várias casas, como havia o manguezal do Jucu, as famílias

construíam uma barraquinha de madeira, chamada de quartinho, para as necessidades fisiológicas.

Conforme roda de conversa de 2023, Petrus Lopes evoca memórias sobre o Rio Jucu de sua juventude,

[...] cor da água, o cheiro da água. Quantidade de lixo. É, a gente não sentia medo de ir na água como é hoje? A gente brincava no rio ainda e era possível, né? Vamos dizer assim, né? De repente, passou a não ser mais. Nem passou uns 15 anos depois o rio já fica podre. O rio era limpo, eu ia lá voltava com um peixe, lavava a roupa, bebia água. A gente tinha uma infância dentro do rio. A gente tinha vários tipos de brincadeira no rio. Com 17 anos, aí a gente começou a ver o rio, na maré seca, por exemplo, a gente já ficava, não vou entrar agora na água não, né? Quando a gente estava surfando lá na foz do rio, a maré secava, a gente saía da água porque a água mudava (roda de conversa com Petrus Lopes, em 2023).

De local limpo adequado para o lazer, o rio passa a ser “podre”. Algumas pessoas que insistiam em brincar no Rio pegaram infecções estomacais e intestinais. Em alguns casos, até contraíram hepatite por ingerir essa água contaminada, mesmo sem querer.

Em roda de conversa de 2023, no relato de Nelson Abelha observa-se uma associação entre o Rio e a aproximação do crescimento urbano da cidade de Vila Velha ao território do Baixo Jucu, este é mais um elemento no processo de construção socioambiental de vulnerabilidades, que expõe a comunidade a riscos, agora em escala muito maior, grande parte do Município:

Eu acho uma coisa muito ridícula, muito desrespeitosa deixar criar um bairro do lado do rio, onde sabe que o rio a qualquer momento pode encher, ele vai fazer o mesmo, ele vai procurar um lugar para ir e se ele não tem lugar para ir vai atingir essas pessoas. Nós somos ameaçados de morte várias vezes por causa de Jacaranema. O Estado era para comprar essa briga e o Estado se torna omissor. Eu vou te falar, essas barragens vão prejudicar cada vez mais tá. Eles não estão pensando nas consequências que vão vir. Essas barragens são lá para cima, Domingos Martins. Como se fosse uma coleta de reserva de água, a outra parte, de lá pra cá o rio vai começar a fechar também. Outras partes do rio vão perder a força e começar a fechar (roda de conversa com Nelson Abelha, em 2023).

Em 2016, no auge da grande seca que assolou o Espírito Santo, a CESAN e o governo do Estado começaram a divulgar o plano de fazer uma nova represa na parte serrana da Bacia do Rio Jucu, para criar um reservatório de água para períodos de seca prolongada como foi o caso. Isso vai prejudicar ainda mais a vazão do Rio,

agravando o processo de degradação, vulnerabilizando o território desta bacia como um todo e isso por múltiplos fatores.

Ainda nesta mesma roda de conversa de 2023, Nelson Abelha menciona que hoje o Jucu não é um Rio saudável para você pescar, para você tomar banho, corroborando, assim, o testemunho de Petrus Lopes. O Rio começou a sofrer muito com essas intervenções. A população do entorno do Rio foi crescendo e lançando o esgoto nele. Então o Rio começou a receber essa carga de esgoto, dessas comunidades próximas a ele.

Um novo exemplo de fator interveniente relacionado à modernidade transgressora da dinâmica da bacia foi a introdução de espécies exóticas, além da poluição, comprometendo o ciclo natural da cadeia alimentar. O Rio começou a sofrer uma transformação muito grande. Se de um lado, várias espécies de peixes não conseguiam mais sobreviver, porque hoje no Rio você tem água, óleo, detergente, combustível. Além dos dejetos de vários bairros de Vila Velha, como visto vale mencionar os agrotóxicos interferindo na mudança da cadeia de peixes e plantas do Rio. Em outras palavras, a dinâmica natural do rio, sua cadeia foi quebrada porque muitos peixes não resistiram à poluição, acarretando no desaparecimento do junco. Em 2000, começou a criação de bagre africano às margens do Jucu. Assim, quando o Rio enche, ele vai até os tanques de “... traz esses peixes de criação para dentro do seu leito” (Nelson Abelha, 2023). Lembrando que o bagre africano é uma espécie exótica, invasora, e carnívora, isto é, predadora das espécies nativas do Rio, um exemplar de bagre africano na figura 48.

Sobre as áreas de brejo e de amortecimento das cheias do Rio Jucu, César Guedes (em roda de 2023) nos relata:

O nosso terreno é chamado de pituim ou turfa, que é o amortecimento normal de chuvas e enchentes do Rio Jucu. Todas essas construções, de qualquer maneira, bloquearam essa infiltração de água. O processo de urbanização que não contempla o fenômeno natural, uma situação de amortecimento de rio vai dar nisso, o que acontece com o Tietê e outros rios urbanos, enchentes. As formações de junco eram naturais no Rio Jucu (roda de conversa com César Guedes, em 2023).

Figura 48- Bagre Africano- *Clarias gariepinus*



Fonte: [Blog pesca gerais](#) (acesso 09 de junho de 2024)

De acordo com Deina e Coelho (2017), descrevendo o Baixo Rio Jucu, reforçam os processos de vulnerabilização evocados pelos recordadores acima:

O baixo curso do rio Jucu abrange parte dos Municípios de Viana e Vila Velha e sua extensão territorial é de 271,2 Km², o que representa 13,1% da área total da bacia. O baixo curso é o trecho que mais sofre com a degradação socioambiental, tendo em vista que além deste trecho ser o mais urbanizado, recebe ainda a influência de todas as alterações a montante. O Município de Vila Velha, também, é um dos que mais sofre com os eventos de chuvas extremas, pois está praticamente todo assentado em planícies fluviais e litorâneas, sujeitas naturalmente as inundações e com vários trechos abaixo do nível do mar totalmente urbanizados. (DEINA e COELHO, 2017, p. 152)

Estes autores afirmam, ainda, que, no caso do Baixo Jucu, o avanço do processo de urbanização do território de Vila Velha, provocado por diversas ações econômicas e reforçado por políticas públicas, tem relação direta com a “acumulação capitalista”, motor do desenvolvimentismo.

Verifica-se que o avanço da urbanização e das atividades econômicas no baixo Jucu, segue os moldes da acumulação capitalista, no qual são beneficiados apenas o grande capital, os grandes empresários, a especulação imobiliária, em detrimento do bem-estar social e da preservação da natureza. Tal fato levou o baixo Jucu a sérios problemas socioambientais, especialmente com os constantes alagamentos que afetam desde as áreas densamente povoadas, àquelas em processo crescente de urbanização. A urbanização avança para áreas cada vez mais próximas às margens do Rio Jucu, como é o caso do bairro Pontal das Garças em Vila Velha, um dos que mais sofre com alagamentos, pois situa-se numa região naturalmente sujeita a inundações, cujas intervenções humanas agravam a situação. Este cenário do baixo Jucu mostra que não é apenas a natureza que sofre os impactos dessas intervenções, a população que habita essas áreas, especialmente aquelas com menor poder aquisitivo, sentem frequentemente os prejuízos desta situação (DEINA e COELHO, 2017, p.154-155)

Com a destruição das matas ciliares, principalmente, nas nascentes, e as drenagens, vão se tornando maiores e cada vez mais visíveis os bancos de areia no leito desse Rio. Hoje, a foz vem sendo bloqueada várias vezes por conta da baixa vazão nos períodos de seca, principalmente, associados à crescente captação de água pela CESAN para abastecer a Região Metropolitana em função do forte crescimento populacional e industrial. Observa-se, por conseguinte, que a demanda por água aumenta apesar da fonte desta água continuar a ser a mesma. Em outras palavras, a lógica do desenvolvimentismo não respeita a dinâmica ecossistêmica territorial, além de agravar a qualidade do recurso natural.

As transformações e vulnerabilizações territoriais na Barra do Jucu, ainda hoje, na década de 2020, se aprofundam, e algumas novas problemáticas surgem, principalmente, nos últimos 20 anos, tais como: a obstrução da foz do Rio Jucu que tem ocorrido várias vezes, inclusive precisando da atuação da população local e da PMVV para abrir esta foz (G1-ES, 05/01/2016, 18/05/16, 28/08/16 e 26/10/16)⁴¹, podendo estar relacionada à diminuição da vazão do Rio Jucu (COELHO, DEINA, 2017); a mortandade de peixes, principalmente, entre os anos de 2015 e 2017⁴²; a diminuição na quantidade de pescado na Barra do Jucu nos últimos anos, o que é relatado pelos pescadores do bairro; a poluição relacionada ao aumento no derrame de esgoto no Rio Jucu em função da ocupação urbana (Galvêas, 2006); a degradação acelerada das áreas de restinga; a exploração das zonas de areais restantes; o crescimento acelerado e desordenado da 5ª Região Administrativa de Vila Velha, aceleram um processo complexo de degradação socioambiental e cultural do

⁴¹ Só em 2016 a foz do Rio Jucu ficou obstruída 8 vezes, sendo que na última vez no dia 26/10, por falta de oxigenação na água, morreram cerca de 10 toneladas de peixes. Gorriti, E.. Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Notícia do G1-ES. Foz do Rio Jucu, em Vila Velha, ES, é reaberta pela 4ª vez este ano. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 18, maio de 2016. Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/05/foz-do-rio-jucu-em-vila-velha-es-e-reaberta-pela-4-vez-este-ano.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Foz do Rio Jucu é reaberta pela 7ª vez em Vila Velha, ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 28, ago. de 2016, Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/08/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-pela-7-vez-em-vila-velha-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023. Braga, T.; Arpini, N.. Moradores abrem a foz do Rio Jucu por medo de novas inundações. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 05, jan. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/moradores-abrem-foz-do-rio-jucu-por-medo-de-novas-inundacoes.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

⁴² G1-ES, 26/10/2016-Notícia a morte de 10 toneladas de peixes na foz do rio Jucu. Gorriti, E.. Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. G1-ES, TV Gazeta, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

território, agravando a exposição da população local a riscos de perda das suas referências culturais e ambientais.

A obstrução da foz do Rio aconteceu oito vezes apenas no ano de 2016, no auge da grande seca que se abateu sobre o Espírito Santo, entre 2014 e 2016. Por causa da baixa vazão do Rio, ampliada pela crescente necessidade de captação de água para abastecer a Grande Vitória. Como chegava pouca água na foz, a areia ia se acumulando. E a cada vez que a população abria a foz a pá e enxada, ou a Prefeitura abria com máquinas, o processo se repetia, a foz sendo aberta pela PMVV na figura 49.

Figura 49- Foz do Rio Jucu obstruída por areia, trator abrindo a foz



Fonte: PMVV, 14 de setembro de 2017, [ES Hoje](#), (acesso 09 de junho de 2024)

Quando demorava para abrir a foz, a água ia acumulando e invadindo as ruas da comunidade, e como não havia a troca com o mar, a água que chegava, vinha em grande parte, sobrecarregada de esgoto, que ficava concentrado no estuário, provocando, por três vezes, grande mortandade de peixes, mortandade de peixes na figura 50. A situação só se resolvia, quando a foz era reaberta. Morreram muitas toneladas de peixes, como consequência, a diminuição do pescado, reclamada pelos pescadores em rodas de conversa e conversas informais, reforçando as vulnerabilidades do território.

Figura 50- Morte de 10 toneladas de peixe na foz do Rio Jucu, por conta da obstrução da foz do Rio e a concentração de grande quantidade de esgoto no estuário do Rio



Fonte: Foto Reprodução/ TV Gazeta, site de notícias [G1.Globo](https://g1.globo.com), 26/10/2016 (acesso, 09 de junho de 2024).

Além do derrame do esgoto do canal do Araçás, temos também, o rio Piauí ou do Congo, que com o surgimento e crescimento acelerado da Grande Terra Vermelha, a partir de 1989, vem recebendo todo o esgoto desses bairros, e vai desaguar exatamente no estuário do Jucu, muito próximo a sua foz, com grande quantidade de poluentes, degradando fortemente essa porção do Rio, o rio do Congo na figura 51.

Figura 51- Canal do Congo ou rio Piauí nas proximidades do estuário do Jucu



Fonte: [Google Maps](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

Outra área que sofreu degradação com o crescimento da Grande Vitória foi a da Lagoa de Jabaeté, até então riquíssima em espécies naturais. Passou por sérias transformações. A Boca do Mato, grande floresta ao seu redor, foi destruída em sua maior parte para virar pastagens e bairros do bolsão de pobreza da Grande Terra Vermelha. Nessa mata era onde a banda de congo, todo ano, ia tirar o mastro de São Benedito, onde se achavam os cipós e bambus para fazer os juquiás e paus para fazer as casas de estuque. Com o desmatamento, o volume de água da lagoa diminuiu muito. As Ilhas flutuantes, curiosidades do lugar, se fixaram nas margens. Em meados da década de 1990, uma nova ocupação de terrenos na área próxima à lagoa (Morada da Barra), devastou grandes brejos e encostas de morros ao redor. As pessoas que ali residem, estão sujeitas, na época de cheias, a grandes inundações, pelos aterros precários que fizeram, pois o Rio Jucu se comunica com a lagoa através de um canal de drenagem, que em vez de drenar a lagoa traz água do Rio para ela, a lagoa de Jabaeté na figura 52.

Figura 52- Lagoa de Jabaeté



Fonte: Site Prefeitura de Vila Velha, 20 de novembro de 2013 (acesso, 09 de junho de 2024)

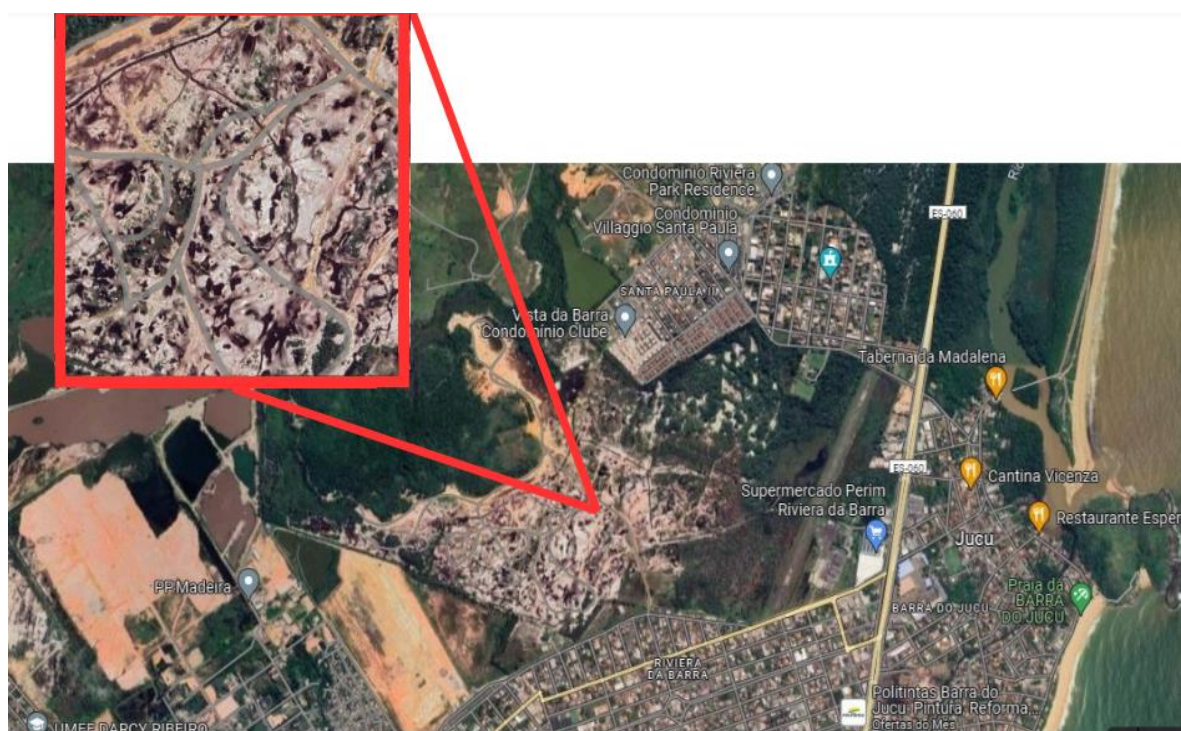
4.3.2 Os areais

O biólogo Paulo César Vinha, um ambientalista conhecido regionalmente, morador ilustre da Barra do Jucu, e um dos líderes dos protestos contra a exploração predatória dos areais de Vila Velha, foi assassinado na Praia D'ulê, por areeiros (sinônimo nesse texto de bandidos), durante uma campanha pública para disciplinar essa atividade (Paulo César Vinha seria, nessa época, gestor do Parque da Mantegueira). Hoje, como forma de homenageá-lo, empresta seu nome à Reserva Ecológica Estadual de Setiba, em Guarapari, e a uma escola municipal de Vila Velha.

O objetivo central deste texto é problematizar a exploração de areia na Região Administrativa R.A 5 no contexto da expansão imobiliária em Vila Velha desde o final da década de 1980 até os dias atuais. Esta exploração também vai, em alguns locais, comprometendo o fluxo subterrâneo de água por conta das lagoas artificiais criadas neste processo. Este fluxo alimenta a Bacia do Baixo Rio Jucu em pontos diferentes. Vale sublinhar que esta exploração de areia, por conta das lagoas artificiais, expõe o lençol freático, facilitando a contaminação do mesmo e, por conseguinte, da água do Rio. Isso sem falar que estas lagoas criam grandes viveiros

de mosquitos. A água represada nestes buracos enormes causados pela exploração de areia. É fácil observar também a devastação de enormes áreas de mata de restinga. Esta mata se encontra em seus últimos estágios de degradação, a degradação na figura 53. Em paralelo, traremos as percepções da população local contra essa severa degradação ambiental, através de seus protestos e *resistências*, bem como de reações de setores da administração municipal a esse processo de construção social de vulnerabilidades, expondo a comunidade a riscos como a perda das suas referências e identidades culturais e ambientais.

Figura 53- Areais da Região Administrativa 5 de Vila Velha. Destaque a extração de areia na área do Exército na Barra do Jucu



Fonte: [Google Maps](https://www.google.com/maps) (acesso 09 de junho de 2024)

A especulação imobiliária incrementa o setor da construção civil na região litorânea norte do Município de Vila Velha, principalmente, nos bairros de Praia da Costa, Praia de Itapuã e, mais recentemente, na Praia de Itaparica, a ocupação da orla norte de Vila Velha na figura 54.

Figura 54- Prédios do litoral norte de Vila Velha



Fonte: Site de [viagens](https://viagens.viagensecaminhos.com) (acesso 09 de junho de 2024)

A partir da década de 1950, começa, na região oeste da Barra do Jucu, a extração de areia branca, matéria-prima fundamental para a construção civil. Isto era feito, segundo informação colhida junto aos informantes/recordadores, Dona Maria Silva e Seu Zé Silva, em roda de conversa de 2001, onde eram as “*matas de areia*”⁴³, hoje chamadas de matas de restinga ou de clúsias⁴⁴. Estas matas têm um solo muito pobre, onde a vegetação prospera por causa da matéria orgânica acumulada na camada superficial do solo pela decomposição das folhas das clúsias, que são as plantas pioneiras localmente. A atividade areeira inviabiliza, portanto, a recuperação espontânea da mata, pois a alteração é extremamente radical, retirando sementes, batatas, raízes e toda a camada de matéria orgânica do solo, fundamental para a sobrevivência das plantas, causando assim, uma grande degradação ambiental. Além disso, a restinga é um ecossistema classificado como Área de Preservação Permanente (APP) pelo Código Florestal brasileiro desde o ano de 1965 (ANO -> <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>). Mesmo atualizado em 2012, o código atual

⁴³ Todas as expressões populares locais estarão destacadas em *Itálico* no texto.

⁴⁴ As clúsias têm o nome científico de *Clusia fluminensis*, fazendo parte da família *clusiaceae*, o que lhes confere um formato de arbusto, apresentando uma folhagem bastante ornamental, rígida em forma de gota.

ainda prevê a preservação da restinga como APP (2012 -> https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm).

Conforme nos informa Deina (2013), sobre o neossolo quartzarênico, que é a areia branca extraída dos areais:

O Neossolo Quartzarênico possui considerável expressão na região do baixo curso do Jucu até o limite com o oceano, de extensão norte-sul. É essencialmente quartzoso, tendo nas frações areia grossa e areia fina 95% ou mais de quartzo, calcedônia e opala e, praticamente, ausência de minerais primários alteráveis. Possui baixa capacidade de retenção de nutrientes e de água e devido à baixa adesão e coesão apresenta elevada erodibilidade, sendo em geral muito profundo. Em função da textura grosseira, é bastante poroso e com elevada permeabilidade. Tal característica, juntamente com a baixa capacidade de adsorção, caracteriza-o como pouco adequado para receber efluentes que contenham produtos tóxicos devido à facilidade de contaminação dos aquíferos (DEINA, 2013, p. 87).

Nesses primeiros tempos, a destruição não foi tão impactante, pois a extração de areia ainda era mínima. Contudo, com o avanço da especulação imobiliária em novos bairros de Vila Velha e o crescimento desordenado da Grande Vitória, nas décadas de 1980 e 1990, além da negligência do poder público na fiscalização das atividades e práticas irregulares, enormes faixas de restinga desapareceram e com elas os areais, situados entre a Barra do Jucu e a Lagoa de Jabaeté⁴⁵. Esta destruição foi, particularmente, mais intensa, na Região Administrativa R.A 5 de Vila Velha, onde fica o conglomerado urbano subnormal da Grande Terra Vermelha, situado a oeste da Barra do Jucu. Esta é a região dos grandes areais.

A extração de areia já foi motivo de muitos conflitos na região e deixou marcas no espaço ao longo de sua história, identificados pela exposição ao risco do lençol freático à contaminação e degradação em vários trechos das planícies fluviais do Jucu. Essas enormes áreas foram e são exploradas sem nenhum respeito e observação à legislação brasileira da época (vide o Código Florestal) sem estudos de impacto ambiental ou plano de manejo sustentável, resultando, conseqüentemente, na destruição desenfreada e não racional deste ecossistema do bioma Mata Atlântica, onde poderia ter existido um sistema de exploração sustentável.

⁴⁵ Grande lagoa localizada a 5 km da Barra do Jucu, de grande beleza natural era cercada de matas exuberantes por todos os lados, que hoje viraram pastos para gado ou ocupação urbana desordenada de bairros da Grande Terra Vermelha. Local cercado por várias lendas intrigantes.

Hoje, esta região apresenta um estado de degradação bem avançado⁴⁶, com poucas áreas de restinga ainda preservadas. Raríssimas pesquisas foram realizadas - a restinga fora destruída sem sequer saber o que estava sendo eliminado. Sequer foi medida a quantidade de areia retirada deste local, para fazer concreto e reboco, usados na construção civil e industrial (GALVÊAS, 2006, p. 121).

Tal exploração chegou ao ponto que, em vários lugares, o que se vê são paisagens lunares, com crateras de mais de cinco metros de profundidade, onde não nasce mais nem capim por falta de matéria orgânica⁴⁷, e onde aflora o lençol freático⁴⁸, criando verdadeiros lagos artificiais, que viraram grandes criadouros de mosquitos, facilitando a contaminação e interrompendo as comunicações subterrâneas da bacia hidrográfica do Rio Jucu, multiplicando as vulnerabilidades socioambientais e culturais (GALVÊAS, 2006, p.121).

Segundo Galvêas (2006), a mata do Juçará⁴⁹, integrante da Mata Atlântica, possuía árvores grandiosas e animais de várias espécies. Era a última grande mata primária da região litorânea de Vila Velha. Estava localizada num conjunto de ilhas entre as águas do rio do Congo, que tem sua nascente em brejos da região da Ponta da Fruta, e de um pequeno afluente que vem do oeste, do Xuri⁵⁰, o rio Xuri⁵¹. Ali onde é hoje o bairro Ulisses Guimarães, ambos se encontram indo desaguar na foz do Jucu, na Barra do Jucu, levando todo o esgoto da região para o estuário desse Rio. Era um lugar de rara beleza, que parecia até com a “floresta Amazônica”, com árvores colossais e uma grande mata de alagados. Após a construção da Rodovia do Sol⁵² (entre 1974 e 1977, inicialmente apenas com uma faixa de rolagem, com mão dupla para automóveis), com o crescimento da especulação imobiliária na região, a área do

⁴⁶ Artigo de A Gazeta de 15/04/93. Estudo realizado pela PMVV, sobre a área de extração de areia no Município, em 1993. Panfletos de atos públicos contra a indiscriminada exploração das reservas de areia da Barra do Jucu.

⁴⁷ A areia branca é muito pobre em nutrientes para os vegetais, pois é constituída da erosão de cristal de quartzo (Blog da Aegro para negócios rurais).

⁴⁸ Os lençóis freáticos são as águas e os canais subterrâneos de ligação com as bacias hidrográficas.

⁴⁹ A mata do Juçará ou Juçaral tinha uma quantidade enorme de palmeiras Juçara, muito utilizada para a alimentação. A população da Barra do Jucu fazia lenha para cozinhar ali e também pegava o palmito dessa palmeira para se alimentar, principalmente para compor pratos com frutos do mar. Por isso a mata tinha esse nome.

⁵⁰ O Xuri é atualmente a zona rural de Vila Velha, lugar rico em estabelecimentos de agro turismo. Fica na região 5, a oeste da Grande Terra Vermelha.

⁵¹ Que tem a sua nascente perto do aterro sanitário de Vila Velha, que fica na região do Xuri.

⁵² Essa rodovia ES-060, foi entregue concluída com faixa simples de rodagem de mão dupla, em 1977.

Juçara foi loteada e dividida em quarteirões, mas manteve-se viva a mata. No início dos anos 80 a imobiliária⁵³ faliu, e as árvores monumentais foram abatidas e vendidas para fornos de padaria que, à época, não eram elétricos. Que morte desoladora para um lugar tão deslumbrante! Depois, ainda atearam fogo no que restou. Abandonada por algum tempo, a mata reagiu e começou a se recuperar. Então vieram os coletores de xaxim (samambaia gigante) e terra vegetal, para jardins e floriculturas; o despejo de lixo nas crateras abertas e ainda a urbanização desordenada que ocorreu naquela região na década de 1990. O nome Juçará é derivado da palmeira Juçara, que era endêmica no local, passou a Ilha da Jussara, um dos bairros que hoje formam a região da Grande Terra Vermelha. Além desse bairro, onde era a mata, surgiram: Ulisses Guimarães, parte de Barramares e de São Conrado, demonstrando um imenso processo de degradação ambiental e descaracterização territorial local, pois essa mata fazia parte do cotidiano da comunidade local, oferecendo a lenha necessária para a cozinha (fogão a lenha) e alimentos para a sobrevivência, como a palmeira Juçara (palmito) e caças abundantes ali (conforme entrevistas e rodas de conversa com: Kleber Galvêas, Geraldo Pignaton, Darcy Vieira, Daniel Vieira e Zé Silva, em 2001 e 2023).

A imprensa, que na ausência do Estado joga luz sobre o problema, tem registrado diversos casos de afogamento de jovens nas lagoas artificiais traiçoeiras⁵⁴ (vidas anônimas). Quando são feitos replantios das espécies nativas, é triste de ver, as plantas secas enfiadas em montículos de areia branca no fundo e ao lado das crateras, coisa para “inglês ver” – revelando a incompetência do poder público para fiscalizar e promover a recuperação dos espaços degradados (segundo entrevistas concedidas por: Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em 2001).⁵⁵

Nos finais da década de 1980 e início de 1990, foram feitos vários protestos, com a participação ativa da população local, e a extração de areia, foi até naquele momento, impedida pelos órgãos responsáveis da Prefeitura e interditada pelos protestos que bloqueavam a exploração e o trânsito das caçambas na região.

⁵³ Imobiliária Direção, de Vila Velha.

⁵⁴ No areal da empresa Quartzomassa, indústria fabricante de argamassa para construção civil, que fica no bairro Morada da Barra, existe uma lagoa dessas muito profunda e perigosa.

⁵⁵ Esse trecho sobre os areais se baseou em estudos realizados pela PMVV da área devastada, nas entrevistas de Kleber Galvêas e Dr. Geraldo Pignaton, grandes amantes da natureza local, documentos de atos públicos realizados em 1993, criticando essa situação dos areais, e matéria de A Gazeta de 15/04/1993, falando da destruição promovida pelos areeiros.

“Mas como esta atividade tem forte demanda, é muito lucrativa e exploradores extrativistas têm muito poder e articulação, eles começaram a usar da força e influência para continuar a sua atividade cometendo até assassinatos para intimidar”⁵⁶ (GALVÊAS, 2006, p. 128 e 129). Esse poder exercido por esses indivíduos, através de uma relação de força e conhecimento (esse conhecimento de que se trata vai desde ter a consciência da impunidade até a certeza do silêncio da sociedade, como unidade combatente e fiscalizadora) vai ao encontro do poder *foucaultiano*, perpassando a ótica geral do poder pela quantidade material ou de recursos, que não vem a ser o caso. A ótica econômica extrativista pode até camuflar o exercício do poder como uma questão de supremacia material, mas isso é um engano, pois se realmente o fosse, o prisma neoliberal, poderia legitimá-lo.

Também não é o poder do direito ou consentimento, pois é prática ilegal e da mesma forma não é instrumento de legitimação. Portanto, o poder dos que exploram atividades de altíssima gravidade para o meio ambiente e a comunidade local, é tão somente poder de influência, de relação construída por ação social colonial e permissiva.

Nas zonas de exploração de areia mais antigas e exauridas, surgiram vários bairros da Grande Terra Vermelha: Barramares⁵⁷, Morada da Barra⁵⁸, Cidade da Barra etc. São áreas de ocupação e urbanização desordenadas, dando origem a um dos maiores bolsões de pobreza do Espírito Santo. Apesar disso, a lógica capitalista continua se expandindo espacialmente quando, atualmente, uma nova área de extração de areia foi aberta na região, em local inusitado. A antiga fazenda Tapera⁵⁹ de propriedade de Pedro Valadares⁶⁰, que ficava no caminho do porto de Itapuera⁶¹. Esta área imensa, situada a oeste da pista do Aeroclube do Espírito Santo⁶², foi vendida para o Exército brasileiro, nos anos 1960, para servir de área de

⁵⁶ O assassinato de Paulo César Vinha, que era um dos líderes das manifestações, intimidou o movimento, que depois deste acontecimento perdeu muita força.

⁵⁷ Barramares é o maior bairro em território de Vila Velha.

⁵⁸ A região onde fica hoje o bairro Morada da Barra era o maior areal da localidade, que hoje ainda entrega a areia para produção de uma indústria de argamassa que tem sua sede ali.

⁵⁹ Em português a palavra tupi Tapera quer dizer casa abandonada, habitação em ruínas.

⁶⁰ Pedro Valadares era o patriarca da família mais influente da Barra do Jucu, o maior fazendeiro da região, hoje dá nome à principal praça da localidade, era uma liderança política importante.

⁶¹ Em português a palavra tupi Itapuera quer dizer aldeia velha, era uma antiga aldeia indígena, dos nativos Tupinaés, do tronco Tupi, principal povo indígena da região da Barra do Jucu. Era um porto importante às margens do Rio Jucu, a 2Km da sua foz, subindo o Rio.

⁶² O Aeroclube do Espírito Santo veio a se instalar na Barra do Jucu em 27 de março de 1984.

treinamento para os soldados do 38º BI de Vila Velha. Ali existe uma vasta área de restinga com areia branca que, nos últimos cinco anos, virou a última zona de exploração de areia na região. É uma área militar federal (figura 53).

Segundo a professora Elisa Reis (2015), a transformação cultural recente que mais impacta a análise sociológica política é a que diz respeito à maneira como vem se expandindo uma consciência da natureza como algo a ser preservado. “Essa percepção substitui a visão da natureza como algo a ser conquistado, que no passado tinha substituído a visão tradicional do meio ambiente como algo a ser temido” (REIS, 2015, p.30). Essas mudanças têm se dado na época atual em que estão acontecendo a extração e as denúncias dos casos dos areais do Jucu.

Ocorre que os pilares da economia do Espírito Santo estão fundamentados, nas variadas atividades do comércio, nas atividades ligadas à administração pública e na atividade industrial. Dentro das diversas camadas que compõe a atividade industrial do Estado, as atividades extrativistas lideram com folga (segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, entidade ligada ao governo do Estado, a atividade extrativista de óleo e gás de petróleo lidera o setor no Estado, seguido pelo de rochas ornamentais – mineração, papel e celulose).

O modelo adotado no Espírito Santo de crescimento a qualquer custo (culminando ao declarar grandes empresas como de “Utilidade Pública” para que possam saltar obstáculos legais) é loucura administrativa com grave desvio moral. Este caminho tem proporcionado destaque mundial negativo nas áreas de poluição e violência, e o caos na saúde, educação, habitação, transporte e cultura; experimentado ou visto diariamente na TV e jornais (GALVÊAS, 2011, p.26).

A destruição das matas de restinga, de sua rica e variada fauna e flora, e a contaminação e obstrução do lençol freático, prejudicam a Bacia do Rio Jucu e a comunidade do território, só obedecendo à lógica do capitalismo predatório (e de compadrio), do lucro a qualquer custo, muitas vezes apresentados no discurso neoliberal (que segundo Foucault também representa uma forma racional de governo) que por sua vez materializa uma ideologia⁶³ reativa e extremista. Portanto, pode se constatar o caráter neoliberal impregnado não apenas nos setores produtivos, mas também no governo e na sociedade, no exercício das relações sociais, políticas e econômicas. É o predomínio do egoísmo e do utilitarismo extrativista. O tempo: do meu, do teu, do seu, pula o nosso, do vosso e do deles.

⁶³ Que é a destruição constante dos recursos naturais sem nenhuma racionalidade ou sustentabilidade.

O poder público representado pelos órgãos ambientais, ministério público, polícias e secretarias afins (exatamente aqueles que compõem a base socioeconômica – e privilegiada do Estado), fecham os olhos e seus integrantes parecem ignorar essa realidade. Essa inação tem sido o modo de condução das instituições de governo, de fiscalização e controle da atividade produtiva, revelando assim a forma frouxa da gestão pública do problema da extração de areia na região da Barra do Jucu. A omissão do poder público escala todas as instâncias (in)competentes do assunto e tem a sua autoridade rompida por ações marginais que se dão isoladas ou orquestradas em grupo.

Porém, na Barra do Jucu, a substituição gradual dessa postura “conquistadora”, (colonialista e depredadora, visando sempre o lucro frente a natureza), por outra “protetora” e sustentável, que vê os recursos naturais como bens valiosos (de valor socioambiental) a serem cuidados pode ser claramente observada. “Essa percepção substitui a visão da natureza como algo a ser conquistado, que no passado tinha substituído a visão tradicional do meio ambiente como algo a ser temido” (REIS, 2015, p.30).

A sociedade toma consciência que será necessário respeitar e cuidar da natureza e não mais conquistá-la, e isso nada mais é do que a formulação e aplicação de um conjunto de normas socioambientais, capazes de não apenas parar a ação predatória, como reverter o cenário:

[...] sob pena de estancamento das possibilidades de crescimento, e mesmo de ameaça à sobrevivência. Crescimento com sustentabilidade, a preocupação com a exaustão dos recursos, são a expressão mais difundida dessa nova visão de mundo. Certamente essa visão de mundo encontra fortes resistências estando longe de ser dominante (REIS, 2015, p.31).

Não será fácil para o Espírito Santo dar esse passo. Acoplar desenvolvimento sustentável em uma economia extrativista é incompatível. É necessário alterar o comportamento das forças produtivas e políticas através de um pacto social amplo e consciente. A transição que se propõe, que é abandonar um modelo de desenvolvimento colonial (desde a origem extrativista, praticada pela coroa portuguesa, não muito diferente do extrativismo mineral que fundamenta a economia local, atualmente) para algo transformador, em que a sociedade através dos seus interesses constituídos sobrepõe o Estado e seu modo de governar, vão de encontro,

chocando-se com a “governamentalidade⁶⁴ capixaba”:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Aqui vale então um maior esclarecimento para que essa hipótese – a de conectar a sociedade, a política e a economia através de um mecanismo de poder sistêmico e “harmônico”, quase um organismo corporal em funcionamento, resultem no estado de “coisas” que aparecem no Espírito Santo e que afloram na medida em que dramas como o dos areais da Barra do Jucu são revelados.

A repetição do exercício do poder (lê-se relações), com alternância de governos tão parecidos, reflete um desejo da sociedade em manter a história e o contador da história. Parece ser uma coisa só, monocromática, o que confunde os observadores sociais que seguem simplesmente de carona no “modelo”. E o exercício deste poder torna-se aderente e propício ao ambiente de governamentalidade mantido pela força de uma continuidade. Um ciclo que não se rompe.

Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos reguladores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organodisciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a biorregulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 2002, p.298).

⁶⁴ Por governamentalidade Foucault (2008) entende o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que tornaram possível o exercício de um tipo específico de poder centrado na administração dos recursos e na disciplina.

No capitalismo neoliberal, aplicado em sociedades empobrecidas e conservadoras, a lógica econômica de exploração (extração) intensiva dos recursos naturais visando a transformação em mercadorias amparadas por uma estrutura de poder político em que o governo atua sobre o indivíduo “[...] refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo, e sobre os outros [...]” – (FOUCAULT. p. 164), se fundamenta na obtenção cada vez maior do lucro e possui resultados catastróficos para os territórios atingidos por esse sistema exploratório. No caso, a areia é mercadoria muito valorizada. Essa prática, a extrativista, encontra permissividade na estrutura pública que não é capaz de frear os ímpetus exploratórios do comércio clandestino de areia, mesmo possuindo um amplo corpo de funcionários públicos – segundo o portal transparência, Vila Velha tem cerca de onze mil e quinhentos funcionários.

Este quadro remete a ideia de que a natureza continua sendo dominada e explorada de forma irracional e predatória. Além de ser vista de uma forma antropocêntrica que visa sempre a satisfação econômica dos exploradores, como nos mostra Edgar Morin na citação abaixo:

O capital financeiro mundial, cujo dinamismo coproduz a globalização, agrava a crise ecológica. Ele conduziu à superexploração dos recursos naturais em todo o mundo sobretudo no hemisfério sul; provocou a multiplicação das “externalidades”, danos colaterais ecológicos, dentre eles o lançamento de resíduos tóxicos nos países pobres; estimulou esses países a orientarem sua agricultura para a exportação em detrimento de sua agricultura de subsistência, de suas florestas, de sua biodiversidade. A rarefação dos recursos naturais afetou o espírito especulativo, razão das altas de preços que aumentaram as dificuldades dos lares pobres do mundo rico, que se superendividaram sob o estímulo do mesmo capitalismo financeiro. Daí decorre a crise de 2008, a “primeira crise socioecológica do capitalismo financeiro e da bolsa de valores, na qual a rarefação dos recursos e a degradação ecológica exerceram influência” (Jean Gadrey, economista, professor da Universidade de Lille) (MORIN, 2013, p. 102 e 103).

Segundo Morin (2013), ainda precisamos desenvolver muito as ideias de sustentabilidade e de exploração racional dos recursos naturais, para evitar problemas ambientais cada vez maiores. Na verdade, eventos como o da exploração de areia na região 5 de Vila Velha, só fazem confirmar que nós estamos bem longe da consciência ambiental que deveríamos ter, pois ainda vemos a natureza como um depósito de produtos que servem para auferir lucro e não muito mais que isso.

O Homo sapiens não deve mais tentar dominar a terra, mas sim zelar por ela e viver nela com responsabilidade (MORIN, 2013, p.104).

Desde já repetimos que, mesmo sob sua forma atenuada de 'sustentável', o desenvolvimento deve ser problematizado (MORIN, 2013, p.104).

Ainda de acordo com Morin (2013), nossa consciência ecológica progride aos saltos, por ocasião de devastações, degradações e catástrofes. Essa progressão, porém, é refreada pelas estruturas institucionais – governamentalidade foucaultiana, por enormes interesses econômicos do atual sistema capitalista de compadrio neoliberal e assim por inúmeras barreiras que subsistem. Além disso, observa-se que a inconsciência também progride. A conscientização ecológica não se instalou em um grande pensamento político, ela ainda não provoca o crescimento de uma força planetária, a única capaz de desencadear as mudanças necessárias. Uma ecopolítica⁶⁵ em nível planetário impõe-se local, regional, nacional e, ao mesmo tempo, globalmente.

Esse complexo comporta problemas próprios à nossa civilização (Morin, 2013), caracterizada pelo desenvolvimento ininterrupto de seu caráter técnico-econômico industrial, que, por sua vez, implica um crescimento ininterrupto das necessidades, de produtos e consumos, principalmente a demanda por energia. Apenas começamos a nos conscientizar de que esse consumo provoca desperdícios e dilapidações, determina degradações e rarefações; devemos concluir, sem mais demora, que essa situação demanda inovações e reformas em todos os domínios.

Sem dúvida, essa política gera gastos consideráveis. Todas essas despesas seriam capazes não apenas de restaurar a atividade econômica em época de estagnação e de desemprego, como resultado, implicariam enorme economia nas despesas com saúde. O desenvolvimento simultâneo da qualidade de vida, causaria redução contínua do orçamento da Saúde Pública. Enfim, dar um sentido político à qualidade de vida seria despertar a esperança em uma sociedade atualmente privada

⁶⁵ À medida que a urbanização e a industrialização crescem e se desenvolvem, em contraste, questões como a educação ambiental e políticas ecológicas necessitam ser debatidas. Tendo em vista essa preocupação, é clara a necessidade de discussão do assunto e de suas problemáticas, ou seja, as consequências do avanço industrial e urbano ao meio ambiente e a seus circundados trazidas. Visto isso, a ecopolítica tem por alvo principal a problematização e debate dessas consequências, podendo entre elas citar: impactos ambientais, vida no campo prejudicada e necessidade de reforma agrária brasileira. (Viola, Eduardo J. – O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): Do ambientalismo à ecopolítica)

de futuro (MORIN, 2013, p.114 e 115).

Os assassinos⁶⁶ do ambientalista Paulo César Vinha foram julgados e condenados a prisão⁶⁷. Hoje as áreas de exploração se encontram praticamente em seu estágio final, as crateras ficam cada vez mais profundas. As “*matas de areia*”, antes extensas, foram resumidas a pequenas ilhas isoladas. Nesta paisagem lunar explorada de forma irracional, a vida foi condenada à quase total extinção:

Parece que os empresários não darão chances nem para estas pequenas áreas que sobraram. Desidratadas, logo secam e desaparecem, extinguindo vasto acervo de patrimônio genético, dado a riqueza da vegetação nativa e da sua fauna (GALVÊAS, 2006, p.129).

A narrativa construída pelos sistemas (que vão desde as pequenas relações de grupos, na forma com que os indivíduos interagem – nos clubes, nos shoppings, nas escolas, reflexo dos valores e crenças, passando pela política partidária) que tangenciam as instituições do Estado e da sociedade organizada, formando uma grande teia, encontram acolhida numa normalidade quase que celebrada. Uma transformação sutil das relações coloniais mercantilistas ulteriores (a essência permanece até hoje), para uma modernidade seletiva, para poucos, que não se traduz em bons serviços públicos (saúde, educação, segurança...), perspectivas de trabalho, perspectivas de vida.

O ecossistema de poder revela como uma sociedade de cagete extrativista, num ambiente neoliberal pode causar verdadeiros estragos. Os incentivos a esse modelo, percebidos não apenas no ambiente produtivo, mas também nas relações sociais, enraizadas nos pequenos hábitos do cotidiano, assumem proporções gigantescas, fundamentando um atraso econômico e social.

A maioria da população, alheia a todo esse movimento (ou chamemos de engessamento), segue sem conseguir ancorar sua cultura ao seu dia a dia. Restam populações aguerridas (no seu exercício de pertencimento) como as da Barra do

⁶⁶ Os irmãos Ailton (autor dos disparos) e José Barbosa Queiroz foram condenados em segundo julgamento. Ailton foi condenado, em 1997, a 16 anos. Após o julgamento fugiu e só foi capturado 15 anos depois (2008). Morreu em 2010. José Barbosa Queiroz foi julgado e absolvido em 1997. Após a anulação desse julgamento, foi levado a júri em 2002, e condenado a 17 anos em regime fechado.

⁶⁷ Paulo César Vinha era pesquisador, biólogo e colaborador do Greenpeace. Esse trecho é baseado nos jornais A Gazeta e A Tribuna de 29 de abril de 1993, um dia após a morte do biólogo e também nas entrevistas de Dr. Geraldo Pignaton e Kleber Galvêas, amigos de Paulo.

Jucu, conscientes das suas origens e propósitos, que agredidas por uma violação sem medida dos recursos ambientais, tão próximos e caros, se insurgem na defesa desse ecossistema fundamental para toda a região.

A morte do biólogo Paulo César Vinha, lembrada em placas na Rodosol, recebe justa homenagem quando a comunidade da Barra do Jucu celebra suas tradições e promove sua cultura. A *resistência* (e as lutas pela preservação de suas identidades, na forma das manifestações culturais tradicionais da região), são ferramentas de vigilância fundamentais para que outros não percam suas vidas e o ciclo de prosperidade possa alcançar a todos. Paulo César Vinha em ato contra a extração ilegal de areia pouco antes de sua morte, e protestos após o seu assassinato nas figuras 55 e 56.

Figura 55- Paulo César Vinha discursa no ato do Prefeito Vasco Alves, de embargo dos areais em Barra do Jucu, Vila Velha. Logo depois ele seria assassinado, registro de abril de 1993.



Fonte: Site [Museu Vivo da Barra do Jucu](https://museuvivoda Barra do Jucu) (acesso, 09 de junho de 2024)

Figura 56- Protesto no Parque de Setiba contra o assassinato do biólogo Paulo César Vinha, com a participação do médico Marcos Ortiz.



Fonte: Site [Museu Vivo da Barra do Jucu](https://museuvivoda Barra do Jucu) (acesso, 09 de junho de 2024)

4.3.3 O manguezal e a pesca

Outro fator de grande influência para a transformação da vida local, fragilizando a resiliência comunitária e que vai vulnerabilizar a vida no território expondo a comunidade a riscos de perda das suas identidades culturais e ambientais, é o aterro que vem sofrendo gradativamente o grande manguezal do Rio Jucu. Hoje cerca de 50% da área de manguezal original já foi aterrada, principalmente para ganhar terreno, pelos moradores que têm casas que dão fundos para o manguezal, área essa de reprodução de várias espécies de peixes e crustáceos, o berço do mar. Devido à especulação imobiliária, fatores externos e internos, crescimento da Grande Vitória e crescimento da população nativa, surgiram aterros e novas casas e quintais sobre o mangue (fig. 57).

Figura 57- Mangue do estuário do Rio Jucu e Manguezal poluído



Fonte: [Blog Ecomangue](#) e [Blogs post](#) (acesso 25 de junho de 2024).

No final da década de 1970, início da de 1980, houve uma grande ocupação do outro lado da pedra “Velha” e do rio do Congo, ao sul da Barra, expandindo a comunidade, que basicamente dobrou de tamanho (Barra 2 ou Praia da Concha). Grande área do manguezal foi aterrada, ocasionando o crescimento desordenado da região. Esse fato influenciou muito na diminuição do pescado no território. Além do aterro do mangue o esgoto doméstico foi todo canalizado para o canal do Congo que deságua no estuário do Jucu, poluindo muito o Rio. Mas o que mais contribuiu para a diminuição do pescado foi a pesca Industrial com aparelhos tipo o sonar. Os barcos localizam os cardumes antes deles se aproximarem da costa e, com redes de arrasto de malhas finas, pegam tudo o que está pela frente (desde cações de 350 quilos a filhotes de manjubas de 5 gramas). Esses navios industriais vêm de outros Estados, como Santa Catarina e de outros países, como Japão. Os pescadores artesãos da Barra do Jucu, que há séculos viviam da pesca, agora reclamam que quase não se encontra mais peixe, devido a esse conjunto de degradações muito impactantes.

Sobre o assunto acima, abordado por Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023, ele nos relata,

Aqui mudou completamente a cultura, com a introdução das traineiras, as traineiras circulando, o Espírito Santo é a parte, onde o barranco para o mar profundo é mais próximo da terra. Se você olhar o mapa aqui do Espírito Santo, então é uma zona que os jesuítas falaram, excelente pesqueira, e era mesmo, pargo aqui tem. As traineiras passaram a circular aqui no alto mar e passar aquela rede de 10 Km e juntar tudo e levar pro Japão, levar pra Rússia. A Prefeitura construiu uma peixaria comunitária na década de 1970. Como não tinha mais peixe na Barra do Jucu, as traineiras papavam tudo,

passou a ser açougue. Seu Alvino tinha um açougue ali, toda semana matava um boi (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira diz que a pescaria passou a não dar mais para o sustento. Os pescadores antigos não precisavam trabalhar em outra coisa. Selinho, Hildebrando, Agenor Laranja, Amadeu e outros, se aposentaram pela Colônia de Pesca Z2 de Itapoã, Vila Velha. Na década de 2000 ninguém estava em dia com a colônia; ninguém queria se aposentar por ela. Ou já estavam aposentados, ou trabalham em outro lugar e a pesca virou um complemento de renda, quando não estão trabalhando. Realmente são poucos os que hoje têm as obrigações com a Colônia de Pesca em dia, mas atualmente há um movimento forte no sentido de participar da Colônia.

Conforme roda de conversa de 2023, João Gervásio afirma que “Descobri que os pescadores estavam desaparecendo, a pesca artesanal estava desaparecendo, como desapareceu hoje. Quando você vai na Concha hoje você encontra um monte de pescador de fora da Barra” (João Gervásio, em roda de conversa de 2023). Claro que essa fala é exagerada. Temos hoje alguns pescadores nativos em atividade, mas é sem dúvida uma tendência observável e que se aprofunda no território a cada dia.

O canal, ou melhor dizendo, o esgoto do Araçás, que recebe o esgoto de vários bairros de Vila Velha e despeja no Rio Jucu é mais um problema. Os agrotóxicos que são aplicados nos sítios e fazendas da região serrana, no Alto Jucu outro. O canal do Congo ou rio Piauí que, segundo Seu Daniel Vieira 2023, também recolhe o esgoto de toda a Grande Terra Vermelha juntamente com seu afluente rio Xuri.

No ano de 2008, os pescadores que têm como seu ponto mais tradicional de pesca a Praia da Concha tiveram seus barracões retirados pelo Ministério Público Federal e a Prefeitura, alegando prejuízo ao meio ambiente visto que o Morro da Concha faz parte do Parque Natural Municipal de Jacaranema. Os pescadores compreendem esta ação como um grande erro, pois esse povo tradicional já está integrado ao ecossistema local há centenas de anos. Novas regras deveriam ser conversadas, combinadas, acordadas entre o Estado e estes atores para estabelecer parâmetros de construção dos barracões dos pescadores. Isso não ocorreu. Sem os barracões, seus barcos e redes estão expostos às intempéries e a depredação

considerando que a Prefeitura ainda não cumpriu a promessa dos barracões padronizados. Por conseguinte, o processo de construção socioambiental de vulnerabilidades se amplia com estas ações descoladas da realidade local, fragilizando ainda mais esse grupo social fundamental para a formação da identidade socioambiental e cultural do território. Este processo de retirada dos barracões da Praia da Concha foi abordado por Marcio Filgueiras. em roda de 2023, barracões dos pescadores da Praia da Concha, figura 58:

Até 1988 as Colônias de Pesca estavam sob a tutela da Marinha. Com a Constituição de 1988 elas deixaram de estar sob a tutela da Marinha, porque a Marinha realmente indicava o Presidente da Colônia, a gente vinha de uma ditadura. Mas o controle diminuiu e algumas pessoas passam a vender os barracões. Em 1997, já eram 12 barracões e aí sofreram, o IBAMA fez uma notificação que não podiam construir mais barracões, mas eles não seriam removidos, mas em 2005 a Gerência Regional do Patrimônio da União e o Ministério Público Federal, fizeram uma recomendação, recomendando que a Prefeitura retirasse os barracões porque eles eram ambientalmente lesivos. O Ministério nunca sentou com os pescadores para discutir os barracões, fizeram um inquérito civil, que não prevê o contraditório. Então apesar da luta que a gente fez para eles não serem removidos, em 2008 eles foram removidos, hoje em dia não tem mais barracões na Praia da Concha (Marcio Filgueiras em roda de conversa de 2023).

Figura 58- Barracões dos Pescadores na Praia da Concha, em 1982



Fonte: [Página do facebook 'Fotos antigas da Barra do Jucu'](#) (acesso 30 de junho de 2024).

Este mesmo recordador também comenta criticamente sobre a narrativa em favor do discurso ambiental e o seu impacto na Barra do Jucu. Ele reconhece a conscientização da população local principalmente dos pescadores além de valorizar a importante ação dos ambientalistas na preservação da natureza local, demonstrando seu respeito por essas pessoas:

[...] Eu vejo a chegada do meio ambiente na Barra do Jucu no sentido assim, a chegada de um discurso ambientalista, um discurso que vai entender os problemas em termos de problemas ambientais, né? Por que assim o meio ambiente como foi descrito aqui, por todo mundo sempre esteve presente na vida dos barrenses, né? Então assim, quando a gente fala que o barrense não tem consciência ambiental eu acho que a gente está trazendo um discurso de fora, um discurso de aspecto modernizante e também de caráter colonial, como se só quem tivesse consciência ambiental são aqueles que entendem a natureza do ponto de vista da biologia e do funcionamento da ciência da natureza, então assim para que uma atividade pudesse funcionar, ela depende do refinado conhecimento dos ritmos da natureza, do comportamento dos peixes, do tipo de fundo em que os peixes ocorrem, técnicas de captura[...] Então quando o meio ambiente chega na Barra do Jucu e faz contribuições muito grandes eu acho para o desenvolvimento local, inclusive protegendo a região de Jacaranema, né? Então assim, eu vejo Nelson Abelha, Carminha e todas essas pessoas que participaram da luta pelo meio ambiente na Barra do Jucu, como assim, pessoas que assim se expuseram para lutar por uma coisa muito importante [...] então assim, eu tenho um respeito muito grande e admiração. Então a minha relação é de respeito e admiração pela trajetória deles, mas aí quando você começa a converter essas áreas que eram vividas e praticadas pela comunidade de maneira, digamos assim, espontânea, em área de proteção ambiental de repente os pescadores começam a parecer como um segmento desviante e ameaçador da natureza sabe! Você num Estado que você tem Samarco, você tem Vale do Rio Doce, você tem Aracruz Celulose, em que todos os processos de degradação do rio foram produzidos por fatores exógenos, isso aqui foi explicado aqui antes de falar, colocar os pescadores como uma ameaça ao meio ambiente eu acho que é uma incompreensão, acho que é um efeito do aspecto colonial que o ambientalismo tem muitas vezes (Marcio Filgueiras, em roda de conversa de 2023).

Como visto acima, o Estado adota este mesmo discurso ambiental para justificar a remoção dos barracões dos pescadores da Praia da Concha. Desta forma, o uso político pelo poder estatal deste discurso se revela na instalação de uma disputa territorial de interesses, criando conflito capaz de comprometer a perpetuação da profissão reconhecida oficialmente pela legislação brasileira e, consequentemente, a garantia da reprodução dos saberes nativos locais, conectados com a dinâmica ecossistêmica territorial, para as gerações futuras. De acordo com seu depoimento abaixo, Marcio Filgueiras evoca a “maneira paradoxal” de apropriação e utilização deste discurso inclusive pelos movimentos ambientalistas:

[...] Eu identifiquei muitas narrativas sobre como a pesca também era realizada no rio nos dias de mar grosso, que não é uma coisa possível mais, então desde o assoreamento do rio, diminuição do fluxo da água do rio, tudo isso foi descrito aqui, até a presença de barcos maiores também que eles atribuem a isso a diminuição do pescado de uma maneira geral. Mas assim eu acho que o que eu acompanhei de forma mais dramática foi como de maneira paradoxal a legislação ambiental, as políticas ambientais e os movimentos ambientais acabaram enquadrando os pescadores como elemento ameaçador da natureza, que eu acho que é um problema de interpretação recíproco. Então assim a Barra do Jucu foi criada a partir do sangue e do suor dos pescadores que alimentaram essa comunidade. [...] Eu acho que grande parte da dificuldade de discussão entre os ambientalistas e os pescadores têm a ver com esse ressentimento que os pescadores têm das políticas ambientais virem com esse caráter colonial, esse caráter modernizante e de pouco diálogo com a comunidade (Marcio Filgueiras, em roda de conversa de 2023).

Além desta questão do uso de discursos, este recordador aponta algumas transformações que afetaram a vida dos pescadores, tais como assoreamento do rio e o comprometimento de sua vazão original, tem ainda a presença de “a presença de barcos maiores”, provavelmente, grandes traineiras e barcos industriais internacionais que pescam, em geral, de forma indiscriminada, com técnicas impactantes e uso de sonares para a localização dos cardumes, movidos pela lógica capitalista de acumulação. Desta forma, identificamos mais estes elementos do processo de vulnerabilização e de exposição ao risco, por conseguinte, comprometedor da identidade cultural e ambiental do território.

4.3.4 As estradas e as indústrias locais

Outro ponto importante a ser tocado é o das estradas. Em 1947 foi concluída a estrada Vitória x Rio de Janeiro passando pelo centro da Barra. Segundo Seu Zé Silva, em entrevista de 2001, “esta estrada foi feita a golpe de picareta”. Era de barro e cheia de buracos, um pequeno trecho está preservado dentro de Jacaranema. Ela não teve tanto impacto na comunidade local, pois na época o tráfego era muito pequeno e a estrada precária.

Já a Rodovia do Sol (ES-060), que Zé Silva informou em entrevista de 2001, que ajudou a fazer, desde a Toca em Vila Velha, a Praia do Sol em Guarapari, começou a ser construída em 1974, e ficou pronta em 1977. Esta foi asfaltada e trouxe grandes impactos para a degradação ambiental e cultural do território, como a especulação imobiliária, o aumento acelerado da extração de areia e lenha, o desmonte de morros para fazer os aterros necessários para construção da rodovia,

assim foram aterrados vários brejos que estavam no seu trajeto. A vinda de inúmeras igrejas para a Barra, onde só existiam duas, uma Católica e outra Presbiteriana, além de três Centros Espíritas. Essa estrada também favoreceu muito, a rápida ocupação desse território, conhecido hoje, como a Grande Terra Vermelha.

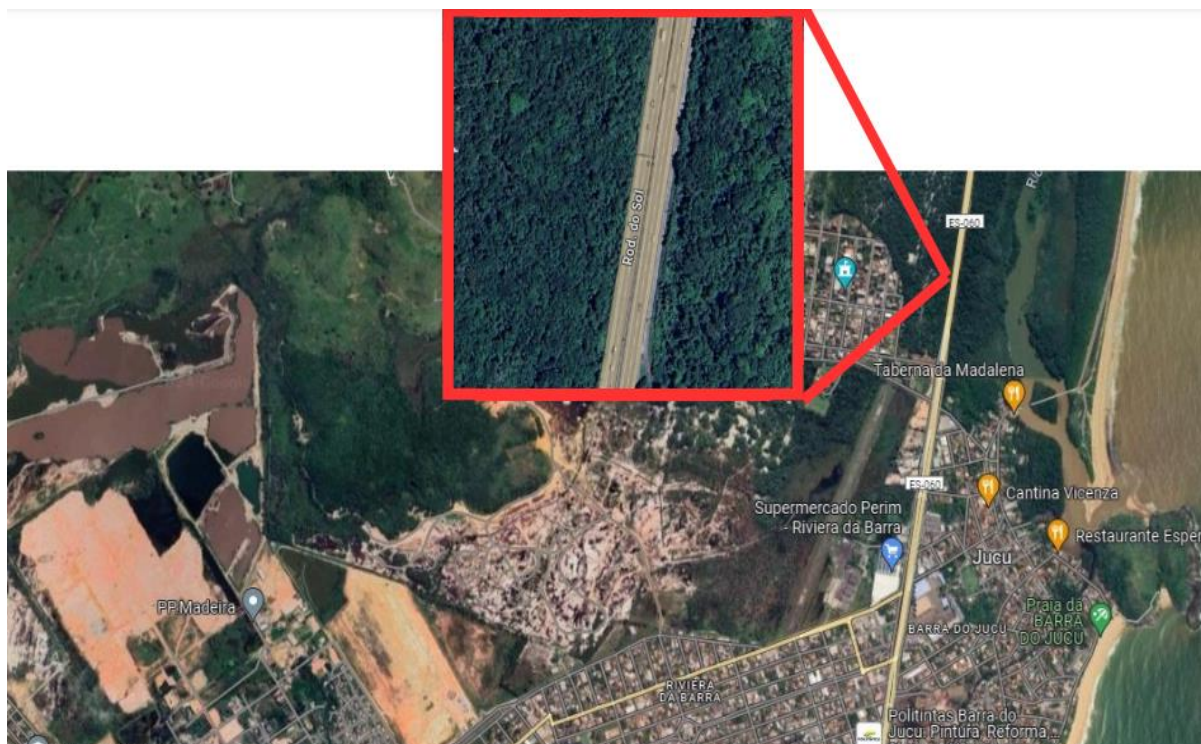
Em 1999, 2000 e 2001, a Rodovia do Sol foi concedida à iniciativa privada e passou a se chamar Rodosol, nome da empresa que ganhou a concessão por 25 anos, que acabou neste ano de 2024. A Rodosol tinha como uma das contrapartidas pela cobrança de pedágio na Terceira Ponte e em Guarapari, duplicar a rodovia. Aqui na reta onde está a Barra do Jucu, hoje, são oito faixas de rolamento. Isso fez com que a especulação imobiliária e o avanço industrial chegassem rapidamente (fig. 59 e 60).

Figura 59- Rodovia do Sol em frente a Barra do Jucu, dividindo e fragmentando o território



Fonte: [Site de notícias G1](#) (acesso 25 de junho de 2024).

Figura 60- Rodovia do Sol dividindo o Parque de Jacaranema, destaque para Rodovia do Sol



Fonte: [Site do Google Maps](https://www.google.com/maps) (acesso 25 de junho de 2024).

Conforme Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023, a Rodovia do Sol trouxe uma série de importantes problemas para o território, sendo a mortandade de animais um deles (fig. 59 e 60),

[...] A rodovia teve muitos problemas pra gente, por exemplo, quando fizeram essa rodovia, eles não fizeram passagem por cima e nem por baixo para os animais. As famílias de animais que moravam ali em Jacaranema, quando era completa, sem a rodovia ficaram perdidos, expostos ao trânsito. O que aconteceu que pouca gente sabe. [...] Você tem uma mata e você vem e abre uma estrada no meio dela, você não faz a passagem para os animais nem por baixo e nem por cima, as famílias de animais ficam divididas, se eu falo aqui agora tem gente que fala “ah eu não sabia não” a mortandade de animais na rodovia, quando a rodovia foi feita era muito grande, a Rodosol vem 4:00, 5:00 da manhã com carro e coleta os animais mortos e leva para os freezers. Isso é uma coisa muito chocante, porque nós da AmaBarra cobramos isso da Rodosol muito, pois não tinha as passagens nem por baixo e nem por cima (Nelson Abelha em roda de conversa de 2023)

Até hoje não temos essas passagens e a mortandade de animais continua a acontecer ali. A Rodovia do Sol também é elemento fundamental na fragmentação territorial, separando o território do lado de cá do asfalto e o do lado de lá. Regina

Ruschi, em roda de conversa de 2023, aborda esse tema da fragmentação do território provocado pela construção da Rodovia do Sol, que antes era unificado:

Mas isso aqui era tudo um território, nós temos dois, temos um grande divisor de águas. A Rodovia do Sol. A Rodovia do Sol dividiu um lado e outro. Isso aqui era tudo um território único, né? Então, tinha a fazenda Araçatiba. Que pegava tudo isso aqui, [...] O Rio Jucu juntava tudo isso. Então era um território. Eles vinham pelo Rio de canoa, e tudo era um território único, ligado pelo Rio (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Uma indústria que aqui se instalou foi a Metalúrgica União, ela se consolidou como a maior empresa local, criando oportunidades de trabalho para muitos barrenses. A Metalúrgica deixou de funcionar há cerca de sete anos, pois tinha muitas denúncias de infrações ambientais, feitas pela comunidade e resolveu se instalar no interior de Linhares. Hoje na região temos várias indústrias de pequeno, médio e grande porte se instalando, e alguns grandes comércios, como o Supermercado Perim da Barra, inaugurado em 11/2020.

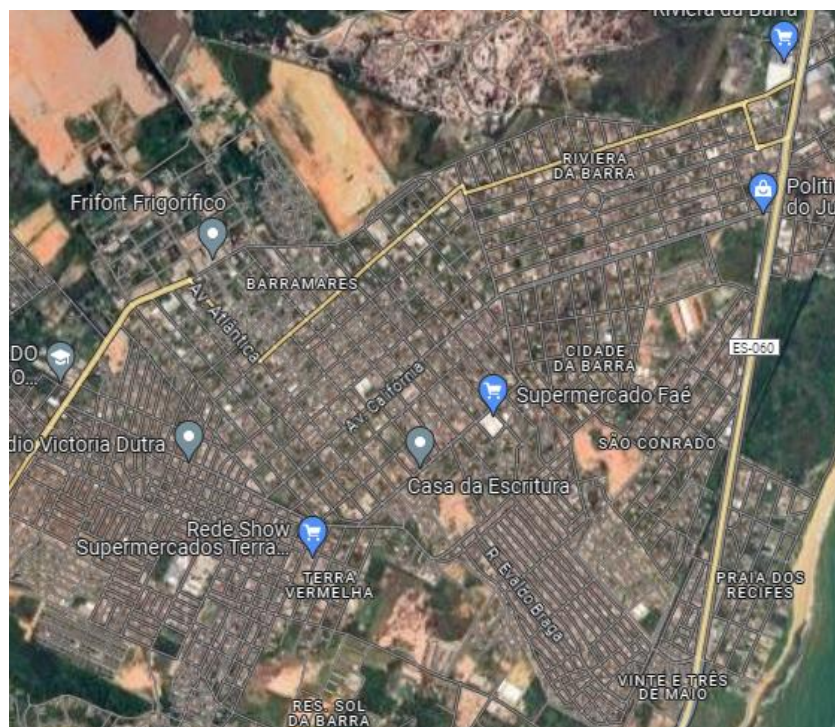
Por sua localização e patrimônio natural, com vocação eminentemente turística, a Barra deve se proteger, orientando ou vetando investimentos industriais, comerciais e construções que possam inviabilizar essa vocação.

4.3.5 A formação da Grande Terra Vermelha

O Juçará, passou a se chamar Ilha da Jussara, um dos bairros da ocupação urbana desordenada que surgiu no território do Baixo Rio Jucu na década de 1990, que hoje forma a região da Grande Terra Vermelha. Além desse bairro, onde era a mata, surgiram: Ulisses Guimarães, parte de Barramares e de São Conrado. Nessa época, começou uma grande explosão demográfica no local, resultante de uma política sem planejamento, dos órgãos públicos municipais e estaduais. Impulsionada pela vinda de migrantes devido à erradicação do café no interior do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no final da década de 1960 e pela industrialização de nossa economia, com foco na Grande Vitória.

Esta transformação contou também com o apoio de políticos locais que facilitaram a vinda de migrantes de outros estados: Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha⁶⁸ principalmente), Rio de Janeiro e Bahia (principalmente do extremo sul baiano, devido à “vassoura de bruxa”, praga do cacau que acentuou a pobreza de grande parcela da população local). Os políticos fizeram vistas grossas quanto ao inchaço populacional dessa região, facilitando as ocupações, sem proporcionar-lhes, no entanto, o mínimo de infraestrutura necessária à sobrevivência digna. Em 1976, a Região Administrativa 5 de Vila Velha não tinha 10 mil habitantes, hoje tem mais de 100 mil (GALVÊAS, 2006) (fig. 61).

Figura 61- Conglomerado Urbano da Grande Terra Vermelha



Fonte: [Site Google Maps](https://www.google.com/maps) (acesso 25 de junho de 2024).

Oliveira (2014) nos fala sobre o crescimento populacional da Grande Vitória e o surgimento da Grande Terra Vermelha dentro deste processo de expansão urbana a partir das décadas de 1960-1970:

Foi uma entre as várias regiões de ocupação desordenada que surgiram como consequência das transformações demográficas e urbanas que atingiram o Espírito Santo, em especial a região da Grande Vitória, a partir das décadas de 1960 e 1970. Vila Velha, evoluiu de 56.445 habitantes em

⁶⁸ Região norte do Estado de Minas Gerais, por onde passa o Rio Jequitinhonha, região mais pobre do Estado mineiro.

1960, para 203.401 em 1980, o que representa um salto de cerca de 360%, e Terra Vermelha foi um dos principais destinos desse excedente populacional, especialmente a partir de meados da década de 1980 e início dos anos 1990. Essas transformações demográficas ocorreram devido o tardio processo de industrialização do Espírito Santo, impulsionado simultaneamente pelo programa de erradicação dos cafezais de (1962 a 1967), que extinguiu 53% da lavoura, cerca de 300 milhões de pés de café, e que provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, desses 120 mil foram para a Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado. Apesar da criação dos Grandes Projetos Industriais, esse quadro levou ao surgimento de grandes bolsões de pobreza, sobretudo na região metropolitana (OLIVEIRA, 2014, p. 47-48).

A citação acima é ilustrativa da complexidade do processo de expansão capitalista que coloca a Grande Terra Vermelha, por uma lado, como consequência do processo de crescimento urbano que se instala na RMGV com o desenvolvimentismo extrativo-industrial dos anos 1960-1970, criando um bolsão de pobreza; e por outro, como causa, quando todos os problemas deste bolsão vão causar efeitos ambientais como o uso do rio do Congo e do rio Xuri para esgotamento sanitário, desaguando no estuário do Rio Jucu. Tal bolsão é habitado por um exército de reserva de mão de obra necessário para empreendimentos imobiliários e industriais na região metropolitana. Este mesmo bolsão é elemento de um processo de grilagem de terras. Se inicialmente esta terra era o lugar de instalação daquelas famílias expulsas de suas terras no campo e nas margens do Rio, ela passa a ser ocupada, hoje, por grandes empreendimentos imobiliários de luxo como descrito anteriormente no caso de Itapuera e Jaguaruçu.

Esse processo atingiu todo o território a oeste da Barra do Jucu (o Centro Histórico da Região Administrativa 5 de Vila Velha). Iniciou-se com a implantação de um conjunto habitacional oficial para famílias de baixa renda, feito de pré-moldados (placas de cimento usadas para fazer muros), com quarto, cozinha e banheiro, construído pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Assim começou a surgir o Parque Residencial Terra Vermelha, em 1989. As pessoas foram ocupando as áreas, que não eram reclamadas, e terras devolutas ao redor. Hoje, em 30 anos, formou-se um aglomerado humano de mais de 80 mil pessoas, criaram 16 bairros, entre eles: Parque Residencial Terra Vermelha, Normília da Cunha, Conjunto Habitacional Jabaeté, Morada da Barra, João Goulart, Barramares, Cidade da Barra, Ulisses Guimarães, 23 de maio, São Conrado, Riviera da Barra, entre outros, que ocupam uma vasta área onde antes eram pântanos e planícies de inundação a margem do

Rio Jucu, matas de restinga, e antigos areais. Constituindo assim, um dos maiores bolsões de pobreza e violência do nosso Estado (GALVÊAS, 2006).

De acordo com o que publicou o estudante de Saneamento Ambiental, Paulo Roberto Vicente, no site do Morro do Moreno, em (2010), sobre o surgimento do Parque Residencial Terra Vermelha:

Em 1988, famílias que ocupavam a área próxima à adutora do Rio Marinho descobriram uma área de terra desocupada, e que fazia parte do loteamento Brunella Um. O Governador do Estado, Max de Freitas Mauro, foi acionado e atendeu ao pedido de oito movimentos pela moradia do Município, desapropriou a área de restinga e começou a construção das casas. Em maio de 1988 teve início a construção das primeiras 235 residências, de um total de 569. Um ano depois, em 23 de maio de 1989, as residências ficaram prontas e foram entregues aos primeiros moradores. Na construção das casas, debaixo de chuva e sol, os futuros moradores realizaram um mutirão instalando a rede de água. Uma segunda etapa com mais 235 casas, foi inaugurada a 20 de maio de 1990. A terceira etapa, em novembro do mesmo ano. A última, em março de 1991, totalizando 10 conjuntos de casas populares de quarto, cozinha e banheiro. Seus limites são as ruas A, I, M e Afonso Cláudio. O bairro possui, atualmente, cerca de 2,9 mil habitantes. O conjunto Terra Vermelha faz parte da região da Grande Terra Vermelha, que engloba 16 bairros, abrigando cerca de 80 mil habitantes (Fonte Site Morro do Moreno. Autor: Paulo Roberto Vicente / Estudante de Saneamento Ambiental – CEFETES, publicado em 01/12/2010, acesso: 12/05/2024).

Até há pouco tempo era grande a violência nessa região, promovida pela existência de grupos de extermínio e também por guerras entre gangues rivais de traficantes de drogas. Agora parece que as coisas estão se acalmando, porém o índice de criminalidade ainda é alto. Escolas foram construídas, postos de saúde, creches, bancos, vasto comércio, postos de gasolina, supermercados, sedes de associações civis, praças, ruas calçadas, coleta de esgoto, campos de futebol, iluminação pública e muitas igrejas de diversas denominações. Mas é claro que os problemas de infraestrutura ainda são enormes (GALVÊAS, 2006).

Da Grande Terra Vermelha partem todas as manhãs, de bicicleta, ônibus e motos leves e mais leves de trabalhadores, principalmente da construção civil, que estão construindo os edifícios de Vila Velha, Praia da Costa, Praia de Itapoã e Praia de Coqueiral de Itaparica, eles estão construindo a cidade (GALVÊAS, 2006).

Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023, nos relata sobre alguns impactos que o surgimento da Grande Terra Vermelha trouxe para a comunidade de Barra do Jucu, entre eles a insegurança:

[...] Outra coisa que aconteceu quando eu falei que as comunidades aqui nasceram, é o seguinte, do lado de lá da rodovia, a Grande Terra Vermelha, rara eram as casas da Barra que tinham muro, eram cercas de madeira. Presta atenção, eu chegava na sua casa e ia entrando até um café eu tomava “Nelson, mas você não estava lá” a cerca cheia de roupa pendurada, as galinhas andando pela rua. Então eu vou falar, porque a gente tem que falar que é verdade, quando veio a invasão a gente começou a sofrer. “Cadê a galinha, cadê não sei o que”, quando veio o lado de lá começou a sumir as roupas do varal, aí as pessoas começaram a construir muro, foram obrigadas a construir muro, porque era cerca de madeira. Então a Barra sofreu muito também, é porque às vezes as pessoas falam “ah você está discriminando”, eu não estou discriminando eu to falando um fato real que aconteceu, porque aqui você andava tranquilo, as galinhas pela rua no seu quintal tranquilo com a cerquinha de madeira, daqui a pouco você chegava em casa “cadê não sei o quê? Sumiu. Cadê as roupas do varal? Sumiu” e aí começou “Eu vi um cara passar por ali” e a Barra passou a ter uma frequência de pessoas que não eram locais, pessoas das comunidades adjacentes aqui (Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, João Gervásio nos informa sobre a multiplicação de bolsões de pobreza no território do Baixo Rio Jucu, como uma criação do Estado e dos políticos:

[...] O que aconteceu? O que aconteceu com relação à Terra Vermelha? São bolsões de pobreza que os Estados criam, o que o Estado fez? Aqui era uma mata (Juçará) aí eles pegam os bolsões de pobreza e jogam no mato “Ah vocês querem morar? Mora lá não sei aonde.” Aí jogou o bolsão de pobreza lá, né? Daí veio os transtornos, veio surgindo até surgir aqui, como nosso amigo falou até chegar aqui, botaram pra lá. Aliás, até hoje tem invasão, tá gente? Tem uma invasão em cima do lixão. Cidade de Deus, em cima de uma bomba. Daí surgiu tudo isso, criaram o bolsão lá, assim como estão criando outros e vão surgindo outros e outros (João Gervásio, em roda de conversa de 2023).

Depois da Cidade de Deus, ocupação feita em cima do antigo lixão de Vila Velha, já surge outra nos pequenos morros que circundam a Lagoa de Jabaeté, onde antes era a mata conhecida como Boca do Mato, em flagrante crime ambiental.

Conforme roda de conversa de 2023, Nelson Abelha nos transmite, sobre o papel dos políticos na criação desses bolsões de pobreza,

[...] Aí veio o Vasco Alves (Prefeito de Vila Velha) e jogou a mata no chão, com os tratores, a mata do Juçará, a área ficou alagada e ele veio jogando barro, os lugares ainda alagados, ele foi na Bahia, encheu os ônibus e trouxe um monte de gente da Bahia e jogou ali as pessoas morando embaixo de lona de plástico.[...] Fizeram esse aterro de barro, esse aterro a água ainda influenciava muito nele e as pessoas vieram morar em cima desse barro e mesmo assim com água emergindo ali embaixo de lona [...] Foram as igrejas as melhores construções que apareceram. Tem rua ali que tem sete igrejas em uma rua só. [...] Aí começou Terra Vermelha. Jorge Anders (Prefeito de Vila Velha) falou que ia fazer um conjunto de casas para as pessoas mais carentes. Fez um lugar chamado Banheirinho, na beira da rodovia. Era para

ser um conjunto popular. As pessoas ocuparam, pois, a Prefeitura não acabou a obra (Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

Jorge Anders desviou, junto com o vereador José de Oliveira Camilo, a verba destinada pelo Governo Federal para a construção do conjunto habitacional popular, só fez o banheiro e as pessoas ocuparam os terrenos, não respeitando a fila organizada pelos movimentos em prol de moradias da região. Os políticos foram julgados e condenados, hoje não podem ser candidatos a nada.

De acordo com Oliveira (2014), sobre as ocupações que deram origem a Grande Terra Vermelha, ele afirma:

Algumas ocupações foram regulares, a partir da subvenção do Governo do Estado, outras ocupações irregulares, realizadas sem controle algum, também foram ocorrendo. Vasco Alves foi Prefeito entre os anos de 1992 a 1996. Chamado “Prefeito invasor” porque foi ele que abriu as portas para invadir isso tudo aqui. Em Barramares, primeiro Normília. Aí surgiu a Grande Terra Vermelha, como vocês veem falar hoje aí (OLIVEIRA, 2014, p. 50).

João Gervásio, em roda de conversa de 2023, também comenta o surgimento de Terra Vermelha:

[...] Agora é Dom João Batista e aí eles foram desocupando o mangue do Aribiri[...] aí esse povo que ele tá falando que era baiano, não é, eles trouxeram de lá pra cá [...] essas pessoas vieram do Aribiri, daquela região lá, daquele rio lá, vieram pra Terra Vermelha. Mas também vem gente do Rio de Janeiro (João Gervásio, em roda de conversa de 2023).

Uma parcela significativa dos moradores da Grande Terra Vermelha é de origem baiana, da região cacaeira, atacada pela praga da vassoura de bruxa no começo da década de 1990, que foram atraídos pelo desenvolvimentismo industrial implantado pelos grandes projetos industriais instalados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Um importante problema ambiental da Grande Terra Vermelha e da Barra do Jucu, é que todo o esgoto residencial e industrial desses bairros é despejado, *in natura*, no rio do Congo, que vai desaguar na foz do Rio Jucu, poluindo ainda mais o seu estuário e o manguezal: Áreas importantes para reprodução da fauna marinha e aquática em geral. Atualmente, está em andamento a construção, pela CESAN, de uma grande estação de tratamento de esgoto, e de uma rede coletora em Terra Vermelha, para atender a toda aquela região, que merece ser cuidada com carinho

pelos nossos administradores. Resta-nos saber o quanto vai demorar para ficar pronto e funcionar, se vai ser eficiente na limpeza e se será capaz de suportar toda essa carga crescente de sujeira, que hoje vai direto para o Rio Jucu (GALVÊAS, 2006) (fig. 62).

Segundo Morin (2013),

A conscientização dessa comunidade de destino terrestre deve tornar-se o evento – chave do século XXI: devemos nos sentir solidários com este planeta, cuja vida condiciona a nossa. Para nos tornarmos plenamente cidadãos da Terra, é imperativo mudar nosso modo de habitá-la! (Morin, 2013, p.104 e 105).

Figura 62- Rio do Congo poluído com lixo e esgoto



Fonte: Foto tirada por Lueny de Oliveira, 30/05/2024.

De acordo com Oliveira (2014), às coisas estão mudando na Grande Terra Vermelha por alguns motivos, mas ainda há muito o que avançar:

As comunidades que compõem a Grande Terra Vermelha, a partir de ampla mobilização política e social, vêm adquirindo, nos últimos anos, um conjunto variado de intervenções públicas e privadas que, embora ainda longe de atender a todas as necessidades dos moradores, trouxe algumas melhorias para a região.[...] Inicia-se, no seio da comunidade, uma forte mobilização no sentido de imprimir transformações qualitativas na infraestrutura e na organização do espaço geográfico, além, é claro, de reivindicações por mais e melhores escolas, postos de saúde, praças, abastecimento de água, entre outros.[...] Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que Terra Vermelha se torne um lugar adequado para se viver em todos os sentidos.[...]

São ainda necessários investimentos em educação, saúde, saneamento, regularização fundiária, políticas públicas dos mais variados tipos e modalidades. É notável o orgulho e a satisfação por parte dos moradores da região em nela viver. Mas uma comunidade composta, em sua imensa maioria, por gente sofrida e trabalhadora, necessita e merece muito mais do que tem sido ofertado pelos poderes constituídos (OLIVEIRA, 2014. p. 52-57).

O surgimento da Grande Terra Vermelha também tem impactos nas relações sociais da população do território. Antes da sua existência toda a população se conhecia e se relacionava, hoje, isso se tornou impossível, e o aumento da sensação de insegurança foi uma consequência imediata. Isso também faz parte do processo de construção social de vulnerabilidades, expondo a comunidade a riscos como a perda das suas identidades culturais e ambientais e a violência urbana que antes não existia no local.

4.3.6 Alguns reflexos das transformações para a Barra do Jucu

O inchaço populacional da Região Administrativa 5 de Vila Velha, provocado pelo desenvolvimentismo capitalista, tem relação com o surgimento e o crescimento da Grande Terra Vermelha e com a comunidade barrense não ser mais aquela onde todo mundo se conhecia. Só no núcleo antigo, entorno da praça principal, este conhecimento e sociabilidade ainda são visíveis até hoje. O sentimento de vizinhança não se fez mais presente em momentos como quando começaram a acontecer alguns sinais de violência urbana e alguns assaltos no Centro Histórico da Barra.

Com essa mudança geral no seu meio ambiente, uma população que vivia basicamente de formas de vida mais tradicionais como a pesca, a caça, a venda de lenha, as pequenas roças e o transporte por canoas pelo Rio Jucu. Esses meios de vida centenários mudaram alguns bruscamente, como é o caso dos canoeiros. Nesse sentido, o espaço da comunidade foi diminuindo com a ocupação urbana dos quintais das casas, das áreas de manguezais que foram desaparecendo, com construções, surgindo os primeiros prédios de apartamentos. Alguns marcos de desintegração e da perda da identidade territorial foram: o fim da navegação pelo Rio Jucu, o fim da

Fazenda de Araçatiba e a construção da Rodovia do Sol que dividiu o território em “do lado de cá do asfalto e do lado de lá do asfalto” (roda de conversa com Maria Luiza Valadares, Daniel Vieira e Kleber Galvêas, em 2023).

Assim como os habitantes de Jaguaruçu, os da Barra do Jucu também tiveram que encontrar outros meios de vida, e acabaram indo trabalhar na Prefeitura como mão de obra não qualificada e serviços braçais. Segundo Seu Daniel Vieira, em roda de conversa 2023, que trabalhou 35 anos na Prefeitura como pedreiro, e hoje é o Mestre da banda de congo “Mestre Honório”, até há alguns anos atrás, todo dia vinha uma caçamba buscá-los aqui na Barra. Eles iam varrer ruas, pintar meio-fio, fazer serviços de jardinagem e vigilância. Desse modo perdiam muito o contato com a realidade local (a conectividade), e com a sua cultura, assim ficando expostos aos riscos e vulnerabilidades socioambientais e culturais. De noite a televisão esvaziava os bancos colocados nas calçadas.

Outra mudança importante é que, em sua maioria, os brejos, segundo Seu Alarico Malta, em entrevista de 2001, foram sendo drenados ou aterrados, deles pouco restando. Esses brejos eram muito ricos e piscosos, suprimindo os habitantes da Barra de peixes e pitus, que deixaram saudades na memória. “Até em Vila Velha se vendiam esses peixes, agora acabou tudo” (Seu Alarico Malta em entrevista de 2001).

Em Itapuera, o Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001, relata que, “quem era dono daquilo ali era Seu Reginaldo, pai da minha esposa Licéria. Ele dava permissão para as pessoas morarem ali. Hoje já não tem mais quase ninguém lá” (Seu Lilico Valadares, em entrevista de 2001).

Um tio de Lilico Valadares, em 1947, comprou um caminhão de quatro cilindros. Quando entrou na Barra com ele, foi uma festa, pois era o primeiro carro de alguém da comunidade. Trinta anos depois, em 1974 o fuscão de Kleber Galvêas foi um dos primeiros automóveis de passeio que servia de ambulância, muitas vezes para atender a emergências na comunidade. Embora o quintal fosse grande ele o deixava na rua, à noite muitas vezes aberto, tamanha era tranquilidade.

A chegada do rádio também foi outro evento. A casa de Tuffy Nader, ex-prefeito e hoje nome de uma escola municipal da Barra, foi a primeira a ter rádio. Em 1970, Helinho trouxe a primeira televisão aqui para Barra do Jucu. A casa lotou de curiosos. Até do lado de fora tinha gente querendo ver a novidade. Contudo, esta modernidade contribuiu para esvaziar a ocupação e a sociabilidade no entorno da praça central da Barra.

A água era canalizada de uma fonte da Tapera, na fazenda de Pedro Valadares, e caía duas vezes por dia. Alguns, como Seu Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023, dizem que aquela água era melhor que a da CESAN, instalada em meados da década de 1980, pois aquela era pura e está cheia de remédios. Quando as ruas foram rasgadas, em 1974, para instalar os canos, houve, segundo Kleber Galvêas, em entrevista de 2001, a maior infestação de bicho de pé que já se viu. Alguns idosos foram hospitalizados, tamanha a quantidade de bichos em seus pés. A tradição daqui era tirá-los com espinhos de laranjeira ou colocar querosene para que secassem. Quando usavam agulha, esta era previamente esquentada na chama de um fósforo.

Na década de 1990, o Prefeito Vasco Alves fez as calçadas das ruas secundárias e calçou algumas ruas, Jorge Anders urbanizou à beira-mar, contra a vontade de muitos moradores que não aceitavam a padronização seguindo os modelos das praias da região norte de Vila Velha. Agora, quase todas as ruas da Barra estão calçadas com Pavi-S.

Enfim, esse quarto capítulo da pesquisa se preocupou em analisar o funcionamento da metodologia das rodas de conversa e, a partir das narrativas dos recordadores, abordar as transformações territoriais do Baixo Rio Jucu através de diferentes subseções:

(1) O Rio Jucu hoje, que demonstrou o processo de intervenção humana e devastação pelo qual o Rio vem passando nos últimos anos e o final da existência do ofício de canoeiro do Jucu, por conta dessas intervenções.

(2) Os areais, o processo de exploração ilegal dos areais que trouxe grande prejuízo ambiental para o território;

(3) O Manguezal e a pesca, abordando o aterro e a poluição do manguezal, a redução do pescado e a pesca industrial nacional e estrangeira em nossas águas, com diversificados impactos ambientais;

(4) As estradas e indústrias, fundamentalmente a Rodovia do Sol que é um marco na fragmentação da identidade territorial e trouxe uma série de impactos socioambientais e culturais, e a poluição trazida pelas indústrias instaladas no local;

(5) A formação da Grande Terra Vermelha e seus impactos no território; além da última parte sobre os outros reflexos das transformações do desenvolvimentismo para a comunidade da Barra do Jucu.

Finalmente, as evocações dos recordadores revelam estas transformações de modo, muitas vezes, bastante enfático e crítico. Elas apontam para movimentos de uma resistência territorial que pode ser apreendida como um projeto societal local alternativo aos impactos causados pelas ações desenvolvimentistas economicamente utilitaristas de exploração dos recursos naturais deste território. Muitas destas ações são fomentadas por políticas públicas distanciadas da lógica ecossistêmica territorial.

5 A RESISTÊNCIA AMBIENTAL NO BAIXO RIO JUCU

Este quinto capítulo é dedicado à discussão sobre a resistência e a luta da comunidade, inicialmente, pela preservação ambiental do entorno da Barra do Jucu. Os grupos envolvidos nessas lutas de preservação e as principais ações preservacionistas são mapeados. Para compreender esta resistência e luta pelo território e suas características, fez-se necessário, em primeiro lugar, pesquisar os conceitos de *resistência* e *resistência cotidiana*, aplicando-os à realidade do território da Barra do Jucu. Em seguida, estudamos as teorias de *Antologia Política e Pluriverso*, em Escobar, aplicando-as em um exemplo de resistência local ocorrido durante a enchente de 2013 segundo as falas durante as rodas de conversa. Ao final, nos deteremos no principal exemplo de resistência ambiental local, presente em várias das narrativas de recordadores: a luta pela preservação do Parque Natural Municipal de Jacaranema, onde formulamos uma cronologia dos principais acontecimentos desse processo de luta preservacionista que continua acontecendo até hoje por mais de quarenta anos. As narrativas das quatro rodas de conversa de 2023 foram essenciais juntamente com as entrevistas em profundidade e conversas informais realizadas com os recordadores nativos e os simpatizantes do território. Enfim, o objetivo de ouvir esses atores-recordadores levantando dados da história socioambiental e cultural deste território se revela uma estratégia de alçá-los à condição de **coautores desta pesquisa**. Valorizando e trazendo à luz suas narrativas evocadas, suas memórias e seus saberes nativos territorialmente conectados à dinâmica do Baixo Rio Jucu, eles são **cocriadores da história deste território**.

Após comentar as grandes transformações sofridas pela comunidade, é hora de falar das lutas pela manutenção da qualidade de vida, das resistências dos moradores, resistências estas, socioambientais e culturais, e da tentativa de reversão de alguns desses processos degradantes. De tratar das influências que essa era capitalista trouxe para a comunidade e, em que pontos essa resistência comunitária conseguiu, através de sua cultura, reverter algumas delas, em benefício da comunidade barrense, conseguindo certa adaptação aos novos tempos; e não necessariamente em benefícios de interesses econômicos distanciados da realidade territorial.

Iniciando pelo caso dos **areais** das margens do Jucu, na hora em que se acelerou a sua exploração, nos finais da década de 1980 e início de 1990, foram feitos protestos e a extração foi interditada pelo poder público algumas vezes. Contudo, os empresários começaram a usar da força para continuar esta atividade, cometendo até assassinatos para intimidar o movimento de contestação. Este foi o caso do biólogo Paulo César Vinha. Atualmente, as áreas de exploração se encontram, praticamente, em seu estágio final, com as máquinas aprofundando a sucção e a devastação. Nas rodas de conversa, os areais não tiveram muito destaque nas falas dos recordadores - somente César Guedes menciona este ponto. Essa indiferença mostra que, infelizmente, os areais não são mais uma questão de relevância, tendo sido esquecidos; ou sua exploração ter sido naturalizada pela comunidade, pois, claramente, foi considerado uma derrota da luta em prol da preservação da restinga.

Com relação ao **Rio Jucu**, todo ano no verão, os moradores da Barra do Jucu, juntos a Associação Barrense de Canoagem (ABC), presidida por Renato Costa (campeão mundial de canoagem em ondas) e Eduardo Pignaton, promoviam a **Descida Ecológica do Rio Jucu**. Além da diversão, era feito um protesto em favor da proteção deste manancial tão importante, através de entrevistas aos meios de comunicação, faixas, cartazes e confecção de embarcações feitas com materiais recicláveis, como as garrafas pet, grandes poluidoras dos rios. Em 2001, foi feito um protesto em cima da ponte Waldir Zanotti na Rodovia do Sol contra a existência do derramamento de um grande esgoto que vem do bairro Araçás no próprio Rio, exatamente ao lado da ponte.

A pressão da comunidade para que seja feito o tratamento do **esgoto** dos bairros de Vila Velha é constante. Desde o ano de 1988, até 2016 ocorreram essas Descidas Ecológicas, mas a partir desse ano (2016) deixou de acontecer por causa do alto grau de contaminação do Rio, colocando em risco a saúde dos participantes (fig.63).

Figura 63- Descida Ecológica do Rio Jucu, em 2007



Fonte: Reportagem – Jornal A Gazeta (19/03/2007), site do [Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

De acordo com roda de conversa de 2023, Nelson Abelha nos informa sobre as Descidas Ecológicas do Rio Jucu e sobre os impactos das **barragens da CESAN** sobre o Rio:

Eu fui um dos criadores da Descida do rio Jucu, junto com Eduardo Pignaton e Renato Costa. Era Vereador, ia Prefeito, toda descida ia essa comitiva toda. E é a mesma coisa que nada. Por que eles estão brincando, eles estão fazendo tratamento agora de saneamento básico, você não consegue resgatar o rio como ele era antes. A CESAN fez essa primeira barragem, a força do rio caiu da barragem para cá, a vegetação oportunista começou a crescer, o rio perdeu força, a lama começou a tomar conta do rio, o esgoto é uma coisa seríssima. Agora eles estão com projeto de fazer outras barragens, o rio subiu foi lá em Vila Velha, onde o rio ia, não pode ir mais, ele foi impedido de ir e começou a fazer alagamentos, então tem que ter um carinho muito especial com ele, tem que ter uma política muito forte para tentar reverter isso, que já tem muito tempo, e isso é muito sério (Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

No site do Museu Vivo da Barra do Jucu, em texto publicado em (2017), pela jornalista Marina Filet Vereza, encontramos uma boa descrição da Descida Ecológica do Rio Jucu:

O primeiro e mais volumoso movimento criado com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e protestar contra a ausência de projetos e ações para a recuperação e preservação do rio é a Descida Ecológica do Rio Jucu. Realizada desde 1988, o evento reúne barqueiros, canoístas, ambientalistas e membros da sociedade em geral. Entre os organizadores, a Associação

Barrense de Canoagem, o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Santa Maria e Jucu, o Instituto Ecobacias, entre outros. A descida sempre teve início no bairro de Jucu, Viana, próximo à antiga fábrica da Cervejaria Antártica, terminando nos restaurantes da foz (Brega 's Bar e Espera Maré), na Barra do Jucu. A Descida Ecológica não é realizada desde 2016, por causa dos elevados índices de coliformes fecais na água, que colocam em risco a saúde dos participantes. O evento sempre teve grande repercussão, chegando a reunir quase duas mil pessoas em cada edição (Site do Museu Vivo da Barra do Jucu, 2017, acesso em 14/05/24).

Hoje a Barra do Jucu e outros bairros estão contemplados no projeto "Águas Limpas" do governo do Estado, mas a água do Rio, na prática, continua cada vez pior em termos de qualidade, porque as **obras da CESAN não terminam nunca** e não se vê resultado de sua melhoria. Além disso, já começaram e pararam a obra na Barra do Jucu por pelo menos três vezes, e nada de avançar no projeto inicial. Sempre com aditivos de verbas a mais para concluir a obra, que nunca termina. As ruas da comunidade ficam todas esburacadas hoje, mesmo que a PMVV esteja pavimentando e recuperando algumas delas.

A crítica aos rejeitos despejados no Jucu aparece em várias manifestações culturais barrenses de modo a lembrar aos políticos principalmente as promessas não efetivadas. A título de ilustração, citamos **o bloco de Carnaval**, o mais famoso da Barra do Jucu: **o Surpresa**, que tem como marca registrada a sátira e a ironia com os nossos líderes políticos locais, regionais e mundiais. Este bloco sempre lembra, com alegorias e músicas, questões ambientais, fazendo um protesto bem-humorado, impessoal e criativo, lembrando situações porque passa a comunidade no seu dia a dia. O esgoto do Araçás e do rio do Congo, lançados sem tratamento na foz do Rio, é sempre apontado nos seus desfiles anuais. Ou seja, por mais que possa haver um distanciamento deste tema no imaginário dos moradores, o bloco vai trazer a luz esta questão num exemplo de resistência persistente. Este bloco será abordado no próximo capítulo.

Um dos que falavam e alertavam sobre a poluição das águas do Rio Jucu e a necessidade de reflorestamento de suas margens e do tratamento do esgoto a ele direcionado era o ambientalista Paulo César Vinha. Morador da Barra do Jucu até a sua morte, ele era o Presidente da Associação de Biólogos do Espírito Santo e foi assassinado em 1993 em função de sua defesa intransigente da natureza. Apesar disto, mais de 30 anos se passaram e os problemas permanecem os mesmos e só aumentam. Daí, o nome dele hoje ser homenageado no Parque de Setiba, como visto anteriormente.

No texto abaixo, vemos a descrição no site do Museu Vivo da Barra do Jucu, em (2017), da resistência local contra a depredação do Rio Jucu e as **problemáticas emergentes** e graves que vão surgindo como a mortandade de peixes, o fechamento da foz do Rio e algumas inundações provocadas por isso:

Há mais de 30 anos, a sociedade civil vem organizando protestos como forma de denunciar os problemas enfrentados pelo Rio Jucu e, conseqüentemente, pela população do entorno. A situação vem piorando drasticamente nos últimos anos, com o fechamento constante da boca do Rio em (2015 e 2016), impedindo seu deságue no mar e gerando problemas como inundações de casas e quintais na Barra do Jucu. O aparecimento de toneladas de peixes mortos no leito do Rio também foi um acontecimento marcante dos últimos anos, que vem ocorrendo também pelo fechamento da sua foz, pois nesses momentos o estuário vira um verdadeiro piscinão de esgoto, quando não tem contato com a água do mar (Site do Museu Vivo da Barra do Jucu, em (2017), acesso: 14/05/24).

Em 2016, quando os peixes começaram a aparecer mortos no Rio Jucu, (em uma das ocasiões, morreram mais de dez toneladas), uma turma de ambientalistas locais encheu duas caminhonetes de peixes mortos e colocaram, na escadaria de acesso ao Palácio Anchieta (sede do governo estadual situado no centro histórico de Vitória, capital do Estado). Munidos de megafone, faixas e cartazes fizeram muito barulho, chamando a atenção da população para esse grande crime ambiental, que é destruir o Rio Jucu e suas espécies animais e vegetais, protesto na figura 64.

Algumas **entidades de cunho ambiental** cuidam dos aspectos da fauna e flora locais. É o caso da Associação de Moradores e Amigos da Barra (AMABARRA), da BARRA LIMPA e do INJAPA, que são as principais organizações não governamentais que contam com o apoio de várias outras em nível municipal e estadual.

Figura 64- Protesto contra a poluição do Rio Jucu após a morte de 10 toneladas de peixes na foz do Rio



Fonte: [Site Fen](#), 27/10/2016 (acesso, 09 de junho de 2024).

A **AmaBarra** tem como principal bandeira a preservação da área do Parque Natural Municipal de Jacaranema (que merecerá destaque mais adiante) e também outras áreas verdes da região. Em 2001, foi inaugurada, com grande festa, a sua sede. Ela estava recebendo uma verba da Rodosol para desenvolver projetos de condicionantes ecológicas, como de educação ambiental. Pelo impacto que esta empresa vinha causando ao ecossistema local, era imprescindível que a Rodosol, imbuída desta responsabilidade, persistisse investindo em projetos de educação ambiental e de proteção da nossa natureza. Essas condicionantes só tiveram duração de quatro anos e a concessão da Rodosol durou 25 anos, isto é, até 2024.

A AmaBarra surgiu, portanto, da luta ambiental na comunidade da Barra do Jucu, com o ofício de seu registro oficial datado de 28 de agosto de 1991. Sua primeira diretoria foi formada por Maria do Carmo Novaes Macedo (Carminha), Carlos Alberto Simões, Magaly de Bandeira Nogueira, Tereza Cristina Baracho Vieira, Benedito Valadares e Walter José Diniz. Todos moradores da Barra, alguns ainda em atividade ligadas a preservação ambiental mesmo estando em cargos públicos. Vários outros moradores da comunidade fizeram parte da entidade, como o ex-deputado estadual Claudio Vereza, autor da Lei Estadual 5427/97, que transformou Jacaranema em Reserva Ecológica Estadual. Também participaram da AmaBarra o biólogo Paulo Vinha, Luiz Carlos Côgo (Cacau), Ricardo Fialho, Ricardo Sobreira e Valéria, Renato

Schawders, Paulo César Guedes, Nelson Abelha, Marília Debbané, Lilian Tonassi e muitos outros moradores da comunidade.

Esta organização desenvolveu diversas lutas pela efetiva implantação do Parque de Jacaranema, incluindo a desapropriação da área como garantia efetiva de sua preservação, além de campanhas e projetos de educação ambiental em defesa da natureza local, e muitos atos públicos, passeios ecológicos, denúncias de crimes ambientais etc. De acordo com o site do Museu Vivo da Barra do Jucu (fig. 65).

Figura 65- Antiga logomarca da AmaBarra feita por César Guedes



Fonte: Arquivo pessoal de César Guedes

Em roda de conversa de 2023, César Guedes recorda, “eu me lembro de quem participou da fundação do AmaBarra, eu participei junto com Carminha, Magali, Paulo que hoje é jornalista da Gazeta e mora ali no Araçás e aquela menina Claudinha, éramos nós” (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Além disso, Nelson Abelha nos informa da importância do projeto de educação ambiental “AmaBarra Brincando” voltado para o público infantil local conforme seu testemunho em roda de conversa de 2023:

[...], mas aí a gente criou o AmaBarra, aí a gente brigou por Jacaranema, a gente foi lutando, foi lutando, fomos abrindo a cabeça das crianças através, desse projeto nosso nas escolas direto massificante, dando muda, mais muda, para eles plantarem, O que a gente não conseguia com os mais velhos, a gente conseguia com as crianças, nós demos esse salto ao contrário porquê? Por que a gente tava vendo a dificuldade dos mais velhos que não aceitavam a gente. Aí nós entramos na questão das crianças, com a atividade (Projeto) do “AmaBarra Brincando”, as crianças faziam isso, faziam aquilo, faziam arte, nós fomos descobrindo artistas desde jovem, o talento das crianças, aqueles que tinha um amor pelo meio ambiente também, todo mundo levava muda para plantar, nós distribuimos muita

muda, é não sei quantas mil mudas.[...] Nós distribuimos cartolina para eles desenhar, tudo sobre meio ambiente, massinha, ó um bolo de massinha para cada um, para sentar na pracinha ali e fazer, na escola também.[...] E através das crianças a gente queria passar e via se quebrava um pouco o coração dos mais velhos desse entendimento sobre a questão ambiental (Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

Já a **BARRA LIMPA**, é uma entidade que faz um trabalho no sentido de que "se você não fizer, ninguém vai fazer". Se a sua rua está suja, não espere a Prefeitura, limpe você mesmo! Se não tem arborização, plante você mesmo! Desenvolvendo assim o espírito de ação e cooperação entre as pessoas da comunidade. Ou seja, ações diretas, de mutirões, da realização de concursos, inclusive com a distribuição de prêmios em dinheiro, buscando desenvolver atividades coerentes com a noção do ser humano como a gente na história. Por exemplo, a rua mais bem tratada receberia uma lixeira de coleta seletiva e a frente de casa mais bem ornamentada R\$300,00. Esse projeto foi idealizado pela publicitária Marília Sily Vargas Debbané, ex-moradora apaixonada pela Barra do Jucu. Hoje, um novo projeto implantado pelo Barra Limpa é o Lixo Zero, difundindo o processo de compostagem do lixo orgânico e a elaboração de uma terra rica em nutrientes para a formação de hortas comunitárias (fig. 66).

O **Instituto Jacaranema de Pesquisa Ambiental (INJAPA)**, como o próprio nome diz, é uma homenagem ao Parque Natural Municipal de Jacaranema. A sua luta é pela preservação do Parque e do Rio Jucu. Seus projetos principais são os de limpeza das praias e do Morro da Concha e o Projeto Lontra. A lontra é escolhida aqui como espécie guarda-chuva, para luta de proteção do seu habitat e de várias outras espécies encontradas no Parque Natural Municipal de Jacaranema (fig. 67).

Figura 66- Logotipo do Barra Limpa



Fonte: [Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 09 de junho de 2024)

Figura 67- Logotipo do INJAPA



Fonte: [Site de turismo pedagógico](#) (acesso 09 de junho de 2024)

Petrus Lopes relata, em roda de conversa de 2023, sobre o seu envolvimento com as questões ambientais e como foi criado e entrou em funcionamento o Instituto Jacaranema de Pesquisa Ambiental (INJAPA):

[...] A gente fundou o Conselho de Jacaranema, de Setiba, o Conselho da cidade de Vila Velha, a gente teve no processo de constituição, do Conselho de Meio Ambiente de Vila Velha, né? [...] Então, quando eu fundo, o Instituto Jacaranema, em 2004 para fazer campeonato de surf, porque aí a Prefeitura falou: “Pô, esse garoto faz um negócio que é legal politicamente.” [...] Rafael do Espera Maré me ajudou, pagou advogados e tal, o dono do Espera Maré e “Vai nessa, vai nessa, vai nessa” e nisso foi me ensinando um monte de coisa, contando um monte de história importante. Meu pai foi e chamou um outorgante dele lá da empresa dele, que trabalhava com processo, negócio de documento. E falou “Meu filho esse cara faz esse estatuto, essa ata para você.” [...] Dois meses depois, ele me liga: “Oh Petrus, estamos aqui com os documentos, tudo registrado, tudo pronto.” [...] Aí quando eu vou pegar o negócio. O Instituto de Pesquisa Científica [...] aí eu falei “Porra Valdo, mas eu não sou biólogo, eu não pesquiso, não sei o que, eu só quero fazer campeonato, eu quero viver fazendo campeonato.” [...] Detalhe é certificado como OSCIP ainda, né? [...] Juro de 2004 até 2007. Foi quando Davi aparece. O Instituto Jacaranema ficou numa gaveta, entendeu? [...] E aí, 2007 eu e Davi, a gente vai para Barrinha e aí a gente acha uma lontra morta na Ponte da Madalena. E aí a gente olha aquilo com um nível de surpresa. [...] Aí nós pegamos aquela lontra, levamos na UVV. Ali, o Instituto saiu da gaveta. É porque a gente chegou lá falando que a gente era o Instituto Jacaranema, mas não tinha nada, nem o negócio ter saído da gaveta, tinha. Não estava lá [...] aí chegamos lá na veterinária da UVV, ó, a gente achou esse animal. A gente queria saber porque ele morreu? Aí que eu e Davi combinamos de fazer? Cara, vamos começar a ver quem pesquisa esse bicho no Brasil. Aí achamos a Helem no Rio de Janeiro, na Lagoa de Marapendi, ali atrás da Barra da Tijuca. [...] Aí ele começou a pesquisa científica com lontra e o Instituto saiu da gaveta (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Vale mencionar ainda um outro movimento social importante em prol de Jacaranema que foi o “**Jacaranema Para Sempre**”. Diversas organizações, como AmaBarra, Avidépa, Orca, Acapema entre outras criaram, em 1996, esta campanha. O objetivo principal era buscar o apoio da sociedade civil, dos movimentos sociais, de instituições e empresas para garantir a aprovação do Projeto de Lei Municipal que criava o Parque Natural Municipal de Jacaranema, uma forma de consolidar a preservação do local. Ele foi alcançado em 2003, quando institucionalizado por Decreto de Lei municipal nº 34/2003.

Outro movimento importante foi o “**Movimento Pró Jacaranema**”. Este movimento foi mais um passo dos moradores da Barra do Jucu na defesa de seus recursos naturais. Foi fundado em 30 de novembro de 1999, no Centro Comunitário da Barra do Jucu. Dentre as ações do movimento destaca-se a coleta de milhares de assinaturas num abaixo-assinado encaminhado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a outras instituições responsáveis pela preservação dos recursos naturais, reivindicando medidas para a implementação definitiva da Reserva Ecológica Estadual de Jacaranema, conforme previsto na Lei Estadual 5427/97.

Nelson Abelha evoca as suas memórias sobre algumas questões importantes de resistência ambiental na Barra do Jucu, em roda de conversa de 2023. Relacionou a especulação imobiliária, cada vez mais forte no território, com a crescente conscientização ambiental da população nativa.

[...] O PDM também. Por isso que nós brigamos muito, né? De Itaparica pra cá não vai vim. Tem uma controvérsia muito grande quando eu falei pra você professora dessa história, igual quando o pessoal que era nativo da Barra eles não gostavam da gente ambientalista. “Ah eles não vão deixar fazer na Barra o que fizeram em Vila Velha” e para eles era legal fazer o que fizeram em Vila Velha, asfaltar, botar prédio. Até hoje eles falam. “Não aqui na praia tinham que colocar...” [...] É porque é o seguinte, hoje a Barra é o que é, aí tem gente que fala assim. “Ah isso aqui podia, por que não...” A gente vai morar lá em Vila Velha nos prédios, vai morar em Itaparica, entendeu? Vai lá ficar dentro de um quadradinho lá. Porque hoje você chega aqui na Barra, você anda descalço, você anda sem camisa o dia inteiro. É uma coisa que a gente conseguiu manter ainda bem próximo do Município, uma comunidade que tem[...] que todo mundo se conhece, que tem a cultura local, né? Por que o que eles não conseguiam entender até hoje que eles não conseguiam, brigavam muito com a gente, era isso, que eles achavam que tinham que deixar fazer igual lá. Só que ia perder toda a questão cultural, ia perder toda a característica composta do lugar. [...] Hoje as pessoas falam: “Você mora na Barra!” Fala assim: “Na Barra?” “Sim, porquê?” “A pow lá na Barra é mó preservado.” E esses eram os próprios que eram contra nós e agora fala: “Eu moro na Barra”, fala assim com uma extensão, que maravilha, sendo que nem era pra estar morando aqui (Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

Não podemos esquecer da importância das **bandas de congo** nessa luta tendo o meio ambiente como um dos temas centrais. O congo sempre participou dos diversos movimentos pela preservação ambiental no território pesquisado, principalmente, com relação à preservação do Parque de Jacaranema. Em seus jongs (as músicas do congo), Jacaranema é sempre lembrada, tendo virado até nome de banda de congo, a “Tambor de Jacaranema”, criada em 2000.

Em rodas de conversa de 2023, Nelson Abelha e Petrus Lopes evocam a **Associação de Surf da Barra do Jucu (ASBJ)**, a mais antiga do Estado, fundada em 1982, também tendo um cunho ecológico e de preservação. Parafraseando estes recordadores, esta associação realizava circuitos de surf e campeonatos, concomitantemente com a limpeza das praias, a distribuição de mudas de árvores nativas, além de colocar nos campeonatos como um alerta, o nome “SOS Jacaranema”. O nível das competições e de seus dirigentes locais, ainda não chegou ao ponto ideal de desenvolvimento, mais talento temos e muitos campeões têm despontado aqui na Barra. No surf, Saulo Fidalgo, Rodrigo Rodrigues, Davi Hoffman, Marcelo Márcio, Alexandre Coelho, Heyder Alves, William Regis, Marcelo Frigini, e mais recentemente, Rafael Teixeira, Krystian e Kallebe Kymerson. No body board, Neymara Carvalho, Lucas Nogueira e Gordinho; no caiaque em ondas Renato Costa e Daniel; no body surf João Foca.

Apesar destes destaques no esporte, esta entidade encontra-se adormecida, nos últimos anos, sem muitas ações práticas, mesmo que o espírito de ação individual dos integrantes continue a existir, como sempre, na defesa da natureza barrense. Ainda hoje, uma boa parte dos surfistas locais atua como verdadeiros “fiscais da natureza”, denunciando a destruição de áreas verdes às entidades ambientais, irregularidades na pesca e poluição hídrica.

Além disso, aqueles recordadores evocam o lugar desta atividade nos dias de hoje, apontando para uma certa alteração do papel de atividades mais tradicionais do território. Se antes caçar ou pescar eram as atividades mais desenvolvidas na comunidade, com a chegada das primeiras pranchas em fins da década de 1960 e começo de 1970, o surf foi assumindo um certo lugar de destaque localmente como diversão ou como esporte preferido. Isto equivale afirmar que a diminuição da caça e da pesca (muito como efeito do desenvolvimentismo) coincide com o impulso que este esporte ganhou entre os nativos e o número de adeptos crescendo a partir daí.

Só por continuarem existindo, os **pescadores barrenses** já são um exemplo de uma grande resistência. Sendo o começo da nossa comunidade, hoje as dificuldades são imensas, pois eles reclamam permanentemente da diminuição do pescado e da falta de apoio do poder público. Alguns pescadores vivem exclusivamente da pesca, passando por sérias dificuldades econômicas. A maioria deles tem na pesca um complemento de renda, realizando-a nos momentos de folga do trabalho mais estável cotidiano ou até mesmo quando estão desempregados.

Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023, menciona sobre a resistência fundamental dos pescadores para a identidade local reforçando as dificuldades cotidianas encontradas por eles:

[...] Uma coisa de resistência da Barra do Jucu, os pescadores, eles vivem à míngua na Barra do Jucu, hoje os pescadores, mas eles não deixam de ser os pescadores. [...], mas eles não deixam de ser pescadores, eles não se dobram, eles não aceitam perder os seus conhecimentos e serem, por exemplo, ajudantes de pedreiro, de serem eletricitas, de serem, não sei, então eles são resistência. [...] eles eram mestres, os pescadores. Que estão indo embora agora, os antigos, eles eram mestres, eles entendiam de navegação, eles navegavam por astros, porque eles saíam 4 horas da manhã e ia ter o que para navegar, não tinha bússola, não tinha coisa nenhuma, então era astros, os pontos que eles pegavam. Os pontos geográficos exatamente, era Mestre Álvaro, era não sei o que fazia triangulação para chegar ao pesqueiro, eles sabiam onde era o pesqueiro, porque ali o fundo tinha uma pedra ou porque ali tinha um determinado crustáceo ou tinha uma alga que tal peixe comia. Quer dizer, eles entendiam da fauna, flora, de maré, de tempo. Eles entendiam de tudo, faziam barcos, faziam redes, faziam um monte de coisa. Eles eram mestres. Eles tinham orgulho daquele conhecimento todo. [...] Agora, como é que pode virar um ajudante de pedreiro da construção civil, um jardineiro. Isso acabou com a autoestima deles e ainda assim eles resistem. Eles não se dobram, então eu acho que a maior resistência cultural daqui é essa questão que está intimamente ligada ao meio ambiente (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Esta narrativa lança luz ainda sobre os saberes nativos destes pescadores, identificando trajetórias de navegação marítima, pesqueiros, enfim saberes que são passados por gerações provavelmente desde o surgimento da comunidade.

Em roda de conversa de 2023, João Gervásio nos dá exemplos de pessoas que resistem sobrevivendo da natureza na Barra do Jucu como uma forma de **resgate resistente das tradicionais maneiras de sobrevivência** pesqueira e coletora:

[...] De novo ressurgue no sangue do filho de algumas pessoas daqui, porque tem gente ainda sobrevivendo de cata de camarão, porque ainda tem camarão por aí tá gente, o cara toda, toda semana, 15 em 15 dias vai lá em

casa, mamãe compra muito, guaiamum e muito camarão. É o filho. Pitu, dá cada pitu maravilhoso[...] Aí eu estou dizendo que está ressurgindo também no sangue dele que ele é filho de Neném Guaxinim. [...] Pois tem gente na Barra ainda sobrevivendo disso (João Gervásio, em roda de conversa em 2023).

Marcio Filgueiras faz uma comparação interessante entre dois elementos fundamentais da identidade territorial local: **o congo e a pesca**, em roda de conversa de 2023. Levando em conta aspectos da resistência ambiental de ambas as atividades culturais, o que revela a imbricação entre cultura e meio ambiente:

[...] Assim o congo é um dos elementos mais fundamentais da identidade local, e se a Deusa vê uma grande dificuldade que o congo tem para continuar se reproduzindo, a pesca ainda enfrenta uma dificuldade maior, comparativamente ao congo, e ainda são dois elementos fundamentais.[...] O congo cuida do espírito e a pesca cuida da barriga e aí a gente não vive sem uma coisa e nem outra, [...] É o seguinte, quando a gente fala da pesca a gente fala também da disputa por território, território tem interesse econômico. [...] O congo sendo um pouco mais reconhecido como elemento da identidade e a pesca meio que sempre sendo atacada por não ser ambientalmente correta o suficiente (Marcio Filgueiras, em roda de conversa de 2023).

Esta citação evidencia como congo e pesca são complementares na alma do barrense. Esta mesma complementaridade ocorre entre a pesca e a renda de bilro como será visto mais adiante, onde cultura e meio ambiente aparecem entrelaçados na história barrense.

Percebendo os movimentos nacionais de viradas culturais em 2015, um grupo de amigos na Barra resolveu organizar a **“Culturada Viral”** para fortalecer a cultura local e ocupar as ruas da Barra que andavam meio vazias e frequentadas pela marginalidade. Conforme roda de conversa de 2023, a recordadora Regina Ruschi nos menciona sobre a importância da Culturada Viral para o resgate da cultura barrense que está visceralmente relacionada a dimensão ambiental deste território:

Bom, naquela época de Culturada Viral, né? Do primeiro que foi por aí, 2015 por aí, 2014, 2015? Eu acho que deu uma impulsionada, em alguns, não, eu estou dizendo alguns movimentos culturais, eu acho que, eu vejo pelas rendas, eu acho que foram impulsionados por aquilo, a volta a essa coisa de a Barra está perdendo na cultura. A Barra está deixando espaço para violência. Ninguém mais sai na Barra porque na Barra está perigoso, então todo mundo está trancado dentro de casa, as pousadas, tudo fechando, o restaurante, tudo fechando. Aí aquela Culturada deu uma, né? Um sentimento de que a gente tinha que virar o jogo. E aí, o museu nasceu daí, né? Eu acho que incentivou (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Em outra roda de conversa ainda em 2023, Ricardo Vereza nos informa sobre a importância da Culturada Viral para o surgimento do Museu Vivo da Barra do Jucu, do qual ele é um dos diretores atuais:

[...] Começou com um movimento chamado Culturada Viral, São Paulo é Virada Cultural, mas na Barra tudo é diferente, aí foi Culturada Viral, aonde a gente reuniu várias pessoas que estavam insatisfeitos com o momento da Barra, de violência, ninguém saía mais tudo aí começamos a criar movimento cultural para botar o povo na rua aí teve várias atividades[...] Aí fizemos várias atividades, né culturais na rua. Aí com isso, a gente viu que o povo precisava ocupar, se o povo não ocupa a violência oprime, aí discutindo isso a gente viu que precisava de uma continuidade neste movimento da Culturada Viral que houve. Aí minha irmã que mora lá no Rio veio para cá falando que o que a gente tá discutindo aqui lá no Rio já acontece para apoiar a cultura local, as tradições lá da região da Baixada, filiado ao museu Rio de São Bento, aí fizemos um Seminário, trouxemos gente, professores de lá para cá, eles vieram aqui e disseram, olha, o museu é para isso lá é assim, assim, e o que vocês estão fazendo é o mesmo caminho da gente lá (Ricardo Vereza, em roda de conversa de 2023).

Desse movimento, surgiu o **Museu Vivo da Barra do Jucu** com o intuito de fomentar e apoiar os diversos movimentos e campos culturais que se manifestam na Barra do Jucu. Com o foco em apoiar a cultura popular nativa, o Museu é uma espécie de entidade guarda-chuva que luta para proteger e resgatar as características ambientais e culturais do território (fig. 68).

Figura 68- Logotipo do Museu Vivo da Barra do Jucu, criado pelo designer César Guedes



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](https://www.museuvivodabarra.ju.br/) (acesso 09 de junho de 2024)

De acordo com roda de conversa de 2023, César Guedes, nos relata sobre o surgimento do Museu Vivo da Barra do Jucu:

Nós que criamos o Museu Vivo, muito baseado no Museu de São Bento, até o São Bento do Rio de Janeiro, Duque de Caxias é nosso padrinho. Eu saí do Museu Vivo, minha esposa também, nós que criamos. Eu, Regina, Homero, foi um grupo pequeno, depois que veio essa turma toda aí e nós saímos porque também já era a nossa hora (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Conforme o recordador Ricardo Vereza, o Museu Vivo tem os seguintes objetivos:

Baseado na experiência de Duque de Caxias, do Museu Vivo de São Bento, criamos o Museu Vivo da Barra do Jucu. Só que o Museu Vivo de São Bento são os professores que tocam. Aqui somos nós voluntariamente. Pra toda a preservação do registro e da difusão da cultura da Barra, tanto seus ícones, personalidades quanto, né suas expressões, como a pesca. [...] O Museu Vivo, não, é um museu de coisa material, não é um museu de coisa antiga é um. É um museu que preserva a cultura e tal, são coisas imateriais da Barra do Jucu, nós somos Ponto de Memória também. Já fizemos várias pesquisas da história do congo, da História da renda de bilro, ele resgatou aqui na Barra, que estava morrendo e é exatamente isso, e o objetivo desse museu é ser uma tenda para estar apoiando e cobrindo as demandas da cultura da Barra, por exemplo, banda de congo precisa de um apoio jurídico a gente, vai lá emprestar CNPJ (Ricardo Vereza, em roda de conversa de 2023).

Na mesma roda de conversa de 2023 que o recordador Ricardo Vereza, João Gervásio foi bem direto ao falar sobre os objetivos da existência do Museu Vivo da Barra do Jucu,

O Museu Vivo da Barra do Jucu, entidade privada sem fins lucrativos, criado em 2015, com o objetivo de apoiar, promover e fortalecer a cultura popular tradicional da Barra do Jucu e adjacências, bem como promover e apoiar ações de construção e fortalecimento da cidadania da população. Esse que é o objetivo do Museu Vivo (João Gervásio, em roda de conversa de 2023).

Complementando, Ricardo Vereza afirma que o Museu Vivo da Barra do Jucu funciona na prática da seguinte maneira:

[...] Outro trabalho do Museu Vivo é a Galeria Livre de Arte sempre exibindo e reproduzindo os ícones da Barra, a história do congo, das pessoas, se você rodar nas ruas você vai ver. As personalidades do surf, tudo de dinheiro de edital, captamos recurso e nós colocamos os artistas da Barra para reproduzir. Então o museu faz isso, capta recursos e faz o dinheiro chegar na ponta. Repassando os recursos para mais de 100 artistas na dança, na Galeria Livre, no congo, na música (Ricardo Vereza, em roda de conversa de 2023).

Da Culturada Viral e do Museu Vivo, surgiu o **Projeto Barra de Rendas**, que faz o **resgate e a valorização da produção das rendas de bilro** na Barra, artesanato tradicional no território e que estava quase extinto, principalmente pela concorrência das rendas industriais. Esse projeto tem contribuído muito para elevar a autoestima da população nativa, tendo hoje mais de 60 participantes (fig. 69).

A **valorização das bandas de congo**, a partir dos anos de 1970 e 1980, foi muito importante para a manutenção da principal manifestação da cultura tradicional do território, a criação da **banda de congo mirim da Barra do Jucu**, em 1988, foi fundamental para a manutenção do congo na comunidade. Mesmo esta banda mirim é mais uma forma de resistência local.

Figura 69- Logotipo do Projeto Barra de Rendas, feito pelo designer César Guedes



Fonte: [Site Issuu](#) (acesso, 09 de junho de 2024)

5.1 OS CONCEITOS DE RESISTÊNCIA E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Nas entrevistas e rodas de conversas realizadas tanto em 2001, 2017, quanto em 2023-2024; bem como nas observações derivadas do trabalho de campo em 2023-2024, percebemos, como forma de *resistência*, a presença das lutas em favor da dimensão cultural e ambiental deste *território*, envolvendo tanto os aspectos de preservação, reprodução, divulgação como de manutenção e resgate da identidade cultural e ambiental. Outro conceito de importância para essa pesquisa é o de *resistência*. Vale destacar que se trata de um conceito multifacetado, sem uma definição objetiva por perpassar diferentes campos e temas. Apesar disso, se mostra relevante para uma adequada compreensão da realidade histórica e social do *território* do Baixo Rio Jucu, especialmente quando consideramos o conhecimento dos sujeitos

nativos.

De uma forma mais geral, este conceito nos informa que as *resistências* atuam sempre contra o poder estabelecido. Em um sentido foucaultiano, a ideia central indica que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1979, p. 91). Partindo das margens em direção ao centro do poder, a ideia de *resistência* nos ajuda a compreender as estruturas sociais ou as regularidades de um campo social qualquer (ALVIM, 2010; ROLLEMBERG, 2015; DELLAMORE; SOARES, 2022). É nesse sentido que Alvim (2010, p. 196, acréscimo nosso) destaca que “para compreender[mos] os dispositivos de poder é preciso, antes, observar[mos] as estratégias antagônicas que se colocam, de uma ou outra forma, contra o mesmo”. Fazer história, ainda segundo este autor, consiste em “sair em busca de oposições” (id. ALVIM, 2010).

Para fins dessa pesquisa, foram mapeadas as associações, ONGs e entidades que participam dos movimentos locais visando a caracterizar o contexto da Barra do Jucu. É preciso destacar que várias ONGs, associações e entidades da Barra do Jucu veem se destacando, na história recente, por suas ações de *resistência* nos campos da preservação ambiental e cultural, tais como a Associação de Moradores e Amigos da Barra do Jucu (AmaBarra), a Associação Barrense de Canoagem (ABC), a Associação de Surf da Barra do Jucu (ASBJ), o Instituto Jacaranema de Pesquisa Ambiental (INJAPA), o Museu Vivo da Barra do Jucu, a Associação de Bandas de Congo de Vila Velha, o Projeto Barra de Rendas, o Ateliê Kleber Galvêas, o Teatro da Barra, o Barra Limpa, entre outras, como alguns que já foram mencionados na seção anterior da pesquisa.

Ainda segundo o conceito, como nos ajuda a pensar Alvim (2010), a *resistência* pode ser refletida a partir de três eixos, a saber:

1-A luta contra os saberes que pretendem tomar para si todos os discursos que enunciam a verdade sobre o sujeito; 2-A oposição contra as formas de poder que separam os indivíduos entre si e daquilo que eles produzem e; 3-A luta contra os dispositivos que interpretam e controlam as relações dos indivíduos consigo mesmo (ALVIM, 2010, p. 197-198).

A historiografia do conceito evidencia que a mais intensa energia da *resistência* é a criação. Quando se deixa de “criar”, e passa-se a querer o poder, desejar dominar, temos a vitória da reação e do negativo (ALVIM, 2010). Essa é a história dos movimentos de *resistência*, a história da criação de novos espaços de

vida e pensamento ainda não capturados pelos dispositivos de poder (ALVIM, 2010). Nesse processo, também identificamos o que Rollemberg (2015, p. 82) destaca como sendo o princípio fundamental do conceito de *resistência*: “a luta pela liberdade e pela dignidade do homem.”.

Nos termos com os quais estamos a trabalhar, a expressão da *resistência* é percebida de forma coletiva. Ou seja, o sofrimento, que pode começar de forma individual, toma consciência de que é um sofrimento coletivo. Como expressão da coletividade, a *resistência* pode ter dois vieses segundo Rollemberg (2015). O primeiro, como ele destaca, indica uma “ação organizada” quanto às estruturas e formas de luta, que costumam se chocar com o poder e ter uma repercussão imediata. Já o segundo se refere à “reatividade social”, “sem heroísmo”, que reconhece a importância da “resistência cotidiana”, anônima. Independentemente do tipo, “resistir é tentar conservar o que o agressor quer mudar”. Também é ruptura reagir contra a dominação. E atacar a ordem política, social, econômica e seus símbolos culturais” (ROLLEMBERG, 2015, p. 87).

Em uma perspectiva sócio-histórica, o conceito de *resistência* nos indica, portanto, uma tensão constante entre a opressão do poder dominante e a *resistência* dos grupos subalternizados. Como abordamos ao longo do presente estudo, essa é uma realidade observada cotidianamente no *território* da Barra do Jucu. Um exemplo disso é a pressão da especulação imobiliária sobre as áreas de preservação ambiental como o Parque Natural Municipal de Jacaranema e o Rio Jucu, além dos processos de *resistência* cotidiana dos sujeitos locais. Essa pressão sempre acontece nas épocas de discussão do Plano Diretor Municipal (PDM)⁶⁹, as grandes empresas de engenharia locais pressionam por novas áreas de ocupação urbana e padrões construtivos mais elevados, para poderem construir prédios cada vez mais altos. Uma parcela da população barrense sempre participa das audiências públicas realizadas para discutir o (PDM), para lutar pela proteção dessas áreas de preservação ambiental que estão sempre em risco.

⁶⁹ O Plano Diretor Urbano (PDM) é um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Ele orienta a ocupação do solo urbano, levando em consideração interesses coletivos, como a preservação da natureza e da história da cidade, e outros interesses particulares, como a opinião dos moradores do Município. Site Soma Urbanismo, acessado em 02/02/2024.

As formas cotidianas de *resistência* dos grupos subordinados relativamente subalternizados, consideradas pelo autor como as “armas dos fracos”, são: “a dissimulação, o corpo mole, as falsas concordâncias, os furtos, a ignorância fingida, a difamação, as fofocas, os incêndios premeditados, entre outras” (OLIVEIRA, 2023, p. 12). São, assim, modos de agir silenciosos, mascarados como expresso na citação que se segue:

As práticas ocultas de resistência são evidenciadas em situações em que determinados grupos contestam as condições desiguais vividas, propostas de cima para baixo. Trata-se de ações “silenciosas” porque, em determinadas situações da luta política, não é favorável declarar publicamente ou desafiar a autoridade social do grupo dominante em questão. Quanto mais ameaçador é o poder, mais espessa é a máscara (OLIVEIRA, 2023, p. 12).

Assim, para os grupos subalternizados, as estratégias políticas têm sido, muitas vezes, a constituição de uma “luta silenciosa”, distante da presença de seus dominantes e do Estado, que detém o monopólio da violência (OLIVEIRA, 2023, p. 12).

Oliveira (2023, p. 13) nos diz que “a ‘aparência de aceitação’ pode significar uma estratégia política, visto que a *resistência cotidiana* está relacionada, dialeticamente, entre o consentimento e o enfrentamento à ordem social dominante”. Isso não quer dizer que “aceitar a submissão” reduz ou anula os conflitos e a subversão da ordem social dominante.

De acordo com Oliveira (2023, p. 14), as *resistências* surgem:

No ‘cotidiano ínfimo’, pois as críticas individuais, geradas no âmbito familiar, na vizinhança ou no ambiente de trabalho são compartilhadas entre os sujeitos, assumindo uma dimensão coletiva de inconformidade, podendo, assim, resultar em consentimentos ou enfrentamentos diretos às classes dominantes e ao Estado. Por isso é importante considerar os ‘discursos ocultos’, como aspectos importantes para o estudo da resistência cotidiana. As resistências cotidianas mostram como os sujeitos se veem nas relações de poder que os cercam em determinadas circunstâncias históricas e como estes pensam e atuam em determinadas condições vividas (OLIVEIRA, 2023, p. 14).

A *resistência* precede do resultado de um processo de interação entre ações e pensamentos no viver cotidiano, o que torna os subalternizados agentes ativos de sua própria história, seguindo seus próprios caminhos e fazendo as suas escolhas complexas, no fazer-se e no agir histórico de todo dia.

Especificamente com relação à *dimensão cultural da resistência*, como destacada por Rollemberg (2015, p. 89-90), estas podem ser “tão significativas, ou até mais, como as que operam na esfera material.” Analisando as formas culturais de origens africanas, Miguel (2001), destaca seu poder de resiliência:

A sobrevivência de formas culturais de origem africana ou sua rearticulação em expressões culturais de novo cunho, propriamente afro-caribenhas, é suficientemente eloquente para sugerir o vigoroso dessas resistências, às religiões afro-caribenhas constituem uma de suas mostras mais ricas e extraordinárias. As resistências dos subalternos no âmbito cultural possuem uma dimensão material que não se pode solapar (MIGUEL, 2001, p. 16).

Na Barra do Jucu, a *resistência* cultural dos grupos subalternizados se manifesta de diferentes formas, desde a manutenção das bandas de congo até os saberes tradicionais como a fabricação de rendas de bilro, tambores e casacas (estes são instrumentos das bandas de congo), entre outras manifestações culturais do *território*.

Como destaca Paiva (2014, p. 4), é por meio do conceito de *resistência*, também envolvendo a *memória*, que “o sujeito africano se firma na historiografia ressurgindo como personagem que resiste à colonização”. Essa menção nos é relevante porque nos indica que o conceito de *resistência* se mostra potente para refletirmos a (re)inserção do subalternizado no papel de agente da história, destacando conhecimento e *memória*. Dessa forma, a *resistência* se torna um vetor analítico. E a *memória* é importante para pensarmos, inclusive, a luta anticolonial, trazendo para o primeiro plano o conhecimento subalternizado, apagado e esquecido.

De acordo com Paiva (2014, p. 8), “as trajetórias de resistência são diversas e multilíneas, o que impede colocar no singular tradição, algo que tem uma manifestação substancialmente plural.” Na Barra do Jucu, essa multiplicidade de formas de *resistências*, está presente nas variadas entidades envolvidas e nos diversos elementos culturais e ambientais que resistem e buscam (re)significar a *memória* coletiva a partir do conhecimento local. Isso nos remete, novamente, a Paiva (2014, p. 9), ao destacar que “ao teorizarmos sobre a resistência, também estamos a tratar de uma práxis que antecede à teoria.” Assim como a *memória*, a *resistência* não é estática, ela envolve uma ação, o que nos exige concebê-la como um processo: “a resistência é, antes de tudo, um processo, multilinear e heterogêneo em suas formas e conteúdos” (PAIVA, 2014, p. 9).

O capitalismo é visto como um fator essencial para o entendimento do desencadear das iniciativas de *resistências*. Tal acontece em relação ao sistema de produção e reprodução do capitalismo, suas ideologias e formas de organizações socioeconômicas que suscitam reações e iniciativas contrárias dos resistentes, também relacionadas às *memórias* tradicionais dos povos subalternizados (PAIVA, 2014). “A resistência é vista especialmente enquanto reação às consequências do capitalismo” (PAIVA, 2014, p. 14).

Segundo Paiva (2015, p. 8), caracterizam a *resistência e a memória* “a manutenção do modo de vida tradicional frente a emergência do capitalismo e a oposição às mudanças sociais e culturais que ele implicava, ressaltando o papel das elites tradicionais como defensoras do status quo pré-capitalista industrial”.

É preciso destacar que há muitas formas de *resistências cotidianas* em pequena escala, sem organização formal ou líderes oficiais. Este é o caso da Barra do Jucu em muitas ocasiões. Logo, a luta social e, portanto, as possibilidades de transformação da sociedade, o que perpassa a elaboração da *memória coletiva*, ocorrem também de forma “quase oculta”, isto é, em pequenos gestos, em cochichos quase inaudíveis e em boicotes invisíveis aos olhos dos grupos dominantes. Como destaca Lopes (2018), a *resistência* possui suas artimanhas, operando de forma inventiva e móvel, nas brechas do tecido social. É nesse sentido que compreendemos o argumento de Oliveira (2023, p. 1), ao argumentar sobre a *resistência cotidiana* “valoriza o cotidiano ínfimo dos grupos subordinados, direcionando o olhar para os discursos e práticas ocultos da luta prosaica como expressão política na interpretação de longa duração dos conflitos de classe”.

O que percebemos, e isso parece ser relevante para a nossa análise sobre a Barra do Jucu, é que a *resistência cotidiana* manifesta o protagonismo da população nativa e simpatizante na construção da sua *memória (tradição)*, destacando os seus métodos de *resistência*, significação da realidade, negociação e adaptação às condições adversas da conjuntura enfrentada. A atenção a isso, como destaca Oliveira (2023, p.2), possibilita “uma análise mais profunda das táticas sutis e das práticas diárias que moldam as trajetórias” e, podemos complementar, a *memória* local. Ao trazermos os “sujeitos da história” como sujeitos ativos da pesquisa, queremos romper com a abordagem sócio-histórica que oculta os sujeitos e seus conhecimentos.

É nesse sentido que nos referimos à *resistência* organizada nos movimentos sociais, culturais e ambientais no *território* da Barra do Jucu, considerando que “a resistência constitui-se no fazer-se da luta cotidiana, pois, além de ser um instrumento de intervenção política na realidade, é também uma forma de subverter a dominação histórica” (OLIVEIRA, 2023, p. 7). Para isso, analisamos as práticas de *resistência* dos sujeitos na construção da identidade cultural local, perpassando, portanto, a construção de suas *memórias* coletivas e a autoestima da população local.

Os conceitos de *resistência* e *memória (tradição)* vão contribuir bastante então, na compreensão histórica e social do *território* do Baixo Rio Jucu e de sua população, bastante envolvida em processos de resgates de *memórias* e de *resistência* social, cultural e ambiental, na história recente do *território*.

5.2 A RESISTÊNCIA LOCAL SEGUNDO ESCOBAR: UM EXEMPLO MARCANTE NO PERÍODO DAS GRANDES INUNDAÇÕES DE 2013

Sobre as lutas e resistências em favor das dimensões culturais e ambientais na Barra do Jucu e a sua manutenção e preservação, exploramos os conceitos de *Antologia Política e Pluriverso* do antropólogo colombiano Arturo Escobar (2015). Para esse autor, a *ontologia política* se refere à:

[...] perseverança das comunidades e movimentos tradicionais de base territorial envolvendo resistência, oposição, defesa e afirmação dos territórios, mas com frequência pode ser descrita de forma mais radical como ontológica [...]. A antologia política é então a análise de mundos e dos processos por meio dos quais se constituem como tais. Ela recitua o mundo moderno como um mundo entre muitos outros mundos. Setores do Estado, graças à pressão dos movimentos sociais, começam a reconhecer a negociação inter-mundos como uma possibilidade historicamente viável (ESCOBAR, 2015, p. 91; 97 – 98).

Com relação à ideia de *pluriverso*, Escobar (2020, p. 31) nos informa que se trata de uma espécie de configuração de “uma grande variedade de mundos que se relacionam e respeitam mutuamente e são co-constituídos, mas tem diferenças entre si”. O autor propõe o *pluriverso* como uma ferramenta para criar alternativas para o Mundo Uno da globalização econômica, plausíveis para os uni mundistas e proporcionar divulgação àqueles outros mundos que interrompem a história do Mundo Uno. Seu principal objetivo, com este conceito, é estudar e avançar nas transições

para um mundo no qual caibam muitos mundos: um *pluriverso*:

O projeto ontológico e pluriversal tem como objetivo propiciar as condições tecnológicas, sociais e ecológicas nas quais múltiplos mundos e conhecimentos, incluindo humanos e não humanos, podem florescer em formas mutuamente enriquecedoras. O projeto pretende desenvolver a ideia de projetos para o pluriverso [...]. O mundo se compõe de múltiplos mundos, múltiplas ontologias e realidades que têm sido excluídas da experiência eurocêntrica ou bem reduzidas a seus termos (ESCOBAR, 2020, p. 34-35).

A diversidade do mundo, o que pressupõem conhecimentos, deve ser respeitada e preservada. “Hoje enfrentamos problemas modernos para os quais já não existem soluções modernas” (ESCOBAR, 2020, p. 35). Assim, os problemas criados pelo mundo moderno e racional eurocêntrico não encontram as suas soluções nessa realidade e passam a buscá-las em outras realidades culturais do grande *pluriverso* existente no nosso planeta.

O modelo teórico tanto de Haesbaert, “*território e territorialidade*”, como o de Escobar, “*ontologia política e pluriverso*”, são conceitos que podem ser mobilizados com eficiência para analisar o contexto e a realidade da Barra do Jucu. Pois, os conceitos de *território* e de *territorialidade* se integram profundamente a riqueza e a identidade cultural da região, tornando essa identidade *territorial* simbólica e cultural um elemento fundamental dessa pesquisa. Enquanto os conceitos de *ontologia política e pluriverso* estão relacionados às atividades de *resistência*, *memória* e preservação da cultura e do meio natural que ocorrem no bairro, tornando esse lugar um rico elemento do *pluriverso*, pois se demonstra, um *território* de conhecimento, saberes tradicionais e com grande identidade cultural local.

Agora citamos um dos eventos mais terríveis que atingiram o território pesquisado nos últimos anos, e que suscitou uma ação importante de resistência local, ontologia no sentido de Escobar, em defesa do Parque Natural Municipal de Jacaranema.

O evento em questão foi a enchente de 2013 após as chuvas extremas ocorridas em dezembro deste ano, acarretando inúmeras áreas de inundações não só em Vila Velha como em todo o Estado. Este evento levou o Prefeito Rodney Miranda a executar uma empreitada de abrir duas valas no interior do Parque de Jacaranema. Achando que esta obra emergencial secaria a cidade que, pelo contrário, ficou várias semanas alagada. Ela desmatou parte da área do parque para

construção das valas sendo que uma na altura do trevo da rodovia Darly Santos (fig. 70) e a outra, próxima a foz do Jucu. Esta última, ao invés de esvaziar bairros da cidade inundados, fez com que o mar entrasse Rio adentro, dificultando o escoamento natural da grande vazão em função das chuvas extremas. Vale lembrar que grande parte do Município de Vila Velha se encontra abaixo do nível do mar ou em planície de inundação. Em outras palavras, parte do Município era, antigamente, inundado naturalmente nos períodos de cheias do Rio Jucu, havendo relatos da existência de lagoas que parecem ter funcionado como áreas naturais de retenção de água da chuva.

Figura 70- Vala aberta no Parque de Jacaranema, em Vila Velha, durante a enchente de 2013



Fonte: Reprodução/ TV Gazeta, publicada em 27/02/2014, [site G1. Globo](http://g1.globo.com) (acesso 09 de junho de 2024)

Agora utilizando as próprias palavras de um dos protagonistas do evento, Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023, procuro mostrar a importância das suas ações de resistência, pessoais, ao questionar e enfrentar a absurdez dessa obra:

Ali foi o seguinte, foi o episódio muito difícil. É, bom 2013, né? A gente tem enchente em 2013, 420 mm em 48 horas. E aí Vila Velha ficou 25 dias embaixo da água e aí o Prefeito quis abrir uma outra foz, né? No Rio Jucu aqui e lá no trevo da Darly Santos. Duas valas acreditando que o rio ia vazar para esses lugares e a cidade ia secar. Um cara maluco, né? Aí quando a gente ficou sabendo disso. É, é, eu liguei, eu já estava em contato com o pesquisador que fez o projeto de macrodrenagem do Espírito Santo que está sendo implementado agora, foi o Doutor Molinas. Então ele é um especialista em catástrofes climáticas da USP e o nosso estudo para gerir essa água hoje

foi feito por ele, que está sendo até investido em Vila Velha, por exemplo, agora esses bombeamentos, essas coisas todas. Então liguei para ele e disse para ele o que estava acontecendo. Que o Prefeito queria abrir duas valas na ideia de vaziar água da cidade. Aí ele riu muito no telefone, falou que o mar ia entrar no rio e que ia piorar a cidade, principalmente quando a maré enchesse e que era para eu ligar para o Secretário urgente para não deixar fazer isso. Que a solução, olha o que que ele me falou, que a solução era para ligar para a empresa x de São Paulo ou do Rio, contratar cinco mega bombas. [...] É uma coisa que você fica em pé com o braço aberto e que em tantas horas, com às cinco ligadas. Ali, é na Estrada do Dique, não era nem 24 horas não. A cidade estava seca (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Diante das evidências baseadas no conhecimento do referido especialista, a empreitada acima pode ser considerada uma aventura estapafúrdia, impensada e desesperada, provavelmente. Uma emergência deve ser, sempre, fundamentada em conhecimentos científicos e saberes nativos, se dando voz ou consultando aqueles que os detêm. Isso não ocorreu naquele momento.

Como diretor do INJAPA, Petrus Lopes tinha como principal preocupação resguardar o Parque de Jacaranema dessa ação absurda do poder público municipal e, ao mesmo tempo, ajudar na resolução efetiva da inundação de Vila Velha. Petrus Lopes ligou para o Procurador do Município e para o Secretário Municipal responsável pelo tema. Nenhum dos dois lhe deu ouvidos. E começaram a fazer as valas. Petrus arrumou uma carona e foi para o local das valas tal como está relatado no testemunho abaixo:

Aí eu liguei pro Secretário, o Secretário desligou o telefone na minha cara, aí eu liguei pro Procurador do Município, ele fez a mesma coisa, como se eu fosse um lunático começaram a abrir as valas. Bom não tinha ônibus, estava tudo parado. Eu consegui uma carona e vim. Como que foi a minha carona? Eu liguei para Gazeta, Tribuna e TV Capixaba, convenci os três que eu estava indo lá na foz tirar os tratores de lá. Aí eles me perguntaram, como que você vai fazer isso? Você quer ver? Vamos lá comigo, entendeu? (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Petrus Lopes chega na obra da vala perto da foz original do Jucu e questiona os tratoristas sobre onde se encontrava o engenheiro responsável, o projeto da obra e os piquetes da vala. Como a resposta foi negativa, ele ameaçou denunciar a empresa dona dos tratores ao Ministério Público. As palavras de Petrus Lopes naquela roda de conversa de 2023 são transparentes:

Aí Tati Braga, que era âncora da Gazeta, que é uma amiga pessoal, falou Petrus vou ou passar na tua casa, te pego aí nós vamos, aí nós entramos na areia de 4x4 e fomos até lá nos cinco tratores gigantes. [...] Quando descí do

carro Max Filho estava encostado no carro dele, de chinelo havaiana olhando tudo. Eu falei “Ei, chefe, beleza fica vendo o que eu vou fazer.” Aí fui e cheguei lá e falei. “Faz favor, o senhor é o responsável aí? O senhor é engenheiro?” “Não.” “Cadê o engenheiro da obra?” “Ah! Não tem engenheiro aqui?” “Ué! Como é que vocês estão trabalhando sem engenheiro? Cadê os piquetes da vala? Quem? Quem que determinou essa vala aqui? Qual é a medição? Cadê o projeto? Não tem nada?” “Não me botaram aqui para fazer isso.” Falei: “Ó! Vou dar quinze minutos para o senhor botar essas cinco máquinas em cima das cegonhas que estão ali. Se em quinze minutos eu não ver alguém botar essas máquinas, o Ministério Público durante um ano você vai ficar sem trabalhar.” Em quinze minutos eu não vi mais máquina, entendeu? (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

O pior ainda estava por vir. Petrus Lopes teve de lidar com dois grupos de policiais diferentes enviados para o prender. Além disso, havia um grupo de populares muito bravos com a intervenção do ambientalista na obra. Momentos sinistros iriam acontecer nesse fato absurdo, mas Petrus consegue reverter bem essa situação perigosa de acordo com suas memórias:

Aí apareceu duas motocicletas de polícia que o Prefeito tinha mandado para me prender. Os dois policiais eu almoçava com eles todo dia em Vila Velha, os caras eram meu fã. [...] “Porra é você? Fala que a gente nem veio aqui.” Foram embora, juro por Deus. [...] Apareceu trinta pessoas ali no asfalto, todo mundo me olhando, falando e gesticulando para mim. Eu, às três TVs com as câmeras no play que a gente combinou. [...] Aí vem dois senhores, de 60 anos de bermudas, os dois de bermuda jeans e blusa branca aberta, com três cordão de prata, o tipo do crime, sabe um negócio meio assim. Tati Braga estava aqui na minha frente, ficou apavorada. Um colocou no meu ombro de jeito que o outro colocou do outro lado. Falou “Aí, meu irmão pessoal ali veio para te linchar, falaram lá no bairro que você está tirando os trator aqui que o bairro não vai secar.” Eu falei assim. “Puxa, que sacanagem enganando vocês, hein? Aí eu falei assim vamos lá na vala ver se a água do rio está saindo ou se o mar está entrando.” Aí eu levei uns caras lá quando a gente olhou. O mar entrando no rio, eu falei, olha só o que estão fazendo com vocês, é para vocês saírem da Rodovia do Sol para não fechar a rodovia, porque o bairro de vocês está embaixo da água. Para a economia voltar a funcionar e botar essas máquinas aqui para enganar vocês, porque isso aqui só vai encher o rio de água, aí os caras entraram na minha explicação, ficaram do meu lado, todo mundo veio olhar a vala, e todo mundo falou: “Aqueles filha da puta da Prefeitura, tão enganando a gente, minha mulher tá lá em cima de uma mesa grávida” (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Contra a inundação, estava acontecendo um protesto bloqueando a Rodovia do Sol naquele momento, pela população dos bairros Darly Santos e Pontal das Garças. Localizados na margem esquerda do Jucu, estes dois bairros foram muito afetados pela inundação (fig. 71 e 72). A Prefeitura tentou manipular as pessoas no protesto contra a ação de Petrus Lopes de evitar a construção das valas. Depois,

ainda chegou um outro grupo de policiais para o prender segundo sua narrativa abaixo:

[...] De repente chega uma caminhonete da polícia militar. Os caras saem com as metralhadoras com dedo no gatilho e pergunta se eu sou o ambientalista que tinha tirado as máquinas, entendeu? Aí chega Alberto Pêgo que fez nada, estava lá do lado da Prefeitura. E depois chegou Walcy que ficou me olhando de longe. [...] Aí eu falei “Sou eu mesmo, pois não.” “Não que a gente veio aqui para te levar para a delegacia, porque você está obstruindo aqui não sei o que público.” Falei, “Vamos fazer o seguinte, você vai me levar, beleza? Mas nós vamos lá olhar primeiro, a vala está bom?” Fomos olhar a vala e falei “Ó! Estão enganando vocês dois, estão enganando aquele pessoal e estão enganando a população inteira. Olha a água do mar entrando aqui no rio, estão gastando o nosso dinheiro para não fechar a rodovia para esse pessoal não ficar fazendo baderna lá na rodovia. E para abafar o problema, aí vocês vão me levar preso? Eu estou aqui desde criança, olha a minha mão suando, pingando aqui, ó, quando eu cheguei aqui ver esse desastre aqui, eu cresci nesse lugar. Vocês vão chegar aqui agora e destruir tudo? Você acha que a vida é assim? Não vai destruir. Eu não vou deixar” (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Convencendo os policiais das más intenções da Prefeitura apontando o avanço do mar pelo Rio, Petrus Lopes conseguiu não ser preso novamente. A imagem da vala e da água do mar entrando para o Rio e não mais a vazão do Rio saindo para o mar, como era esperado, foi bastante convincente para comprovar que a obra emergencial não alcançava o objetivo inicialmente esperado como abaixo na citação. Contudo, com a chegada do Secretário de Meio Ambiente, os ânimos se acirraram ainda mais segundo este mesmo relato de Petrus Lopes:

Aí sabe o que os caras fizeram? Falou: “Meu irmão fica tranquilo que você tá certo, já estou cansado de fazer esse tipo de coisa para político, para ficar fazendo coisa pessoal.” [...] Chegou o Secretário de Meio Ambiente, era o Jader. Ele que mandou a galera ir lá me bater que depois eu fiquei sabendo. Ele chegou achando que aquela galera estava com ele, que todo mundo estava ali querendo me socar né? Só que estava todo mundo já querendo pegar ele. Ele me peitou assim, ó. “Quem é você para chegar aqui e fazer isso?” Falei: “Sai de perto de mim, que eu vou te moer na porrada aqui agora.” Aí, o policial. É tem a gravação. Aí o policial, os dois seguraram um da gente, entendeu? Nesse momento, as trinta cabeça que estava querendo me bater... (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Figura 71- Bairro Pontal das Garças afetado pela inundação do Rio Jucu em 2013



Fonte: Deina, Miquelina Aparecida.

Alterações Hidrogeomorfológicas no Baixo Curso do Rio Jucu (ES) / p.121, 2013.

Com este conflito, a polícia teve que intervir para separar as duas pessoas. O povo do protesto que estava no local, se voltou contra o Secretário. É aí que Petrus Lopes vai embora e a obra de abertura das valas para depois de toda essa confusão. O desfecho de tudo está nas palavras de Petrus:

[...] Começou a falar assim: “Você é um safado, secretário, seu filho da puta. Seu enganador, está enganando a gente.” Aí Tati Braga foi no meu ouvido, falou assim: “Aí acaba a história, vou embora”. Me puxou, vamos de costas, a gente andou de costas. Entramo na caminhonete o cara ligou o motor e nós fomos. Fiquei dez dias sem botar o nariz para fora de casa, o Cláudio Vereza me ligava todo dia perguntando se eu queria uma polícia militar na minha porta, Carminha. Você entendeu? Era mais legal roubar dinheiro, cavando a praia, fazendo hora máquina (Petrus Lopes, em roda de conversa de 2023).

Figura 72- Visão aérea panorâmica do impacto provocado pela ocupação das margens do Rio Jucu na inundação de 2013



Fonte: Deina, Miquelina Aparecida.
Alterações Hidrogeomorfológicas no Baixo Curso do Rio Jucu (ES) / p.123, 2013.

Essa verdadeira epopeia termina dessa forma. As obras das valas param por aí, mas o estrago em Jacaranema já tinha sido grande. A primeira vala perto da foz original já tinha sido aberta e devastado uma parte significativa da restinga da Praia da Barrinha. A outra vala, perto da rotatória da Rodovia Darly Santos, já tinha sido desmatada (fig. 70), mesmo ainda faltando as máquinas cavarem mais aprofundando a vala já iniciada. Felizmente, isso não foi feito após a intervenção de Petrus Lopes com a presença da TV estadual. Esta descrição detalhada ilustra o despreparo do poder público em lidar com situações de emergência e desastres em tempos pós o grande desastre de maio no Rio Grande do Sul, isso é no mínimo preocupante. Por outro lado, evidencia a força da resistência local em prol da proteção e preservação do território.

Em entrevista para o site do Museu Vivo da Barra do Jucu, em 2017, Claudio Vereza narra sobre as importantes discussões sobre o PDM e os efeitos das chuvas de 2013 no território do Baixo Rio Jucu durante o governo do Prefeito Rodney Miranda:

Entre os anos de 2013 e 2016, na gestão do Prefeito Rodney Miranda continua uma discussão intensa sobre o PDM municipal, com grande participação da comunidade local. Quando ocorrem as grandes chuvas de 2013, a um grande ataque à reserva para abrir um novo canal de ligação entre o Canal Guaranhuns com o mar, visando escoar a água da chuva com maior velocidade, esta obra não alcança o objetivo previsto e provoca a destruição de uma parte do Parque (Claudio Vereza, em entrevista para o site do Museu Vivo da Barra do Jucu, em 2017).

Um outro relato corroborando as descrições acima é o de Sathler (2017), quando nos exemplifica bem os efeitos das grandes chuvas de 2013 sobre Vila Velha e sobre o Parque Natural Municipal de Jacaranema, descrevendo a destruição do Parque promovida, então, pelo poder Municipal:

A mídia não noticia o drama das chuvas e artistas se manifestam, em 22 de dezembro de 2013. [...] A repercussão nacional aconteceu quando Ivete Sangalo postou e outros artistas a repercutiram, como Mr. Catra. [...] Decretada situação de emergência em Vila Velha e outros Municípios do Espírito Santo, em 23 de dezembro. [...] A chuva supera os 700 mm no final de dezembro. Recorde histórico no Espírito Santo. A portaria nº 151, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, reconheceu no mesmo dia a situação de emergência da cidade de Vila Velha. As chuvas forçaram mais de 40 mil capixabas a abandonarem seus lares e 24 óbitos foram registrados. Os bombeiros afirmaram ser o maior desastre ocorrido no Estado, afetando 3.452.872 pessoas, quase 90% da população, e 55 Municípios dos 78 existentes. [...] Rodney Miranda autoriza rasgo na praia de Jacaranema, em 26 de dezembro de 2013. [...] Sem estudos ou consulta popular, protegido legalmente pelo estado de emergência, Rodney autoriza abertura de uma vala na praia de Jacaranema, na tentativa de aumentar a vazão e diminuir a enchente do rio Jucu. Contudo, a água do mar invadiu o rio Jucu e a abertura foi fechada às pressas. [...] O ambientalista Petrus Lopes, do INJAPA, acreditando na ineficácia da medida, interveio e desligou os cinco tratores que trabalhavam na abertura do canal. Acompanhado da Polícia Militar, Jader Mutzig Bruna⁷⁰ compareceu ao local e questionou a interrupção. Ocorreu uma discussão acalorada entre os dois, televisionada pela TV Gazeta. [...] São suspensas as licenças para construções em áreas alagáveis de Vila Velha, em 28 de janeiro de 2014. [...] Os alagamentos perduraram quase por todo o mês de janeiro. [...] Moradores de Vila Velha reclamaram da postura da Prefeitura, em 27 de fevereiro de 2014. [...] MPES notifica Prefeito e Secretário de Meio Ambiente e Obras, em 06 de março de 2014. [...] São notificados para que recuperem os danos causados no Parque Municipal de Jacaranema. [...] A excessiva quantidade de água expõe o calamitoso controle de ocupação do solo e a precária macrodrenagem urbana da cidade (SATHLER, 2017, p.110-121).

Enfim, a descrição feita evidencia e ilustra uma forma de ação direta de resistência, no caso, em favor da preservação do Parque Natural Municipal de Jacaranema. Este tipo de ação de resistência lembra muito o conceito de Escobar de ontologia política, considerada como uma resistência exercida para manter a

⁷⁰ Jader era Secretário de Meio Ambiente e Obras do Município de Vila Velha.

identidade ambiental e cultural tradicional, nativa de um território. Ela tenta evitar a sua destruição por forças desenvolvimentistas externas a comunidade, no exemplo dado, forças advindas do poder público municipal em momento de emergência climática.

5.3 JACARANEMA DESDE OS SEUS PRIMÓRDIOS: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DE LUTAS E AÇÕES DE RESISTÊNCIA TERRITORIAL

A partir da década de 1970, a emergência de um movimento ambiental complexo e multifacetado, dotado de grande participação na esfera pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da contemporaneidade. As ideias desse movimento penetraram fortemente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e em diversos aspectos da arte e da cultura (PÁDUA, 2010).

O historiador ambiental busca “utilizar suas observações pessoais sobre as paisagens, clima, flora, fauna, ecologia e as marcas rurais e urbanas que a cultura humana deixa nessas paisagens” (DRUMOND, 1991, p. 184). Para a história ambiental é muito importante, então, o trabalho de campo com a realização de entrevistas, rodas de conversa e conversas informais ao lado das consultas a arquivos e cientistas locais.

De acordo com Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023, em finais da década de 1950, Antônio de Oliveira Santos, proprietário do terreno onde estava a mata situada à esquerda da ponte sobre o Rio Jucu, citada nos manuscritos do príncipe Maximiliano, resolveu cortar e vender sua madeira para alimentar os altos-fornos da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), de onde também era acionista (majoritário). Seu Honório de Oliveira Amorim (antigo Mestre da banda de congo da Barra do Jucu), foi um dos machadeiros contratados para essa empreitada.

A mata que o naturalista príncipe Maximiliano tanto ressaltou, à esquerda da “Ponte Velha”, ficou abandonada depois da agressão que sofreu na década de 1950. Decorridos mais de 25 anos, intocada, começou a se recuperar com vigor e a tomar conta de todo o território que vai da Barra do Jucu até depois da “Ponte Nova” da Rodovia do Sol, denominada Waldir Zanotti. Então, a partir de 1976, o pintor Kleber Galvêas, que havia mudado para a região em março de 1974, aliado a Seu Alcides Gomes da Silva e Seu Honório de Oliveira Amorim (principais representantes do

congo local), começou a desenvolver ações no sentido de desapropriá-la e criar ali uma área de preservação ambiental, conjuntamente com a foz do Rio Jucu, seu manguezal e juncos remanescentes. O Morro da Concha foi posteriormente incorporado, assim como a mata a oeste da Rodovia do Sol, por ação da Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental (Avidepa), na pessoa do seu Presidente César Musso.

Nessa época, Kleber Galvêas, que participava ativamente do resgate da banda de congo da Barra do Jucu, conversou com o Mestre Honório de Oliveira Amorim e com o Presidente Alcides Gomes da Silva sobre o assunto. Acompanhados da bióloga Bárbara Weinberg, fizeram pesquisas na área e os dois conguistas deram o maior apoio à ideia. Juntos percorreram a mídia sensibilizando jornalistas mesmo numa época em que ecologia era quase sinônimo de subversão (Kleber Galvêas era chamado pelos Oliveira Santos, de comunistinha da Barra do Jucu e nunca foi filiado a partido político, a não ser uma curta participação decepcionante no Partido Verde, PV, por menos de um ano). E para fechar o grupo convidaram o Dr. Geraldo Pignaton, que também participava ativamente da banda de congo. Seus irmãos Fernando Pignaton e Eduardo Pignaton, trabalhando na PMVV, trouxeram a cooperação de duas biólogas recém-formadas, ligadas à PMVV- administração de Vasco Alves: Caria e Penha. Ambas participaram ativamente da demarcação da área.

Segundo Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023, foi organizada uma manifestação com uma apresentação da banda de congo em frente à Prefeitura de Vila Velha, pela desapropriação da região, como patrimônio natural do Município. O Prefeito já havia ido embora, estando em casa. Kleber Galvêas, apoiado por Eduardo Pignaton, fizeram um folheto e panfletaram, promoveram um movimento de aglutinação soltando foguetes e tocando congo. César Musso levou a repórter “Colibri” do Ronda da Cidade, Viorlene de Carvalho, até a casa do Prefeito e eles o trouxeram para ver a manifestação. Dr. Américo Bernardes viu e ouviu tudo, aceitou a reivindicação, assinando a primeira desapropriação da área, logo após. Documento preparado pelo Procurador da Prefeitura, Dr. Audifax de Almeida Cavalcanti. Não efetuado o pagamento da indenização, o Prefeito seguinte, Gottifrio Alberto Anders, acabou revogando este ato. O decreto foi restabelecido pelo Prefeito seguinte, Vasco Alves, incluindo na área a outra margem do rio Jucu (fig. 73).

Figura 73- Panfleto para divulgação do ato em defesa de Jacaranema, organizado em 1981, por Kleber Galvêas e os Mestres do congo (Honório de Oliveira Amorim e Alcides Gomes da Silva)



Fonte: [Site do Museu Vivo](#) (acesso 09 de junho de 2024)

Nesse período, segundo Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023, ele já fazia parte do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e este conselho tinha o poder de tomba e proteger patrimônios históricos e naturais. Para isso era necessário comprovar o valor da área em questão como de notório valor paisagístico. Com esse objetivo Kleber Galvêas procura os jornalistas dos grandes meios de comunicação locais de então: Júlio Fabris, Paulo de Paula, Darly Santos e outros para, numa série de reportagens, chamar a atenção para a região a ser tombada, valorizando-a. Artistas como Heidi, Orlando Bonfim e Áurea Pignaton e o Prefeito Vasco Alves, foram levados a percorrer de barco a área e a dar depoimento sobre a "paisagem natural notável" que observavam. Toda a documentação relativa a essas ações foi anexada ao processo de tombamento e encontra-se no Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Em roda de conversa de 2023, Anita Bonadiman, nos relata a sua participação no movimento de tombamento de Jacaranema,

[...] E Jacaranema, eu participei assim fazendo abaixo-assinado com os meus alunos todos lá de Itaparica e da Barra do Jucu. Todas as aulas parava explicava o que era Jacaranema e ninguém nunca tinha ouvido falar o que era Jacaranema. E aí a gente passava a lista, eles assinavam, aqui na Barra, eu trabalhava aqui também no Marcílio Dias (escola estadual), fiz a mesma coisa aqui. [...] Esses documentos estão lá no ato de tombamento, todas essas listagens (Anita Bonadiman, em Roda de Conversa de 2023).

O pedido de tombamento partiu da banda de congo da Barra do Jucu, em 1983. Seu Honório de Oliveira Amorim e Seu Alcides Gomes da Silva, respectivamente Mestre e Presidente da mesma na época, apoiaram a ideia e foram levados para várias entrevistas nos meios de comunicação, defendendo o tombamento e fornecendo inúmeras informações sobre a área. Essa estratégia foi importante também porque aí Kleber Galvêas ficou livre para votar no Conselho no dia da votação do tombamento, um voto sim a mais. Tal participação resultou ainda na grande divulgação da banda de congo local, até então obscura no cenário estadual. Foi finalmente tombada, a pedido da banda de congo, a mata hoje chamada Jacaranema, em 1986, pelo Conselho Estadual de Cultura, que em comitiva visitou o lugar. Como resultado dessa grande articulação e envolvimento da comunidade local, alcançou-se grande repercussão e outras iniciativas do gênero se sucederam no Espírito Santo, inspirando o capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição de 1988.

Conforme Anita Bonadiman, em roda de conversa de 2023, o nome Jacaranema surgiu dessa forma:

O sobrinho de Rose, aquela nossa rendeira, o Joãozinho Valadares, ele que foi a primeira pessoa que a gente viu falar Jacaranema. Ele morava em frente lá de casa. Aí ele saía para caçar, “Vai aonde Joãozinho?” “Jacaranema”, não entendia, falava às pressas assim sabe, a gente não entendia o termo aí, Kleber foi pesquisar o que é que era isso com o tupinólogo Dr. Sebastião Sebastianes Figueiraujo? É etnógrafo. Tupinógrafo. Aí que explicou “jacaré que catinga”, aí. Uns falavam Jacaranema, né? Antigamente falavam Jacarenema, depois passou a Jacaranema (Anita Bonadiman, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas ajuda a elucidar de onde surgiu o nome Jacaranema para o Parque:

Agora o nome para aquilo ali, eu tinha dois vizinhos, dois garotos, Amintas e o Joãozinho Valadares, moravam em frente da minha casa. Eles de noite, eles saíam com um saco, com cavadeira, com... eu disse "Ué! Vocês vão para onde?" "Zararanema". "Para onde?" "Zararanema." "Aí, meu Deus do céu, para onde?" Chamei Anita para ela ouvir e ver se conseguia entender esse dialeto que eu não entendia de jeito nenhum, aí Anita chegou a conclusão que era Jacaranema. [...] Aí eu fui olhar os mapas antigos de Vila Velha e vi que Jacaranema era ali no Tamoio, aonde fizeram um loteamento, né? Ao sul da comunidade. Jacaranema é no norte, aqui no sul, aqui da Barra, né? Mas nós precisávamos de um nome para essa área que a gente pretendia, desapropriar, de início era desapropriar, né? Aí jogamos Jacaranema para o outro lado do mapa (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

Ainda sobre o nome da reserva, em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas traz outras informações interessantes e importantes, sobre o trabalho da população nativa sobre os termos indígenas originais:

[...] "Nema" mau cheiro, então jacaré que catinga, né? E foi a tradução. Jacarenema, e aí no processo de tombamento eu lasquei lá Jacarenema, mas aí eu acho que eu cometi um erro terrível, porque eu desprezei o trabalho do ambiente, da população local, e outra coisa, quando você fala Jacaranema você quase faz uma careta ó Jacarenema. Quando você fala Jacaranema quase que você tá cantando falando uma poesia, né? Aí eu falei para esse negócio soar bem no ouvido do pessoal, tem que ser Jacaranema e não Jacarenema. Quando fizeram a banda de congo "Tambores de Jacaranema", aquele menino que tomava a frente lá dentro e os outros lá da banda foram lá em casa. O Beto Pêgo. Isso foi em 2000. Para dirimir a dúvida Jacaranema ou Jacarenema? Eu disse "Olha, eu acho que vocês devem colocar em respeito à cultura local Jacaranema, né?" E aí, botaram Jacaranema, graças a Deus (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

Na época do tombamento, em 1986, a única região da localidade que podia ser considerada de mata, com uma grande extensão contínua, era Jacaranema. Outras como Tapera Grande e Pequena, foram transformadas em pastos; a Tapera, em campo de treinamento do Exército e hoje em área de extração de areia; o Juçarã, em loteamento e depois em ocupação urbana desordenada e; a Boca do Mato, nas proximidades da Lagoa de Jabaeté, em pasto e também em ocupação urbana desordenada, somando assim uma grande área de destruição, que em muito influenciaria o ecossistema e a cultura local (Entrevista de "Seu Alcides Gomes da Silva" e "Seu Honório de Oliveira Amorim" A tribuna de 09/08/1981, relativa ao desmatamento no território do Baixo Rio Jucu e a preservação da mata Jacaranema). Com essa destruição, várias pessoas que sobreviviam na dependência da lenha seca

das matas para vender e cozinhar, da caça, da pesca, das plantas para remédio e benzimento, dos rios, das terras para plantar, foram tendo que mudar gradativamente a sua forma de vida e buscar em outros lugares a sua subsistência.

Hoje, segundo Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023, e em entrevista de 2001, mesmo após esse continuar do processo de destruição irracional (sem conhecer o potencial das coisas) a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) se mantém fechada dentro dos seus muros, em vez de fazer pesquisas relevantes sobre fauna e flora local. Ele ainda acrescenta: "Nós só lutamos pelo que amamos e só amamos o que conhecemos". Sequer há uma preocupação em registrar as informações acumuladas por gerações que aqui viveram, para uma avaliação e registro histórico. Em 1997, Jacaranema, sem ser desapropriada, foi transformada, por iniciativa do Deputado Estadual Claudio Vereza, na Reserva Natural Estadual de Jacaranema. E em Parque Natural Municipal de Jacaranema, pelo Prefeito Max Filho, em 2003. Grande parte de sua área é agora defendida por leis federais, como Áreas de Preservação Permanente (APP) como: margem de rio, manguezal, restinga, terreno de marinha etc. Entretanto, a área vem sofrendo grande pressão da especulação imobiliária, principalmente com a duplicação da Rodovia do Sol, e a construção de um shopping center em suas proximidades. Esses projetos implicaram na valorização da área que há quarenta anos atrás poderia ser resgatada por valor muito inferior. A lentidão das ações governamentais tem resultado em prejuízos aos proprietários e dificultado a desapropriação das áreas não protegidas como APP. Com essa pressão toda, será complicado manter a área preservada. Ao norte, a área ocupada já adentrou alguns metros na reserva, nas proximidades do Motel Dunas foram colocadas cercas em alguns terrenos, e está sendo pavimentada uma rua com projeto recente de estender o calçadão e a ciclovia pela orla de Itaparica até a foz do Rio, e ao sul, uma parte que era um campo descoberto foi aterrada. Posteriormente a obra prevista foi embargada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), por intervenção da comunidade local e da AmaBarra, órgão não governamental de defesa ambiental local.

De acordo com Sathler (2017), "o Parque Municipal de Jacaranema é vítima do abandono do poder público e vem, sistematicamente, sofrendo inúmeras degradações, como a caça e a pesca predatória, a extração ilegal de areia, invasões e despejo de esgoto in natura" (SATHER, 2017, p.6). Mas o principal de todos os problemas para sua preservação é a pressão da especulação imobiliária e a ocupação

sistemática da área de amortecimento do parque, que ajuda a proteger Vila Velha das inundações em épocas de grandes chuvas. À medida que as demais áreas não ocupadas, os terrenos livres do Município estão se escasseando, especialmente no litoral, a pressão sobre Jacaranema e seu entorno está aumentando cada vez mais.

Também de acordo com Sathler (2017), os resíduos de algumas indústrias chegam ao Rio Jucu praticamente in natura, contaminando a reserva. “Pesquisadores da UVV informam que necropsias de lontras encontradas mortas denunciaram alterações morfológicas de fígado, um indicativo de que esses animais sofreram alguma intoxicação” (SATHLER, 2017, p. 27). Com o surgimento da Grande Terra Vermelha nas proximidades do parque natural, a caça e a pesca se intensificaram na área, “problemas que acometem a unidade de conservação ainda hoje. Algumas das lontras necropsiadas na UVV foram encontradas também com estilhaços de chumbo” (SATHLER, 2017, p. 33). Sinal de que os caçadores estão em ação.

Sobre a questão da especulação imobiliária no litoral de Vila Velha Sathler (2017), exemplifica a pressão que o Parque Natural Municipal de Jacaranema sofre atualmente:

O metro quadrado (m²) dos apartamentos localizados em frente ao mar e próximo ao parque, na Praia de Itaparica, podem ultrapassar R\$ 6.500,00, conforme dados divulgados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo. São edificações de alto padrão, dotados de imóveis, muitas vezes, com mais de 300 m², construídas principalmente pelas empresas Grand, Galwan e Lorenge. A maior especulação imobiliária do Estado se encontra em Vila Velha e as edificações com muitos pavimentos aumentam a descarga nos canais fluviais, cuja capacidade de vazão encontra-se sobrecarregada, agravando os alagamentos. [...] Por ser à beira-mar, a área da reserva possui um valor de mensuração bilionária para o mercado imobiliário. [...] Nesse cenário, a sociedade civil e o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) se posicionam contrários ao que consideram abusivo, insustentável e ilegal, mas, por outro lado, muitos pressionaram para que as regulações do Plano Diretor Municipal (PDM) se tornem mais amplas, abrangentes e vagas possíveis, havendo o risco de extinção do Parque Natural Municipal de Jacaranema e aumento da fragilidade da cidade de Vila Velha às chuvas (SATHLER, 2017, p. 37-39).

Infelizmente nós estamos vivendo na ditadura do capital e cada vez mais os proprietários dessa área, uma das últimas áreas verdes do Município, pedem mais dinheiro por sua indenização, o que se justifica pela valorização das terras. Uma verdadeira fortuna por uma área que, em sua maioria, está sob a tutela das leis federais de proteção ambiental, faltando apenas vontade política para finalizar a questão pagando-se a devida indenização pelas áreas não incluídas como APP, como

determinam as leis brasileiras. Enquanto essa questão não é resolvida, vários incêndios criminosos vão ocorrendo, em estratégia para descaracterizar o parque e futuramente avançar na ocupação,

O autor também nos mostra como o Parque Natural está sendo cercado por ocupações urbanas em sua zona de amortecimento, tanto por ocupações populares como a Grande Terra Vermelha, como por condomínios e ocupações de luxo (fig. 74),

Em 2009, a Galwan lançou o Riviera Park, um loteamento rente ao limite oeste do Parque Natural de Jacaranema, em sua área de amortecimento. O loteamento tem cerca de 370 mil metros quadrados totalizando 310 lotes de 650 metros quadrados em média, acolhendo, em previsão, 1240 pessoas. [...] A Teixeira Holzmänn é especializada na construção de loteamentos e condomínios horizontais. O Royal Park Jacaranema é um empreendimento dessa empresa paranaense e ofertou cerca de 140 lotes na Estrada de Itapuera. No limite do Parque. [...] O Green Village é o maior loteamento previsto para a região. Encontra-se situado na baixada de Guaranhuns, entre a Rodovia do Sol e a Rodovia Darly Santos. Uma área de 990 mil metros quadrados. O fundo do loteamento tem servidão sobre o Dique do Rio Jucu. A área prevista se insere na bacia de inundação do Rio Jucu e o Decreto Municipal nº 019/2014 a englobou, proibindo a construção e a impermeabilização do solo no local. A casa do ex-prefeito Vasco Alves é o maior dano ocorrido em Jacaranema até o momento, um aterro que transformou o solo e destruiu a vegetação nativa. O terreno de sua residência encontra-se dentro da área da reserva e é a única infraestrutura dessa natureza no seu interior (SATHLER, 2017, p. 187-203).

Recentemente (2024) a área da residência do ex-prefeito Vasco Alves foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Vila Velha e vai servir possivelmente como parte da infraestrutura do Parque Natural Municipal de Jacaranema. Já a área em frente ao Shopping Center e ao do trevo da rodovia Darly Santos foi liberada pela Câmara de Vereadores para a construção de prédios, numa região que faz parte do Parque de Jacaranema, a especulação imobiliária continua a agir fortemente nesse território.

Figura 74- Condomínio Riviera Park, vizinho do Parque de Jacaranema em destaque, construído em sua área de amortecimento



Fonte: Deina, Miquelina Aparecida.

Alterações Hidrogeomorfológicas no Baixo Curso do Rio Jucu (ES) / p.141, 2013.

Sathler (2017), também nos informa sobre as ações das classes políticas e empresariais, pressionando a existência do Parque natural e a preservação ambiental em Vila Velha:

A reconciliação de conflitos não acontece. De fato, não existe envolvimento da sociedade na formação das regulamentações ou políticas, apenas a classe política vigente, muito coesa, realiza as decisões entre si, atendendo o interesse dos grupos empresariais. [...] Ocorrem claras violações dos princípios democráticos, há falta de representatividade política e a sociedade civil organizada foi alijada dos seus espaços usuais ou dos efeitos desses, estando, no momento, em conflito com o poder público instituído (SATHLER, 2017, p. 206 e 211).

O crescimento da ocupação urbana da Região Administrativa 5 de Vila Velha diminui rapidamente a extensão de áreas disponíveis para absorção de água pluvial nas planícies de inundação do Rio Jucu. E isso em ambas as margens porque a margem esquerda fica na R. A. 2 de Vila Velha. Assim como nas proximidades do Dique Guaranhuns. Segundo Sathler (2017),

Quanto mais aterrado e impermeabilizado o solo na Região Administrativa 5, mais degradada a zona de amortecimento do parque e também pior a qualidade de vida de toda a Vila Velha. Portanto, a ocupação da Região 5 deve ser detalhadamente organizada e limitada (SATHLER, 2017, p. 218).

Uma alternativa que parece interessante é indenizar uma parte da área para fazer um centro de pesquisa, atraindo a atenção e a colaboração de entidades como o Greenpeace, sempre atuante e muito virtuosa nas causas que abraça. Com o apoio dessas entidades internacionais, quem sabe sensibilizamos os nossos governos para efetuar a desapropriação do restante da área, e ali estabelecer projetos, em parceria, de pesquisas com interesse global. Sozinhos, nós capixabas pressionamos o governo há mais de quarenta anos e somos sempre enrolados quanto à desapropriação.

Agora em 2023-2024, a Prefeitura de Vila Velha deu seus primeiros passos na direção proposta acima, desapropriando algumas áreas do Parque Natural Municipal de Jacaranema, a oeste da Rodovia do Sol, onde estão as maiores partes não protegidas como APP. Ali em seu extremo sul, está sendo construído agora o Centro de Educação Ambiental do Parque. Isso é uma ótima notícia, agora é acabar a obra, administrar bem, incentivar a pesquisa, e continuar desapropriando as partes não protegidas como APP. Também será construída nesta área a Primeira Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, com a finalidade de ajudar a proteger o parque (fig. 75).

Por trás dessa área a oeste da Rodovia do Sol existe o loteamento Santa Paula I, e às vezes temos problemas com as casas que fazem fronteira com a mata, que tentam ganhar terreno invadindo o parque. Hoje esse problema está mais controlado com o funcionamento do Conselho Gestor do Parque de Jacaranema, que pode acionar uma fiscalização mais ativa da comunidade e da Prefeitura.

Na parte norte do parque, nas proximidades do motel Dunas e do trevo da rodovia Darly Santos, a pressão da especulação imobiliária vem aumentando muito. Além da construção de um calçadão, de uma ciclovia e da pavimentação do trecho da antiga rodovia Rio de Janeiro X Vitória, que fica no interior do Parque, estão sendo feitas mudanças no PDM para permitir a construção de prédios avançando parque adentro, até o trevo da rodovia Darly Santos, causando assim, grande prejuízo ambiental ao território.

Figura 75- Construção do Centro de Educação Ambiental do Parque Natural Municipal de Jacaranema



Fonte: [Site da PMVV](#) (acesso 25 de junho de 2024)

Conforme roda de conversa de 2023, César Guedes nos informa da relação intrínseca entre meio ambiente e a cultura na Barra do Jucu, dando o exemplo basilar da relação entre a Barra do Jucu, e sua cultura tradicional, e o Parque de Jacaranema:

[...] Eu acho que a partir do momento que, por exemplo, se a gente perde Jacaranema, ou se tem uma especulação imobiliária intensa aqui, todo o nosso aporte cultural vai por água abaixo também. Que vem uma introdução assim do urbano de outras pessoas, de outros ambientes e que vai transformar esse lugar, então é por isso que eu acho que ainda quando a luta, preservação ambiental, é muito ligada à luta da preservação cultural também, entendeu? Eu acho que a Barra do Jucu existe por causa da Jacaranema e Jacaranema existe por causa de Barra do Jucu. Eu acho que um dia se falhar um ou outro, nós vamos morar num condomínio ali, sabe, daqui a pouco tá cheio de prédio aqui e nós não temos mais, vamos perdendo essa característica (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Ricardo Vereza faz um relato sobre Jacaranema e sua importância para a comunidade da Barra do Jucu (fig. 76):

[...] Não, a gente entende Jacaranema como um grande patrimônio só que está passivo, a gente tem que tornar um patrimônio ativo para atrair turismo, educação ambiental, entendeu que fica esse passivo lá parado. A gente quer que tenha movimento. A população está precisando se mobilizar e fazer movimento. E o Museu Vivo, que também quer trabalhar a cultura ambiental, vai estar puxando agora para o [...] (Ricardo Vereza, em roda de conversa de 2023).

Figura 76- Parque Natural Municipal de Jacaranema



Fonte: Prefeitura Municipal, [Site Ipatrimonio](#), (acesso 09 de junho de 2024)

5.3.1 Linha do tempo da luta por Jacaranema⁷¹

Os fatos que marcam a história do Parque Natural Municipal de Jacaranema compõem a linha do tempo abaixo com dados de várias referências - conversas informais, livros, rodas de conversa, site do Museu Vivo da Barra do Jucu, entrevistas, enfim, informações de um vasto levantamento.

1- **No começo do século XVIII:** A parte do Morro da Concha que mais avança para dentro do mar foi doada para o Convento da Penha, em troca da promessa atendida que volta-se a dar peixes na Barra do Jucu. Duas vezes por semana, o sacristão vinha do Convento com alguns escravos, para recolher o pescado e levar para lá;

2- **1775:** Foi feita a venda da metade do Morro da Concha pelo Convento da Penha ao alferes Antônio Coutinho de Melo. Na escritura de venda a referência às redes de espera, trasmalhos, colocados a partir do morro por escravos do Convento.

⁷¹ Essa seção do texto é baseada em pesquisa no site do Museu Vivo da Barra do Jucu e em entrevista e conversas informais com a jornalista responsável pelo site Marina Filet Vereza, realizadas em 2024. Além de pesquisa bibliográfica, em arquivos e nas rodas de conversas realizadas em 2023.

Na escritura também havia recomendações de que ficasse o morro daquele dia em diante "da mesma forma que pescavam";

3- Na década de 1940: A família Oliveira Santos compra uma área de 11 milhões de hectares, que incluía o atual Parque Natural Municipal de Jacaranema e os futuros bairros de Coqueiral de Itaparica e Itaparica, acreditando que no local havia petróleo. Comprovado o engano, transformaram a área em um coqueiral e em loteamento, que alcançava até a foz do Rio Jucu. Para negociar os terrenos criaram a Imobiliária Itaparica;

4- 1947: Foi concluída a estrada Vitória-Rio de Janeiro, que ligava a Barra do Jucu a Vila do Espírito Santo (atual sede de Vila Velha). Esse trecho correspondia à antiga trilha dos pescadores, o caminho geral à beira-mar, no qual se fazia a travessia do Rio Jucu pela "Ponte Velha", atual "Ponte da Madalena". A estrada era toda de barro (terra);

5- Na década de 1950: Jacaranema, que em Tupi quer dizer "Jacaré que Catinga", e boa parte da orla de Itaparica foram inteiramente desmatadas, para suas árvores serem transformadas em carvão vegetal para alimentar os altos-fornos da Siderúrgica, Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), fundada em 1942, e de propriedade também da família Oliveira Santos;

Apesar da derrubada, a mata vem se recompondo espontaneamente com as mesmas características das florestas primitivas e é uma nova destruição dessa vegetação que a população da Barra do Jucu teme. Segundo os moradores da região, a destruição de três outras florestas que existiam em Barra do Jucu, Juçará e Tapera Grande e Tapera Pequena, já trouxe grande preocupação aos antigos moradores que viviam da caça e da pesca. Honório de Oliveira Amorim, "conta que dezenas de pescadores ou homens que viviam da mata tiveram que procurar outras alternativas para sobreviver" (Extrato do jornal A Tribuna 01/08/1981).

6- 1965: O Código Florestal Brasileiro determina a restinga como reserva legal e como Área de Preservação Permanente (APP), sendo assim considerada até hoje;

7- Nas décadas de 1970 e 1980: A construção da Rodovia do Sol, e posteriormente, a inauguração da Terceira Ponte, em (1989) contribui para despertar a especulação imobiliária capitalista pela região, e a ocupação humana do território se intensifica;

8- **Em 28 de setembro de 1981:** O Decreto Municipal 50/81, de autoria do Prefeito Américo Bernardes, estabelece a desapropriação de 581.400 m² para criação da Reserva Florestal de Jacaranema;

9- **Em 02 de novembro de 1982:** O Decreto Municipal 109/82, do Prefeito em exercício Gottifrio Alberto Anders, anula a desapropriação determinada pelo decreto anterior;

10- **Em 04 de junho de 1983:** O Decreto Municipal do Prefeito Vasco Alves volta a determinar a desapropriação da área, e a declara como de utilidade pública, uma área de 1.316.000 m², para implantação da reserva;

11- **1985:** A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de nº004/85 considera como reservas ecológicas as florestas e demais formas de vegetação ocorrentes nas restingas, nos manguezais, nas dunas, nas áreas metropolitanas definidas em lei, quando a vegetação natural se encontra em clímax ou em estágios médios, ou avançados de regeneração;

12- **Em 17 de novembro de 1986:** O Conselho Estadual de Cultura (CEC) tomba a área como patrimônio natural de notório valor paisagístico espírito-santense. Quem organiza esse movimento é o pintor Kleber Galvêas e quem faz o requerimento de tombamento é a banda de congo da Barra do Jucu, Kleber Galvêas era integrante do Conselho e angariou o apoio de lideranças locais ligadas à cultura, ao meio ambiente e à política;

13- **1988:** O Deputado Estadual Jorge Anders aprova a lei 4.107/88 que declara o Morro da Concha como Área de Preservação Permanente (APP);

14- **Nos anos 1980 e 1990:** Muitas vozes se unem em defesa de Jacaranema, associando a cultura à luta ambiental. Neste coro estão o pintor Kleber Galvêas, a professora bióloga da UFES Bárbara Weinberg, os Mestres de congo Alcides Gomes da Silva e Honório de Oliveira Amorim, e o Presidente da AVIDEPA César Musso. Surgem também os movimentos organizados que denunciam as agressões e os descuidos com a Reserva de Jacaranema e o Rio Jucu, além de desenvolverem ações de educação ambiental, entre eles a Associação de Moradores e Amigos da Barra do Jucu (AmaBarra) e o Movimento Pró-Jacaranema;

15- **Em 28 de fevereiro de 1990:** Atendendo a um Mandado de Segurança impetrado pelos proprietários, o Tribunal de Justiça (TJES) caça a resolução 12/86 do Conselho Estadual de Cultura e anula o tombamento do Parque de Jacaranema;

16- **1991:** A Resolução nº03/91 do Conselho Estadual de Cultura (CEC) tomba a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados no Espírito Santo, restingas e manguezais que abrigam diversas espécies da flora e fauna, muitas das quais em processo de extinção. Entre as regiões delimitadas para o tombamento estão inseridas quase que a totalidade das bacias dos Rios Jucu e Santa Maria, sendo que os benefícios do tombamento se estendem até a região da Grande Vitória;

17- **Em abril de 1993:** O biólogo e ambientalista Paulo César Vinha é assassinado na Praia D'ulé, no Parque Estadual de Setiba, em virtude de sua luta contra a extração irregular de areia nas áreas de restinga e de proteção ambiental, na Barra do Jucu e em Setiba. A população protesta contra o assassinato por diversas vezes;

18- **1994:** O Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, susta o processo movido pelo CEC contra a decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que havia dado ganho de causa ao Mandado de Segurança impetrado pela família Oliveira Santos, contestando o tombamento determinado pelo CEC;

19- **Em 28 de junho de 1997:** A Lei Estadual 5.427/97, de autoria do Deputado Estadual Claudio Vereza, é sancionada pelo Governador Vitor Buaiz criando a Reserva Ecológica Estadual de Jacaranema, em uma área de 2.473.572.17 m². A lei é declarada com base na Lei Federal nº6.938/81, nos Decretos Federais 89.336/88 e 99.274/90 nas Resoluções Conama 04/95, 11/87, 12/89 e 13/90 e na Lei Estadual 4.701/92;

20- **Em junho de 2000:** O Superior Tribunal de Justiça (STJ) nega recurso da família Oliveira Santos, que contestava a criação da Reserva Ecológica Estadual de Jacaranema, impetrado em 1997;

21- **Entre 2001 e 2003:** na gestão do Prefeito Max Filho, tendo Ricardo Vereza como Secretário Municipal de Meio Ambiente, é publicado o Decreto Municipal 029/2001, revogado pelo Decreto 34/2003, e depois pelo Decreto 27/2008, que criou o Parque Natural Municipal de Jacaranema. É feita a primeira demarcação georreferenciada da área da reserva, colocados os marcos, além da ampliação de seus limites com a inclusão da área entre o acesso à Rodovia do Sol e Itapuera da Barra e o Morro da Bicicleta;

Em roda de conversa de 2023, Ricardo Vereza relata sobre o Parque Natural Municipal de Jacaranema:

Também enquadrámos o Parque na Legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei Federal 9.985/2000, que estabelece o grau de proteção que a unidade deverá receber. No caso de Jacaranema é de proteção total. Estabelece também usos permitidos e proibidos. Isso indica a adequada preservação desse remanescente de Mata Atlântica. Além de estabelecer a criação de Conselhos Gestores dessas unidades. Permite também que a unidade receba recursos financeiros de empresas cujas atividades são poluidoras, para a desapropriação e gestão da unidade de conservação (Ricardo Vereza, em roda de conversa de 2023).

22- 2007: O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) inclui uma condicionante na aprovação da Oitava Usina de Pelotização da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), hoje ArcelorMittal Brasil (essa é quase maior que as sete anteriores juntas), que destina recursos para a aplicação nos parques naturais municipais da Grande Vitória, onde Jacaranema está incluída. O recurso destinado para Jacaranema, foi cerca de R\$7 milhões, que seria utilizado para começar a desapropriação, o que não ocorreu na época, por incompetência técnica e política, além da lenta burocracia. Só agora em 2023/2024 que isso começou a virar realidade, com a desapropriação de algumas áreas a oeste da Rodovia do Sol;

23- 2008: Os barracões tradicionais dos pescadores são removidos da Praia da Concha pela Prefeitura de Vila Velha a partir da Recomendação (33/2007) do Ministério Público Federal. O órgão considerou que as ocupações são certamente tradicionais, porém ambientalmente lesivas, autorizando a reconstrução dos barracões de acordo com as normas ambientais em vigor. Os pescadores ainda esperam que a Prefeitura execute o projeto, enquanto seus materiais de trabalho ficam expostos ao tempo e a degradações;

24- No ano de 2011: É aprovado um novo Plano Diretor Urbano Municipal (PDM) para Vila Velha, sem a participação popular e com grandes impactos ambientais. A proposta concentra os projetos de expansão urbana de interesse de imobiliárias e firmas de engenharia civil, que ameaçam principalmente o Rio Jucu, a Área de Preservação Ambiental (APA) da Lagoa Grande, a Lagoa Jabaeté e o Parque Natural Municipal de Jacaranema. A partir de intensa mobilização popular, liderada pelo Fórum de Defesa de Vila Velha, o novo PDM foi questionado na justiça e as mudanças não chegaram a ser implementadas;

25- **Em dezembro de 2013:** Numa tentativa de resolver os problemas de alagamento provocados por grandes chuvas, em vários bairros do Município, a Prefeitura de Vila Velha abriu duas valas no meio do Parque de Jacaranema, que não resolveram o problema pretendido e destruíram parte do parque. As intervenções no parque foram realizadas sem projeto prévio e sem prever os impactos ambientais. Na ocasião, o Prefeito do Município, Rodney Miranda, chegou a afirmar que a vala era uma realização emergencial, e que "assumiria as consequências";

26- **2016:** O Ministério Público, por meio da Promotoria do Município de Vila Velha, ajuíza ações civis públicas exigindo da Prefeitura e do Governo do Estado a rápida implementação e regularização do Parque de Jacaranema, na Barra do Jucu. A Promotoria do Município acusa a Prefeitura e os órgãos ambientais do Estado de inércia e omissão, o que permite a constante degradação ambiental da unidade de conservação, classificada como de proteção integral;

27- **Nos anos de 2023/24:** Enfim a Prefeitura de Vila Velha começa a desapropriar algumas áreas do parque que não se enquadram como APP e a construir um Centro de Educação Ambiental para Jacaranema, no extremo sul de sua área. Ao mesmo tempo que altera o PDM permitindo a construção de prédios em frente ao trevo da rodovia Darly Santos, a beira mar e começa a obra do calçadão, da ciclovia e da Ponte da Madalena no interior do Parque Municipal.

A fonte da linha do tempo da luta por Jacaranema foi o site do Museu Vivo da Barra do Jucu e o texto da jornalista Marina Filet Vereza, participante da diretoria do Museu Vivo, que foi entrevistada e com quem tivemos várias conversas informais; além da literatura e das rodas de conversa de 2023.

Essa linha do tempo traz luz sobre, pelo menos, quatro principais fatos da história ambiental do Parque de Jacaranema na minha perspectiva de nativo do território. Analisando a evolução dos fatos desta linha do tempo, os abaixo listados me levam a algumas reflexões sobre o contexto de formação dessa área de preservação:

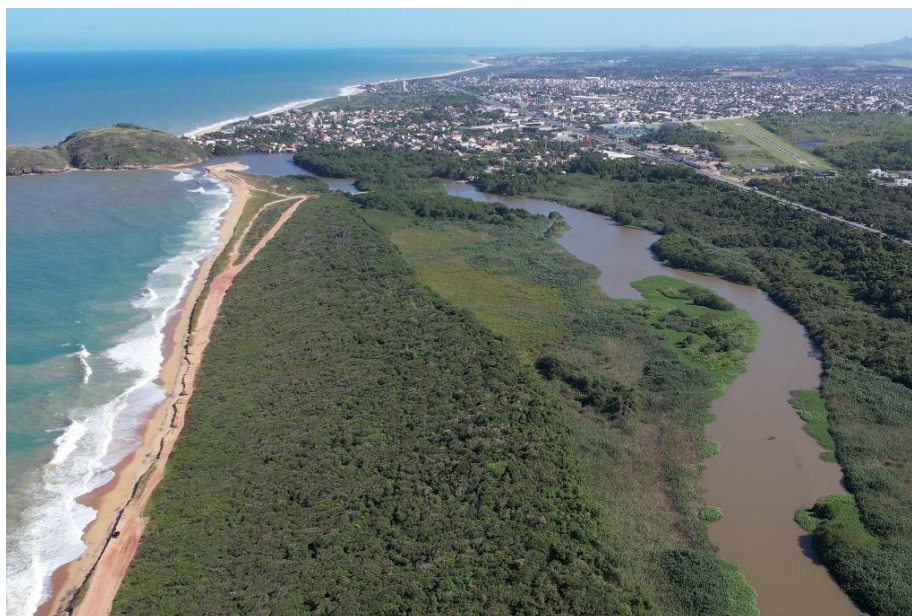
1- Fica clara a grande **mobilização popular na luta pela preservação** deste Parque através de protestos e mobilizações recorrentes principalmente após a chegada dos grandes projetos desenvolvimentistas na Região Metropolitana da Grande Vitória;

2- O grande **poder e influência familiar**, no caso a família Oliveira Santos, dona de imobiliária e proprietária da área de Jacaranema, que ao tentar, e conseguir algumas vezes, barrar a realização da preservação na justiça, sempre questionou as iniciativas preservacionistas;

3- Cada vez que uma nova **ação preservacionista** ocorria, sempre a **área a ser preservada aumentava** e muito por força desta ação. Na primeira desapropriação feita por conta da luta pela preservação, em 1981, eram 581.400 m², a leste da Rodovia do Sol e a margem direita do Rio Jucu. Na segunda desapropriação, em 1983, a área já aumentou para 1.316.000 m², ou seja, mais do que dobrando em relação à anterior. Desta vez, englobava a margem esquerda do Rio e a restinga à beira-mar. Após a cassação do tombamento feito pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), a Lei Estadual de 1997 criou a Reserva Ecológica Estadual de Jacaranema, com uma área de 2.473.572.17 m², quase dobrando novamente. O movimento de luta consegue incluir as áreas a oeste da Rodovia do Sol e o Morro da Concha também. Em 2003, toda esta área vira Parque Natural Municipal de Jacaranema, incluída a área do Morro da Bicicleta e a margem esquerda do Rio que segue em paralelo a parte da extensão do Dique de Garanhuns;

4- Também notamos **diferentes estratégias de ação** para alcançar o objetivo de preservar Jacaranema em um ambiente de **conflitos constantes** de interesse: a mobilização popular e cultural; a desapropriação que não funciona porque caduca se não houver a indenização ao proprietário no prazo máximo de cinco anos, o que não foi feito; o tombamento no Conselho Estadual de Cultura, que foi derrubado na justiça pelos Oliveira Santos; Lei Estadual que tentaram derrubar até na justiça em Brasília, mas não conseguiram e; agora, mais recentemente, Lei Municipal criando o Parque Natural Municipal de Jacaranema, que agora parece começar a virar uma realidade. A dificuldade é grande, mas aos poucos estamos conseguindo alcançar os objetivos preservacionistas apesar dos conflitos recorrentes (fig. 77).

Figura 77- Imagem aérea parcial do Parque Natural Municipal de Jacaranema



Fonte: [Site Século Diário](#) (acesso 24 de junho de 2024).

Hoje, o Parque Natural Municipal de Jacaranema vai se consolidando como uma realidade cada vez maior. Ele tem uma área de 376,27 hectares composta pela restinga, a Praia da Barrinha, o Morro da Concha, a Praia do Barrão, o manguezal na foz do Rio Jucu, diferentes vegetações, restinga de clúsias e mata ciliar às margens do Rio. Abriga amostras significativas da fauna regional, englobando a vida animal do mangue, aves e mamíferos de médio porte, entre outros.

Em entrevista de 2024, Marina Filet Vereza nos informa sobre as ameaças que o Parque de Jacaranema ainda sofre, focando na especulação imobiliária,

O Parque de Jacaranema, até os dias atuais, ainda fica sob a mira de projetos empresariais que não reconhecem a sua importância como fonte de vida e berçário de muitas espécies. [...] A luta pela preservação já atravessa várias décadas e envolve principalmente a comunidade da Barra do Jucu, cuja história é profundamente ligada a todo o bioma do parque. O Rio Jucu, que aqui se encontra com o mar, completando assim sua saga, sempre foi um elo de ligação com outros Municípios e comunidades do interior. Salvar Jacaranema da sanha imobiliária capitalista é uma tarefa que está atravessando décadas e a ameaça é constante (Marina Filet Vereza em entrevista de 2024).

Em roda de conversa de 2023, Regina Ruschi nos mostra algumas situações perigosas que rondam o Parque de Jacaranema e a comunidade da Barra do Jucu hoje em dia:

[...] Olha o risco que nós estamos correndo é para essa pista ter fluxo, é para dar fluxo a essa pista, então se passarem um asfalto aqui dentro para ir para Ponta da Fruta, a gente acaba com nossa vila, acaba com nossa vila. Eu estava com muito medo da Ponte da Madalena sair para carro, porque vão fazer calçadão atrás de Jacaranema, sem fechar o parque? Vai ter calçadão, vai ter ciclovias, vai ter rua calçada por trás de Jacaranema sem fecharem o parque? Numa região que não vai ter fluxo de carro direto, vão acabar com a reserva. E aí nós temos união da comunidade para isso? Tem um monte de gente da comunidade que acha que não deixar o trânsito passar dentro da Barra do Jucu é atrapalhar o progresso (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Em texto de Marina Filet Vereza, de (2017), para o site do Museu Vivo da Barra do Jucu ela aborda alguns problemas enfrentados pelo Parque e cita algumas espécies da fauna e da flora presentes ali:

Os ataques predatórios, a caça ilegal e a poluição reduziram em muito a riqueza de espécies animais e vegetais existentes no Parque de Jacaranema. Entretanto, a biodiversidade resiste como registra o Plano de Manejo, contratado pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, e realizado em 2010. De acordo com o estudo, o Parque Natural Municipal de Jacaranema apresenta 12 diferentes tipologias de vegetação com 271 espécies distribuídas em 83 famílias. As mais conhecidas são a aroeira, almesca, pitanga, araçá-da-praia, bromélias e orquídeas. Foram encontradas 212 espécies de avifauna, como: coruja buraqueira, gaviões, periquitos, saíras, martim-pescador, pica-pau, mergulhões, sabiá-da-praia, entre vários outros. Foram registradas 63 espécies de peixes distribuídas em 28 famílias. Destaque para robalo, tainha, xaréu, xixarro, peroá, anchovas, guaibiras, baiacus etc. São encontrados muitos guoiamuns e caranguejos variados. Os mamíferos e répteis encontrados são: tamanduás, lontras, capivaras, tatus, pacas, cuícas, chupatis, ouriços-cacheiros, gambás, cobras, tartarugas, jacarés, lagartos e muitos outros animais pequenos e de médio porte completam o ciclo da vida que insiste e persiste no Parque de Jacaranema, tornando esse ecossistema tão belo e sedutor. As árvores do mangue servem de abrigo para milhares de garças que no final da tarde aqui chegam em revoada buscando repouso e tranquilidade (Marina Filet Vereza, em texto para o site do Museu Vivo da Barra do Jucu, de 2017).

Claudio Vereza, em entrevista publicada no site do Museu Vivo Da Barra do Jucu em (2017), nos relata sobre a repercussão da privatização da Rodovia do Sol:

Em dezembro de 1998 ocorreu uma grande discussão em torno dos impactos da privatização e da duplicação da Rodovia do Sol. Foi criada a Comissão de Acompanhamento da Privatização. A comunidade da Barra do Jucu, arredores e suas organizações (Associação de Moradores, AmaBarra e outras) fecham a rodovia por diversas vezes, tendo na pauta, a discussão de onde ficaria a praça de pedágio, o valor do pedágio, os impactos ambientais nos Parques de Jacaranema e de Setiba e nas comunidades locais, a exigência da elaboração de um plano de manejo para Jacaranema (Claudio Vereza, em entrevista para o Museu Vivo da Barra do Jucu em 2017).

Em outro trecho da entrevista em (2017), Claudio Vereza fala sobre as atividades e ações do AmaBarra,

Em fevereiro/março de 2003, o AmaBarra, entidade muito engajada e mobilizada, realizou um Seminário de planejamento na fazenda da família Fortes. São planejadas diversas atividades com as crianças como: AmaBarra brincando, que realizava atividades lúdicas na praia, nas praças, além de passeios no Morro da Concha e na Reserva, com limpeza dos locais. Também foram realizadas as campanhas S.O.S Jacaranema e Jacaranema Já. Foram elaborados boletins informativos sobre a Reserva. Criou-se uma articulação com outras organizações como Avidepa e Orca. Nessa época a ASBJ, Associação de Surf da Barra do Jucu, passou a chamar o seu circuito de campeonatos de S.O.S Jacaranema, com grande divulgação na mídia estadual (Entrevista de Claudio Vereza, em 2017, para o site do Museu Vivo).

Em entrevista ao site do Museu Vivo César Musso, em (2017), informa sobre a sua participação e a da Avidepa na luta por Jacaranema:

Em 1984 é fundada a Avidepa (Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental), o ato acontece no Centro Comunitário da Barra do Jucu com a presença do Prefeito Vasco Alves. César Musso retoma a pressão junto ao Conselho Estadual de Cultura e o tombamento de Jacaranema é aprovado entre 1985/86. O tombamento embargou o loteamento até a foz e contribuiu para a proteção da área. Em 2003 a Avidepa apresenta ao Governo Municipal, gestão de Max Filho, Ricardo Vereza Secretário de Meio Ambiente e Hugo Cavaca vice, uma proposta de Decreto que cria o Parque Natural Municipal de Jacaranema. A proposta foi acatada e se tornou lei (Entrevista de César Musso, em 2017 ao site do Museu Vivo da Barra do Jucu).

Nesta quinta seção começamos com a análise das resistências ambientais do território pesquisado e suas formas de ação, além do mapeamento dos principais grupos que promovem essa resistência local; logo após, analisamos os conceitos de *resistência* e *resistência cotidiana*, de fundamental compreensão para o desenrolar dessa pesquisa; em seguida, desenvolvemos o estudo em Escobar, dos conceitos de *Antologia política* e *Pluriverso*, exemplificando-os com uma forte ação de resistência local ocorrida durante as enchentes de 2013, envolvendo a preservação do Parque de Jacaranema; avançando mais, estudamos a luta pela preservação de Jacaranema, o histórico e os métodos de resistência utilizados para proteger o Parque Municipal; e para finalizar a seção foi construída uma cronologia dos principais acontecimentos do processo de luta pela preservação de Jacaranema.

6 A RESISTÊNCIA CULTURAL NO TERRITÓRIO DO BAIXO RIO JUCU

Após estudarmos na quinta seção desta pesquisa a resistência ambiental no território do Baixo Rio Jucu. Agora a sexta seção é dedicada à resistência e à luta da comunidade pela preservação, reprodução, resgate e manutenção de sua identidade cultural tradicional, buscando fortalecer a autoestima da população nativa, mapeando as principais ações preservacionistas. Para esse fim também são utilizadas as narrativas das quatro rodas de conversa, entrevistas em profundidade e conversas informais, realizadas com os recordadores nativos e simpatizantes do território. Enfim, o objetivo foi dar voz a esses atores-recordadores da história socioambiental e cultural deste território e alçá-los à condição de **coautores desta pesquisa**, valorizando e trazendo à luz suas narrativas evocadas, suas memórias e seus saberes nativos territorialmente conectados a dinâmica do Baixo Rio Jucu.

Essa seção será dividida nas seguintes subseções, que darão ênfase aos principais elementos de resistência da cultura nativa: Para começar um estudo introdutório sobre os importantes conceitos de *Cultura* e *Cultura Popular*, em Canclini; logo após, começamos os estudos das manifestações culturais tradicionais da comunidade local, com o congo; em seguida vem a renda de bilro e o tradicional carnaval da Barra; um setor foi dedicado a várias outras manifestações culturais do território; a seguir vem uma descrição do Morro da Concha e a história do tesouro escondido ali; para encerrar um setor dedicado à relação entre educação e resistência ambiental e cultural, que na Barra sempre caminham juntas.

6.1 CULTURA POPULAR EM CANCLINI

Antes de começar a enveredar pela descrição e análise da cultura popular barrense e suas resistências, faz-se necessária uma pequena discussão sobre os conceitos de *cultura* e de *cultura popular* que vão nortear essa pesquisa a partir dessa altura, para depois entrar na rica realidade cultural do território, muito dependente da sua paisagem natural já debatida até aqui.

Da *História Cultura*, aproveitamos os princípios da descrição crítica e analítica da cultura local, a ideia de alteridade e da busca e valorização da Identidade cultural, a circularidade e as múltiplas trocas de influências entre diferentes formas de

culturas, e a multi e a interdisciplinaridade, encontrados em Peter Burke (2008) e em Roger Chartier (1990). A história cultural está interligada às disciplinas: Antropologia, Sociologia, Arqueologia, Geografia, Folclore, Filosofia, Psicologia, entre outras (HUNT, 1992). Algumas dessas características são comuns inclusive a História Ambiental, citada no começo dessa pesquisa.

Na História Cultural, além da circularidade e das múltiplas influências, também entrará em cena a teoria da mediação cultural entre Cultura Tradicional e Cultura Moderna, uma influenciando a outra o tempo todo, levando a lutas, resistências, influências e adaptações entre essas duas culturas (CANCLINI, 1982). Isso é muito perceptível na Barra do Jucu.

O historiador Peter Burke (2008), em seu livro “O que é História cultural?” afirma que “é cada vez mais difícil dizer o que não faz parte da cultura”. Que o campo comum aos historiadores da cultura é a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Ele também nos informa que, “a história cultural, como a história política, pode e deve ser apresentada como uma narrativa” (BURKE, 2008, p. 5-7).

Para o antropólogo Clifford Geertz a *cultura* é:

O conceito de cultura que eu sustento [...] denota um esquema historicamente transmitido de significações representadas em símbolos, um sistema de concepções herdadas e expressadas em formas simbólicas por meios com os quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes frente à vida (GEERTZ, 1973, p. 89).

Geertz, em seu livro *As Interpretações das Culturas* (1973), desenvolve a técnica de pesquisa que denomina de “descrição densa”, onde ele reúne a descrição do *território* pesquisado, com a sua análise crítica e interpretação aprofundada. Essa metodologia serve de inspiração para essa pesquisa.

Qualquer indivíduo ao existir já está naturalmente produzindo cultura, sem que para isso seja necessário ser um artista, um intelectual, ou um artesão. Segundo Barros, “a própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social, embasam esta noção mais ampla de cultura” (BARROS, 2003, p. 146). Por essa razão mantivemos a forma como cada um se expressou nas nossas rodas de conversa. Para Barros a História Cultural, “estuda os objetos culturais, sujeitos, práticas, processos e padrões das culturas” (Barros, 2003, p. 148).

De acordo com Canclini (1982), “todas as culturas, por elementares que sejam, se acham estruturadas, possuem coerência e sentido dentro de si”. Para esse autor, a cultura é um tipo particular de produção cujo o fim é “compreender, reproduzir e transformar a estrutura social, e lutar pela hegemonia”. Canclini também nos informa que o capitalismo dependente latino-americano, com raízes indígenas e africanas “não avança sempre eliminando as culturas tradicionais, senão também apropriando-se delas, reestruturando-as, reorganizando o significado e a função de seus objetos, crenças e práticas” (CANCLINI, 1982, p. 17, 27-28).

Segundo Canclini (2013), o patrimônio cultural é um meio utilizado para afirmar as diferenças entre grupos subalternizados e hegemônicos. Ele diz que os setores dominantes resolvem quais os bens devem ser conservados e atribuem a ele um valor, para isso dispõem de estrutura econômica e intelectual. Diferentemente, as classes populares às vezes dispõem apenas de muita imaginação para criar e dificilmente conseguem competir com a classe dominante. Os setores populares têm menor possibilidade de fazer com que se tornem patrimônio generalizado e por fim reconhecido socialmente (CANCLINI, 2013, p. 196).

Segundo Macedo (2015):

Com o crescimento da indústria cultural, que a cada dia procura produtos novos e mais atraentes para o mercado, é comum notar que os setores dominantes se utilizam a cada dia da fragilidade das camadas populares e manipulam suas práticas tradicionais de acordo com seus interesses, usando como justificativa a difusão e a promoção da cultura popular (MACEDO, 2015, p. 98).

De acordo com Macedo (2013), “ao serem convidados a participar de algum evento, portanto, é fundamental que os grupos populares saibam negociar com seus contratantes, expondo suas necessidades e condições de apresentação” (MACEDO, 2013, p. 103-104).

Para Canclini (1982):

Deve-se lutar pelo controle econômico e cultural da sua produção e de todas as instâncias onde ela pode ser refuncionalizada e ressignificada. Na medida em que as classes populares rurais e urbanas desempenhem este papel de protagonista, teremos uma cultura que surja democraticamente da reconstrução crítica da experiência vivida (CANCLINI, 1982. p.111)

Canclini (1982, p. 45) nos afirma que: “Tanto o estudo de sociedades arcaicas como capitalistas têm demonstrado que o econômico e o cultural configuram uma totalidade indissolúvel.”

Macedo (2015), nos informa sobre Canclini (2013):

Em muitos momentos Canclini (2013), explicita as oposições: moderno x tradicional, culto x popular, hegemônico x subalternizado, e, um interesse dos setores hegemônicos em manter sua posição dominante ao promover a modernidade e exaltar as diferenças (MACEDO, 2013, p. 101).

Para Canclini (1982), “A questão decisiva consiste na compreensão das culturas populares através da sua conexão com os conflitos de classe e com as condições de exploração sob as quais estes setores produzem e consomem” (CANCLINI, 1982, p. 46). Nesse sentido, a *cultura popular* se define como o conjunto de práticas, saberes, costumes e tradições das classes subalternizadas em seus processos de reprodução social e expressão artística (BORJA, 2023).

De acordo com Borja (2023), ainda descrevendo a *cultura popular*:

Interpretar dialeticamente a cultura popular exige pensá-la em movimento, com historicidade, processualidade e contradição. A luta em torno da cultura popular promove sua constante transformação e acentua também seu caráter contraditório. A cultura popular sofre uma pressão contínua das classes dominantes e de seus meios materiais de construção da hegemonia, sejam eles meios estatais ou aparelhos privados. Essa pressão tende a reformar a cultura popular em função dos interesses das classes dominantes. Ou seja, podemos captar um trânsito frequente entre cultura dominante e cultura popular no processo hegemônico. Há cultura popular carrega em si tanto elementos de contestação quanto elementos de reprodução da estrutura de dominação de classes nas sociedades capitalistas (BORJA, 2023, p. 38).

Seguindo esse raciocínio, podemos sugerir, que as culturas ameríndias e africanas na América Latina se caracterizam como culturas de *resistência* à exploração. E que as culturas tradicionais (populares) e a cultura moderna (dominante) estão permanentemente em mediação e circulação, uma influenciando a outra sempre.

Quanto a *cultura popular* Chartier (1990), nos informa que o essencial no seu estudo é “[...] a atenção que deve prestar-se tanto aos mecanismos que permitem aos dominados interiorizar sua própria inferioridade ou ilegitimidade, quanto as lógicas graças às quais uma cultura dominada chega a conservar algo de sua coerência simbólica” (CHARTIER, 1990, p. 39).

Em síntese para Canclini (1982), a *cultura popular* é “os resultados de uma apropriação desigual do capital cultural, uma elaboração própria de suas condições de vida e uma interação conflitiva com os setores hegemônicos” (CANCLINI, 1982, p. 63).

Canclini (1982) nos descreve abaixo o desenvolvimento capitalista:

O desenvolvimento capitalista tende a absorver e homogeneizar as formas de produção material e cultural das comunidades tradicionais. E essa é uma tendência claramente aprovada e incentivada por diversos setores massivos e até mesmo por estudiosos, que afirmam ser um processo pós-moderno e inevitável. Mas o que às vezes passa despercebido nesse contexto é o fato do capitalismo industrial ser incapaz, de proporcionar trabalho, cultura, assistência médica para todos. Essa ambiguidade vem de um duplo movimento da classe dominante: pretendem impor aos dominados os seus modelos econômicos e culturais e, ao mesmo tempo, procuram apropriar-se do que não conseguem anular ou reduzir (CANCLINI, 1982, p.110).

Canclini (1982), também nos traz uma interessante definição de *cultura popular* e popularidade:

A popularidade de qualquer fenômeno deve ser estabelecida por seu uso e não por sua origem, como fato e não como essência, como posição relacional e não como substância. O que constitui a popularidade de um fato cultural, agregada, é a relação histórica, de diferença ou de contraste, em respeito a outros fatos culturais (CANCLINI, 1982, p. 69).

De acordo com Canclini (1982), não se deve pensar esse processo “como uma absorção progressiva e inevitável das culturas tradicionais pelo capitalismo. É mais complexo, com idas e vindas, coexistências desconcertantes, múltiplas combinações” (CANCLINI, 1982, p. 87). Esse é o processo de circularidade e mediação cultural entre as culturas tradicionais e as culturas modernas desenvolvimentistas, que ocorre com intensidade na Barra do Jucu.

Para Canclini (1982), o popular não pode:

[...] designar para nós um conjunto de objetos (artesanato ou danças indígenas), senão uma posição e uma ação. Não podemos fixá-lo em um tipo particular de produto ou mensagem, porque o sentido de uns e outros é constantemente alterado pelos conflitos sociais. Nenhum objeto tem garantido eternamente seu caráter popular porque tenha sido produzido pelo povo ou este o consuma com avidez; o sentido e o valor populares se vão conquistando nas relações sociais. É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar atos ou representações populares, o que confere essa identidade (CANCLINI, 1982, p. 198).

A Barra do Jucu se destaca no campo da *cultura popular tradicional*, sendo palco de algumas das manifestações símbolos da identidade estadual, que estão sendo estudadas nesta pesquisa, como: as bandas de congo, as festas de São Benedito, o carnaval, a pesca artesanal, a folia de reis, as rendas de bilro etc.

6.2 O CONGO DO BAIXO RIO JUCU

Agora é importante analisar o impacto das transformações citadas acima, em seções anteriores da pesquisa, sobre as manifestações culturais tradicionais do território e quais são as reações, resistências e reversões em seu benefício, feitas pela população local. Considerando as características da sociedade atual, capitalista globalizada, que tenta homogeneizar a cultura mundial. Mudando o ecossistema e a atividade econômica local, o comportamento das pessoas também é influenciado. Mas o processo de mudança, em nenhuma sociedade é repentino; e as coisas não são tão fáceis. Em certos lugares encontram-se resistências das culturas tradicionais locais, que tornam as mudanças diferentes do que era esperado. A Barra do Jucu é um desses lugares de conhecimento e resistência no sentido do que nos informa Escobar em seu conceito de ontologia política, de preservação da identidade ambiental e da cultural tradicional.

A partir desse momento faremos comentários sobre as manifestações da cultura popular tradicional do território em estudo: o congo, o carnaval, as rendas de bilro, a folia de reis, as lendas locais, etc.

O Congo, que ganhou repercussão internacional, é uma manifestação que tem como fundamento, segundo Geraldo Pignaton e Kleber Galvêas, em entrevistas de 2001 e roda de conversa de 2023, a capacidade de ser muito espontânea. Narra as tradições, os costumes do cotidiano local do seu povo, as coisas que acontecem no dia a dia da comunidade, servindo como verdadeiro jornalismo cantado. Fala sobre as pescarias, fatos curiosos, caçadas, viagens de canoa, aventuras, amores, desilusões, reclamações locais, críticas políticas, entre outras questões. A capacidade de improviso de versos desses homens é grande, "Eles ficam o dia todo no mar, pescando; na mata, caçando ou fazendo lenha e no rio navegando, remando e pensando nos acontecimentos; preparando novos versos para a próxima congada" (Kleber Galvêas, em entrevista de 2001).

Em roda de conversa de 2023, Deusa Bravim caracteriza o congo dessa forma:

"É tudo de melhor que o nosso Estado tem em relação à cultura, para mim, é o Congo. E não é muito valorizado. Aliás, não é valorizado, mais que assim, nós "congueiros" é que damos o maior valor. Nós temos uma lei onde nós somos um dos patrimônios imateriais" (Deusa Bravim, em roda de conversa de 2023).

As apresentações de bandas de congo da Barra de Jucu são hoje um grande atrativo capaz de reunir não só os moradores da Barra, como da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) (fig. 78).

Figura 78- Multidão na festa de São Benedito da banda de congo Mestre Alcides, Barra do Jucu (Vila Velha- ES)



Fonte: Fotógrafo Fabrício Silva, foto de 26 de dezembro de 2018. [A Gazeta Online](#) (acesso 12 de junho de 2024).

Conforme roda de conversa de 2023, Deusa Bravim recorda sobre o seu primeiro contato com o congo:

[...] Era doida pra morar na Barra por causa do congo. [...] A primeira pessoa do congo que eu tive contato foi o Mestre Zé Silva, filho de Mestre Alcides. E foi quando eu vim eu peguei o Mestre Alcides vivo ainda. [...] Eu ficava assim, encantada com ele dançando eu via a forma como ele tratava, né? As mulheres da banda e aquilo me encantava. Ele ensinava, né? As mulheres

dançando e aí logo eu recebi o convite do filho dele, Mestre Zé Silva, a participar da banda. E aí hoje eu estou na banda de congo Mestre Alcides[...] (Deusa Bravim, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Seu Daniel Vieira, nos relata sobre os seus primeiros contatos com o congo, na década de 1950, ele que é hoje Mestre da banda de congo Mestre Honório:

[...] Foi aqui na Barra, eu conheci porque aqui tinha uma banda de congo que era casado com minha tia o Hildebrando. Então ele deixa e ele fazia a festa que só brincava na Barra do Jucu também a gente queria entrar também com doze anos e não entrava porque era de menor e não bebia cachaça. Só entrava quem bebia cachaça e fosse velho, vinte, trinta anos, tinha o Giovani que já brincava lá. Giovani, meu tio, Haroldo, Onofre, João [...] Então, mas eu saía daqui, ia pra Itapuera, Itapuera, lá tinha uma banda de congo, em 1952. Eu ia pra lá porque lá brincava as mulheres tudo e do lado de casa não brincava mulher e nem criança. [...] Ali eles deixavam a gente brincar tudo eu, com doze anos, [...] quando eu saía dali eu ia brincar em Jaguaruçu, Ponta da Fruta também ia para lá. [...] Nós ía de bicicleta. [...] O Mestre era João Bina. Brincava ele, a mulher, os filhos, os netos, tudo brincava agora, é tinha uns filhos que não brincava e nem menina que não gostava, mas lá era animado também (Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023).

Agora Seu Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023, nos informa como ele se tornou Mestre da banda de congo Mestre Honório e como passou a produzir os tambores e cuícas das bandas de congo locais. Ele é o único que produz esses instrumentos na Barra do Jucu (fig. 79 e 80).

Passei a ser Mestre em 2000, quando eu me aposentei na Prefeitura. Aposentei com sessenta anos de serviço, sessenta de idade, aí eu fui Mestre. Porque o Mestre tinha morrido. Aí eu fui pra lá e fui fazer o tambor. [...] Hoje eu faço, compro a madeira, compro as peças assim dessa largura, assim um metro ou dois, faço um arco, eu corto a madeira, eu faço tudo. Colo. [...] A plaquinha faço até a quantidade que desde 2001 quando eu comecei, aí já está em dois mil cento[...] que vende muito no Espírito Santo, São Paulo, França, foi de navio. Eu tô vendo mais dinheiro lá do que na Prefeitura. [...] Óh, eu faço tambor, faço a casaca, faço cuíca, e os tambores de diversos tamanhos. Fiz pra São Benedito (Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023).

Com a mudança forçada do ecossistema e de boa parte das atividades econômicas, o contato pessoal com a comunidade foi sendo perdido. O congo foi perdendo aos poucos esse lado interessante do jornalismo, do improviso jocoso, do repente provocativo, parecido com o canto nordestino; sua marca tradicional. E foi se cristalizando. Mas mantém algo desse aspecto até hoje, porém longe do intimismo

que tinha antes e incorporando temas do outro lado do planeta, graças à televisão e à internet.

Figura 79- Mestre Daniel Vieira fabricando seus tambores em sua oficina na Barra do Jucu.



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 12 de junho de 2024).

Figura 80- Homero e Mestre Daniel Vieira tocando congo na oficina de tambores



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 12 de junho de 2024).

Durante muito tempo, o congo foi visto com maus olhos por certa parcela da comunidade barrense, mais abastada e ligada ao catolicismo conservador. Poucas pessoas acompanhavam a congada, fora os que gostavam de tocar, zuar e beber cachaça. Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas e Daniel Vieira recordam:

Os conguistas sofriam muito com o preconceito da nossa sociedade, ainda muito conservadora, que confundia o congo com a macumba; recriminava-o por causa da bebida; diziam que era coisa do diabo, além das discriminações raciais e econômicas. Alguns, da elite local, diziam que aquilo era "brincadeira de preto". Os negros não eram bem-vindos a esta comunidade de maioria cabocla (Kleber Galvêas e Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023).

Segundo Seu Daniel Vieira, em entrevista de 2001, "eram postos para correr daqui". Daniel Vieira é casado com a bela negra Juraci (falecida em junho de 2024). Pode se notar que, por muito tempo, era difícil ver um negro morando na região central da Barra. Hoje as coisas mudaram muito e a integração é muito maior.

As igrejas, principalmente as evangélicas radicais e a parcela católica conservadora, também começaram a influenciar os conguistas, dizendo que era macumba, coisa do diabo. Sem tentar fazer uma análise mais profunda dessa manifestação, conseguiram cooptar vários integrantes do congo, e perturbar a cabeça de outros com seus apocalipses constrangedores.

Conforme memórias evocadas em roda de conversa e em entrevistas de 2023 e 2001, com Seu Daniel Vieira, Zé Silva, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton:

Meninos e rapazes aqui da Barra, até a mando de algumas dessas pessoas mais preconceituosas, agiam de várias maneiras contra o congo: jogando pedras dentro dos tambores, bombas e urina nos conguistas; empurrando os velhinhos e jogando água. [...] A gente saía pra um lugar e chegava lá, aí falavam. chegou a turma da macumba. (roda de conversa e entrevistas com Daniel Vieira, Zé Silva, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton 2023 e 2001).

O congo até meados dos anos de 1980 era tocado só por homens, a partir dessa época as mulheres começaram a participar mais, mas tocar tambor só mais recentemente. Hoje em dia existe até um grupo formado só por mulheres. Deusa Bravim, em roda de conversa de 2023, nos informa sobre a sua participação nesse grupo, As Madalenas do Jucu (fig. 81).

[...] Aí há pouco tempo teve a formação de uma banda, um grupo só de mulheres para divulgar o congo. E esse grupo eu faço parte também, são as Madalenas do Jucu, na qual a nossa Mestra Beatriz é filha de um Mestre Daniel. Esse grupo não é um grupo só de congo, nós tocamos de tudo, mas o nosso foco é a divulgação dessa cultura. É tudo do melhor que o nosso Estado tem em relação à cultura (Deusa Bravim, em roda de conversa de 2023).

Figura 81- As Madalenas do Jucu, primeiro grupo de congo formado só por mulheres na Barra do Jucu



Fonte: [Site de notícias Folha Vitória](#), 05 de junho de 2023 (acesso 12 de junho de 2024).

Kleber Galvêas, faz um longo comentário em roda de conversa de 2023, sobre o preconceito que o congo sofria e como o congo passou a ser mais reconhecido com o apoio de alguns jornalistas que vieram morar na Barra:

[...] Eles não tiram os óculos pra miopia da cara. Eles só enxergam bem o que tá longe. Oh, é um provinciano que só quer olhar pra metrópole. [...] Eu e o Daniel somos os dois últimos sobreviventes da primeira banda de congo de 1974, mas o pessoal achava que o congo era macumba e hostilizava para caramba. Jogava areia, jogava cocô de cachorro dentro de folha de mamona, em cima, me empurrava, bomba. Porque nós éramos meia dúzia, nós tínhamos que tomar cachaça, comprar as fitas, tirar o mastro, de fazer tudo, soltar os foguetes. A televisão passou a ter videoteipe, e aí a TV Gazeta, fez uma matéria que filmou, mostrou a banda de congo. [...] Os jornalistas vieram morar aqui na Barra, Pedro Maia, Rubinho Gomes, Bob de Paula, Paulo de Paula. [...] E escreveram sobre o congo, colocavam fotografias do congo no jornal. Aí foi uma explosão de congo por todo o Espírito Santo. Então, a gente deve muito a hoje a imagem que o congo tem, [...] a esse contato estreito com a mídia e a difusão e o esclarecimento de que congo era folclore, macumba era outra coisa (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

De acordo com Kleber Galvêas e Anita Bonadiman, em roda de conversa 2023, para tocar, era necessário tirar uma guia na Delegacia de Vila Velha, pagar na Coletoria Estadual e entregar ao Delegado local. Para tocar na festa de São Benedito e não precisar subornar o Delegado, que respaldado em Lei Federal que proibia ajuntamentos sem a devida proteção policial, pagava-se essa taxa na Coletoria Estadual de Vila Velha. Isso ocorria entre os anos 1970 e 1980, período de exceção democrática, com o país governado por Generais.

Poucas pessoas chamavam a banda para tocar. Avigêncio, Hildebrando, Inácio Vieira Machado e Sebastião Maria (juiz de paz do lugar) eram alguns deles. Tirando um ou outro aniversário e a festa de São Benedito, não se tocava mais em lugar nenhum, nem em bares, nem restaurantes. O principal restaurante da Barra, até algum tempo atrás, não recebia quem queria ter ali serviço de bar, segundo depoimentos. Não havia interesse na banda de congo, seu valor cultural era ignorado.

A Igreja Católica, com administradores muito conservadores, no dia da festa de São Benedito, que é o padroeiro do congo, não deixava os conguistas entrarem na igreja, nem abria a sua porta. Certa vez, chegaram a tirar o mastro de onde fora fincado e a reter a bandeira do santo.

Em entrevistas de 2001, conforme Geraldo Pignaton, Daniel Vieira, Juraci Vieira, Zé Silva e Kleber Galvêas:

De outra vez um indivíduo roubou a bandeira e a vendeu para pessoas de Brasília. Mestre Honório pediu tanto a São Benedito, que a bandeira pintada, de um lado por Heidi Liebermann e do outro por Kleber Galvêas, reapareceu aqui na Barra do Jucu e foi entregue nas mãos do mestre. Na verdade, foi um trabalho do Dr. Geraldo Pignaton junto à Polícia Federal, que envolveu até o governador Vitor Buaiz, na época (Geraldo Pignaton, Daniel Vieira, Juraci Vieira, Zé Silva e Geraldo Pignaton, em entrevistas de 2001).

O primeiro padre a abrir as portas da igreja e receber os conguistas foi o padre Solon Lauf Dias, que sempre acompanhava as festas e outras manifestações tradicionais na comunidade. Com isso conquistou a simpatia e o respeito de todos do congo.

Para reverter essa situação, Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton apelaram novamente para a mídia. Como no caso do tombamento de Jacaranema, foram à imprensa escrita e falada, e sensibilizaram os jornalistas a fazerem uma série de entrevistas com conguistas, mostrando o congo como um jornalismo cantado, resgatando-o através de jornais e televisões. Conseguiram assim, pelas entrevistas

dos Mestres Honório de Oliveira Amorim e Alcides Gomes da Silva, destacar esses personagens e diferenciar o congo da macumba, que é outro tipo de manifestação cultural e, sensibilizar boa parte da população para o real significado do congo. Contaram para isso, com grande ajuda dos amigos jornalistas, Paulo de Paula, Júlio Fabris, Antônio Mendes Americano, Jairo de Brito, Darly Santos, Fabiana Pizani e Carlos Chenier.

Macedo (2015), nos informa sobre as raízes do congo no território do Baixo Rio Jucu, nos fala sobre a importância da fazenda jesuítica de Araçatiba para o surgimento dessa manifestação cultural e como o congo vai chegar a Barra do Jucu,

Baseando-nos em dados contextuais e nas tradições disseminadas pelos conguistas, podemos pensar que foi no período colonial da antiga fazenda Araçatiba que se iniciaram os primeiros movimentos da prática do congo, os quais originaram as bandas de congo de regiões que compõem os atuais Municípios de Cariacica, Vila Velha, Guarapari e Viana.[...] Séculos atrás, a Barra do Jucu compunha parte da grande fazenda Araçatiba, fundada pelos jesuítas e administrada no século XIX pelo coronel Sebastião Vieira Machado. Este coronel deixou muitos herdeiros que estão espalhados em diversas comunidades, inclusive na Barra do Jucu, onde é possível encontrar famílias numerosas que possuem seu sobrenome.[...] A formação do congo na Barra do Jucu é resultado de rodas informais realizadas por conguistas de comunidades ribeirinhas vizinhas, promovidas principalmente pelo senhor Ignácio Vieira Machado, descendente do coronel Sebastião, dono da fazenda Araçatiba e lideradas por Alcides Gomes da Silva (MACEDO, 2015, p. 8-18)

A mesma autora em (2015), nos fala do papel do congo na formação da forte identidade local do barrense e demonstra esse forte localismo da Barra do Jucu:

Pensando nessa paisagem natural, social e cultural da Barra do Jucu e o modo como a comunidade se relaciona com ela, podemos perceber como esse cenário contribui fortemente para a configuração da identidade local. Mesmo com todos os problemas de qualquer comunidade, para a maioria dos moradores, “ser barrense” é um privilégio e as bandas de congo e suas práticas constituem boa parte dessa afirmação. [...] Na comunidade é muito comum ouvir os moradores se autodenominarem como “barrenses”, o que seria até compreensível se a Barra fosse um município, ou um país, mas sendo bairro, nota-se que isso reflete uma forte afirmação de identidade e pertencimento. As memórias que envolvem histórias de um tempo vivido, ou não, são reproduzidas nos grupos de congo por meio da devoção, narrativas, símbolos, canções e atitudes que reforçam um sentimento de pertencimento e reafirmam suas identidades nas relações “internas e externas” (MACEDO, 2015, p. 20-36).

A história do congo na Barra do Jucu se divide em três momentos: Antes de existir uma banda de congo na Barra do Jucu, há muito tempo, a comunidade já conhecia o congo, pois as bandas das comunidades ribeirinhas, de vez em quando,

vinham tocar aqui na Barra em festas e aniversários, a convite de Inácio Vieira Machado, Sebastião Maria e Hildebrando (sobretudo as bandas de Itapuera e Jaguaruçu).

O surgimento da primeira banda de congo, da Barra, aconteceu com a mudança de Mestre Alcides Gomes da Silva para o bairro, em 1968. Ele vem com dois tambores, e se une a Seu Justino, também ex-morador de Jaguaruçu. Com o apoio do Prefeito Américo Bernardes, então em seu primeiro mandato na Prefeitura de Vila Velha, eles arrumaram, mais alguns instrumentos, e sobre a coordenação de Maria Luiza Valadares, formaram uma banda de congo, que tinha como componentes: Seu Honório, Ozório, Avigêncio, Hildebrando, Zé Silva, Daniel Vieira, Antônio Biju, João Amaral, Sebastião Maria, Júlio Valadares, Seu Delcy Valadares, Haroldo Vieira, Giovani, Honofre, João Bagaceira, João Bina, entre outros, Seu Alcides Gomes da Silva foi um homem de suma importância, foi um dos pioneiros e mantenedores do congo na Barra, dos anos de 1960 aos de 1990. Difundiu o estilo de dançar o congo com as mãos na cintura, hoje tão apreciado (fig. 82).

Em roda de conversa de 2023, Maria Luiza Valadares recorda como foi que com a chegada de Mestre Alcides Gomes da Silva à Barra do Jucu, para morar, em 1968, foi criada a primeira banda de congo da comunidade, e como os dois atuaram nesse processo:

[...] Eu vou falar! Seu Alcides vendeu o terreno que ele tinha lá em Jaguaruçu. Aí meu pai ficou com pena dele. Ele tinha terreno aqui, fez uma casinha de madeira e vendeu pra ele por um preço razoável só pra ele morar. Aí ele trouxe 3 tambores. A história de um tambor aqui na Barra, eles contam muito, mas não conta a verdade. Ele trouxe 3 tambores. Ele me chamava de minha comadre “Minha comadre, nós podia formar uma banda de congo.” Aí eu falei: “Vamos”. Aí eu fiz um livro de ouro, fui para Assembleia conseguir dinheiro, comprei tudo que precisava para uma banda de congo, tudo. Até uniforme. Aí daí nós começamos, né? A fazer a banda de congo, a gente saía, nós saímos para tocar, nunca recebemos um níquel, um centavo sequer, nada. [...] Eles mandavam os ônibus para o pessoal daqui ir para participar. [...] Eu tinha 14 anos, eu tomava conta da banda de congo. É, e tudo certinho, tudo legal. E era assim que as coisas foram fluindo. Hoje a Barra tem 5 bandas de congo, todos recebem dinheiro da Secretaria de Cultura, todos. Todo ano eles têm uma verba especial para manter os tambores, manter roupa, manter enfim, a indumentária toda que eles usam (Maria Luiza Valadares, em roda de conversa de 2023).

Figura 82- Mestre Alcides Gomes da Silva, da banda de congo da Barra do Jucu.



Fonte: Documento de Previdência Social, arquivo particular dos familiares de Alcides Gomes da Silva

Aqui vai uma fala de Seu Alcides Gomes da Silva recuperada por Macedo (2015), de uma entrevista feita por Rafael Fialho, em (1986), onde ele fala sobre a primeira banda de congo da Barra do Jucu:

Aqui existe a comadre Maria Luiza, que é uma pessoa que considero há muitos anos e ela me considera também, e que não deixa a banda de congo cair. Sobre os meus companheiros, em primeiro lugar tem Seu Honório. Considero-o como meu irmão de cabeceira no congo; o senhor Gilo da Silva e o Orestes, que são os nossos companheiros. E os outros, Deus já levou (MACEDO, 2015, p. 109).

De acordo com Macedo (2015), o Rio Jucu também funciona como um forte lugar de memória da comunidade do Baixo Rio Jucu, lembrando o papel dos canoeiros do Rio, no processo de formação da identidade local, ela fala da importância do Seu Alcides Gomes da Silva nesse processo:

O Rio Jucu funciona não só como lugar de passagem, mas lugar de memória de grupos e sujeitos como o Senhor Alcides, que ao atravessar pessoas e produtos agrícolas em sua canoa pelo canal do rio Marinho, atravessa também as lembranças herdadas pelo seu pai, também canoeiro e lavrador, negro, provavelmente filho de africanos escravizados levados para Araçatiba, e de sua mãe, filha de imigrantes açorianos. Os cantos, a dança e a forma de fazer o tambor são lembranças de garoto que Seu Alcides transporta junto com seus tambores para a Barra do Jucu (MACEDO, 2015, p. 91).

Outro personagem importante na história do congo do território foi Manoel Nunes, vindo de Palmeiras (Morro dos Monos, interior de Guarapari), também era amante do congo. Ele era pai de Pedrinho Nunes, o primeiro a fazer casacas na Barra (falecido no ano de 2023) e tio de Paulo Nunes, também grande conguista e pai de vários conguistas da ativa hoje, como: Mestre Bochecha da banda Mestre Alcides, Serginho, Jefinho, Jadir e Chumbinho.

Kleber Galvêas veio morar na Barra em 1974, passando a participar da banda de congo tocando chocalho. A seu convite, Geraldo Pignaton entrou para o congo. Nos anos 1980, Seu Alcides Gomes da Silva, que passava por grandes dificuldades financeiras, havia se ligado a uma igreja evangélica instalada ao lado da sua casa. Pressionado pelo pastor, decidiu vender os instrumentos do congo. Geraldo Pignaton, médico, a pedido de Seu Honório de Oliveira Amorim e por sugestão de Kleber Galvêas, sabedor dos preconceitos que a banda de congo sofria, comprou-a, para não ser vendida separadamente para pessoas de fora, como souvenir. Seria o fim da banda da Barra. Segundo Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001, "não tendo lugar na Barra para guardar os tambores, e como ninguém o quis fazer, levou-os para a Fazenda Camping, que era de seu pai." Passou a levar os conguistas, regularmente, inclusive Seu Alcides Gomes da Silva, para tocar na fazenda. Organizou e registrou a banda, formalizou os cargos, dividiu as funções e transformou a banda num grupo organizado, ampliando o número de conguistas. Coibiu todo e qualquer ato discriminatório contra os conguistas e, sobretudo, aliou o congo com o movimento estudantil de resistência da UFES. Geraldo Pignaton, disse em entrevista de 2001, "prometi ainda que o congo voltaria para a Barra e 'por cima', quando os barrenses aprendessem a dar valor ao que desprezavam". Seus irmãos Eduardo Pignaton e Fernando Pignaton o apoiaram nesse propósito. Nessa época, início da década de 1980, além de alguns dos conguistas citados anteriormente, entrou uma nova geração, composta por Bochecha, Chumbinho e Jadir (filhos de Paulo Nunes), Rose, Toninho e Zé Luiz (filhos de Alvino) que substituíram os velhos, dando sangue novo à banda.

Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas nos informa da reorganização da banda entre 1974-1975, quando ele vem morar na Barra e passa a participar como integrante, tocando chocalho:

[...] Aí eu e Seu Alcides e o Seu Honório fomos à Vitória lá na Conduza e conseguimos o financiamento de 10 mil cruzeiros. Aí fomos numa loja de aparelhos de música, compramos uma caixa, o reco-reco de metal. É fomos na Apolo, Confecções Apolo, que foi a primeira empresa a fazer uniformes industriais e lá nós tivemos aquele uniforme do congo que tinha uma roda aqui atrás com congo Barra do Jucu. [...] Eu era o espírito por trás. Eu nunca quis pegar a frente, nunca quis aparecer sempre, sempre quis dar o protagonismo ao Seu Alcides e Seu Honório (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

O pessoal da igreja Católica, atento ao movimento, chamou um padre ligado à Teologia da Libertação. Este compreendeu que várias pessoas que participavam do congo, também frequentavam a igreja. Passou então a permitir que, na festa de São Benedito, a banda tocasse dentro da igreja, que a imagem do santo figurasse na procissão dos conguistas, e que seu mastro fosse fincado em frente à igreja. Nessa época, esse processo de valorização do folclore ocorreu em todo o Brasil. Ficaram definitivamente para trás os anos em que o congo, para se apresentar na Barra, tinha que tirar a licença na Delegacia e pagar a taxa na Coletoria Estadual. De uns anos para cá a liderança da igreja Católica local voltou a ser bastante conservadora, não abrindo mais a porta da igreja no dia da festa de São Benedito, e muito menos, deixando o congo tocar na igreja na missa em homenagem ao santo.

Desde o século XV, depois das pioneiras incursões à África, Portugal estabeleceu uma relação de poder com os negros; já nessa época o negro comprado nas colônias africanas ia ser escravizado em Portugal, a Metrópole.

Daí é que vem o sentido de ter um santo, como São Benedito, e uma santa, como Nossa Senhora do Rosário. O primeiro é encarnado no Preto Velho de Angola, a segunda toma as formas de Iemanjá, do culto afro, e de Iara das águas, do culto indígena. Esses santos têm, como papel principal, identificar o seu público-alvo em sua posição de subserviência na escala social. Formam as primeiras características do sincretismo religioso e são instrumentos da catequese jesuítica.

Conforme entrevista 2001, Geraldo Pignaton, que frequentou o seminário para se tornar padre, nos relata sobre São Benedito:

São Benedito foi um irmão menor franciscano, de Pádua, na Itália, de família pobre, filho de pai mouro. O protótipo ideal para o sincretismo com o Preto Velho de Angola. Ele era submisso aos padres do lugar. O negro seria salvo se fosse como ele, absolutamente obediente em sua condição social (Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001).

De forma análoga, continua Geraldo Pignaton, na mesma entrevista de 2001, falando agora sobre São Sebastião e outros santos:

Um centurião romano (São Sebastião) flechado e depois morto a pauladas, homônimo do desaparecido infante Dom Sebastião, foi galgado aos patamares da santidade, nas áreas de influência indígena. Maximizando os cultos a São Benedito, São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, os jesuítas lograram combater com força, as religiões afro e indígenas, na Barra e em todo o Espírito Santo (Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001).

Mas esses santos têm também um peso de medição e resistência. Representam negros e indígenas que eles mesmos passam a querer venerar, na religião dominante. Santos seus, que os representem e dessa forma o conseguem. São Benedito é o único santo negro da igreja. Isso é sinal de que, apesar de todo o aparato ideológico e lendarização a que foi submetido, é também resultado da resistência negra, pois para estes serem catequizados e integrados, os poderosos tiveram que ceder e criar um santo negro. "São Benedito é milagroso, mas quem não segue as normas é castigado na hora". Segundo o costume popular do território. De acordo com Kleber Galvêas e Daniel Vieira, em roda de conversa 2023,

A primeira festa de São Benedito, de que se tem notícia, na Barra do Jucu, com a participação do congo e a fincada do mastro, ocorreu em 1974, sob influência do que já se fazia há muitos anos em outras comunidades ribeirinhas do Jucu e na Serra (Kleber Galvêas e Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023).

O mastro tem um poder mágico para os participantes da festa, que fazem vários pedidos e acreditam no poder do santo para atendê-los. Por essa razão, ao ser fincado, os devotos colocam nele a palma de uma das mãos e, firmando os pensamentos no santo, fazem seus pedidos e agradecimentos (fig. 83).

Figura 83- Mastro de São Benedito, Antônio Beju, Gisele, Alcides, Ignácia e Maria, foto de 1985.



Fonte: Arquivo Particular de Kleber Galvêas

Os mastros com suas bandeiras são manifestações luso-brasileiras das mais antigas; sempre com esse poder mágico invocado, bandeiras com imagem de santo, figuras ou símbolos da casa reinante em seu alto, variando conforme a comunidade.

Segundo Elton (1988), São Benedito o santo padroeiro das bandas de congo do Espírito Santo tem a seguinte biografia:

São Benedito nasceu na Sicília (Itália) no ano de 1524, filho de Cristóvão Monassero e Diana Lercan, mouros escravos. Pela descendência seria também um escravo, porém nunca foi tratado como tal pelos seus senhores. Criado sob os princípios religiosos católicos, durante sua infância já tinha a confiança da guarda de rebanhos e durante o tempo em que pastavam as ovelhas, dedicava-se às orações, (ELTON, 1988, P. 91). Foi convidado pelo eremita Jerônimo de Lanza a se tornar eremitário e passou a viver em penitência para santificar a carne e o espírito. Dezesete anos após cumprir votos de obediência passou a trabalhar como cozinheiro no convento dos Capuchinhos. Foi eleito pelos irmãos de comunidade como superior do mosteiro e era considerado "iluminado pelo Espírito Santo". Morreu em 1589 em Palermo após uma vida inteira de vigílias, jejuns e penitências (ELTON, 1988, p.14). Seus prodígios ficaram conhecidos em grande parte do mundo e no início do século XVII, algumas décadas após sua morte, sua devoção já havia se tornado popular em Portugal. (ELTON, 1988, p.16).

De acordo com Oliveira, O.M (2011):

O culto a esse santo foi introduzido entre os escravizados no Brasil pelos frades franciscanos capuchinhos, com a intenção de torná-los obedientes aos seus senhores. [...] São Benedito é apresentado pelas narrativas oficiais da Igreja católica como um negro obediente e submisso, para servir de referência de santidade aos escravizados catequizados, que deveriam ser obedientes aos seus senhores, como Benedito aos seus superiores no convento. (OLIVEIRA, O.M, 2011, p.159-160).

A festa de São Benedito é uma das mais tradicionais da nossa cultura popular. Essa festa é organizada em muitos Municípios pelas bandas de congo que fazem procissões e fincam o mastro com a bandeira do Santo em Serra, Vitória, Vila Velha, Barra do Jucu, e vários outros lugares. Esses festejos populares passaram a ser realizados como (fig. 84):

[...] pagamento de promessa por parte de escravos que se salvaram de um naufrágio agarrando-se ao mastro do navio. A origem da festa em Aracruz também remete à história de um navio que, carregado de escravos, naufragou na costa do Espírito Santo. Durante o naufrágio, os escravos clamaram à providência divina e pediram ajuda a São Benedito, conseguindo sobreviver agarrando-se ao mastro do navio, razão por que, simbolicamente, se puxa o barco com o mastro dentro, em cortejo envolvendo toda a comunidade (CAPAI, 2009, p.84).

Figura 84- Estandarte da banda de congo Mestre Honório representando São Benedito na praia da Barra do Jucu, pintado por Kleber Galvêas



Fonte: Foto Inara Novaes Macedo 2015.

Jongo:

Eu venho do mar
Eu venho
Fugindo da tempestade
Pra louvar São Benedito
No porto desta cidade

Na Serra, onde acontece a mais antiga e tradicional festa de São Benedito de bandas de congo, com a participação anual de cerca de vinte bandas, Macedo (2015), relata que segundo o Mestre Antônio Rosa,⁷²

O naufrágio ocorreu em 1856, no litoral de Nova Almeida com o navio Palermo. E no Município da Serra [...] os 25 músicos que integram as bandas de congo da Serra, representam os 25 escravos que se salvaram do naufrágio, [...] agarrando-se ao mastro que continha uma imagem de São Benedito. (MACEDO, 2015, p.71).

De acordo com Macedo (2013), discorrendo sobre o culto a São Benedito na Barra do Jucu, ela informa sobre a importância de Seu Alcides Gomes da Silva para a disseminação do culto deste santo na Barra:

Mestre Alcides foi um dos principais disseminadores desta devoção na comunidade e tinha um “respeito” incomum pelo santo. Achava uma ofensa, por exemplo, que se reaproveitasse o mesmo mastro nas fincadas. Dizia que São Benedito foi escolhido por Deus para ser o chefe das bandas de congo. [...] Se batia, se brincava, mas se respeitava. Eu não ia passar na beira de uma banda de congo: Ih! Ah! (caçoar) não. Eu tinha que respeitar. Por que eu não estaria respeitando aqueles que estavam ali, eu estaria respeitando São Benedito. Por que ele tá ali. Em toda banda de congo São Benedito tá ali, dando seu passeiozinho. Nós não temos poder pra ver ele, mas ele tá ali. É onde nós temos que agradecer a Deus e a São Benedito (Entrevista dada por Mestre Alcides a Rafael Fialho, em 1986. MACEDO, 2013, p. 96).

Desde então, as comunidades do litoral capixaba, incluindo aí o forte exemplo do território da Barra do Jucu, passaram a fincar o mastro do santo, ao som das bandas de congo, todos os anos para agradecer o milagre.

⁷² Um dos principais Mestres do congo da Serra, falecido recentemente.

Em entrevista de 2001, Geraldo Pignaton nos informa sobre o congo da Barra do Jucu:

O congo da Barra é formado por pessoas que vieram de várias bandas diferentes, que se extinguiram. Cada banda tem a sua batida (ritmo), dependendo da composição étnica da sua localidade. Essas pessoas que iam saindo de lugares como Jaguarapu, Itapuera, Palmeiras, Aribiri, Jabaeté, Camboapina, Una, Ponta da Fruta, Caçaroca etc. Formaram, na Barra do Jucu, uma banda eclética, com grande variação de batidas, diferentes entre si, com jongos (músicas do congo) mais rápidos. Tendo catalisado o ritmo e a batida de várias bandas da região, apresenta uma enorme riqueza melódica, não encontrada em nenhuma outra banda de congo. Isso é comprovado pela proibição peremptória de se "virar jongo" (emendar um jongo no outro, sem fazer a parada), (Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001).

De acordo com Neves (1980), considerado o maior pesquisador da cultura popular tradicional do Espírito Santo, o congo é resultante da mistura entre indígenas, negros e brancos. Ele dá o pioneirismo aos indígenas, que há muitos séculos já tocavam seus guararás (tambores), esfregavam suas casacas (reco-reco de bambu vestindo casaca de madeira com cabeça antropomórfica, típico do Espírito Santo) e agitavam suas maracás (chocalhos). Depois começam a receber a influência dos negros, que chegam em grande quantidade no Espírito Santo, entre os séculos XVIII e XIX, na designação dos instrumentos, no ritmo, na dança, no nome da manifestação, na inclusão de novos instrumentos como a cuíca. O português também influi através da religiosidade católica, encenações e na forma de dançar, além da própria língua e forma dos seus versos cantados (fig. 85).

Figura 85- Desenho de François Biard, fincada de mastro de São Benedito, banda de congo de indígenas na década de 1860



Fonte: Biard 2002.

Macedo (2015), nos fala mais sobre a origem do congo se apoiando também em Neves (1980), principalmente discorrendo sobre os instrumentos e seus nomes,

Ao afirmar que as bandas de congo tem origem indígena, Neves (1980), diz que com o decorrer do tempo alguns dos aspectos primitivos das bandas de índios foram substituídos pelos africanos. O guarará, passou a ser chamado de congo ou tambor (Esta expressão trazida da África passou a intitular o conjunto: bandas de congos); a massaracaia passou a ser chamada de chocalho. A casaca (casaco, cassaca ou cassaco) manteve-se, mas passou a ser conhecida também como canzá e ganzá, termos de origem africana. A “puíta” (ou cuíca) passou a integrar o conjunto de instrumentos, além do pandeiro e o apito, que são integrantes mais recentes do grupo (NEVES, 1980, p. 12). O autor diz que com o passar do tempo outras características africanas foram incorporadas, entre elas a maneira mais exuberante e espontânea de se dançar (MACEDO, 2015, p. 51).

As bandas de congo são grupos musicais que com a forma, e os instrumentos que têm, só existem no Espírito Santo. A casaca também é um instrumento típico das bandas de congo, e que só existe aqui. São Benedito é o padroeiro do congo do nosso Estado.

Conforme entrevista de 2001, Geraldo Pignaton destaca “que o congo se estruturou onde os jesuítas estiveram presentes, que logo identificaram, nele, um poderoso instrumento de catequese”. Nos aldeamentos e fazendas conviviam, em maior ou menor grau de amizade ou proximidade, indígenas, negros e europeus, todos com o seu lugar social pré-estabelecido. Daí deve ter surgido o congo, nas reduções jesuíticas. O padre Anchieta devia utilizá-lo em suas peças de teatro. Os negros, escravizados, os indígenas como almas a serem salvas e caçadores de escravizados fugidos, sempre tutelados pelos padres, e os portugueses coordenando o sistema com mão de ferro. O congo sempre foi muito mais que uma diversão e uma reunião social. Servia de jornalismo cantado, improvisado do local, como forma de reclamar e de fomentar revoltas e também realizar conquistas afetivas e amorosas. Conforme Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em entrevista 2001,

Na luta por eleições diretas (início de 1984) a banda de congo foi a única instituição a sair às ruas, junto com o pessoal do teatro, puxando o movimento com um jongo composto para ocasião. O mesmo se repetiu no advento da Nova República. Alguns jongs (músicas do congo) mantêm essa característica até hoje (Kleber Galvêas e Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001).

Em roda de conversa de 2023, Daniel Vieira e Kleber Galvêas comentam sobre o Mestre Honório de Oliveira Amorim, que foi um homem muito importante para o congo local. Era barqueiro do Rio Jucu, exímio pescador, previa as coisas, era um grande conhecedor das plantas medicinais, uma espécie de curandeiro local. Tinha grande conhecimento dos ritmos do congo e das formas de fazer os instrumentos. Lá de Itapuera (onde morava), só de ouvir, sabia quem estava e quem não estava tocando congo aqui na Barra (pois cada conguita tinha um jeito de tocar). Não deixava fazer pot-pourri de músicas, incentivava a variação de ritmos e proibia os jongs que tivessem ligação com pontos de macumba. Dava a vez para tocar, de preferência, aos mais experientes e exigia sobriedade. Era um grande Mestre; vários entrevistados o apontaram como difícil de ser superado. Mestre Honório de Oliveira Amorim, junto com o Mestre Alcides Gomes da Silva, eram a alma da banda, o maestro e o diplomata. Não admitiam conguitas sem camisa, e exigiam respeito para com as damas e os mais velhos. Os dois já falecidos, o primeiro em 1993 aos 78 anos e o segundo aos 94 anos, em 1990 (fig. 86).

Figura 86- Mestre Alcides Gomes da Silva a dir. sentado e Mestre Honório de Oliveira Amorim a esq. em pé, em momento descontraído no fundo do quintal de Kleber Galvêas, em 1978



Fonte: Foto do arquivo particular de Kleber Galvêas, 1978.

No princípio existia apenas uma banda de congo na Barra do Jucu, a única até 1990. Foi a primeira entidade da Barra a ser registrada em cartório (a ter CNPJ), por iniciativa de Geraldo Pignaton, que redigiu seus estatutos (modelo adotado por todas as demais bandas de congo do Estado), em finais da década de 1970.

A banda começa a viajar pelo Brasil; a ser notícia em rede nacional; é convidada a tocar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Foi a primeira manifestação folclórica nacional a se apresentar lá, em 185 anos de história do teatro. Apresenta-se também no Circo Voador e nas Universidades Gama Filho e Estácio de Sá. Em 1988 tivemos a visita do famoso cantor Martinho da Vila, grande admirador do folclore nacional e pesquisador, que se apaixonou pelo congo e seus jongos, e posteriormente, em 1989, gravou um disco chamado "O canto das lavadeiras", divulgando assim o congo no Brasil e no exterior, com grande sucesso, principalmente da música Madalena do Jucu. Levou a banda de congo para tocar no Rio algumas vezes, nos lugares acima citados e em outros. Isso tudo durante o período em que a banda esteve sob a coordenação de Geraldo Pignaton. Essa grande repercussão motivou divergências internas na banda de congo, entre alguns membros que visavam

interesses particulares. Decepcionado, Geraldo Pignaton afastou-se da direção. Dessa dissidência resultou a formação, em 1990, da segunda banda de congo denominada Mestre Alcides, em homenagem ao Mestre falecido naquele ano. Apesar das confusões daí geradas, após e durante essa divulgação massiva, o povo da Barra começou a reclamar a volta do congo, e isso aos poucos foi acontecendo. Os que ainda eram contra, tiveram que suportar a banda, que realmente voltou por cima, em alto nível, como havia prometido Geraldo Pignaton. Ser congueiro, agora dava status; transformara-se em marca da identidade cultural barrense. Isso aconteceu nos finais dos anos 1980 e início dos 1990 (fig. 87, 88 e 89).

Em entrevista de 2001, de acordo com Kleber Galvêas, Zé Silva, Daniel Vieira e Geraldo Pignaton, o Prefeito Vasco Alves prestigiava a banda, deu emprego a muitos conguistas e os liberava do serviço em dias de apresentações. Fornecia transporte para se apresentarem em cidades do interior e outros Estados. Criou um programa de apresentações nos centros comunitários dos bairros do Município. Impulso formidável.

Então a banda atingiu um grau de repercussão nunca antes alcançado, influenciando o surgimento de outras bandas, em outros lugares e o fortalecimento dessa manifestação cultural em todo o nosso Estado. Antes quase havia acabado por duas vezes aqui na Barra.

Figura 87- Da esq. para dir. Antônio Beju, Carminha, Martinália, Martinho da Vila e “Seu Alcides”, em momento de confraternização na Fazenda Camping (1988).



Fonte: Arquivo da banda de congo Mestre Alcides, 1988.

Figura 88- Mestre Alcides Gomes da Silva no camarim do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1988



Fonte: Arquivo da banda de congo da Barra do Jucu

Figura 89- LP 'O Canto das lavadeiras' de Martinho da Vila lançado em 1989



Fonte: [Site de músicas Discogs](https://www.discogs.com/artist/Martinho+da+Vila) (acesso 12 de junho de 2024).

Hoje em dia, se ganha até cachê para tocar. Isso é importante, pois além de fortalecer a autoestima, os integrantes estão sempre passando por sérias dificuldades financeiras. Mas, por interesses de algumas pessoas, a banda já deu origem a outras duas nos últimos 30 anos. Com a entrada de dinheiro e poder, parece que atraiu confusão. É muita gente querendo ser dono de banda de congo e mandar. As bandas foram registradas e têm estatuto, podendo captar recursos. Assim, a disputa pelo poder acabou formando outras bandas. É o exemplo da política brasileira com dezenas de partidos.

O congo, em termos de autoestima do conguista, vive hoje (2024), um bom momento, sem dúvida, e atrai um bom número de turistas para a Barra. Apesar disso não beneficiar a todos da mesma forma, esse turismo é parceiro. Geralmente são estudantes, intelectuais e músicos.

A primeira banda, registrada sob o nome de banda de congo da Barra do Jucu, passou a chamar-se popularmente Mestre Honório, após a morte deste, em 1993, em reconhecimento a sua atuação como grande Mestre. Essa banda, a do Mestre Honório, então sob a gestão de Beto Pêgo e Cíntia, lançou um CD só com músicas da banda de congo em 1999. Foi com orgulho que os moradores e amigos da Barra comemoraram o lançamento do CD Opereta Cabocla. Com 16 faixas, o trabalho com selo independente teve iniciativa dos próprios congueiros que se articularam e conseguiram uma verba junto à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo para realizar a gravação. Foi o primeiro CD de uma banda de congo,

gravado no Espírito Santo, inserindo a nossa cultura popular tradicional no mercado fonográfico local e divulgando ainda mais essa manifestação cultural (fig. 90).

Figura 90- Capa do CD Opereta Cabocla, primeiro CD de uma banda de congo gravado no ES, em 1999



Fonte: [Site de músicas Discogs](https://www.discogs.com/pt/Banda-de-Congo-da-Barra-do-Jucu-Opereta-Cabocla) (acesso 12 de junho de 2024).

A falta de entendimento quanto à prestação de contas da contabilidade interna e do recurso obtido com a venda do CD, provocou mais um conflito e a saída de Beto Pêgo e seus seguidores que formaram uma terceira banda, Tambor de Jacaranema, em 2000. O dinheiro e o poder vão subindo à cabeça e vão surgindo os conflitos e as fofocas (fig. 91, 92 e 93).

A utilização dos meios de comunicação e do mercado fonográfico, graças à gravação dessas músicas por artistas famosos, que se utilizaram do ritmo para fazerem a divulgação massiva dessa manifestação cultural, e ganhar muito dinheiro que não foi partilhado, como merecia e deveria com os conguistas, além do CD gravado pela própria banda do congo local Mestre Honório, fizeram aumentar a autoestima dos componentes, levando o congo ao conhecimento do povo em geral. Os conguistas passaram a ser bem respeitados em sua comunidade, atraindo um

bom número de turistas para a região, principalmente no dia da Festa de São Benedito. Passaram também a ser convidados a tocar em vários lugares e fazer sucesso. Apesar do deslocamento do seu território, a perda de espontaneidade e da espetacularização que deforma algumas de suas características tradicionais, acaba prevalecendo a diversão.

Figura 91- Banda de congo Mestre Honório, 2013



Fonte: Beatriz Rêgo, 2013.

Figura 92- Banda de congo Mestre Alcides, 2014



Fonte: Fotógrafo Gustavo Azevedo, 2014.

Figura 93- Banda de Congo Tambor de Jacaranema, 2013



Fonte: Foto de Inara Novaes Macedo, 2013.

A Barra do Jucu tem hoje cinco bandas de congo adultas e duas mirins, sendo uma da UMEF Tuffy Nader, do Município de Vila Velha, e a outra da Associação Beneficente da Criança e Adolescente (ABECA). Multiplicação que tem um lado positivo para a comunidade, pois há mais festas, dedicação para se apresentarem melhor e socialização. Alguns conguistas são fiéis a uma banda, outros não fazem caso e tocam em todas as bandas. É só chamar.

Após as mudanças citadas acima, a banda de congo Mestre Honório tem como Mestre, Seu Daniel Vieira (mais de 70 anos de congo); a Mestre Alcides era regida por Seu Zé Silva, filho de Mestre Alcides Gomes da Silva (congueiro muito antigo), após seu falecimento em maio de 2003, foi escolhido um novo Mestre, Bochecha (mais de 40 anos de congo); e a terceira, Tambor de Jacaranema, sob a direção de Marina Sampaio e Sebastião Sampaio.

Outro ponto que foi uma contribuição muito grande para manutenção, resistência e resgate do congo foi segundo Macedo (2015), a criação, em 1988, da primeira banda de congo mirim do Espírito Santo, na Barra do Jucu. Esta contava com o apoio da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Sob a orientação e estímulo dos Mestres Alcides Gomes da Silva e Honório de Oliveira Amorim e outros integrantes da banda adulta, o grupo contava com grande número de crianças e adolescentes com a faixa etária bem variada. Esta foi uma iniciativa importantíssima

para a manutenção da prática local do congo, pois muitos dos integrantes da banda adulta já eram muito idosos, os próprios Mestres faleceram logo depois. Muitos dos conguistas que hoje participam das bandas de congo locais passaram pela banda mirim de congo da Barra do Jucu, e de bandas pops que misturam congo, rock e reggae, como a Casaca e outras também. Depois dessa época, sempre temos bandas mirins funcionando na Barra (fig. 94).

Figura 94- Alguns Membros da Banda de congo mirim da Barra do Jucu, fundada em 1988



Fonte: Foto do arquivo particular de Inara Novaes Macedo, 1988.

As cantigas ou jongos do congo, revelam os modos de vida dessas pessoas que estão no centro daquilo que entendemos por cultura popular. São trabalhadores e trabalhadoras que têm no congo uma de suas principais atividades culturais, movimentando seus conhecimentos, cosmovisão, divertimento e principalmente a sua fé. São essas toadas, jongos, músicas de versos e cantigas populares, que tão bem representam o modo de ser das populações tradicionais do Espírito Santo.

O congo não é sempre igual, inclusive o improvisado, no sentido musical, é uma de suas características mais interessantes. Mas é preciso ouvir, acompanhar para notar certas sutilezas. Só quem já viveu e sentiu aquela energia, o complexo de

toda a vibração visual-sonora-festiva-religiosa e se "hipnotizou" numa boa roda, conseguirá decifrar os detalhes e a emoção experimentada.

Sagaz nas leituras de cada momento, a tradição genuína, porta-voz da resistência humana, é bastante espontânea. É uma diversão simples, mas que dá a possibilidade para a complexidade da dança, do canto, do toque, do jogo, do verso de improviso. É uma vivência que hoje envolve homens e mulheres.

A base do congo seriam os instrumentos: tambor, casaca, chocalho e mais a caixa, que fica com o Mestre (na Barra do Jucu), ele é quem puxa (inicia) o jongo, conduz a dinâmica, o andamento, encerra e coordena a distribuição dos versos na roda

D. Pedro II, em 1860, assistiu em Barra do Riacho a uma apresentação da banda de congo local. Desenhou em seu diário um reco-reco de casaca. Casaca no estilo do império, comprida até os pés. (fig. 95).

Figura 95- Ilustração de uma casaca feita por Dom Pedro II, 1860



Fonte: Rocha, L. (1980, p. 125)

Macedo (2015), nos fala sobre o início da formação da Banda Casaca, banda pop, que reúne os ritmos do congo, reggae e rock e que foi a banda que mais fez sucesso no Espírito Santo até hoje, tendo sua música utilizada para acordar o robô Spirit no planeta Marte, Banda Casaca figura 96.

Em 1999, com a proposta de mesclar o congo com outros ritmos populares, principalmente o Reggae, surge na Barra do Jucu a Banda Casaca, liderada pelos paulistas Renato Casanova e Jura Fernandes.[...] Em 2001, a Banda Casaca lançou seu primeiro CD, “No Tambor, Na Casaca, na Guitarra”, que vendeu quase 25 mil cópias no circuito independente e, no ano seguinte, foi contratada pela Sony Music e regravou o primeiro CD. Ainda em 2002, a banda concorreu no prêmio Multishow de Grupo Revelação (MACEDO, 2015, p.125-126).

Figura 96- Banda Casaca no show de 25 anos de história, em 2024



Fonte: [Instagram da Banda Casaca](#) (acesso 30 de junho de 2024).

Em artigo do jornal A Gazeta (2004, p.4), o físico e pesquisador Paulo Antônio de Souza Junior, fala sobre o impacto provocado pela utilização do congo da Banda Casaca para acordar o robô Spirit em Marte, na sala de controle da NASA:

No sétimo dia da missão, acordamos o robô Spirit na cratera de Gusev, em Marte, com um congo capixaba. Foi absolutamente fantástico ouvir a música “DA DA DA” (da Banda Casaca) ecoar pela sala de controle, no Laboratório de Jato Propulsão da NASA, em Pasadena, C.A. Os técnicos simplesmente adoraram o nosso congo (MACEDO, 2015, p. 127).

De acordo com Macedo (2015) o congo espetacularizado seria: “[...] O congo tradicional transformado em espetáculo, deslocado do seu circuito próprio para consumo do outro. Esse processo está ligado à indústria do entretenimento e à sociedade do espetáculo” (MACEDO, 2015, p. 133).

Não problematizar as formas como são agenciados os contratos que envolvem direitos autorais destes grupos é colaborar com os mecanismos opressores da indústria cultural, que fortalecem a espetacularização das culturas. É contribuir com a subtração dos meios de resistência e sustentação dos grupos tradicionais (MACEDO, 2015, p. 154).

Macedo (2013), nos adverte mais uma vez sobre os efeitos da espetacularização das bandas de congo locais:

Mas o que ocorre quando o grupo de congo é deslocado do seu espaço original para o palco? São muitas as ressignificações, que influenciam principalmente a frequência das rodas de tambor na comunidade. Levando em consideração a condição das classes sociais em que estão inseridos os praticantes do congo, não é de se admirar a seguinte situação: se atualmente pode-se tocar congo num palco e receber um cachê para isso, as rodas informais no bairro acabam perdendo o sentido, salvas as Fincadas e Retiradas do Mastro de São Benedito, mas que também se tornou um evento de grande porte (MACEDO, 2013, p. 102).

A mesma autora em (2013), reflete agora sobre o reconhecimento social que o congo atingiu nas últimas décadas:

Esse “reconhecimento” só foi possível na medida em que a prática se manteve viva até os dias atuais, e, para isso, foi preciso um reconhecimento anterior: o reconhecimento dos próprios praticantes. O congo sempre foi reconhecido e valorizado pelos seus seguidores e o reconhecimento institucional não legitima a importância dessa prática para os conguistas, apenas reafirma algo que já era uma certeza para eles. [...] Com o reconhecimento da sociedade e da mídia, passaram a assumir e se apropriar dessa identidade que estava esquecida ou silenciada no tempo (MACEDO, 2015, p. 163).

É interessante notar que apenas no dia 20 de novembro de 2014 o congo se tornou Patrimônio Cultural Imaterial do Espírito Santo, pela Secretaria de Cultura do Estado (SECULT-ES), através do Conselho Estadual de Cultura (CEC). Ainda não é um reconhecimento ao nível federal. Mas esse registro estadual visa possibilitar a proteção desse bem contra possíveis riscos e ameaças, ao recomendar planos e ações de salvaguarda e políticas que garantam a continuidade da prática do congo (MACEDO, 2015).

No congo, o processo de mediação entre a cultura tradicional e a moderna capitalista é intenso. Enquanto ele perde algumas características ancestrais, vai cedendo espaço a novas influências dessa sociedade "globalizada" e as vai revertendo em seu benefício em alguns casos. Os jongs vão perdendo aos poucos o improviso e vão ficando só versos consagrados, os aspectos tradicionais resistem. Vários grupos de música pop do Espírito Santo gravaram o ritmo do congo. Entre eles, Casaca, Manimal, TamborES, Restinga etc. Isso ajuda na divulgação, valorização e renovação da congada, mas com duas observações: que essas pessoas participem das manifestações tradicionais e, se ganharem um bom dinheiro com suas rapsódias, que incentivem projetos que beneficiem os conguistas e sua comunidade, que tem o congo como uma das suas riquezas e diversões. O congo é uma criação coletiva e comunitária, não individual. Oficinas de música, apresentações gratuitas, projetos de geração de renda e de assistência social, entre outras alternativas, são bem-vindas. Na sociedade globalizada capitalista, a pressão é pela homogeneização cultural e o congo é uma das resistências ontológicas a essa pressão no nosso território. A diversidade sempre enriquece o pluriverso pregado por Escobar, com o respeito ao conhecimento tradicional e a diversidade de formas de enxergar o mundo. Que colocam assim, a Barra do Jucu como protagonista nesse mundo pluriversal (fig. 97).

Figura 97- Mestre Alcides Gomes da Silva e Homero, em 1989



Fonte: Acervo particular, foto de Kleber Galvêas, 1989.

6.3 A RENDA DE BILRO

Outro patrimônio cultural importante da Barra do Jucu é a renda de bilro, quase extinta, principalmente, pela concorrência das rendas industrializadas, feitas por máquinas em grande quantidade, de forma muito mais rápida e barata. Artesanato muito tradicional, introduzido pelos imigrantes açorianos, as rendas de bilro da Barra do Jucu, eram antigamente, muito procuradas, oferecendo uma forma de renda pecuniária. Para Maria Luiza Valadares, em roda de conversa de 2023, “As rendas de bilro eram destaque na Barra, a maioria das mulheres fazia e vinha gente de fora para comprar”. Segundo Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023, o resgate feito a partir da mobilização e contribuição de duas antigas rendeiras nativas da Barra do Jucu (as Senhoras Rosa Malta e Enedina Leão), traz essa atividade a um protagonismo local, que estava sem registro de acordo com sua fala. Isso ocorre de maneira organizada, atualmente, através de uma associação que, recentemente, promove as vendas de modo a retomar a renda de bilro como um produto gerador de renda para as participantes das oficinas promovidas diariamente pelo Projeto Barra de Rendas, coordenado por Regina Ruschi e César Guedes (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Regina Ruschi, nos relata em roda de conversa de 2023, sobre as relações entre canoieiros, pescadores e rendeiras e de quando as rendas pararam de ser vendidas, quais foram as alternativas econômicas para essas mulheres:

[...] A história dos canoieiros. Eram maridos, muitos desses canoieiros, desses pescadores, eram os maridos das rendeiras, então eles passaram a ter alguns empreguinhas aqui e ali. Muitos dos maridos dessas rendeiras foram aposentados pela Prefeitura, né? [...] Outro ofício conhecido da Barra, era o ofício das lavadeiras. [...] E de pequenos serviços domésticos na casa de uma, de outra que podiam pagar, né? [...] Então, foram para outras atividades assim.[...] não, lavadeira sempre teve. [...] Enquanto ofício foi mais quando teve quem pudesse pagar, e aí foi nessa época, né? (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Conforme roda de conversa de 2023, Regina Ruschi nos menciona que “a população sobrevivia da pesca e da pequena agricultura familiar, as mulheres faziam as rendas de bilro e os homens pescavam. Onde há rede há renda. Com a venda das rendas também se conseguia algum dinheiro” (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Essas oficinas se iniciaram com a identificação daquelas duas senhoras detentoras do saber ancestral da confecção das rendas, com as almofadas, seus bilros e piques. Em 04/2023, mais de 60 aprendizes participavam regularmente das oficinas. Esse movimento ocorreu com o apoio da ONG Museu Vivo da Barra do Jucu, criado para preservar, defender, difundir e resgatar a cultura e o meio ambiente da Barra do Jucu, e com o empenho direto de Regina Ruschi e César Guedes. Além disso, em roda de conversa de 2023, Deusa Bravim, testemunha sobre esse resgate endógeno à própria comunidade (fig. 98 e 99):

[...] Eu penso assim, que quando tem pra resgatar é alguma coisa, quem faz esse movimento é a comunidade. Nunca esse movimento vem assim do poder (público), nós que nos movimentamos, organizamos, no caso das rendeiras, foi a esposa do Cesinha (Deusa Bravim, em roda de conversa de 2023).

Figura 98- Homero, Dona Rosinha e Claudia fazendo almofada de bilro



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#)

Figura 99- Rendeiras de bilro da Barra do Jucu, em 2021.



Fonte: [Século Diário](#), 16 de maio de 2021 (acesso 12 de junho de 2024).

Este protagonismo do saber ancestral pode ser apreendido como uma forma de resiliência local, de resistência coletiva em favor da identidade territorial, perpassado pela autoestima e, neste caso, pelo empoderamento das mulheres.

A participante da Oficina Barra de Rendas Anita Bonadiman, comenta em roda de conversa de 2023, a respeito da oficina e das rendas de bilro:

[...] Era uma coisa que estava mesmo se acabando. E que agora olha como é que está, olha esse pessoal, olha aquela renda, né? É incrível, eu percebo assim que parece que está no sangue da pessoa? Ela, né? Foi despertada para isso. Muito bom, muito bom. Depois, com aquele trabalho também de levar os trabalhos para Arte Santo, para Casa Cor, né? Poxa! Elas se sentem assim importantíssimas, muito bom (Anita Bonadiman, em roda de conversa de 2023).

É um trabalho que reflete bastante na autoestima da comunidade local. Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023, comenta sobre as senhoras que eram as principais professoras da oficina:

[...] Dona Rosinha (falecida em 2021), com a renda de bilro passou a ser uma Mestre. Ela virou Mestre. Dos títulos de Mestre ela teve um, Dona Enedina dois (falecida em 2024), porque ela não teve tempo da gente escrever o edital para o segundo. Mas assim é o que é que podia imaginar de uma senhora

de 86 anos? Ela virou professora, virou Mestra de uma cultura, ficou conhecida na vila inteira, quer dizer, você resgata uma cidadania, uma importância que ela tinha, só não tinha a valorização, assim como Dona Enedina, que toda vida viveu ali, encolhida na família, porque né? Vivia sempre com a irmã, com sobrinhos e tal e Dona Enedina, de uma hora para outra, virou para a cultura da Barra. É a pessoa mais importante daquela família, ela é a Mestra (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

De acordo com roda de conversa de 2023, Regina Ruschi nos informa que, as rendas de bilro continuam sendo feitas da forma tradicional, da seguinte maneira:

Então a gente continua com a tradição, as almofadas continuam sendo feitas com palha de bananeira seca. Os bilros continuam sendo feitos com os coquinhos, né? [...] As almofadas eram feitas com sacos de estopa, que os maridos traziam de resto do porto. [...] O pedacinho que elas botavam de tecido em cima da almofada para não sujar as rendas. [...] Era o resto das roupas. Era onde pregava o pique. O pique é feito num papelão, o papelão é o modelo, é o molde, né? Era feito com restos de caixas de tudo, gente, nada era comprado. As linhas depois de um tempo, tinha muitas malharias na Barra[...] muito pobre, gente. A comunidade não tinha dinheiro, né? Então, mas era equilibrada, pobre, mas equilibrada, porque elas viviam do que plantavam, viviam do que, né, pescavam (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Conforme roda de conversa de 2023, Daniel Vieira evoca memórias sobre a sua avó Bernardina, a rendeira mais antiga que se tem registro fotográfico na Barra do Jucu (fig. 100):

Rendeira porque minha avó, que era profissional, era Bernardina. E quando eu me casei em 1963, ela me deu tudo feito da renda que ela fazia, aquela rendeira mais velha. Ela só tem uma filha agora que é a Esther. O resto é tudo morto, minha mãe mesmo morreu com noventa e oito anos, e Esther parece estar com noventa (Daniel Vieira, em roda de conversa de 2023).

Figura 100- Bernardina a rendeira mais antiga da Barra do Jucu, com registro fotográfico



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 12 de junho de 2024).

Em roda de conversa de 2023, Kleber Galvêas nos fala que, “A primeira vez que eu vim à Barra foi pra comprar renda de bilro. Com minha mãe, em 1954. As rendas da Barra eram muito reconhecidas na região” (Kleber Galvêas, em roda de conversa de 2023).

Segundo roda de conversa de 2023, Regina Ruschi comenta sobre o resgate de cidadania que a oficina de renda de bilro promove na comunidade da Barra do Jucu:

[...] A gente produz rendas como era a tradição daqui, rendas a metro, né? Tanto o bico quanto o entremeio, né? [...] Tem uma que já fez vários desfiles com rendas da gente aqui. Vestidos de noiva. Teve uma que o ensaio fotográfico foi na Torre Eiffel? Você imagina diretamente da Barra do Jucu. Gente, olha o resgate de cidadania dessas mulheres, né? As netas, as bisnetas e não sei o que estão orgulhosíssimas da história da vila da história das mulheres daqui? (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Conforme roda de conversa de 2023, Regina Ruschi relata sobre o patrimônio imaterial, “[...] o patrimônio imaterial é coisa de cultura popular, é coisa de pobre, coisa de pobre não fica registro, o que fica registro são os castelos, são as igrejas” (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

A história do povo que é isso que encanta a gente na Barra, é a cultura daqui, é o jeito de viver daqui. Essa história não está registrada porque os casebres de estuque não têm mais nenhum, né? Então é a história deles vai, vai embora, né? E não ficam nem registros. Agora nessa atividade, né? Que eu já estou a um bocado de tempo, né? Tem 10 anos que comecei a fazer essa pesquisa sobre as rendas, mas tem 7, vai fazer 8 anos que a gente está nessa história de resgate, né? (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

De acordo com roda de conversa de 2023, Regina Ruschi nos fala da importância econômica da renda de bilro na história da Barra do Jucu:

[...] Quando eles permutavam as coisas, eles traziam outros produtos, mas a renda de bilro não, a renda de bilro voltava em dinheiro. Então o dinheiro vinha muito da renda de bilro.[...] Pra pessoas que já sabiam que eles iriam levar ou eram encomendas, então vendiam e traziam o dinheiro.[...] Muitas vezes elas também iam procurar as pessoas que elas sabiam que compravam, procurar para vender as rendas em Vila Velha e em Vitória.[...] Era com esse dinheiro que a gente comprava tecido pra fazer roupa para a família, comprava os calçados para os meninos, compravam algum material de escola.[...] E essas comunidades vivendo do mesmo jeito, quando não têm o dinheiro do peixe tem dinheiro da renda, quando está em época, né de inverno, não tem peixe, tem dinheiro da renda, então essa casadinha vem de longe[...] (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Regina Ruschi, comenta em roda de conversa de 2023, sobre a importância do resgate de elementos da cultura tradicional local, “[...] o que eu vejo hoje é que o que parecia morto quando é resgatado, volta com força, com a força cultural da tradição, volta com a autoestima, com a cidadania, volta com tudo. A gente pode resgatar muita coisa que está aparentemente morta” (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de 2023, Regina Ruschi nos menciona sobre a criação do dia da rendeira de bilro de Vila Velha, dia 20 de julho:

Hoje é lei. Lei Municipal, foi criado o ano passado, dia do aniversário de Dona Rosinha, nossa primeira Mestra, a única que topou voltar a nos ensinar mesmo, né? Ana Rosa Leão Malta, Dona Rosinha, a tia da Lulu. Ah! É dia 20 de julho, que é o dia do aniversário dela. Esse ano a festa vai ser 22 de julho, não falem, vocês vão perder. Nós queremos fazer um desfile (Regina Ruschi, em roda de conversa de 2023).

O principal problema enfrentado pelo Projeto Barra de Rendas, segundo Deusa Bravim, César Guedes e Regina Ruschi, é a falta de um lugar adequado para guardar o material e que caibam todas as rendeiras na oficina. A ideia defendida pelo grupo, e por vários outros grupos, como o congo, carnaval, pesca artesanal, folia de reis etc., é voltar a existir na Barra do Jucu uma Casa da Cultura e Cidadania para dar o suporte necessário a essas manifestações. A Casa da Cultura já existiu, mas virou destacamento de polícia e hoje é o Posto de Saúde comunitário. A Casa da Cultura está fazendo muita falta, hoje em dia, para a cultura barrense.

Em roda de conversa de 2023, César Guedes nos afirma:

[...] Que quando nós começamos a renda de bilro, tinha duas pessoas fazendo renda na Barra, hoje nós temos 60 alunos lá, crianças, pessoas mais velhas, aprendendo renda e já difundindo a arte, sabe? Eu acho muito legal. Isso demonstra a força desse resgate cultural na Barra (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Desde Portugal, são comunidades pesqueiras em que as mulheres tecem rendas e os maridos tecem rede de pesca. Nós tínhamos renda de bilro em todo o litoral capixaba e alguns lugares do interior também. Aqui na Barra tinha um lapso de 45 a 50 anos que ninguém vendia renda de bilro.

6.4 O CARNAVAL TRADICIONAL DA BARRA DO JUCU

O carnaval da Barra do Jucu merece especial atenção, pois tem características de resistência popular, apesar de ter sofrido algumas transformações no processo de mediação cultural e contato com as pressões da sociedade moderna, sobre a cultura tradicional. Mantém, com muito vigor, a ironia, a irreverência, a crítica social e política. O carnaval na Barra protesta e conta histórias, como o congo fazia e faz. É uma consequência deste, também com músicas próprias.

De acordo com Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, “no começo quando ninguém conhecia direito o que era carnaval, o pessoal saía pelas ruas vestido com aquelas roupas rasgadas de quadrilha e tocando músicas antigas de carnaval, algumas até feitas na Barra” (Darcy Vieira, em entrevista de 2001). O ritmo preferido eram as marchinhas de carnaval. Quem tocava era seu Irio Leão e Noel Leão, pai de Joel Leão. O Sr. Daniel Vieira, em entrevista de 2001, menciona que seu pai, Domingos, fez a sede em um cômodo no seu quintal, ali acontecia a festa. Eles

bebiam cachaça e jenipapina (licor de jenipapo). Não havia luz elétrica ainda. Alguns anos depois, o carnaval começava a tomar corpo. Seu Francisco Firme (Seu Chiquinho) com seu banjo e seu Irio Leão no violão, puxavam o bloco das mulheres, vestidas de ciganas. Dona Darcy Vieira, Dorinha Vieira, Esther Vieira e várias outras, acompanhavam os tocadores. Geraldo Pignaton, em entrevista de 2001, diz que acompanhava esse bloco todo ano tocando seu reco-reco (fig. 101).

O maior bloco e mais antigo era o dos mascarados, que tinha adesão especial da juventude. Eles representavam os bichos do imaginário das pessoas daquele tempo em que a Barra era cercada de matas fechadas. As crianças, principalmente, morriam de medo e corriam fugindo dos mascarados. Era interessante, pois as pessoas ficavam sempre querendo descobrir quem eles eram. Entretinham as pessoas e segundo Valcy Vieira, em entrevista de 2001, "era muito gostoso, eles se arrumavam nos matos, faziam comida, acampavam, tomavam cachaça e o pau quebrava" (Valcy Vieira, em entrevista de 2001).

Figura 101- Seu Francisco Firme (Seu Chiquinho) antigo puxador do carnaval barrense e do bloco das ciganas



Fonte: [Site do Governo ES](#) (acesso: 23/06/2024)

De acordo com Oliveira (2021), relatando sobre a relação do carnaval de mascarados e o ambiente natural da Barra do Jucu:

Barra do Jucu, era cercada de matas, brejos, lagoas, mangues, rios e o mar. A comunidade, basicamente, vivia da subsistência, explorando esses recursos naturais. A ligação entre homem e natureza era muito forte.

Naqueles tempos de isolamento, que não havia estradas, a principal via de comunicação com a cidade, era o Rio Jucu, e não existia energia elétrica. Era comum as pessoas se reunirem em volta das fogueiras no início da noite, e entre as conversas, várias eram sobre monstros e lendas da região. No Carnaval, o mascarado buscava representar esses “bichos papões” do imaginário popular local, nas máscaras e no comportamento. (OLIVEIRA, 2021, p.12).

Ainda de acordo com Valcy Vieira, em entrevista de 2001, um dos diretores do Bloco Surpresa, as máscaras eram feitas por eles mesmos antes de chegarem estas feitas de borracha, na década de 1980. Faziam o molde de barro e encapavam com jornal e cola de trigo feita com água quente.

A rua ficava cheia de mascarados correndo atrás das pessoas; se embolando; caindo; agarrando as meninas. As crianças tinham medo mesmo. Acreditavam na existência de bichos papões e espalhavam histórias a esse respeito. Dona Darcy Vieira, em entrevista de 2001, disse que até hoje morre de medo. Alguns sempre se destacaram pela criatividade e monumentalidade de suas fantasias: Bochecha Nunes, Toninho Natural e Vitalino Rego.

Segundo Oliveira (2021), o bloco dos mascarados também tem um caráter de rito de passagem local, da infância para a juventude:

Nesse costume, os adultos impedem as crianças de participar junto como mascarados, por diversos motivos. Com isso, as crianças que não podem sair com os adultos saem às ruas no dia do desfile para implicar com os mascarados, que perseguem essas crianças. Com isso, a brincadeira tem tons de rito de passagem, com a criança enfrentando o monstro, e virando o próprio monstro para perseguir outras crianças à medida que cresce, passando por batizado ao sair pela primeira vez de mascarado (OLIVEIRA, 2021, p. 12).

Nesse bloco, além dos mascarados, ia também a vaquinha, animal que existia em quantidade aqui na Barra e que eram criados soltos na comunidade. Para sua confecção, era escolhido um crânio de vaca, sempre com chifres bem grandes e corpo feito com uma armação de bambus envergados e madeiras cobertos de pano. O nome da vaca sempre vinha como uma sátira, na época do surto de febre amarela o seu nome foi o da doença (fig. 102 e 103).

Além da vaca, ia a mulinha para guiá-la. Era feita com um pau bifurcado e espuma, para moldar. O cavaleiro tinha que se pintar todo de preto, com carvão e óleo queimado, pois os vaqueiros antigos, eram escravizados negros. Incorporando a vaquinha, saíram, pelo que constatei nas entrevistas, primeiro seu Dionízio Ererê de

Itapuera; depois seu Haroldo Vieira, pai de Valcy Vieira; Seu Joel Leão; Perereca, e atualmente revezam Fernando Bitão e Rodrigo Rodrigues. Na mulinha, Oscar Valadares, a quem todos elogiavam: pintava-se de preto e colocava uma peruca pixaim, tipo "nega maluca", (tinha olhos azuis). Atualmente é Valter Balunga quem comanda, muito animado e alegre. Ele é o responsável por uma sensacional quadrilha junina que acontece todos os anos.

O pessoal também gostava de fazer monstros e bonecos gigantes para assustar mesmo. Paulo Nunes fez uma alegoria irônica sobre Pedro Grosso, que era um desses ladrões, que na fantasia do povo roubava dos ricos para dividir com os pobres. Foi a primeira alegoria do carnaval da Barra.

Figura 102- Bloco dos Mascarados.



Fonte: Fotógrafo Gustavo Serrate, [Site Cine 81](#), (acesso: 23/06/2024).

Figura 103- A vaquinha, bloco dos mascarados



Fonte: Fotógrafo Gustavo Serrate, [Site Cine 81](#), (acesso: 23/06/2024).

O carnaval dos mascarados era acompanhado por bate-latas. Os blocos organizados por batucada, banjo, cavaquinho e violão. Por anos a fio, só participava o povo aqui do território do Baixo Jucu. Até que um dia, houve uma viagem das beatas da Barra à festa de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo (1985). Na volta, comeram comida estragada e passaram mal a viagem toda, borrando tudo (vomitando e evacuando) no ônibus. No carnaval seguinte (1986), os mascarados resolveram fazer "o ônibus desarranjado", com penicos e bacias penduradas e inscrições, parodiando o programa Proálcool como "cagados no baile", "movido a bosta" etc... Até chamada das beatas, pelo nome teve. O sucesso foi tanto que eles repetiram a dose no ano seguinte. Foi esse o marco inicial para a formação do "Bloco Surpresa". Logo após, dois pescadores dos mais tradicionais da Barra, João Rã Rã e Esmerino Laranja, espalharam a notícia de que tinham visto um monstro marinho no mar da Barra. Saiu até no Jornal Nacional. Nas entrevistas, em sua empolgação, os pescadores usavam um linguajar tão pesado, que o repórter teve que pedir-lhes moderação, mas não adiantou muito. Depois se descobriu que era uma espécie de baleia muito rara e em extinção. A Marinha enviou embarcações para pesquisar.

Então o grupo de mascarados resolveu fazer o monstro gigantesco, o monstro da Barra. Teve dificuldade para passar sob os fios de eletricidade e as árvores. Ficou muito legal (fig. 104 e 105).

Figura 104- Logotipo do Bloco Surpresa, o maior bloco de carnaval da Barra.



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso: 23/06/2024).

Figura 105- Multidão no Carnaval do Bloco Surpresa na Barra do Jucu



Fonte: [Site ES 360](#) (acesso: 23/06/2024)

Nos anos seguintes, o bloco foi ampliando o seu campo de visão crítica para assuntos de nível municipal, estadual, nacional e internacional. Tendo como principais características, a irreverência, a criatividade, a sátira nos enredos, alegorias e músicas, foram atraindo cada vez mais interessados. As críticas e referências extrapolaram as nossas fronteiras, lotando a Barra de turistas, havendo transmissão ao vivo até para o programa do Faustão (TV Globo).

Outra característica interessante é que a batucada do Bloco Surpresa (Siri de Tamanco), passou a sair em cima de um carro de som, acompanhada de guitarra, baixo, teclado e com músicas e letras próprias, que abordavam temas políticos, ambientais e sociais, isso a partir de 1992. A introdução de trio elétrico foi fatal ao carnaval tradicional, instrumental, de Seu Francisco Firme, que ficou anos parado, sem sair, ressurgindo em 2002, tocando até em cima do trio, incentivado por Lobão e Geraldo Pignaton, com a participação de Dulce Vereza, Marilena Sonegheti e Anita Bonadiman.

Outros temas abordados pelo Bloco Surpresa com o passar dos anos foram: a "Panela Marginal do Barrasil", satirizando os políticos nacionais e colocando todos na mesma panela de pressão, na época do Governo Sarney e da Constituição de 1988; o "Tartarumax", ironizando com o Governador do Estado Max Mauro; a "Madalena do Jucu", falando sobre o envolvimento da banda de congo da Barra com o cantor Martinho da Vila; o "Tanque you", sátira sobre a Guerra do Golfo, onde George Bush e Saddam Hussein estão na praia juntos e os soldados se matando; o "Ali Babarra" e o "Papa imóvel", mexendo com o Presidente Collor e o Governador Albuíno, além da visita do Papa João Paulo II à Vitória; o "Vaso Alves", ironizando o Prefeito local, Vasco Alves, no caso do esgoto do Araçás; o "Mamadona e Michael Jegue na Terra dos Sete Anões", satirizando os super astros da música pop, e a CPI dos anões do orçamento; "Avascalhação Brasileira", mexendo com o Prefeito local e com o avião de muamba dos tetra campeões; e os "Se Correr o Bispo Pega se Ficar o Burro Come"; "A Trágica Castração no Motel"; o "Titâmico", onde os políticos naufragam; "500 Anus do Brasil"; "2001 Uma Lalaudicéia no Espaço"; "Osama se Escondeu na Barra"; entre vários outros. As famosas máscaras que caracterizam os políticos eram criadas pela escultora Áurea Pignaton. Hoje Vinicius Oliveira (Burrinho), se sai muito bem no ofício.

No ano de 2006, aconteceu um acidente, o trio elétrico derrubou um poste avariado que machucou gravemente uma pessoa. Depois disso, o bloco que já saía com cinco alegorias, diminuiu para uma e continua assim até hoje.

Os foliões que deram origem a esse tipo de carnaval foram, desde meados do século passado, dentre outros: Oscar Valadares, Paulo Nunes, Giovanni, Haroldo Vieira, Antônio Leão, Írio Leão, Máximo Malta e Joel 40.

Hoje o carnaval não é o mesmo de antigamente, mas suas características principais estão muito mais visíveis. O carnaval cresceu, não é mais só para a comunidade, tem que atender também aos turistas, mas mantém muito do aspecto local, principalmente nas músicas, que são todas feitas aqui e próprias para o tema do ano. Dentre os principais compositores destacamos o Coronel Calazans, Evandro Brega, Rubinho e Fernando Gomes, Valcy Vieira, Augusto Bonadiman Galvêas, Julinho Poeta (Pé de Bicho), e Geraldo Pignaton.

O cronograma tradicional dos blocos do carnaval da Barra, todos saindo por volta das 15:00 horas é: O “Bloco das Putas”, homens travestidos de mulher e mulheres de homem, sai no sábado de carnaval. Muito tradicional e divertido. O dos “Mascarados, Vaquinha e Mulinha”, na segunda-feira; e o “Surpresa” sai domingo e terça. No sábado, antes do carnaval, sai o “Bloco da Lama”, onde os foliões se enchem de lama e vão para a rua atrás do carro de som. Dão uma volta pela Barra e seguem para um banho de mar na praia, onde acontece uma grande farra.

O Bloco da Lama nasceu em 1991, na rua da lama. Kleber Galvêas compôs uma música para o bloco, que aponta a Vale do Rio Doce como a principal contribuinte para a poluição atmosférica e a ausência do governo na fiscalização.

A vaca vale a pena
Pra quem só quer mamar.
O nosso Imperador tá pra lá de Bagdá
Pro povo sobra ferro
Difícil de respirar
É bloco do sujo o ano inteiro.
Carnaval em palácio é sem parar.
É cof, cof, cof.....
Pulmão dodoi a reclamar
Casa suja é chiqueiro

computador sem funcionar
 Eu digo e repito, socorro Benedito
 Tá chovendo ferro,
 Ficando tudo sujo aqui no meu lugar.

No processo de embate e mediação entre a cultura tradicional e a moderna capitalista utilitarista, parece que a tradição barrense, nesse ponto, sai ganhando, com um carnaval crítico, irreverente, criativo e improvisado, sem cordão de isolamento, recebendo a todos. Deixa de fazer certas concessões aos turistas, que pressionam exigindo uma coisa maior, organização, arquibancadas etc. O improviso e a função jornalística que perdem a força no congo ganham no carnaval. A divulgação também é grande, tendo sempre uma cobertura ao vivo pelas televisões.

Conforme Vinicius Oliveira, em roda de conversa 2023,

[...] Falando em questão ambiental, é muito importante, porque Jacaranema não deve ser vista apenas como uma reserva ecológica, ela deve ser vista também como patrimônio cultural, pois o barrense sempre se utilizou das matas adjacentes da Barra para sustento e para a produção cultural também. Isso antes da reserva existir. Então, vem a urbanidade, vem a urbanização, acontece isso tudo e a gente fica ilhado aqui. Protegido por Jacaranema, hoje em dia os mascarados, para sair de máscara, no carnaval, eles iam para as matas no entorno do balneário para se vestir para vir para o balneário, para brincar de mascarado. Hoje em dia, as únicas porções de mata que restaram para manter esse rito de se vestir de mascarado e vim para brincar na cidade é exatamente Jacaranema e a mata entre a Barra do Jucu e a Praia dos Recifes[...] (Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023).

Com relação ao carnaval, Anita Bonadiman afirma em roda de conversa 2023, "Não mudou muita coisa, não o carnaval. Já foi assim, um auê danado na época do "Bloco Surpresa" e deixou de ser, mas sempre tem um movimento, sempre. Tem aqueles que são assim, parece que pensam naquilo o ano inteiro". O "Bloco Surpresa" continua saindo, mas agora com uma única alegoria, já foram cinco.

Em roda de conversa de 2023, Vinicius Oliveira menciona sobre as transformações na brincadeira dos mascarados:

[...] A primeira grande transformação que aconteceu na brincadeira dos mascarados que impactou foi a chegada das máscaras de borracha, que eram máscaras industrializadas que vinham de fora. [...] Então com essa coisa da máscara de borracha aí, é que morreu o ritual de fazer a própria máscara, que é pegar a máscara de barro, fazer as camadas de papel com cola, cada um moldar sua máscara e fazer essa máscara no mato. De primeira, essas máscaras eram feitas no fundo dos quintais, que os quintais eram abertos e os quintais eram grandes e no fundo desses quintais sempre

tinha mata ou mangue. Então, essas pessoas faziam essas máscaras nesses lugares escondidos e quando chegava o carnaval, essas máscaras saíam na rua. [...] Com o tempo o pessoal esqueceu desse rito aí de fazer máscara, dos anos 80 em diante. [...] Aqueles quintais que eram grandes, espaçados e cheios de matas e árvores, eles ficaram murados, ficaram com casas grandes e concreto, né? Concreto, cimento, uma piscina e um carro importado na casa [...] Barra do Jucu é um ponto cultural. Muita gente querendo vir morar aqui, começou a vir gente com dinheiro aqui para Barra e construir verdadeiras mansões aqui na Barra e mansões de pessoas estranhas a nós. Gente que a gente não conhece, gente que a gente não pode ir lá no quintal para brincar ou fazer as coisas, nisso esse pessoal que fazia a máscara no quintal, já não faz mais. O pessoal que brincava aqui dentro da Barra, saindo dos quintais, já não sai mais. E só resta Jacaranema para isso (Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023).

De acordo com roda de conversa de 2023, Vinicius Oliveira relatou sobre as oficinas de máscaras que ele promove na Barra do Jucu (fig. 106):

Recentemente, a gente está resgatando essa cultura ancestral de se fazer as máscaras, né? E o povo tem comprado muito essa ideia aí. Agora fica muito visível que a falta de espaço para a gente manter a tradição, os terrenos, eles estão acabando. [...] No futuro a gente vai fazer isso aonde? No ginásio de uma escola? [...] Aqui já tinha mascarado de montão na década de 1930. [...] Vinha de Jaguaraçu andando, brincava aqui na Barra e voltava andando para Jaguaraçu. E tinha gente que vinha do Rio Jucu acima também, trazia a máscara para brincar aqui de Jaguaraçu, de Caçaroca e Rio Jucu acima. [...] A oficina vem acontecendo já desde 2016? 2015? [...] A gente tem ido fazer e a garotada, ao longo do ano, fala "Pô, vamos lá, vamos lá pro terreno fazer" (Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023).

Figura 106- Máscaras confeccionadas durante a oficina de Vinicius Oliveira



Fonte: [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso: 23/06/2024).

Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023, nos informa como as máscaras são feitas na oficina:

[...] Como era feito antigamente mesmo, como o material é barato, né? Que é o barro que você encontra hoje em dia em material de construção. É cola de trigo, né? Você compra o pacote de trigo, você faz 50 máscaras, jornal que pega jornal velho, não tem custo e as tintas, né? Pega uma lata de tinta de parede branca, aí compra o pigmento xadrez, aí o outro chega com os pincéis e tal. E todo mundo vai se ajudando lá para fazer juntar o material para fazer. E sem recurso, sem nada, assim como sempre foi feito (Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023).

Conforme roda de conversa de 2023, Vinicius Oliveira, nos diz agora sobre a importância dessa oficina,

[...] A importância disso aí é a importância do resgate histórico da comunidade, né? É um saber que não se perde e mais do que isso até é o exercício artístico de quem vai fazer a máscara, né? [...] Mexe com modelagem, mexe com pintura, mexe com escultura, desenho, né? [...] Ali tem um biólogo fazendo a máscara, também tem um músico também, tem um pescador. Rola uma interação social de todas as classes possíveis, de todas as maneiras de visão política também. [...] Então a interação é muito forte (Vinicius Oliveira, em roda de conversa de 2023).

De acordo com roda de conversa de 2023, Kleber Assis nos menciona como foi participar da oficina de máscaras ministrada por Vinicius Oliveira:

[...] Foi uma experiência muito bacana, assim porque é uma coisa que exerce muito a criatividade, exercita muito a criatividade assim, porque é você ali na hora, você tem que tentar fazer algo que busca dar medo nos outros, claro que o Burrinho está lá para te ajudar, mas fora isso, eu achei uma coisa bem diferente por isso, por você ter que pegar a sua própria criatividade, montar alguma coisa bem diferente. Que aí no final, nenhuma máscara fica igual a outra, cada um tem o seu detalhe (Kleber Assis, em roda de conversa de 2023).

A antiga diretoria do “Bloco Surpresa” era constituída pelos seguintes nomes: Presidente Carlos Magno Queiroz; Vice-Presidente, Gentil Valadares; Primeiro Secretário, Aerton Vieira dos Santos; Segundo Secretário, Geferson Acosta de Oliveira; Primeiro Tesoureiro, Erasmo Vieira dos Santos; Diretor de Divulgação Valcy Vieira e Diretor de Patrimônio Leandro Ribeiro (Délio Cuca). No ano de 2003 a diretoria foi reformulada devido a problemas na prestação de contas da gestão anterior. Em entrevista de 2001, Kleber Galvêas afirma:

[...] Seria mais elogiável se o bloco contasse com mais associados e uma política autossustentável, no que cabe aos recursos econômicos, para fazer o carnaval, sem depender tanto de fontes externas. Já se caminha nessa direção, mas muito timidamente. Começaram a fazer festas-ensaios durante o ano, gravar CD, vender camisetas e a formar um patrimônio do bloco (Kleber Galvêas, em entrevista de 2001).

A vantagem dessas atitudes, segundo muitos componentes do bloco, é a independência, moral alta e certamente uma festa mais completa com os participantes conhecendo melhor as músicas. Falta adquirir o mais rápido possível, um terreno para sede e estruturas sólidas para confeccionar os carros alegóricos. Com essa organização, os integrantes podem ampliar o bloco, sem perder recursos e materiais deste. Deixando claro em seus projetos, o quanto devem precisar para essa prestação de serviços, que deve ser ocupação remunerada. Isso seria uma forma de geração de renda para a comunidade. Essa é a proposta e a atitude mais coerente com o espírito expansivo barrense.

Segundo o cientista político João Gualberto de Vasconcelos, em entrevista de 2001:

[...] O Surpresa é talvez o único bloco do Brasil no qual o carnaval, ao invés de mergulhar na alienação, lembra das mazelas que os políticos infligiram à população, e se conscientiza delas, satirizando-os, como se dissessem: “você sacaneia com a gente, mas a gente está percebendo”. Esse lado sociológico, talvez seja o grande charme do nosso carnaval. Você ironiza os caras e conscientiza o povo. É realmente muito criativo, e isso tudo, sem ter muita consciência do que estão fazendo (João Gualberto de Vasconcelos, em entrevista em 2001).

Quem percebeu esse lado sociológico na irreverência foi um cientista político que está aqui, todos os anos, brincando com a galera. É um carnaval muito impessoal e tradicional. As pessoas criticadas não têm muito espaço para se defender. É a voz do povo se manifestando anonimamente em uma criação coletiva.

6.5 OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO TERRITÓRIO

As transformações territoriais provocadas pelo desenvolvimentismo capitalista tardio periférico da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a partir da década de 1970, impactaram seriamente várias manifestações culturais que ocorriam na Barra do Jucu e agora estão extintas ou em processo de rápido

desaparecimento: citaremos alguns desses casos impactados por essas mudanças ambientais, culturais, históricas e sociais:

1. **A Bandeira do Divino**, antigamente muito aguardada e concorrida, hoje não existe mais, as últimas aparições foram na década de 1970. Perdeu no jogo da mediação entre a cultura tradicional e a cultura moderna capitalista, da pressão cultural, no choque com o ideal capitalista globalizado de homogeneização cultural. Era uma turma cantando músicas de inspiração religiosa e da realidade local. Ia uma mulher na frente com um estandarte do Divino Espírito Santo, uma pomba branca. Este estandarte era cheio de fitas, que eram distribuídas aos mais devotos. O seu Mestre era Chico Dedeco, que ia pedindo esmola e abrigo para o Divino Espírito Santo. Ele morava em Jabaeté. Tinha uma caixa que era tocada e as pessoas iam acompanhando, cantando as músicas.

Em entrevista de 2001, Dona Darcy Vieira relata que uma vez, indo para a praia da Barra, Chico Dedeco entregou o Divino para uma menina grávida carregar. Não sendo ela honrada para isso, o Divino bateu as asas e voou, dando grande trabalho a Chico Dedeco para apanhá-lo de volta. Isso demonstra o moralismo conservador e caracteriza a sociedade e a cultura local. Porém, o povo é moralista para os outros, mas pessoalmente também faz suas estripulias.

2. **A Marujada** também desapareceu na mesma época e pelos mesmos motivos. Era uma tradição anual, inspirada nas grandes navegações portuguesas e espanholas, representando um momento épico de nossa história. Pelo que me informaram os entrevistados, Chico Dedeco também era o seu Mestre. O pai de Dona Darcy Vieira, Inácio Vieira Machado, era o Calafate (que tapa os buracos das embarcações). A sede da Marujada era lá em Jabaeté, mas ela circulava por toda essa região até a Ponta da Fruta. Era um navio "de pau" e o pessoal todo vestido de marinheiro, cantando, tocando e sambando, ao ritmo de músicas que falavam sobre as aventuras dos marinheiros no mar e a vida sofrida que eles levavam (fig. 107).

Figura 107- Exibição de Marujada, 1949. Grupo São Paulo do Morro dos Alagoanos se apresentando no Parque Moscoso



Fonte: Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba: 1944-1982.

Atualmente o Museu Vivo da Barra do Jucu tem feito algumas pesquisas sobre a Marujada com o objetivo de resgatar essa manifestação, mas por enquanto os conhecimentos recuperados ainda são muito fragmentados e não permitem a reencenação do folguedo, torcemos para que a nossa pesquisa dê mais frutos e em breve possamos fazer isso.

3. As festas dos Santos de junho e julho, São Pedro, São João e Santo Antônio chamavam a atenção pelas grandiosas fogueiras que, quando não havia luz, clareavam a noite e propiciavam os encontros sociais. Depois de queimados os paus, as brasas eram espalhadas para os fiéis pagarem as bênçãos recebidas passando descalços por cima delas. Ao seu lado a banda de congo sempre tocava. Depois havia uma grande quadrilha e queima de fogos.

Hoje em dia essa tradição é mantida com a quadrilha, a fogueira, os fogos e o congo. Mas já temos energia elétrica e ninguém mais passa por cima das brasas descalço. Girândolas de bombril e marias pretas, feitas de jornal raramente ainda sobem no céu.

4. As corridas de canoas que aconteciam no estuário do Rio Jucu, logo após o final da navegação pelo Rio, no final da década de 1960, deixaram de acontecer. Sempre ocorriam em dias santos, como de São Sebastião e São Jorge.

5. **A Folia de Reis** da Barra do Jucu continua existindo hoje, mas visivelmente precisa de uma grande injeção de ânimo, pois está bem esvaziada, principalmente pela morte e por doença de alguns componentes mais idosos e que continuam procurando reposição entre o pessoal novo (sangue novo).

Essa manifestação, em nome dos Santos Reis, é bem antiga aqui na Barra e acontece todo ano, em dezembro e janeiro, (na época do Natal). Formada por um grupo de mulheres cantoras, na sua maioria as mesmas que participam do congo. Os homens vão tocando instrumentos. Antigamente eram: Seu Irio Leão, violão, Seu Francisco Firme, banjo e Brandinho Sampaio, percussão, todos já falecidos. Hoje, Lobão toca violão, Xaxa Sampaio e Eduardo Valadares percussão, entre outros.

Os Reis antigos eram acompanhados por muita gente. Os personagens principais, os três reis magos, iam vestidos a caráter, com coroa e tudo, eram os instrumentistas. Juntava-se a eles um grande coro de mulheres. Iniciava-se a cantoria à meia-noite na casa de um deles; seguiam então pelas ruas, cantando, tocando e o povo os acompanhava. Chegando à casa dos anfitriões, previamente avisados, porém a casa ficava fechada e às escuras, então os reis entoavam os versos de entrada.

Depois de longa cantoria com a casa fechada e solicitações em versos, no momento preciso eram abertas as portas e as luzes acesas, todos eram recepcionados festivamente com comida e bebida. E assim, de casa em casa a festa atravessava a madrugada.

Hoje os participantes não são tantos, pois reclamam da bagunça dos mais jovens e da limitação dos idosos com relação ao horário, fazendo então uma apresentação, mais reservada, sem procissão e mais cedo, mas que continua acontecendo todos os anos.

6. Com relação à **alimentação cotidiana**, não houve muita alteração com o passar dos anos, o que mudou é que diminuiu a quantidade dos recursos alimentares tradicionais provenientes da natureza, principalmente do mar, rio e brejos.

A base alimentar continua sendo arroz, feijão, abóbora, peixe, camarão, sururu, caranguejo e guoiamum, feitos na panela de barro. Mas as compras em supermercados vêm, a cada dia tomando mais vulto, pois nem sempre se encontra essa alimentação tradicional na natureza, que apesar de tudo continua sendo a preferida na comunidade.

7. O número de **pescadores** que vivem exclusivamente da pesca artesanal é cada vez menor. Um número maior tem na pesca um complemento da renda obtida no trabalho diário em outras atividades.

8. O conhecimento sobre as **ervas medicinais** decaiu muito, pois as áreas verdes também declinaram. Ainda existem alguns poucos benzedores nesse território; algumas pessoas usam esses remédios naturais conhecidos como garrafadas. Caboclo e Seu Honório de Oliveira Amorim, antigo Mestre da banda de congo, eram os maiores conhecedores destas plantas. Também podemos citar: Vandelino, Chiquinha Paixão, Joaquina Malta, Mãezinha, entre outras pessoas.

Algumas pessoas acreditavam no poder do benzimento, assim como utilizavam do trabalho das **parteiras**: Dona Gina, Dona Leozina e Mãezinha. A atividade de parteira hoje não é exercida mais na comunidade, todas as mulheres grávidas agora vão para hospitais ou têm acompanhamento médico.

O Museu Vivo da Barra do Jucu tem posto em prática um projeto no Posto de Saúde da comunidade, de um jardim com plantas medicinais, para resgatar esse costume tradicional local.

A primeira **lavadeira** que atendia minha casa foi Dona Valentina, esposa do Senhor Germano. Quando passava as peças de roupas que havia lavado, intercalava entre essas peças dobradas, folhas da erva patchuli, o que deixava um cheirinho muito agradável

9. Quanto às **lendas e mitos barreenses**, que são importantes registrar e que anotamos em nossas entrevistas, estão se apagando, mas se mantêm na lembrança de algumas pessoas mais velhas. Essas histórias estão muito relacionadas com o meio natural, econômico e social, que sofreu grandes mudanças. A reprodução dessas histórias foi prejudicada, por não terem a antiga base para se perpetuarem e se formularem novas histórias. A convivência comunitária diminuiu muito.

Nós ainda conseguimos registrar algumas dessas histórias, coletadas nas entrevistas e rodas de conversa realizadas:

Em roda de conversa de 2001, Maria Luisa Valadares nos evocando as suas memórias nos fala da “existência de um pote com moedas de ouro escondido pelos jesuítas na igreja da Barra do Jucu e que, segundo ela, foi encontrado em um sítio que ainda existe ao lado dessa igreja” (Maria Luisa Valadares, em roda de conversa de 2001).

De acordo com entrevista de 2001, Kleber Galvêas comenta que:

[...] O grande tesouro da Catedral de Lima no Peru, que piratas teriam enterrado no Morro da Concha. Um francês chamado Charles Baffet veio procurá-lo. Abriu a cratera que se vê hoje entre os dois morros na Concha, à procura do dito tesouro, cavando com mangueira de alta pressão e pá mecânica. Ninguém sabe se ele achou ou não. Me disse que não (Kleber Galvêas, em entrevista de 2001).

Conforme entrevista de 2001, Dona Darcy Vieira afirma:

[...] Ter visto, numa certa vez, um lobisomem comendo uns guoiamuns que havia preparado. E que sua mãe Bernardina, indo fazer lenha no mato, no dia de São Humberto Lameu, 24 de agosto, dia em que os demônios estão à solta, viu um negrinho do mato (saci) que jogava toda a lenha fora. No final voltou sem um pau de lenha. Disse também ter visto a pomba do Divino Espírito Santo voar da bandeira, após ser tocada por uma pessoa mal vista na comunidade (Darcy Vieira, em entrevista de 2001).

Em entrevista de 2001, Dona Zilda Santana, que morou mais de 50 anos às margens da Lagoa de Jabaeté, forneceu uma grande variedade dessas histórias, que dão base para a gente decifrar a vida que essas pessoas levavam. Entre essas citamos:

- A bola de fogo que saía à noite do meio da Lagoa de Jabaeté (Um engenheiro, Gilberto Galvêas, afirmava tê-la visto). (Assim era a lenda do boitatá).
- O caboclinho da água, que virava as embarcações dos canoeiros do Rio Jucu.
- Da tentativa de drenagem da Lagoa de Jabaeté, que ao cavar-se nela um canal ligando-a ao Rio Jucu, ao invés da água dela ir para o Rio, a do Rio que veio para ela, confirmando uma possível ligação, no passado, da lagoa com o mar.
- Da Caravela com quilha de bronze e frontispício de prata, naufragada na Lagoa de Jabaeté, e que duas juntas de boi tentaram tirar, mas não conseguiram.
- Da mulher gigante das matas de areia... (Zilda Santana, em entrevista de 2001).

Conforme roda de conversa de 2017, Seu Alcestes Laranja, antigo pescador, nos afirmou já ter ouvido, por duas vezes, de madrugada, lá no Morro da Concha, o choro de um bebê.

De acordo com entrevista de 2001, Seu Francisco Firme, relata que,

[...] As paredes de uma casa de estuque, que estava sendo barreada no dia do filho de São Benedito (Jesus), ruíram por duas vezes seguidas, em castigo pelo dono ter debochado do santo, dizendo que preto não tinha vez, que não

guardaria seu dia. Acabou desistindo. No dia seguinte o barreamento não deu problema (Francisco Firme, em entrevista de 2001).

Corre uma crença na Barra do Jucu, que quando um barrense morre, sua alma vira uma garça branca do nosso manguezal. Essas histórias estão extremamente ligadas ao meio em que as pessoas vivem. Cada sociedade tem os seus mitos e eles servem para tentar decifrar seus anseios, temores e a realidade vivenciada (fig.108).

Figura 108- Mural do artista Toninho Natural representando as garças do Jucu, localizado na praça central do bairro



Fonte: [Vídeo do Youtube](#) (acesso 23/06/2024)

6.6 O MORRO DA CONCHA

O Morro da Concha é um dos principais lugares de memória naturais da Barra do Jucu, pois é onde se organiza e são guardados os principais materiais da pesca artesanal e onde ficavam os olheiros dos cardumes, que avisavam toda a comunidade da proximidade dos peixes. Essa era a principal atividade que marca o início da formação da cultura local em estreita relação com a rica natureza do território.

Esse morro hoje faz parte do Parque Natural Municipal de Jacaranema, ele sempre foi envolto em mistérios e curiosidades, que atraem os moradores e desafiam os tempos. Como a história do tesouro escondido por piratas multinacionais entre as

suas rochas, na década de 1820. Muitos se aventuraram e se aventuram a procurá-lo sem sucesso, e a história tornou-se e permanece viva no imaginário popular.

Além de oferecer uma bela vista de toda a Grande Vitória, ali localiza-se a Praia da Concha, um pequeno refúgio de águas mansas, de cerca de 50 m de extensão. O acesso dá-se por uma trilha que tem início na Praia do Barrão. Atualmente o Morro da Concha tornou-se rampa de voos de parapentes que costumeiramente dão um colorido especial ao céu da Barra do Jucu (fig. 109).

Figura 109- Morro e Praia da Concha



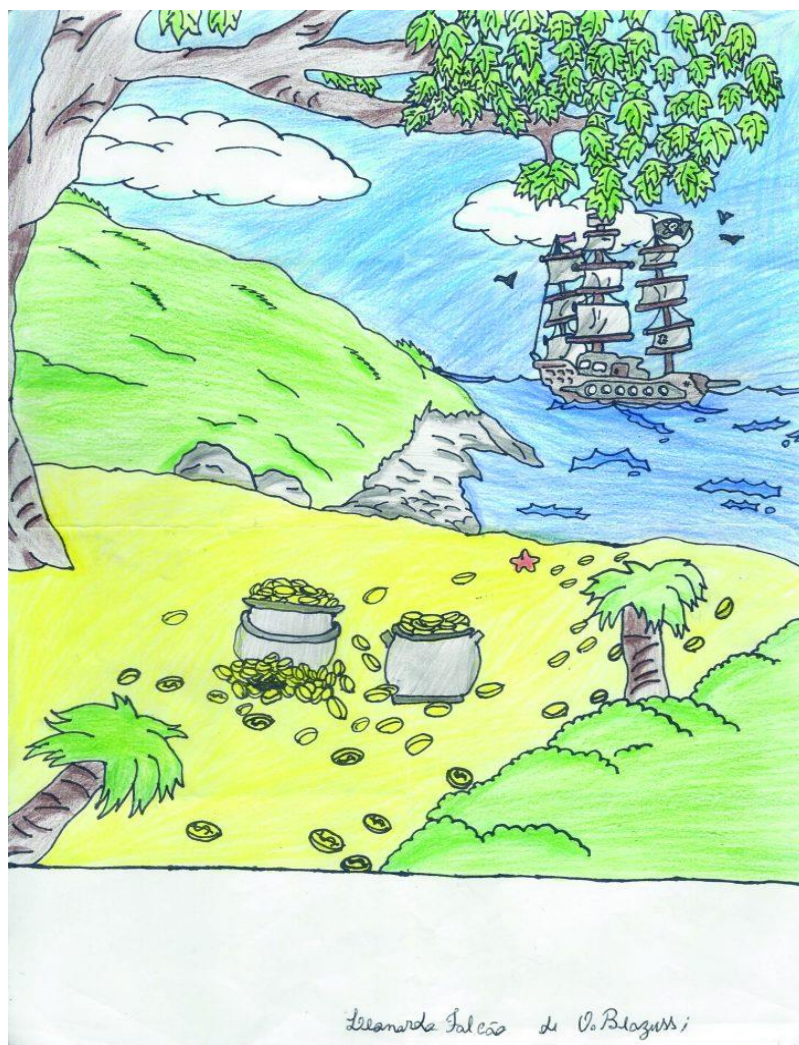
Fonte: [Site de fotos TripAdvisor](#) (acesso 23/06/2024).

6.7 O TESOURO DO MORRO DA CONCHA

Esse texto tem como fonte principal uma reportagem da jornalista Andrea Cury para o jornal A Gazeta, a pedido de Kleber Galvêas, com o francês Charles Baffet, publicada em 6 de agosto de 1989, além de entrevistas com Kleber Galvêas, Alcestes Laranja, Esmerino Laranja, Paulo Lira e Marcelo Farich, a maior parte, antigos pescadores da Praia da Concha. Além de um estudo in loco no Peru, na

Catedral de Lima, amplamente proveitoso e conhecido nesse país sul-americano (fig. 110).

Figura 110- Desenho ganhador do concurso para ilustrar a capa do livro eletrônico editado no site do Museu Vivo da Barra do Jucu, sobre a história do tesouro do Morro da Concha



Fonte: Ilustração de Leonardo Falcão de Oliveira Beazussi, aluno do 7º ano da UMEF Tuffy Nader, [Site do Museu Vivo da Barra do Jucu](#) (acesso 23/06/2024).

6.7.1 A independência das colônias espanholas na América do sul

Essa história começa no Peru, a colônia espanhola mais rica da América do Sul, uma das regiões mais ricas em ouro e prata do mundo. Entre os anos de 1810 e 1830, a América do Sul passava pelo processo histórico de independência das metrópoles europeias, principalmente Espanha e Portugal. Nas colônias espanholas, esse processo foi marcado por guerras sangrentas.

No norte da região, no Vice-Reino da Nova Granada, formado pelos territórios das atuais nações: Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador; Simón Bolívar e seu braço direito Antônio José de Sucre, moveram as guerras de independência contra o domínio espanhol.

Após várias batalhas, o exército de Bolívar foi vitorioso e ele começou a colocar em prática o seu sonho de transformar a América do Sul em um único e poderoso país. A ideia era unificar todas as ex-colônias espanholas e a colônia portuguesa, o Brasil, em um único país.

Na região sul (cone sul), o grande articulador da independência foi José de San Martín. Após várias batalhas contra os espanhóis, conseguiu a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, em 1811. Ele formou o Exército Libertador, com soldados argentinos e chilenos. Em 1818, com esse exército atravessou a Cordilheira dos Andes e derrotou as forças espanholas no Chile proclamando a independência desse país.

Em 1820 começaram as primeiras batalhas pela independência do Peru. Esta guerra durou até 1826 e foi a mais sangrenta desse período histórico, pois o Peru era a colônia mais rica da região, a que mais interessava a Espanha manter, e naquela altura dos acontecimentos, a única que continuava sobre o domínio espanhol.

José de San Martín, partindo de navio do Chile com seu Exército Libertador, desembarcou no porto peruano de Pisco, ao sul de Lima, capital do Peru. Derrotou os espanhóis em Pisco e marchou sobre Lima com o apoio de muitos peruanos. Conquistou a capital e declarou a independência do país em 1821.

Mas as suas forças eram insuficientes, até mesmo para manter a posse de Lima, pois os espanhóis estavam se reorganizando em vários pontos do interior do país, principalmente em Cuzco. Em julho de 1822 o general argentino viu-se obrigado a pedir ajuda a Simón Bolívar, que acabava de libertar definitivamente o Vice-Reino de Nova Granada. Após o encontro dos dois grandes libertadores em Guayaquil (atual Equador), San Martín regressou à Argentina e Bolívar, chamado pelo Congresso Peruano, atacou os espanhóis que estavam no país. Em dezembro de 1822, proclamou a República do Peru. O General Antônio José de Sucre derrotou os exércitos inimigos nas decisivas batalhas de Junín e Ayacucho, em 1824 e na de Callao, em 1826. Os espanhóis foram obrigados a capitular e, agora sim, o Peru se tornava um país independente de fato. Somente em 1879 a Espanha reconheceu a

independência peruana. Nas guerras de independência das colônias espanholas na América do Sul, as batalhas foram muito sangrentas resultando na morte de 300 mil pessoas.

6.7.2 O tesouro da Catedral de Lima

Essa seção do texto é toda baseada em estudo in loco realizado em viagem ao Peru, no ano de 2013. Onde ouvimos as explicações de três guias diferentes dentro da Catedral de Lima. Entendi que a explicação sobre o Tesouro da Catedral de Lima estava presente no discurso dessas pessoas que eram autorizadas pelo governo peruano para exercer essa função. Isso significa que essa é uma história bem consolidada no país. Eu encontrei muita facilidade para aprofundar o assunto, não precisei puxar conversa, foi só perguntar em cima do que os guias estavam falando nessas apresentações informais e ir aprofundando, muito bom.

Quando San Martin conquistou o porto de Pisco e começou a ameaçar Lima, a capital peruana; o rei da Espanha, Fernando VII que reinou entre os anos de 1813 e 1833, ordenou que a administração espanhola no Peru recolhesse e armazenasse todo o ouro e a prata encontrada na colônia, na maior igreja do lugar, a Catedral de Lima. Este seria o último butim colonial da Espanha no Peru. O ouro e a prata recolhidos encheram duas salas da catedral até o teto, com mais de 15 m de altura, por uns 30 de comprimento. Já em 1821, pouco antes de San Martin conquistar a cidade de Lima, o tesouro foi embarcado em duas caravelas (galeões espanhóis) para ser enviado à Espanha. Sabendo que os mares estavam infestados de Piratas, os espanhóis resolveram fazer cada caravela seguir por um caminho diferente, aumentando a chance de sucesso da empreitada.

Uma caravela seguiu rumo ao norte e chegou com sucesso a Espanha. A outra caravela desceu a costa do Peru e do Chile, passou pelo extremo sul da América, o Estreito de Magalhães, a costa da Argentina e do atual Uruguai e entrou no litoral brasileiro. Navegando agora no Oceano Atlântico, deveria chegar à Espanha. Acontece que este carregamento foi atacado por um bando de piratas na altura de Cabo Frio (RJ) no Brasil. Esses piratas eram de várias nacionalidades: ingleses, russos, franceses, poloneses etc. Eles ficaram sabendo que uma grande frota combinada de navios de guerra da Espanha e da Inglaterra estava vindo dar escolta ao carregamento e que iam atrás deles. Então resolveram procurar um esconderijo

para o tesouro em alguma parte do litoral brasileiro. Para a Inglaterra ia a maior parte do ouro da Espanha, utilizado para pagar a grande dívida externa da Espanha com aquele país.

Alguns anos depois, em 1830, os piratas foram capturados nas Antilhas, América Central, levados para Havana, Cuba, onde foram enforcados, exceto dois: um russo e outro inglês que conseguiram escapar. O inglês, recapturado mais tarde, foi devolvido à Inglaterra e passou anos na prisão. Depois de solto, veio com um irmão para o Paraná onde acabou se casando e deixando antes de morrer, anotações sobre o esconderijo do tesouro no livro que batizou de "The Talbot", pesquisado, em 1939 por um jornalista brasileiro, que fez uma série de reportagens sobre o assunto.

O pirata russo, que usava um tapa olho, foi encontrado 15 anos mais tarde (1845), em um hospital de Bombaim, Índia, por um Capitão inglês. Antes de morrer o velho pirata revelou a história do assalto e deu as dicas sobre onde estava escondido o tesouro.

6.7.3 Quem foi Charles Baffet?

Esta sessão e as próximas estão influenciadas pela entrevista concedida por Charles Baffet à jornalista Andrea Cury do jornal A Gazeta, publicada em 06 de agosto de 1989, falando sobre o assunto e em entrevista de Kleber Galvêas (2001), que era amigo de Charles Baffet e conhecedor de sua obra.

Em primeiro lugar, foi o aventureiro francês que veio procurar o Tesouro da Catedral de Lima na Barra do Jucu, Vila Velha, Espírito Santo. Mais especificamente no Morro da Concha.

Charles Baffet nasceu na França (+ ou - em 1905), e faleceu em 1990, no Espírito Santo. Era casado com a nobre belga Madalena, prima de Lili de Carvalho Marinho, esposa de Roberto Marinho, antigo dono da Rede Globo de Televisão.

Escreveu o livro: "Como se defender do perigo atômico." Era Bacharel em Direito, formado em Ciência Política e em Física.

Após obter na Índia informações sobre o Tesouro da Catedral de Lima, Peru, veio para Paramaribo, Suriname, ex-Guiana Holandesa, onde foi tradutor e intérprete dos piratas que contrabandeavam café, diamantes e terras raras do Brasil para a China, no início da década de 1960. Essas terras raras eram importantes para a China desenvolver o seu arsenal de armas atômicas.

Mudou-se para Vila Velha em 1964. Veio a ser diretor da Companhia de Navegação Delta Line, em Vitória. Mais de 130 anos depois do ataque e do saque pirata ao Tesouro da Catedral de Lima, Charles Baffet veio procurar o tesouro aqui na Barra do Jucu. Isso não foi à toa.

6.7.4 O Morro da Concha

Charles Baffet acabou adquirindo a área do Morro da Concha ou pelo menos, os direitos sobre ela, com os herdeiros da propriedade, a família Meneghetti, logo após ter se mudado para a região, em 1964, e ter feito as primeiras sondagens atrás do tesouro. Procurou o tesouro ali e nos arredores por 22 anos, até o final da década de 1980.

Pouco antes de falecer, vendeu o Morro da Concha para a família Vivacqua, que pretendia construir um hotel nesse local. Hoje o Morro da Concha é tombado como Área de Proteção Permanente (APP), desde 1989, patrimônio natural, e faz parte do Parque Natural Municipal de Jacaranema.

Esse morro se chama Morro da Concha por causa de seu formato e abundância de conchas em suas praias. É constituído por duas pedras que parecem um berbigão aberto, colocado na areia da praia. Um berbigão é um molusco envolvido por duas conchas semelhantes. Outros dizem que ali eram depositadas pelo Rio Jucu muitas conchas fósseis, que o Rio escavava e rolava em seu leito até as praias.

Em cima do morro há um cruzeiro antigo, marco usado pelos portugueses para sinalizar pontos estratégicos do litoral brasileiro e a presença da religião cristã católica, religião oficial do reino de Portugal durante a idade moderna 1450-1800.

O morro também é o ponto de partida, o local onde os pescadores artesanais da Barra do Jucu, partem para as pescarias e guardam seus apetrechos de pesca, na pequena Praia da Concha, que fica entre as duas pedras.

Ao se aposentar, Charles Baffet resolveu suspender sua busca para satisfazer um desejo de sua esposa: morar em um sítiozinho longe da cidade. Foi assim que Charles Baffet se mudou, em 1985, para Soído de Baixo, Marechal Floriano, onde viveu seus últimos anos de vida. Ali plantou laranjas, criou galinhas e gansos e cultivou uma quase inédita plantação de azeitonas, no Espírito Santo.

Depois de escrever livros, viajar por todo o Brasil e por várias partes do mundo e ter algumas aulas com Kleber Galvêas, resolveu no início de 1988 se dedicar à pintura. Retratou toda a sua aventura em Paramaribo, inúmeras paisagens do Espírito Santo e realizou fantásticas cópias de Gauguin e Van Gogh. Kleber Galvêas organizou uma grande exposição de suas 300 pinturas a óleo em sua galeria, na Prainha, Vila Velha, em 1989. Um ano depois, em 1990, Charles Baffet veio a falecer no seu sítio em Marechal Floriano.

6.7.5 Charles Baffet fica sabendo da existência do tesouro

Ele soube da história do Tesouro da Catedral de Lima, quando era adido na embaixada francesa na Índia, em Bombaim. Pesquisou a história e ficou impressionado. Comprou um mapa de um descendente do pirata russo que, como vimos, foi um dos dois sobreviventes da embarcação pirata que saqueou o tesouro dos espanhóis e que foi poupado da morte em Cuba, por ser médico.

Quando Charles Baffet vem para o Brasil, encontra mil referências ao tesouro em livros, jornais, documentos e mapas reunidos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Colecionou uma boa quantidade de material publicado na imprensa carioca e paranaense. Formou um verdadeiro dossiê sobre o assunto, com muitos mapas e estudos de latitudes e longitudes. Certamente, a parte mais interessante da sua bagagem, quando se mudou para Vila Velha, em 1964. Charles Baffet fazia muito mistério com relação ao mapa do tesouro. Segundo Kleber Galvêas, em entrevista (2001): “Eu tentei ver os mapas, mas o francês não mostrava”.

6.7.6 Como Charles Baffet chega a conclusão de que o tesouro estava escondido na Barra do Jucu?

Aqui no Brasil esse tesouro era conhecido como Tesouro de Trindade. O mapa fazia referência à Trindade, ilha oceânica, pertencente ao Estado do Espírito Santo, Município de Vitória, que fica no mesmo paralelo, a 1.200 milhas náuticas do continente, partindo do Morro da Concha. Até hoje é um lugar ermo e esquecido, contando apenas com uma base permanente da Marinha Brasileira e com a visita de pesquisadores e cientistas, principalmente biólogos e oceanógrafos.

Essa Ilha pertenceu à Inglaterra por muitos anos e somente no final da década de 1890, passou a ser a única ilha oceânica do Atlântico Sul a não pertencer à Inglaterra, anexada ao Brasil nessa época, por gestões de Portugal e das maçonarias, brasileira, portuguesa e inglesa.

No fim do século XIX e início do século XX, cerca de 12 expedições foram organizadas por aventureiros ingleses e brasileiros, para procurar o tesouro na Ilha da Trindade. Nenhuma delas logrou êxito. Com isso ficou aberto o caminho para várias novas interpretações dos mapas e das dicas, deixadas pelos dois piratas sobreviventes, o russo e o inglês.

O Morro da Concha era uma ilha até mais da metade do século XIX. O Rio Jucu, muito mais caudaloso do que hoje, tinha uma desembocadura (foz) dupla; saía para o mar, pelos dois lados do Morro, fazendo dele uma ilha.

O morro fica no mesmo paralelo da Ilha da Trindade, no continente. A ilha mede aproximadamente 9 km, distância similar à existente entre Barra do Jucu e Ponta da Fruta. Foi articulando e interpretando essas dicas obtidas por caminhos diferentes, que Charles Baffet chegou à conclusão que o tesouro se encontrava escondido no Morro da Concha ou em suas imediações, na Barra do Jucu. Por isso adquiriu o Morro da Concha, logo após chegar aqui, em 1964, e começou suas pesquisas de campo, que duraram 22 anos.

Essas referências a um tesouro escondido por piratas na costa do Espírito Santo, mais especificamente, na região do Morro da Concha, ou suas imediações, no início do século XIX, aguçaram a curiosidade do francês, que passou muitos anos na tentativa de encontrá-lo. Foi um tempo em que, de acordo com sua esposa, “ele viveu como um tatu”, inventando mil e uma estratégias para achar o butim dos piratas. Morreu com a certeza de que ele se encontrava escondido em algum lugar no entorno do Morro da Concha, na Barra do Jucu.

6.7.7 Às pistas sobre a localização do tesouro

Charles Baffet guardava de cor as principais dicas dos piratas, sobre a localização do esconderijo do tesouro. O russo falou do esconderijo da riqueza apontando quatro referências geográficas: uma ilha chamada Trindade situada na costa brasileira; três marcos de pedra branca, com uma barra difícil de encontrar e quase inacessível (a barra de um rio é o lugar de encontro do rio com o mar); duas

Ilhas de pedra e uma colina superior, terminada em crista-de-galo. As referências do pirata inglês eram também meio misteriosas.

Indo do sul para o norte, o navegante avista ao lado do Pão de Açúcar uma depressão brusca na cordilheira de serras, onde têm um ressalto de pedra. Entre esse ressalto e duas outras grandes pedras há um canal difícil de ser procurado; perto da cascata, na face sul da colina (a 5,3 graus do Pão de Açúcar) existe uma cavidade fechada e outras três cavidades fechadas. E a última pista eram quatro grandes quartos no solo duro (entrevista de Charles Baffet ao jornal a Gazeta em 06/08/1989).

O Morro da Concha, quando era arborizado, tinha no seu lado sul, uma nascente, que descia do morro formando uma pequena cascata, entre as pedras do local, indo para o mar. Já no Espírito Santo, Charles Baffet foi associando as coisas. Sacou que a Ilha da Trindade fica em latitude idêntica à da Barra do Jucu. Teve evidências de que a Barra do Jucu tem uma barra difícil de ser encontrada e penetrada. Percebeu que a paisagem em crista-de-galo bem que poderia ser o contorno das serras em torno do monte Mestre Álvaro, no atual Município da Serra, que era o primeiro ponto a ser avistado do mar para quem vinha para nossa região, e que podem ser avistadas da Barra do Jucu. Interpretou que o Pão de Açúcar não tinha nada a ver com o morro existente no Rio de Janeiro (no século XIX chamado pelos portugueses de “cara de cachorro”) e bem que poderia ser o Penedo, encontrado na Baía do Espírito Santo, perto do atual Porto de Capuaba, em Vila Velha. Um Pão de Açúcar era a denominação de qualquer grande pedra exposta, sem cobertura de solo e pouca vegetação. Descobriu que o Frei Leopardo, morro situado dentro da Ilha de Vitória, possuía várias grutas (pequenos buracos) em sua base e que entre o Frei Leopardo e a Barra do Jucu existem outras pedras significativas. Depois de muitas investigações e passeios, adquiriu a certeza de que o butim fora enterrado no Morro da Concha ou em suas imediações.

6.7.8 A caçada ao tesouro

Charles Baffet acabou comprando a área do Morro da Concha. Além de pesquisar a topografia do local, começou a observar os movimentos da terra, o tipo de vegetação ali existente, o movimento dos ventos e das marés e, é claro, começou a cavar sozinho ou acompanhado. Acabou gastando uma boa soma em dinheiro nesta busca, adquirindo vários detectores de metais e outros equipamentos mais modernos

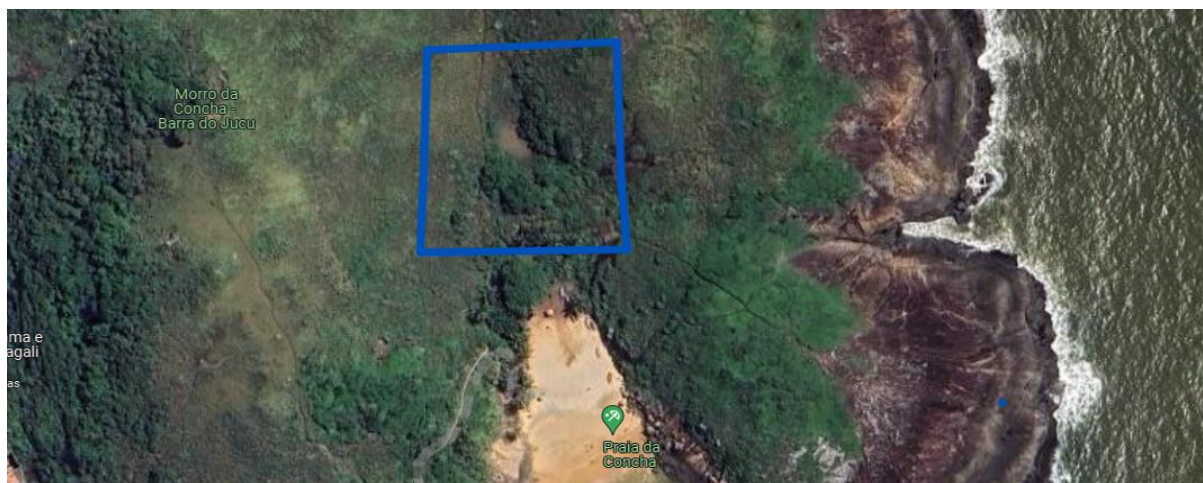
para identificar pedras e a profundidade da terra. Foi também descobrindo novas evidências de que a riqueza poderia mesmo ter sido enterrada ali.

Nas escavações utilizou vários operários. Comandados por Dona Corina Leite Ribeiro, que Charles Baffet trouxe para morar no morro e tomar conta do lugar para ele, ela morava na única casa que existia em cima do morro. Fotos com infravermelho, avião, detectores seletivos de metais, bombas d'água (mangueira de alta pressão, tipo a utilizada pelos bombeiros) e trator com escavadeira, também foram utilizados nessa busca.

Certo dia ele contratou um avião e tirou fotos aéreas com filme infravermelho e detectou alguns pontos quentes (radioativos). Sendo ele físico nuclear, o mais forte chamou muito a sua atenção pela alta intensidade. Esse encontrava-se na depressão entre as duas pedras que formam o Morro da Concha. Bem atrás de onde ficavam os barracões dos pescadores, no fundo da Praia da Concha, em trilha que vai para a Barrinha do Rio Jucu.

Com o trator tinha que ultrapassar um grande desafio, fazê-lo subir o morro e chegar ao outro lado da pedra, isso foi uma aventura. Para realizar a façanha, acompanhado de vários amigos, chegou a construir uma rampa com a areia da praia, na face sul do morro, onde fica a Praia do Barrão. O trator conseguiu subir por ali no limite da sua inclinação, foi um sufoco. Chegou ao objetivo e cavou um grande buraco no lugar, com aproximadamente 50 metros de comprimento, 4 de profundidade e 20 metros de largura. O que ainda pode ser visto no local (fig. 111).

Figura 111- Imagem aérea do Morro da Concha, com destaque no centro do quadrado azul para a escavação realizada pelo francês Charles Baffet, em busca do suposto tesouro do Morro da Concha



Fonte: [Site do Google Maps](#) (acesso 23/06/2024).

Em outros momentos cavou manualmente, sozinho ou com ajudantes. Certo dia encontrou um fosso formado naturalmente numa depressão da pedra. Encontrou também, em outra ocasião, a 1,20 m da superfície um cachimbo em barro esculpido a canivete formando a figura da cabeça de um marinheiro, provavelmente inglês.

6.7.9 O fim da aventura

Essa última seção do texto contou com a ajuda dos pescadores Alcestes Laranja, Esmerino Laranja, Paulo Lira e Marcelo Farich, em roda de conversa de (2017), e de Kleber Galvêas, em entrevista de (2001), como fontes principais.

Charles Baffet procurou o tesouro no Morro da Concha, por 22 anos. Segundo ele, só encontrou cachimbos, fragmentos de louças, poucas moedas de cobre e talheres de prata. Ao se aposentar, resolveu suspender as buscas e foi morar em Marechal Floriano, onde morreu em 1990. De toda a experiência reunida nesses 20 anos de procura, chegou à conclusão de que a caça ao tesouro exige mais tempo e dinheiro do que poderia dispor.

Para ele, o tesouro da Barra do Jucu foi mais um capítulo em sua vida de aventuras. Motivo para muito exercício físico e para “manter uma aranha no teto”, dizia. Mas não desistiu de suas convicções: morreu com a certeza de que o tesouro ainda se encontra lá, no mesmo lugar, no Morro da Concha, na Barra do Jucu.

Recentemente, no mês de maio de 2017, o Museu Vivo da Barra do Jucu, realizou uma roda de conversa, com os velhos pescadores do território, que na época viviam o dia todo na Praia Concha, por conta da pescaria. Questionados sobre o tesouro, todos conheciam a história. Paulo Lira, Esmerino Laranja e Marcelo Farich disseram que o francês não encontrou a riqueza procurada. Enquanto Seu Alcestes Laranja disse que se ele tivesse encontrado não falaria para ninguém, o que segundo ele, foi feito pelo francês. Pode ter encontrado e não comunicado a ninguém. Quem sabe? Mas seria difícil passar pela Barra sem ninguém desconfiar, com um tesouro dessas proporções.

6.8 EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA LOCAL

As escolas locais têm um papel fundamental na preservação e no resgate da identidade socioambiental e cultural nativas. Vários projetos acontecem com esse objetivo de valorizar as características principais do território. Agora os autores desses projetos vão dar alguns exemplos disso, através do material recolhido nas rodas de conversa.

João Gervásio, Nelson Abelha e Teresa Rosa, em roda de conversa de (2023), fazem um interessante diálogo sobre os projetos culturais e ambientais que são postos em prática na escola UMEF Dr. Tuffy Nader e também sobre a importância da educação na valorização da natureza e da cultura local:

João Gervásio: [...] eu enquanto estou na direção, faço essa junção de meio ambiente com cultura, né? A nossa escola aqui sobre a minha batuta é sempre em defesa da preservação da cultura, do meio ambiente em especial no meio ambiente tudo. A gente faz baile de máscara aqui, carnaval, aquela restinga[...] aqui a gente tem aula de congo, aula de congo dentro da escola, aqui a gente tem aula, acho que só aqui nessa escola, tem aula de body board, aqui nessa escola tem um monte de prancha, aqui eu não deixo fazer banda marcial, aqui não tem 110 escola pode fazer, aqui não, aqui é banda de congo sabe? [...] É porque da banda de congo é que surgem os conguistas. Os vários meninos, né, que passaram. Isso, e os meninos que passaram conheceram o congo aqui. Aquela preservação da restinga lá foi feita a partir de quando eu comecei a dar aula de Geografia depois, aí o mar invadiu a escola Maria Emelina e eu comecei a fazer um projeto e em 2013 eu virei diretor e ficou mais fácil da gente trabalhar. Tem plaquinhas lá que tá lá AmaBarra ajudando nós com o aluno a Marília lá do MP (Barra Limpa).

Nelson Abelha: Através da AVIDEPA Vila Velha via César Musso, a gente pegava muita muda e trazia para a Barra.

João Gervásio: Só tem aquelas restingas lá porque eu junto com os professores eu ia buscar muda no carro tal e trazia e com a participação desse pessoal. Nossa escola aqui do jeito que a gente tá fazendo aqui, a gente busca isso, a escola é aberta tem os meninos aqui jogando, agora em agosto vai ter o encontro das bandas de congo que a Lena já veio aqui conversar ontem comigo aqui já tá aberto, 7 bandas de congo vai ter aqui. Então isso eu posso dizer que eu aprendi com esse povo mesmo nessa questão.

Nelson Abelha: Eu falei com a Marina e o João o seguinte, eu trabalho aqui na escola na portaria, mas eu já trabalhei com os alunos, já dei palestra durante muitos anos com os projetos que eu já trabalhei, eu fico assim, querendo pegar essa nova geração, já me pus à disposição nos meus dias, que eu trabalho aqui dia sim e dia não, para que eu pudesse estar agregando a essas novas gerações, com uma palestra sobre o Rio Jucu, a questão da restinga, essas importantes tudinho. E a Marina falou que esse ano vai ter um trabalho aí, que ela vai me chamar.

Teresa Rosa: Eu acho que a palestra é muito legal, mas o que eu acho mais genial é sair da escola e fazer essas visitas porque é assim que a gente fica sensibilizado. Em algum momento você falou de fotos, eu fiquei assim, cara as fotos é outra coisa, coisas do passado que a gente vê hoje, “Isso aqui? Ah! Isso aqui é o que eu to vendo na minha frente?” Como que olha só. Eu acho que a escola é um viveiro justamente que a gente tem que explorar, e valorizar principalmente aqui na Barra do Jucu, né? É importante ter esses espaços, eu acho que a educação tem um grande papel, eu não vou ficar aqui falando, porque vocês são educadores de ponta aí.

Nelson Abelha: Não, mas assim essas palestras, professora, essas palestras são o seguinte: é uma caminhada que vai até o Morro da Concha para ver a vista de cima, para ver o rio, para ver a restinga. Somos multiplicadores né professora? A gente tem que passar isso aí (João Gervásio, Teresa Rosa e Nelson Abelha, em roda de conversa de 2023).

A recuperação da restinga é realizada em frente a UMEI (creche) Maria Emelina, na Praia do Barrão, projeto importante, pois antes dessa recuperação o mar já havia invadido essa escola duas vezes, e agora com a restinga robusta que se formou isso parou de acontecer. Aulas de campo pela Barra abordando os aspectos ambientais, culturais e históricos acontecem a vários anos na escola Tuffy Nader, e também na Estadual Marcílio Dias. Elas também promovem visitas dos alunos ao Ateliê Kleber Galvêas e oficinas de tambores do Mestre Daniel Vieira e casacas do Mestre Vitalino Rego.

João Gervásio, em roda de conversa de (2023), nos esclarece sobre as aulas de congo na escola e como a cultura do congo é naturalmente forte na Barra do Jucu:

Então, para preservar mesmo, para manter, é manter a tradição e conhecer. E outra coisa que a gente a gente é, trabalha também que a gente não tem dificuldade das famílias, né? Dos familiares, essa questão religiosa, a tradição do congo na Barra do Jucu, ela é mais forte do que a religiosidade de quem quer que seja. Aqui a gente faz é apresentações durante o recreio, né (João Gervásio, em roda de conversa de 2023).

Em roda de conversa de (2023), Karina Solar, coordenadora da Associação Beneficente da Criança e Adolescente (ABECA), relata sobre a banda de congo mirim da associação e de algumas dificuldades que enfrenta por questões religiosas, pois a sua clientela é representativa de toda a Região Administrativa 5 de Vila Velha:

Só pegando um gancho, lá na ABECA a gente também fez esse resgate. É uma associação que a gente acolhe crianças carentes da região, não só da Barra do Jucu, como da região 5 e a gente fez esse resgate cultural, com a banda, o grupo de congo mirim lá também. É uma questão nessa parte da religiosidade é que lá dentro as crianças podem tocar congo a vontade. Agora, nas apresentações, tem algumas restrições. Nas apresentações tem

algumas famílias que têm algumas restrições (Karina Solar, em roda de conversa de 2023).

Anita Bonadiman e Regina Ruschi, em roda de conversa de (2023), tem um diálogo muito interessante que será aqui reproduzido na íntegra por dar conta de vários temas importantes que relacionam educação e resistência, como: A importância da escola e da educação na conscientização da população local sobre a preservação da identidade socioambiental e cultural do território, além do trabalho com a autoestima e o conhecimento nativo:

Anita Bonadiman: Primeiro sobre meio ambiente Jacaranema, por exemplo, quem que vai lutar por Jacaranema? Essas crianças, elas têm que entender o valor de ter uma reserva perto da comunidade dela. Não é? É, a gente partir daí lá nas escolas com as crianças, “Olha se vocês têm uma reserva próxima do bairro onde você mora, você tem um tesouro” entendeu? O terreno do seu pai vai ser valorizado, né? Vai ser valorizado e é e é isso que a escola teria que fazer com essas crianças, eu acho. Não só a escola, a igreja também, por que não?

Regina Ruschi: Eu acho que esse trabalho na escola é realmente é, é fundamental porque a gente tem que trabalhar essas questões todas, ligadas ao meio ambiente e a cultura, essas questões todas da Barra. [...] Para mexer com a autoestima, porque um povo orgulhoso das coisas que tem ele briga, pela preservação, ele começa a acreditar que aquilo ali é um diferencial na vida dele. Então, quando a gente resgata a autoestima dizendo que gente [...]

Anita Bonadiman: Sim, tem que ter consciência.

Regina Ruschi: Jacaranema é um tesouro, Morro da Concha é um tesouro, onde é que tem história de príncipe e enterro de tesouro, gente? É na Barra do Jucu que tem essas coisas, né? Onde é que tem todas essas questões culturais? Onde é que tem? A Barra do Jucu tem muita coisa. Onde é que é esse polo de resistência cultural, onde é? Então se cada um de nós que trabalha em questão de meio ambiente, trabalha questão cultural, trabalha questão. O que quer que seja, se a gente trabalhar com foco na autoestima e mostrar o diferencial que esse lugar tem, o que faz esse lugar tão especial, eu acho que a gente tem como valorizar essas coisas e tentar se proteger contra essa sabe? Esse trator de esteira que passa em cima dessas comunidades assim entendeu?

Anita Bonadiman: Lutar, participar da comunidade, fazer a comunidade ficar forte para gritar quando, por exemplo, quiserem. Aqui existe um padrão, né? De construção de andares, aqui na Barra? Então isso aí é uma coisa que tem que ser entendida e valorizada e batalhada, entendeu? Se não daqui uns dias até vira uma Itapuã, Itaparica.

Regina Ruschi: Agora se a gente conseguir trabalhar a autoestima do povo daqui, a gente tem mais chance de conseguir não deixar o trator passar, né?

Regina Ruschi: Pois é, mas a gente como diz a Anita, a gente tem que trabalhar nas escolas, porque às vezes os pais têm uma complicação nisso, porque muitos pais, principalmente por questões políticas, por depender de emprego de político desse ou político daquele, muitas vezes o político é ah

faz o projeto de uma ponte que vai passar um trânsito danado que vai ser uma coisa não sei quê e aí por questão, né?

Anita Bonadiman: Por ignorância, eu coloco assim, por ignorância, no sentido de não conhecimento, entendeu? Dos pais, dos pais e os pais são difíceis porque como trazer esses pais para a escola, por exemplo? Eu sei porque já trabalhei aqui muito tempo.

Regina Ruschi: Então vamos trabalhar os pequenos.

Anita Bonadiman: Então a saída é trabalhar os pequenos, é isso aí. Isso eu ia falar. O papel das escolas é importantíssimo (Regina Ruschi e Anita Bonadiman, em roda de conversa de 2023).

Esse diálogo reforça a seguinte frase, que deve ser posta em prática em relação à Barra do Jucu e suas questões ambientais e culturais. A gente só luta pelo que ama e só ama o que conhece. Então a educação é fundamental para conscientizar a população local e tirá-la da ignorância da falta de conhecimento. É importantíssimo, nesse contexto, resgatar o conhecimento nativo, que é muito rico e tradicional, e lutar para elevar a autoestima da população local.

César Guedes, em roda de conversa de (2023), leva a conversa a outra direção, também muito profunda. Há necessidade de uma discussão permanente nas escolas, de um conceito de cidadania bem abrangente e democrático, a ser veiculado a nossas crianças:

Passa também por um conceito de cidadania muito grande que tem que ser urgentemente veiculado em escolas. Tem que trabalhar esse conceito de cidadania porque um dia, passando ali perto da minha casa, onde que é o Tuffy (escola), estavam os moleques gritando para, para uma menina lá, “o gorda, o gorda” e puxa, eu falei “poxa, por que você faz isso?” Aí fui lá, reclamei com o João Carlos isso no outro dia, passo os moleques chamando o outro de bichinha, já vai eu lá reclamar, outra vez e não foi feito nada. Aí um dia, seis moleques, três negros, e três brancos fazendo zoada na rua. Polícia foi atrás de quem? Dos pretos, falei “Não, eles estavam juntos, os brancos estavam juntos com eles fazendo zoada aí.” Depois que eles botaram os três pretinhos encostados no muro e os branquinhos e eu “Não, não, não traz eles também bota eles no muro também.” Pô, sacanagem, cara, então, essa visão estropiada da sociedade nossa é muito grande, é muito grande. É muito difícil você ver transformação ambiental, cultural e tudo. Se você não consegue perfurar esses conceitos atrasados de dominação. Que tem contra o pobre, contra o negro e do caramba a quatro. Isso eu não vou aplaudir não, aí o primeiro meio que eu vejo de transformação dessa e tanto de cultura e todas as eu vejo primeiro um trabalho de educação muito grande, que a gente pode fazer dentro das escolas, com palestras, com atitudes, igual esse Lixo Zero sabe isso é um princípio. Eu acho que dá pra trabalhar isso, sabe? A gente vê essas coisas assim (César Guedes, em roda de conversa de 2023).

Após toda essa discussão, com certeza, não restam dúvidas, da importância que a educação tem na resistência, na preservação e no resgate das questões ambientais e culturais no território da Barra do Jucu, e como é importante reforçar a autoestima dessa população tão rica nesses elementos de conhecimentos tradicionais que formam a sua identidade territorial.

Essa sexta seção foi dedicada ao estudo da resistência da *Cultura Popular* local, começou com uma pesquisa introdutória dos conceitos de *Cultura* e *Cultura Popular* em Canclini; depois partiu para o estudo das principais manifestações culturais do local, demonstrando os processos de luta pela preservação e reprodução social do congo, da renda de bilro, do carnaval e de outras manifestações culturais importantes do local, algumas delas deixaram de existir e outras existem hoje com muito vigor. Em seguida estudamos um exemplo de lenda nativa, a história do tesouro do Morro da Concha, muito entranhada no imaginário das pessoas do lugar, e por último a importante relação entre a educação e as resistências culturais e ambientais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos os resultados desse estudo reunindo documentos, imagens e as minhas recordações e vivências pessoais neste local, pois nasci e moro na Barra do Jucu, território alvo da presente pesquisa. Reunindo diversas documentações, fizemos um esboço do que estamos chamando de História Socioambiental e Cultural do Território do Baixo Rio Jucu, resumindo os impactos das transformações ambientais, culturais, sociais e territoriais ocorridas em meio século, entre os anos de 1970 e 2020. Apresentamos, também, as formas de resistências ambientais e culturais desenvolvidas pela população local deste bairro de Vila Velha (ES, Brasil).

Ao realizarmos esta pesquisa sobre as transformações e as resistências ocorridas desde 1970 neste território do Baixo Rio Jucu, observamos que a comunidade local, que era estreitamente ligada ao meio natural onde vive, vem dele se afastando. As mudanças advindas do desenvolvimentismo capitalista nesse território pressionam as pessoas a se adaptarem a essa nova realidade, porém sem deixar de resistir e lutar por sua própria identidade. Concessões são feitas, mas buscando novos meios de sobrevivência.

Depois de toda transformação porque passou o ambiente e as relações humanas, mantemos a luta pelos saberes tradicionais, pela proteção do que resta em termos culturais e ambientais e pela reversão, resgate e prática de algumas tradições. Nas evocações dos recordadores nas rodas de conversa, foram apresentadas questões relativas a diversas dimensões, tais como:

- o Rio Jucu, assoreado e transformado em esgoto a céu aberto em sua foz;
- o Parque Natural Municipal de Jacaranema, sempre em risco, por conta de queimadas e do avanço imobiliário cada vez mais próximo;
- a renda de bilro, que estava quase extinta;
- a valorização do congo e das oficinas de tambores, casacas e ganzás;
- as artes plásticas e o teatro, com a abertura do primeiro Centro Cultural do Espírito Santo, a realização de exposições de artistas preferencialmente capixabas e apresentações teatrais de autores locais;
- a pesca artesanal, antiga marca local, está também em risco de extinção. Assim como peixes, pitus, camarões, almejas, berbigões e caranguejos;
- as canoas típicas feitas de um só tronco de árvore enorme (os batelões) e os próprios pescadores, os tecelões de redes, tarrafas e juquiás, são raros hoje;

- os quitungos, as casas de farinha;
- o carnaval muito rico, crítico e espontâneo já não é mais o mesmo, entre outros exemplos locais.

Poucas comunidades têm como marco de sua identidade e como seus lugares de memória uma reserva natural, conquistada por iniciativa e mobilização popular no nosso Estado. Jacaranema se compõe de: Rio Jucu e seu “Braço Morto”; o Morro da Concha com lendas sobre tesouros; a Ponte da Madalena imortalizada por Martinho da Vila (hoje, sendo reconstruída); um manguezal de proporções ainda consideráveis com paisagens naturais notáveis, que inspirou e tem inspirado artistas famosos. Todos esses são aspectos ambientais e culturais situados dentro ou bem perto do centro histórico urbano da Barra do Jucu, que foram ressaltados neste estudo a partir das memórias dos recordadores e inclusive com registros imagéticos.

O manguezal da Barra, que serve de habitat e para a reprodução de diferentes espécies de peixes, camarões, caranguejos, cracas, lagostas, pitus, siris, aves, marsupiais e até mamíferos como os macacos, era também lugar preferido de descanso para cerca de cinco mil garças, que pousadas ou voando faziam um belíssimo espetáculo da natureza. Elas inspiraram a música “As garças do Jucu”, da Banda Casaca, de grande repercussão pública.

Em 2005, com o fechamento do lixão de Vila Velha, que ficava bem próximo da Barra do Jucu e onde as garças disputavam comida com os urubus, elas sumiram. Mudaram o pouso para um lugar bem próximo, foram para a Ilha das Garças, em Coqueiral de Itaparica. Essa natureza do entorno da Barra já não é tão exuberante como antes, mas ainda mantém certa majestade, principalmente, às margens do Jucu. A Barra do Jucu com suas características e atividades preserva, assim, certa singularidade ambiental e cultural.

A Barra passou, a partir dos anos 1970, a ser escolhida como moradia de grandes personalidades, pessoas ligadas à cultura e ao meio ambiente do nosso Estado; além de sediar movimentos de vanguarda na área artística, como música, artes plásticas, teatro, literatura, incentivando a nossa tradicional cultura popular. Caminhar por suas ruas é visitar um museu a céu aberto. Seus muros apresentam pinturas de diferentes artistas locais e convidados. Com toda essa movimentação, a Barra do Jucu é reconhecida como local preferencial de artistas. As bandas de congo com suas festas tradicionais dedicadas a São Benedito, ganharam espaço no imaginário capixaba a partir da década de 1980. Resgatadas pelo Projeto “Barra de

Rendas”, as rendas de bilro se tornaram referências nacionais, bem como o fazer nativo de tambores e de casacas.

As memórias dos recordadores, sujeitos desta pesquisa, evocaram as principais transformações sofridas pelo território a partir da década de 1970, listadas abaixo:

- O Rio Jucu, que teve seu curso retificado, passou e ainda passa por grande processo de intervenção humana e devastação nos últimos anos. O final do ofício de canoeiro, fundamental para a identidade territorial do Baixo Rio Jucu, por conta de intervenções do governo, deixou de existir após a construção de duas barragens intransponíveis;
- Os areais, com o seu processo de exploração ilegal, trouxeram prejuízo ambiental para grande parte do território, degradando a paisagem, destruindo a restinga e contaminando e obstruindo o lençol freático da Bacia do Jucu;
- O Manguezal, com a pesca predatória, os aterros frequentes e a sua poluição pelo lixo, mas, principalmente pelo esgoto. Isso acarreta a redução do pescado tanto no rio quanto no mar comprometendo a atividade pesqueira tradicional, neste caso tem ainda impactos ambientais vários além dos causados pela pesca industrial tanto nacional como estrangeira na foz do rio, nas praias e em nossas águas territoriais, refletindo sobre a vida dos moradores e dos pescadores;
- As estradas e indústrias, basicamente, o impacto da Rodovia do Sol, chamada tradicionalmente de asfalto, é um marco na fragmentação da identidade territorial, criando a figura “dos do lado de cá e os do lado de lá do asfalto”. Ela trouxe gente, muita gente e, rapidamente, a população se multiplicou. De 10 mil habitantes no início da década de 1980, saltou para mais de 100 mil em poucas décadas. O comércio cresceu, as indústrias se instalaram, mas a falta de planejamento territorial trouxe uma série de impactos socioambientais e culturais daí advindos;
- A formação da Grande Terra Vermelha emerge com o afluxo de milhares de imigrantes dos estados vizinhos e do interior do Espírito Santo. Significativas transformações, induzidas pelo desenvolvimentismo capitalista, vão acontecer nesse território. A chegada da luz, nos anos 1960, propiciou a aquisição de equipamentos elétricos como a geladeira, o rádio e a televisão. O serviço público de água só foi instalado em 1974, até então prevaleciam poços

artesianos. O gás para fogões só se universalizou nos anos 1980. Além de outros reflexos das transformações do desenvolvimentismo capitalista, do progresso para a comunidade da Barra do Jucu.

Vale lembrar que as evocações dos recordadores nativos revelam estas transformações de modo bastante enfático e crítico. Além disso, elas apontam para movimentos de uma resistência territorial que pode ser apreendida como um projeto societal local alternativo aos projetos desenvolvimentistas economicamente utilitaristas de exploração dos recursos naturais deste território e aos impactos causados pelas suas ações. Muitas destas ações são fomentadas por políticas públicas equivocadas e distanciadas da dinâmica ecossistêmica territorial.

Honrando os recordadores, gostaríamos de resgatar duas personalidades nativas. Zé Silva, Mestre da banda de congo “Mestre Alcides” e canoeiro do Jucu, nos relata, em entrevista de 2001, que “[...] aqui na Barra sempre se dá um jeito de sobreviver, com peixe, sururu, caranguejo, siri, guoiamum, camarão, muçum. Hoje, dá menos que antigamente, mas você vive de qualquer jeito” (Zé Silva, em entrevista de 2001). O Mestre da banda de congo Mestre Honório, Daniel Vieira, nos conta, em 2023, que quando foi trabalhar como pedreiro da prefeitura em Vila Velha (1970), na hora de comer a marmita que levava causava inveja nos companheiros, pois, usualmente, ela era composta por frutos do mar, compondo uma bela e perfumada moqueca.

Analisando o campo da interação ecológico cultural, vimos que os ataques ao meio ambiente vêm realmente de várias direções e ao mesmo tempo, mas a reação também é pronta e imediata, voltada para a manutenção das características da identidade local. Fica claro que ocorre um processo de intercâmbio de interesses, resultando daí um impasse, que se traduz nem numa total derrota e nem numa total vitória, seja da tradição local seja da modernidade capitalista global. Aqui, na Barra, foi criada a primeira Reserva Ecológica, o primeiro Centro Cultural do Espírito Santo, a primeira banda mirim de congo e a primeira banda de congo só de mulheres do estado. Pelo menos, até o momento, não parece que vai ocorrer algum dia uma “vitória unilateral” nesse processo. No final das contas, ocorre uma mediação entre esses dois modos de vida; ou seja, entre essa cultura ambiental nativa que é prontamente assimilada pelos novos moradores da Barra do Jucu e a lógica do desenvolvimentismo. E tudo no território se transforma...

De uma forma geral, parece que nessa “batalha” permanente entre a cultura e o ambiente tradicional local, seus saberes e conhecimentos; e a cultura moderna capitalista “globalizada” desenvolvimentista, não dá para dizer quem está ganhando ou perdendo. É claro que existem concessões inevitáveis de ambos os lados, nos momentos de maior pressão, que vão levando a transformações contínuas da realidade. Contudo, a cultura local vem sendo prestigiada pelos novos moradores que chegam mais recentemente e se mantém “em um nível satisfatório”, por conta de sua diversidade, sua riqueza e, principalmente, sua capacidade de resistência e luta, como nos informa Escobar em seus conceitos de *Pluriverso* e de *Ontologia Política*. Não há assim um vencedor declarado nessa luta. E nem seria o desejado visto que a diversidade é uma característica desejável na contemporaneidade. A Barra vai continuar a ser um ótimo lugar para morar e influenciar o imaginário capixaba. Assim sugere sua rica trajetória histórica de séculos, suas tradições e seu povo.

A natureza e a cultura tradicional resistem utilizando-se de alguns elementos das próprias transformações atuais, subvertendo-os em seu benefício. Valem-se de jornalistas residentes e da divulgação pelos meios de comunicação. A projeção alcançada pelas bandas de congo da Barra nos anos 1980 promoveu o renascimento das congadas em vários municípios capixabas. Compositores e músicos locais componentes da Banda Casaca criaram uma rapsódia capixaba de grande sucesso. Uma de suas canções foi tocada no planeta Marte pela NASA. Pintores locais valorizam o ambiente explorando perspectivas da rica paisagem local, em suas variadas estéticas. A homogeneização da cultura mundial buscada pelo sistema capitalista internacional, o mundo uno a que se refere Escobar, encontra grandes barreiras na comunidade da Barra do Jucu, que é muito criativa e resistente à perda da sua identidade. Aqui se entende a globalização como a soma dos diferentes.

Então, ao mesmo tempo em que as mudanças no meio ecológico, social e econômico influenciam a cultura local, as mudanças nesta cultura influenciam inversamente as transformações deste meio, apelando à conservação das nossas riquezas naturais e culturais, necessárias para uma boa qualidade de vida da população local, que prestigia e vibra com as diversas manifestações sociais que realizam.

Após verificar cada ponto que nos pareceu importante para a formação ecológico cultural barrense, dando voz a dezenas de importantes recordadores, como coautores deste estudo, cultura aqui entendida como as manifestações do povo local, um esboço de uma história socioambiental e cultural do território do Baixo Rio Jucu, centrado na Barra do Jucu parece ter sido alcançado e o farto material colhido em fontes primárias foi reunido e preservado.

Outro objetivo deste trabalho é informar ao vila velhense e ao capixaba, em geral, com registros a gênese da sua história de modo a contribuir para a sua identidade e autoestima, valorizando e dando subsídios para conhecermos melhor o que está à nossa volta. Nossa ação foi ampla e diversificada, reunindo: a) 10 horas de rodas de conversas gravadas somente em 2023; e que na sua transcrição em 240 páginas, fizemos a opção de manter as expressões e o estilo linguístico dos recordadores; b) várias entrevistas gravadas e conversas informais com pessoas que viveram os fatos; c) documentos, fotografias antigas, reportagens dos principais meios de comunicação, livros da historiografia e da sociologia clássica do Espírito Santo, do Brasil, e do mundo; e d) o mais importante: as aspirações do povo nativo e de imigrantes.

O objetivo deste estudo não é resolver esses problemas, mas apenas abrir uma discussão, com base nos dados levantados e analisados, em campo nosso; discussão que foi deixada de lado até agora em troca de temas pouco ligados a nós, barrenses; os dados registrados aqui são abordados e discutidos na perspectiva de uma pesquisa atenta e necessária para o conhecimento da nossa formação sociocultural e ambiental. Possivelmente, acrescentamos problemas trazendo novas informações e contradições. A sensação é de que abrimos uma porta e... convidamos você para entrar!

Como o presente estudo registra, a Barra do Jucu pode ser considerada um dos núcleos básicos de difusão das ideias socioambientais e culturais no Espírito Santo, no sentido do que ela tem de singular como comunidade, cuja formação se inicia no século XVI. Isto foi evocado pelos recordadores, coautores deste estudo, durante os procedimentos metodológicos desta pesquisa. É um ponto de resistência na diluição cultural geral que nos assola.

A Barra só veio a sofrer grandes transformações em suas características de comunidade ancestral com a construção da Rodovia do Sol, nos anos 1970/80; com as barragens feitas no Rio Jucu, que impediram o trânsito por canoas, o que

unificava o grande território do Baixo Rio Jucu; com a construção da Br 101, que desviou da Barra todo o trânsito, do norte, incluindo Vitória, para o sul do Espírito Santo. Até a década de 50 todos passavam por aqui. Todas essas ações foram inspiradas na lógica capitalista desenvolvimentista globalizada.

Outro ponto a ressaltar com esta pesquisa é que a cultura popular não é estática nem imutável no sentido de ser conservadora. Não! Pressionada, ela responde à altura a esses estímulos externos. Sofrendo alterações, tem sempre procurado resistir fazendo concessões, subvertendo mecanismos modernos capitalistas em seu benefício. As manifestações culturais que não procederam dessa forma, acabaram por sucumbir sob as pressões deste mundo capitalista globalizado. Como foi o caso das manifestações citadas na seção 6.5 da pesquisa, como: A Bandeira do Divino, A Marujada, as corridas de canoas, entre outras.

Quem cede, percebe que não é só ele que está cedendo, mas sim os dois lados em choque e em disputa. Aí está instaurado o conflito com um processo (rico) de mediação, de circularidade e múltiplas influências e confluências entre a cultura moderna capitalista desenvolvimentista e a cultura popular tradicional local intrinsecamente vinculada ao seu ambiente de entorno. Dificilmente, algum dia, poderemos declarar um ganhador. Assim, a sobrevida desses movimentos é muito maior. Os que se fecham sobre si, acabam desaparecendo mais cedo ou mais tarde, pois o mundo está em constante transformação.

Outro destaque a ser feito por esta pesquisa é que a cultura local nativa é muito dependente do meio natural em que está inserida. E que esse meio passa a depender do apoio da cultura, para ser preservado. É um alimentando o outro de modo recursivo, uma via de mão dupla. O primeiro tombamento de Jacaranema foi pedido pela banda de congo da Barra do Jucu. O congo, o carnaval e a renda de bilro ganharam grande destaque e valorização de alguns anos para cá. E isso se deve graças aos jornalistas e artistas residentes neste bairro.

Isto é um bom sinal, porém nós ainda temos muito o que fazer. Principalmente, no que tange a ocupação do solo urbano, saneamento básico e conservação da nossa natureza e cultura, que apesar de solapadas, ainda se revelam exuberantes. A fabricação das esteiras de junco(taboa), artesanato muito difundido aqui no passado, que tem como matéria prima o junco, vegetal outrora endêmico no território e que empresta seu nome ao Rio e à região da sua foz, hoje foi quase extinto devido aos aterros e a poluição das águas. A salsa da praia que empresta cor e sabor

a cachaça, desapareceu das areias das nossas praias. O milome, cipó extremamente amargo, base de uma garrafada mística, desapareceu. Assim como várias essências nativas, outrora endêmicas na região da foz do Rio Jucu.

A observação, pesquisa, estudo e a aprendizagem nunca devem cessar, especialmente, numa região que se encontra atualmente suportando forte pressão desenvolvimentista e franca expansão imobiliária. A esperança por um mundo melhor depende da conscientização sobre os valores tradicionais e seus saberes, além de manter uma postura crítica sobre os passos do nosso desenvolvimento. Só lutamos pelo que amamos e só amamos o que nós conhecemos! Foi muito proveitoso realizar as várias pesquisas para este trabalho e poder apresentá-lo ao público. Aprendi muito e cresceu a minha admiração e estima pela minha terra natal, o território do Baixo Rio Jucu, em particular a Barra do Jucu. Sou barrense, agora com muito mais respeito. Muito obrigado!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Davis M. **Pensamento Indomado: História, Poder, e Resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze**. Revista Dimensões, UFES, Programa de Pós-graduação em História, vol. 24, 2010, p. 193-207.
- ASSIS, Francisco Eugênio. **Dicionário geográfico e histórico do estado do Espírito Santo**; Vitória: 1941.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. Viana: 1979.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo**. Viana: 1976.
- BARROS, José D' Assunção. **História Cultural: Um Panorama Teórico e Historiografia**. Textos de História, Vol. 11, nº 1\2, 2003.
- BIARD, Auguste- François. **Viagem à Província do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.
- BORJA, Bruno. **Cultura popular no capitalismo dependente: entre resistência e incorporação**. Temporalis, Brasília (DF), ano 23, n. 45, p. 32-48, jan./jun., 2023.
- BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**; SP., Martins Fontes, 1990.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using Thematic Analysis in Psychology, Qualitative Research in Psychology**, 3:2, p. 77-101, 2006.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. 2 ed. RJ: Jorge Zahar Editora. 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- CAPAI, Humberto (Coord.). **Atlas do Folclore Capixaba**. Espírito Santo. SEBRAE/ES, 2009.
- CAUS, Celso Luiz. **Das Fontes e Chafarizes às Águas Limpas: Evolução do Saneamento no Espírito Santo**. Vitória: CESAN, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**; Lisboa: Difel, 1990.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e**

os historiadores. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

COSTA, João Ribas da. **Canoeiros do Rio Santa Maria.** Rio de Janeiro, 1951.

DAEMON, Basílio Carvalho. **História e estatística da província do Espírito Santo;** Vitória: 1879.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo;** SP., Companhia das Letras, 1996.

DEINA, Miquelina Aparecida; COELHO, André Luiz Nascentes. **Fragilidade Emergente a Inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu/ES.** Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto-SBSR, 28 a 31 de maio de 2017, INPE Santos-SP, Brasil.

DEINA, Miquelina Aparecida. **Alterações Hidrogeomorfológicas no Baixo Curso do Rio Jucu.** Dissertação de Mestrado em Geografia, UFES, CCHN, 2013.

DELLAMORE, Carolina; SOARES, Paula Elise Ferreira. **Resistências Femininas à Ditadura Militar: as Trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985).** História Oral, vol. 25, n.1, p. 57-75, jan./jun. 2022.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa;** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V.4, n.8, p.171-197, 1991.

ELTON, Elmo. **São Benedito: sua devoção no Espírito Santo.** Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Ministério da Cultura, 1988.

ESCOBAR, A.. **Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur.** Revista de Antropologia Iberoamericana, Volumen 1, Número 1, 2016, p. 11 - 32.

ESCOBAR, A.. **Sentipensar con la tierra: Transiciones: puentes trasatlánticos para diseñar redes entre Sures y Nortes.** Re-visiones, 10, 2020.

ESCOBAR, A.. **Territórios da Diferença: A Ontologia Política dos “Direitos ao Território”.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, 2015.

FIGUEIREDO, Lima. **Índios do Brasil: prefácio do general Rondon;** 2 ed. Rio de Janeiro: livraria José Olympio ed., 1949.

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. **Entre barracões e módulos de pesca: pescaria e meio ambiente na regulação do uso de espaços públicos na Barra do Jucu (Vila Velha-ES).** Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FILGUEIRAS, Márcio de P. **Tempo e Sociedade entre os Pescadores da Barra do Jucu/ES.** In: SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.05, v.1, setembro. 2009. pp. 145-169.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: Ditos e escritos V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 264-287.

_____. **A Hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. São Paulo: Paz e Terra, ed.8, 2019.

_____. **“O sujeito e o poder”**. In: Rabinow, Paul. Dreyfus, Hubert. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

_____. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, ed.42, 2014.

GALVÊAS, Homero Bonadiman. **A História da Barra do Jucu “Gênese da Cultura Capixaba Desenvolvimento Sociocultural da Grande Vitória”**, Barra do Jucu, 2005. www.galveas.com/homero.

GALVÊAS, Kleber. **Demolindo a identidade capixaba – ensaios e crônicas**. Barra do Jucu. Ed. 1º. 2011. 160p.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Nova York, Basic Books, 1973.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória Coletiva e História Científica**. Revista Brasileira de História, V. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. (cap. 1, 9)

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**. Geografia, ano IX, nº 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Território numa Perspectiva Latino Americana**. Journal of Latin American Geography, vol.19, nº 1, January 2020, p. 141-151(Article).

HAESBAERT, Rogério; Limond, Ester. **O Território em Tempos de Globalização**. Portal de Publicações eletrônicas da UERJ, Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia, 1999.

HARTT, Charles Frederick. **Geologia e Geografia Física do Brasil**; trad. Edgar Sussekund de Mendonça. Série 5. Coleção brasileira. São Paulo: Companhia Ed.

Nacional, 1941. Vol. 200 (publicação original em Boston em 1870)

HAUBERT, Maxime. **Índios no tempo das missões**; prefácio de Jacques Soustelle; Tradução Marina Appenzaller. São Paulo: Companhia das Letras: círculo do livro, 1990. (A vida cotidiana)

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª Ed., 1997 (Coleção Pensamento Crítico, V. 55).

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**; SP: Martins Fontes, 2006.

LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas. 1. Os conquistadores**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafim. **História da companhia de Jesus no Brasil; II vol**. Lisboa, RJ, 1938.

LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)**; Brasileira: SP, Cia. Editora nacional, 1940.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **As Artimanhas da Resistência Torcedora: Futebol, Linguagem e Poder**. Logos 49, vol. 25, nº 01, PPGOM UERJ, Comunicação, Territórios e Reexistência-2, 2018.

MACEDO, Inara Novaes. **A Espetacularização do Congo no Espírito Santo**. Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa do PPGA-UFES, ano 3, v.3, n. 7, dezembro de 2013.

MACEDO, Inara Novaes. **Entre rios, Praias e Planetas: Travessias do Congo da Barra do Jucu**. UFES, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Artes, Vitória, 2015.

MARQUES, Marcelo de Souza. **As Paneleiras de Goiabeiras Velha: Uma Análise Discursiva do Processo de Construção do Território da Tradição**. Revista Brasileira de Sociologia, V. 08, n. 18, p. 212-238, Jan Abr. 2020.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Newied. **Viagem ao Brasil**; Trad. De Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo; refundida e anotada por Olivério Pinto: ed. Nacional, 1940.

MIGUEL, Pedro L. San. **As Resistências dos Subalternos na Historiografia do Caribe**. Revista de História e Ciências, 50, Maio-Agosto (2001), p. 6-22.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade. A via Ecológica**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013 (p.98 – 116).

NASCIMENTO, Bruno César. **Viagens à Capitania do Espírito Santo: 200 anos das**

expedições científicas de Maximiliano de Wied e Auguste Saint-Hilaire. 2. ed. rev. amp. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo (10). Dez. 1993.

NOVAES, Maria Stella. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Ed. Do Espírito Santo, 1970.

NAVARRO, Eduardo. **Dicionário Tupi Antigo: A Língua Indígena Clássica do Brasil.** ed. Global, 2013.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **As Contribuições da Noção de Resistência Cotidiana para a Historiografia da Luta Camponesa.** Revista de História Regional 28:1-16, 2023.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo;** 2 ed. Vitória: Civilização brasileira, 1975.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Machado de. **O Carnaval de Máscaras nos Blocos de Mascarados da Barra do Jucu, Vila Velha/ES.** Monografia Bacharelado em Artes da UFES, Vitória, 2021.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. **Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos Sociais, Consciência Étnica e Patrimônio Cultural.** Ruris, Campinas, v.5, p. 141-171, 2011.

OLIVEIRA, V. J. **Resgatando Memórias de Quem Faz História: a Ocupação e Transformação da Região da Grande Terra Vermelha- ES;** Revista Urutágua, 2014, (30), p.42-58.

PÁDUA, José Augusto. **As Bases Teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados, 2010.

PAIVA, Felipe. **A Polifonia Conceitual: Crítica ao Conceito de Resistência da História Geral da África (UNESCO).** Revista UNEB, 2014.

PAIVA, Felipe. **Ruídos Historiográficos: A Historiografia de Resistência Africana em Perspectiva.** Revista Expedições: Teoria & Historiografia, V. 6, n 1, Jan-Jun. de 2015.

PRAIS, J.L de S; ROSA, V.F. da. **Nuvem de Palavras e Mapa Conceitual: Estratégias e Recursos Tecnológicos na Prática Pedagógica.** Nuances: Estudos Sobre Educação. Presidente Prudente, v. 28, n.1, p. 201-219, 2017.

REIS, Elisa. **Sociologia política e processos macro-históricos.** Sociologias, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 18-43, jan/abr 2015.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: ed. Revista Continental, 1977.

ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. 2 ed. Brasília: Ebrasa, 1972.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª Edição, Coleção Canaã, Volume 7, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. **Definir o Conceito de Resistência: Dilemas, Reflexões e Possibilidade**. Editora FGV, RJ, 2015.

RUBIM, Braz da Costa. **Memórias históricas e documentos da província do Espírito Santo: 1861**.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir a história até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo; escrita em 1818**. Lisboa. Portugal: Imprensa Nevesiana, 1840.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e ao rio Doce**; trad. de Milton Amado. Belo Horizonte. MG: 1974. Cap. VII a XV. (originais de Paris 1833)

SANTOS, Neves Guilherme. **Bandas de Congo**. Vitória: 1980.

SATHLER, Marcelo. **A Expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória e o Impacto no Parque Natural Municipal de Jacarenema**, 2014. 281 pp. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidade Interpretativa**. Instituto de Psicologia USP, 2006, p. 11-41.

SILVA, Juliano Motta. **Lembranças do Rio Marinho: Aspectos da História e Memória de um Rio Capixaba**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

TSCHUDI, Johann Jakob Von; FROND, Victor. **Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça 1860**. Espírito Santo, Arquivo Público Estadual, Vitória, 2004.

UVV, Biblioteca Central. **Guia para normalização de referências bibliográficas: NBP 6023**. 2 ed. Ver. Vitória: A biblioteca, 1997.

UVV, Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos; guia para alunos, professores e pesquisadores da UVV**. 2 ed. Ver. Vitória: A biblioteca, 1997.

VALLE, Eurípedes Queiroz. **Pequeno dicionário informativo do Estado do Espírito Santo**; 2 ed. Vitória: 1959.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. **Memória estatística da província do Espírito**

Santo; escrita no ano de 1828; coleção Mário Aristides Freire; Transcrição Fernando Achiamé. Arquivo Público Estadual.

VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira. **Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo;** Vitória: Tipografia P. A. de Azeredo, 1858.

VENTURIM, Marlene Paula. **Pequena história do município de Vila Velha;** Coleção documentos. Vila Velha: Arquivo Público Municipal, 1973.

VERTELO, Marcos Aurélio dos Santos. **Araçatiba: Apropriação, Transmissão e Transição do Poder Simbólico num Matriarcado.** 2013. Monografia (Licenciatura e Bacharelado) - Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2013.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental;** Revista Estudos Históricos, RJ.1991.

FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA

Jornais:

Extratores de areia serão denunciados à justiça. Artigo de **A Gazeta** de 15/04/93.

A morte de Paulo Vinha. Artigos de **A Gazeta e A Tribuna** de 29/04/93.

As últimas matas da Barra do Jucu. Artigo de **A tribuna** de 09/08/81.

CURRY, Andréa, Entrevista realizada com o francês Charles Baffet, editada no jornal **A Gazeta** de 06/08/1989.

Entrevista do físico Paulo Souza. Ao jornal **A Gazeta**, 2004, p.4.

Artigo de Kleber Galvêas. Escolhendo painéis capixabas, **A Tribuna** julho de 2000.

Gorriti, E.. Foz do Rio Jucu é reaberta após milhares de peixes morrerem no ES. **G1-ES, TV Gazeta**, Vitória, 26, out. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/10/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-apos-milhares-de-peixes-morrerem-no-es.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

Notícia do G1-ES. Foz do Rio Jucu, em Vila Velha, ES, é reaberta pela 4ª vez este ano. **G1-ES, TV Gazeta**, Vitória, 18 de maio de 2016. Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/05/foz-do-rio-jucu-em-vila-velha-es-e-reaberta-pela-4-vez-este-ano.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

Foz do Rio Jucu é reaberta pela 7ª vez em Vila Velha, ES. **G1-ES, TV Gazeta**, Vitória, 28, ago. de 2016, Cidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/08/foz-do-rio-jucu-e-reaberta-pela-7-vez-em-vila-velha-es.html>.

Acesso em: 27, jul. de 2023.

Braga, T.; Arpini, N.. Moradores abrem a foz do Rio Jucu por medo de novas inundações. **G1-ES, TV Gazeta**, Vitória, 05, jan. de 2016. Cidade. <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/moradores-abrem-foz-do-rio-jucu-por-medo-de-novas-inundacoes.html>. Acesso em: 27, jul. de 2023.

Documentos:

Panfletos de atos públicos contra a indiscriminada exploração das reservas de areia da Barra do Jucu.

Panfletos de ato público pela desapropriação de Jacaranema, 1981.

Estudo realizado pela PMVV, sobre a área de extração de areia no município, em 1993.

Cadernetas de Matrícula para Tráfego, Ministério da Marinha, Capitania dos Portos do Espírito Santo de: Zé Silva, Alcides Gomes da Silva e Joaquim Pinto da Silva.

Índice Municipal de Vila Velha.

Relação de Municípios do Espírito Santo do Arquivo Público Estadual.

Código Florestal Brasileiro 1965 e 2012.

Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba: 1944-1982.

Sites e Blogs Pesquisados:

Site Morro do Moreno

Site G1-ES, Portal de Notícias da Globo.

Site do Jornal Visão Ambiental

Site Flores

Site do Aeroclube do Espírito Santo

Site Soma Urbanismo

Site Resear

Blog Fotos Antigas da Barra do Jucu

Site da Biblioteca Central da UFES

Site Os Passos de Anchieta

Site Outros 300

Site Revista de História da Biblioteca Nacional

Site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Site do Museu Vivo da Barra do Jucu

Site do Google Maps

Site de Vendas Kason

Blog Pesca Gerais

Blog do Pescador

Site Klima Naturali

Site Pinterest

Site Deep Water Fishery

Site no Mar Profundo

You Tube

Site Flickr

Site de Leilões

Site de Venda de Peixes Kuar

Site Mania de Aquário
Site Pássaro
Site da Folha Vitória
Site Stock Adobe
Site Voc.AI
Site Canva
Blog Olho Vivo
Site ES Hoje
Site da Prefeitura de Vila Velha
Site de Viagens
Blog Ecomangue
Blogs Post
Site Fen
Site de Turismo Pedagógico
Site Issuu
Site Ipatrimonio
Site Século Diário
Site de Músicas Discogs
Instagram da Banda Casaca
Site do Governo do ES
Site Cine 81
Site ES 360
Site de Fotos TripAdvisor